

PESSOAS E IDEIAS EM TRÂNSITO

PERCURSOS E IMAGINÁRIOS

RITA BASÍLIO DE SIMÕES
CLARA SERRANO
SÉRGIO NETO
JOÃO MIRANDA
(ORGS.)



IMPrensa DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

Pessoas e Ideias em Trânsito: Percursos e Imaginários é uma coletânea que contempla trabalhos de investigação científica na área das ciências sociais e humanas, produzidos por um conjunto heterógeno de investigadores e investigadoras que, a partir de áreas disciplinares diversas, oferecem análises igualmente plurais de mudanças de natureza tanto socio-históricas, como epistemológicas. Integrada no plano de atividades do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20) da Universidade de Coimbra, esta compilação de textos tem como mote o IV Encontro de Jovens Investigadores do CEIS20, dedicado ao tema do qual foi decalcado o seu título.



I N V E S T I G A Ç Ã O



EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensa@uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc
Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Imprensa da Universidade de Coimbra

CONCEÇÃO GRÁFICA

António Barros

IMAGEM DA CAPA

By insspirito via Pixabay

INFOGRAFIA

Bookpaper

INFOGRAFIA DA CAPA

Mickael Silva

ISBN DIGITAL

978-989-26-1362-8

DOI

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-1362-8>

PESSOAS E IDEIAS EM TRÂNSITO

PERCURSOS E IMAGINÁRIOS

RITA BASÍLIO DE SIMÕES
CLARA SERRANO
SÉRGIO NETO
JOÃO MIRANDA
(ORGS.)

IMPrensa DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

(Página deixada propositadamente em branco)

SUMÁRIO

Introdução.....	7
<i>Rita Basílio de Simões, Clara Serrano, Sérgio Neto e João Miranda</i>	
Do escrutínio dos <i>media</i> aos <i>media</i> sob escrutínio: estereótipos de género no espaço público mediatizado	13
<i>Rita Basílio de Simões</i>	
O impacto das alterações das rotinas produtivas e do advento da internet na relação entre fontes e jornalistas: Estudo exploratório sobre o tratamento noticioso de protestos sociais.....	37
<i>João Miranda</i>	
As coleções patrimoniais digitais na cultura do remix: <i>remixing europeana</i>	65
<i>Ana Rita Costa</i>	
No Jardim da Basílica de S. Pedro: A Ação de Augusto de Castro na Legação de Portugal no Vaticano (1924-1929)	99
<i>Clara Serrano</i>	
Do <i>risorgimento</i> à república: a Itália em busca de uma identidade nacional.....	125
<i>Vera de Matos</i>	

Pagine di Guerra: Imaginários Musicais de 1914-1918.....	155
<i>Sérgio Neto</i>	
Os desafios da Política de Coesão no próximo período de programação 2014-2020	175
<i>Sofia Alexandra Andrade Pinto Lopes Félix</i>	
Políticas públicas em Educação e Formação de Adultos em Portugal	189
<i>Isabel Moio</i>	
Ensino de Estratégias para a Composição Escrita do Texto Argumentativo	215
<i>Maria Prata</i>	
Educação Estética e Artística no currículo português do 1.º Ciclo do Ensino Básico: uma via de concretização.....	229
<i>Raquel Mateus, Maria Helena Damião, Maria Isabel Festas e Elisa Marques</i>	
O Ensino da Escrita através do Programa de Desenvolvimento de Estratégias de Autorregulação (SRSD).....	243
<i>Sara Ferreira</i>	
Crime, insanidade e jurisprudência em cenário conimbricense no início do século XX: o caso de Rodrigo de Barros Teixeira dos Reis.....	253
<i>Inês Pinto Cruz</i>	

INTRODUÇÃO

Nunca como hoje a transitoriedade foi tão celebrada. E, porventura, temida. Não é por acaso que o frenesi de mudanças societárias se traduz, não raro, na ideia de risco (Beck, 1992). A complexidade do devir social, nas suas múltiplas dimensões, arrastou, com efeito, perigos vários que espreitam os movimentos de pessoas, mas também de ideias. E é à luz destes perigos que vemos, com frequência, deteriorarem-se as mais nobres condições de sociabilidade: do fechamento de fronteiras à segregação social, passando pela falência das grandes narrativas de emancipação.

Acontece, porém, que nem sempre a fugacidade traduz um movimento recessivo e reacionário. Particularmente na investigação científica, em que se reconhece um potencial efetivo à desestabilização e justaposição de fronteiras disciplinares para gerarem novos territórios de análise da vida contemporânea. Claro que lidar com a passagem da univocidade à multiplicidade, da estruturação à desconstrução, do conhecimento à interpretação não é uma tarefa fácil. O efeito dos choques epistemológicos na construção do saber é, muito vezes, imprevisível. Mas esse é o eterno desafio que à investigação científica se coloca.

Numa das cenas mais famosas do filme *Faust* (1926), do realizador F. W. Murnau, o protagonista, no centro de uma encruzilhada, invoca Mefistófeles, a fim de conseguir poder e conhecimento. Nesta imagem da encruzilhada estão refletidas as dúvidas e os itinerários possíveis que subjazem à interrogação científica. Mas, ao contrário

de Fausto, não é de um pacto de que dependem as respostas que se procuram: é de um compromisso com o questionamento de imaginários pessoais e coletivos, num processo-percurso sempre em trânsito e, por isso, permanentemente aberto à discussão.

Os trabalhos que aqui se apresentam traduzem justamente esse compromisso, firmado por um conjunto heterógeno de investigadores e investigadoras que, a partir de áreas disciplinares diversas, oferecem análises igualmente plurais de mudanças de natureza tanto socio-históricas, como epistemológicas. Integrada no plano de atividades do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20) da Universidade de Coimbra, esta coletânea tem como mote o IV Encontro de Jovens investigadores do CEIS20, dedicado ao tema do qual foi decalcado o seu título: *Pessoas e Ideias em Trânsito: Percursos e Imaginários*.

Tomando precisamente em consideração as mudanças epistemológicas em curso, particularmente na investigação da comunicação e dos *media*, o primeiro desses trabalhos procura revisitar o conceito de estereótipo e alertar para a importância de manter viva a pesquisa — hoje, com frequência contestada — neste domínio. Defende Rita Basílio de Simões que uma adequada compreensão das representações das identidades de género nas sociedades mediatizadas em que vivemos não pode dispensar a análise da estereotipia, ainda que exija novas posições epistemológicas a partir das quais as suas consequências sociopolíticas possam ser pensadas. Além de trazer à discussão o essencial das virtudes e limitações das diferentes correntes de pensamento que do estereótipo se têm ocupado, a autora apresenta um quadro teórico viável para desenrolar esse projeto.

A par com as ruturas epistemológicas na ciência, também as mudanças ocorridas no campo da produção dos *media*, em particular no da produção jornalística, têm afetado a investigação da comunicação nas sociedades dominadas pelas relações sociais estabelecidas pelos meios de comunicação de massa ou, como as

designou Thompson (1995), por processos de *quase-interação mediada*. Parte integrante destes processos, a comunidade de jornalistas opera num novo contexto marcado pelas novas tecnologias, que veio designadamente reformatar os modelos de relação entre os profissionais e as suas fontes. É dessa problemática que se ocupa João Miranda que, a partir da análise de textos jornalísticos sobre manifestações de contestação política publicados na imprensa portuguesa, põe a descoberto mudanças inquietantes nas rotinas produtivas noticiosas, nomeadamente a utilização discricionária das redes sociais como fontes de informação.

A introdução das novas tecnologias de informação e comunicação nas múltiplas áreas e esferas em que as sociedades ocidentais desenvolvidas se poderão desdobrar tende, com efeito, a espoletar debates intensos sobre a natureza das implicações das mudanças operadas. Contudo, nem sempre a revolução digital ou informacional é olhada com desconfiança. Herdeira dessa revolução, a assim chamada cultura do *remix* é pensada por Ana Rita Costa a partir das possibilidades que oferece de reutilização das produções culturais sem ferir os direitos de autor. Elegendo como objeto de estudo a plataforma *Europeana*, a autora descreve este recurso como um caso ilustrativo de como as coleções patrimoniais digitais podem favorecer uma cultura do *remix* saudável.

É também de um contexto sociocultural particular em efervescência que se ocupa Clara Serrano, situado neste caso concreto num período pretérito. A autora oferece-nos um olhar, em retrospectiva, sobre as relações diplomáticas de Portugal, incidindo em particular sobre um momento histórico especialmente estimulante, a saber, o da passagem do jornalista Augusto de Castro pela legação de Portugal no Vaticano (1924-1929). Ao favorecer o pensamento sobre o fascínio por Mussolini e pelo fascismo italiano, sobre a participação e gestão de dossiers tão importantes e controversos como, a título de exemplo, o dos acordos de 1928 sobre o Padroado

Português do Oriente, esta é uma circunstância, mostra a autora, que promove também a própria compreensão diacrónica da agenda diplomática portuguesa.

Também cruzando as problemáticas da diplomacia e da identidade, o texto de Vera Matos tem, diferentemente, como ponto de partida o *Risorgimento*. A autora trata, no texto que aqui se publica, o complexo percurso da construção da identidade nacional italiana, decorrente da unificação política do país, no final do século XIX, um processo vinculado à permanência de particularismos dos antigos Estados e à dificuldade de germinação de sentimentos de pertença a uma mesma comunidade nacional.

Questões identitárias e, em particular, de política internacional estão igualmente presentes no texto de Sérgio Neto que analisa, a partir de uma perspetiva singular, um dos surpreendentes legados da Grande Guerra. Em *Pagine di Guerra: Imaginários Musicais de 1914-1918*, o autor enumera e examina as mais significativas obras inspiradas no mortífero conflito que marcou o início do século XX. Abordando composições de autores dos países beligerantes e dos países neutrais, assim como procurando abarcar os vários géneros (sinfónico, câmara, piano e *lied*), há uma clara tentativa de estabelecer um diálogo destas obras com as comemorações que têm assinalado o primeiro centenário da contenda.

É ainda no domínio das relações internacionais que podemos situar o trabalho de Sofia Félix. A sua reflexão sobre a política de coesão e as concretas orientações do Quadro Estratégico Comum (QEC), articulando dados estatísticos e projeções múltiplas, foi desenrolada antes de o *referendo* britânico, de junho de 2016, ter ditado a *saída do Reino Unido* da União Europeia. Não poderia, em todo o caso, ser mais oportuna a sua análise, neste momento particularmente tenso para o projeto Europeu.

São, de igual modo, os modelos de governação que estão na base do texto de Isabel Moio, neste caso relativos às opções em

matéria de educação formal e não formal. O seu estudo centra-se na educação e formação de adultos, em Portugal, oferecendo uma compreensão de três dos seus modelos principais, que convivem em estreita relação com a administração central e local. O papel dos municípios e a aprendizagem ao longo da vida merecem uma atenção especial neste trabalho.

É, diferentemente, de educação formal que tratam os textos seguintes. Em “Ensino de Estratégias para a Composição Escrita do Texto Argumentativo”, Maria Prata aborda o *Self-Regulated Strategy Development* (SRSD), um programa testado e reconhecido por diversos estudos internacionais, que foi inicialmente planeado como complemento didático para acompanhar alunos com dificuldades cognitivas, procurando auscultar os seus resultados práticos em algumas escolas da cidade de Coimbra.

Já Raquel Mateus, Maria Helena Damião, Maria Isabel Festas e Elisa Marques dão conta do essencial e refletem sobre o Programa de Educação Estética e Artística, destinado ao 1.º Ciclo do Ensino Básico, e sobre o Plano de Formação de Professores neste domínio, que visam concretizar os objetivos do sistema de ensino português nesta matéria.

Ainda voltado para as estratégias no âmbito da educação formal, Sara Ferreira analisa o SRSD e expõe as áreas em que carece de afinações, nomeadamente as que se referem à planificação do ensaio de opinião e do texto expositivo, assim como no que diz respeito à avaliação dos seus efeitos concretos na escrita de alunos do 8.º ano.

O último dos textos reunidos nesta coletânea contém um inovador estudo de base criminológica, centrado no caso do Bacharel Rodrigo de Barros Teixeira dos Reis, homicida do seu ex-professor, Doutor Sousa Refoios, em Dezembro de 1904. Tendo como ponto de partida os exames mentais efetuados ao homicida pelo Conselho Médico-Legal, Inês Pinto Cruz analisa o cenário do crime cometido

na Baixa Coimbrã e reflete sobre a decisão sobre a sua inimputabilidade criminal por anomalia psíquica, seguida de internamento no Hospital de Rilhafoles, até à sua morte.

Referências bibliográficas

Beck, U. (1992). *Risk Society: Towards a New Modernity*. London, Newbury Park; New Delhi:Sage.

Thompson, J. (1995). *The Media and Modernity: A Social Theory of the Media*. Cambridge; Oxford: Polity Press.

Coimbra, 25 de julho de 2016

Rita Basílio de Simões

Clara Serrano

Sérgio Neto

João Miranda

**DO ESCRUTÍNIO DOS *MEDIA* AOS *MEDIA* SOB
ESCRUTÍNIO: ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO
NO ESPAÇO PÚBLICO MEDIATIZADO**

Rita Basílio de Simões

CEIS20/FLUC

0000-0001-6356-6042

Resumo: Mapear os estereótipos presentes nas representações mediáticas constituiu uma boa parte das primeiras investigações dos estudos feministas dos *media*, preocupadas com a relevância ideológica decisiva dessas dinâmicas. Hoje, contudo, em que a cultura mediática parece despolitizar a desigualdade e a estereotipia, esse é um investimento contestado. Neste trabalho, revisitamo-lo, mostrando como continua a ser necessário para compreender a representação das identidades como lugares de reprodução de quadros referenciais determinados, que pressionam específicos valores e normas de sociabilidade.

Palavras-chave: Estereótipos de gênero; *Media*; Representações mediáticas; Teoria feminista.

Abstract: To map the stereotypes presented in media representations constituted a good part of the former feminist media studies research, worried with the decisive ideological relevance of those dynamics. Nowadays, however, in a time

in which the media culture seems to depoliticize inequality and stereotyping, this is a contested investment. In this work, we revisit it, showing how it is still necessary to understand the representation of identities as places of reproduction of certain frames of reference, which press specific values and norms of sociability.

Key words: Gender Stereotypes; Media; Media representations; Feminist theory.

Introdução

Nas sociedades mediatizadas em que vivemos, o escrutínio generalizado de indivíduos e grupos configura uma boa parte do papel desempenhado pelos *media*. Nestes processos, pelos quais a normatividade toma forma, atuam dinâmicas mediáticas concretas, com uma relevância ideológica decisiva. Daí que os movimentos interessados em afetar o estatuto e a posição de coletivos sociais sistematicamente discriminados e diminuídos mantenham viva a crítica da força social que os *media* representam. Em particular, o feminismo – ou o conjunto de perspectivas a que esta designação pode reconduzir-se – vem mantendo estas dinâmicas, profundamente ambivalentes e contraditórias, sob intenso escrutínio. Saber como as identidades de gênero são, pelos *media*, representadas, como essas representações reproduzem quadros referenciais determinados, que favorecem específicos valores e normas de sociabilidade, tem orientado esse investimento, que encontrou na produção de estereótipos uma área fértil para explorar.¹

Mas estas preocupações de longa data com os estereótipos presentes nas representações mediáticas parecem, hoje, contender com duas forças que, sendo embora diferenciadas, favorecem ambas o crescente descaso pela estereotipia. Alinham-se, de um lado, uma força de matriz epistemológica, a partir da qual é rejeitada a consideração dos estereótipos a partir da sua validade para traduzir identidades essencialistas objetivamente existentes fora dos discursos mediáticos; do outro, uma força transversal à cultura contemporânea dos *media*, que promove uma visão distópica da feminilidade: com

¹ A título meramente de exemplo, *vide* Carter, Steiner & McLaughlin, 2014; Díaz Soloaga & Muñiz Muriel, 2008; Gallego, 2002, 2009; Lindne, 2004; Pinto-Coelho & Mota-Ribeiro, 2012; Shields, 2003; Silveirinha, 2004; Thornham, 2007.

frequência, pela via do consumo conspícuo, oferece às mulheres a retórica da escolha e do empoderamento que define o feminismo, ao mesmo tempo em que insiste que o feminismo já não é preciso (Gill, 2007). Ora, o que aqui nos move é justamente uma energia de sinal contrário: a premência de reconhecer que persistem profundos desequilíbrios relativamente ao lugar e ao papel desempenhado por homens e mulheres nos discursos mediáticos – como o mais recente relatório do Projeto de Monitorização Global dos *Media* põe a descoberto (GMMP, 2015) – e de considerar a estereotipia presente nessas representações. Este é o argumento central que aqui nos ocupa e que discutiremos, trazendo à colação os contributos oferecidos por diferentes correntes de pensamento, a partir das quais é possível clarificar quer a compreensão dos estereótipos, quer a sua importância sociopolítica.

1. Estereótipos, imagens e realidades

A partir de uma perspetiva psicossocial, entende-se por estereótipo um conjunto estruturado de crenças acerca de um dado coletivo social ou a atribuição de traços psicológicos de carácter geral a um grupo humano amplo. Neste enquadramento teórico, é comum atribuir-se ao fenómeno social de estereotipação três processos basilares de carácter cognitivo, sendo que cada um deles antecipa e ordena de forma relativamente estável a experiência intersubjetiva dos indivíduos. Referimo-nos à categorização, nomeadamente através da segmentação do todo social em subconjuntos definidos; à comparação social, através da contraposição ou confronto simbólicos entre os grupos sociais prefixados e definidos; e à atribuição de traços, isto é, à atribuição de características que legitimam a categorização ou o parcelamento estabelecidos (Tajfel, 1969).

Aos estereótipos assim entendidos é ainda comum outorgar-se três características fundamentais: a hipersimplificação e a distorção da realidade social que pelo estereótipo é classificada e a autorreferencialidade, de tal modo que, mesmo em presença de fatores que os contradigam, os estereótipos em uso são assaz resistentes à mudança. Sob este prisma, a hipersimplificação e a distorção da realidade não favorecem apenas a criação de expectativas que frustram os sujeitos desarmonizados com os aspetos psíquicos e cognitivos que o estereótipo valida, assim conformando a autorrepresentação da identidade: também a representação dos «outros» é marcada por processos de reducionismo e de indiferenciação grupal responsáveis pelo fenómeno que a psicologia denomina de «homogeneização exo grupal», em contraponto com o «favoritismo endo grupal». Por seu lado, a autorreferencialidade atribui ao estereótipo um potencial simbólico considerável. Significa isto que a questão de saber se o estereótipo é verdadeiro ou falso é menos relevante do que a de identificar o seu papel na cristalização, em categorias estanques, de valores cognitivos que permitem ao sujeito orientar-se no intercâmbio social, assim freando as idiossincrasias da vida coletiva. Neste sentido, os estereótipos são ferramentas cognitivas, que têm a capacidade de garantir aos agentes sociais o recurso a mecanismos de ajustamento à vida coletiva e de adaptação nos processos de interação quotidiana (Hamilton, 1981).

No quadro de uma perspectiva psicossocial, a estereotípiá desempenha, pois, um importante papel na organização das informações sobre o mundo fenomenológico, tornando-o inteligível. Todavia, ao considerá-los não como veículos ideológicos, mas como ferramentas ou processos cognitivos, esta perspectiva dificilmente dá conta de como é decisiva a natureza ideológica desses processos. Pense-se no atributo da autorreferencialidade, que pressupõe que a estereotípiá prescindá de evidências empíricas que autenticuem ou desafiem a validade do estereótipo. Ora, neste cenário, o que

os estereótipos sustentam com considerável imunidade à mudança não são factos: são juízos a respeito de factos, isto é, acerca de «o que é», do mesmo modo que suportam julgamentos de valor, ou seja, acerca do que «deve ser». Daí que, sem prejuízo de poderem favorecer a inteligibilidade do mundo fenomenológico, ao reduzir a sua complexidade, os estereótipos constituam um poderoso aliado da persistente distribuição desigual de justiça pelos indivíduos na sociedade e da segregação social. Haverá, pois, que pensá-los como fontes cruciais da manutenção do poder social no seio de certos grupos, enquanto outros permanecem oprimidos ou desprovidos de poder. Ora, a perspectiva psicossocial *per se* pode não ser suficiente para favorecer esse pensamento.

Embora já patente nos trabalhos de Walter Lippmann, a partir dos quais o conceito psicossocial de estereótipo emergiu, o papel da estereotipia nos processos ideológicos foi-se perdendo nas definições recentes do termo (Steiner, 1986). Precursor do estudo da comunicação de massas e do seu lugar na disseminação de crenças de forma abrangente e cumulativa, Lippmann (1922) definia os estereótipos como “imagens nas nossas cabeças”, simples, erróneas, rígidas e adquiridas em segunda mão, que utilizamos para atribuir sentidos ao mundo que nos rodeia, com o qual só em moderada medida contactamos diretamente. São, por conseguinte, defendia o autor, ferramentas simbólicas, não necessariamente indesejáveis, pela economia de esforço que representam, que oferecem uma “imagem mais ou menos coerente do mundo, à qual os nossos hábitos, os nossos gostos, as nossas capacidades, o nosso bem-estar e as nossas esperanças se têm ajustado” (Lippmann, 1998 [1922], p. 95)². Todavia, alertava também, não se trata de ferramentas inócuas e, sim, de instrumentos de manutenção e defesa de posições determinadas na ordem social e, logo, de legitimação

² Tradução da autora, tal como todas as traduções utilizadas neste trabalho.

do *status quo*. Com efeito, ao construírem um “mundo possível”, os estereótipos transportam valores ideológicos, que fixam os sentidos que atribuímos a esse mundo e a posição que diferentes grupos sociais nele deverão ocupar (*ibidem*: 96).

A relevância dos estereótipos como ferramentas ideológicas e o seu correlativo potencial hegemónico estão, de facto, no cerne da investigação de diferentes modalidades de estereotipia presentes nos *media*, em particular as que dizem respeito aos papéis sociais de género, que a pesquisa tem procurado mapear e desafiar desde pelo menos o final da Segunda Grande Guerra. Reconhecendo os estereótipos como representações simples, erróneas e resistentes à mudança, esse questionamento não começou, em todo o caso, por ser assumidamente dirigido ao papel ideológico dos *media*, mas às representações falsas ou distorcidas da realidade e das identidades sociais, incluindo os papéis e traços de género. Assim, se a psicologia social tendeu a menosprezar a natureza ideológica dos estereótipos, a investigação da comunicação de massas, ao centrar-se na incapacidade de as imagens estereotipadas traduzirem com justeza grupos identitários e patamares de sociabilidade, começou por obscurecê-la em vez de a iluminar.³ Rapidamente, porém, o encontro com novos horizontes teóricos e metodologias de investigação conduziu a pesquisa dos *media* em direção a esse questionamento.

A preocupação com os estereótipos como categorias com mais ou menos validade empírica é, com efeito, problemática. É problemática, em primeiro lugar, se aceitarmos, como Tessa Perkins (1979), que a sua força reside na rara capacidade de tanto representar errónea como fidedignamente grupos identitários determinados. É, aliás, justamente por aparentarem ser verdadeiros quando, na verdade, são falsos, que constituem uma

³ Retomaremos este assunto na terceira parte do texto.

força ideológica determinante. Assim é porque a estereotipação não é um processo simples e rígido: nem sempre incide sobre grupos minoritários ou desprovidos de poder, nem sempre estigmatiza, tal como nem sempre prescinde de evidências empíricas. Independentemente da forma que assuma, este é, em todo o caso, um processo que confirmará sempre as fronteiras de atuação dos diferentes grupos sociais, fronteiras essas estrutural e culturalmente definidas e presentes no senso comum. Os estereótipos têm, pois, correspondência com um patamar de crenças e de valores, que faz sentido num dado contexto sociocultural. Daí configurarem categorias seletivas, que atribuem a um dado grupo características com significado ideológico, que legitimam a sua posição na sociedade. Isto não significa, deve ainda realçar-se, que as características que o estereótipo valida não encontrem provas empíricas. Mas esta circunstância apenas põe em relevo que os estereótipos precisam de fácil reconhecimento público para cumprirem a sua função.

Por outro lado, a partir de uma perspectiva comunicacional, é menos relevante mensurar o grau de distorção das representações mediáticas do que analisar-se a capacidade dessas práticas para construir, naturalizar ou suplantar estruturas cognitivas determinadas, a partir das quais são tornados visíveis estereótipos referenciáveis a ideários dominantes. A questão que deve colocar-se não é, portanto, a de saber em que medida são os estereótipos veiculados pelos *media* falsos ou verdadeiros. O que importa conhecer são as práticas de representação que dão corpo à estereotipia. Ora, isto implica explorar o terreno disputado do significado não apenas de estereótipo, mas também de representação e, em particular das práticas de representação dos *media*, pondo em evidência que os estereótipos são, antes de mais, categorias discursivas onde encontram refúgio operações ideológicas com sérias implicações políticas.

2. Linguagem, representação e ideologia

Uma proposta interessante para o conceito de representação ser pensado é apresentada por Stuart Hall (2003, pp. 24-30) que, a partir da tradição da escola culturalista britânica, explora três perspectivas subjacentes a esta prática da qual depende a ação dos *media*, cada uma delas situando a origem dos sentidos que o ato de representar produz num contexto determinado: a perspectiva refletiva, a intencional e a construtivista. Se, no quadro da primeira, a origem do sentido é situada no objeto, pessoa, ideia ou evento do mundo real, funcionando a linguagem como um espelho que “reflete o verdadeiro sentido”, tal como ele preexiste, a segunda deposita no agente que utiliza a linguagem a faculdade de atribuir sentidos aos objetos, pessoas, ideias ou eventos do mundo, de acordo com uma intenção específica individual. Distanciando-se de uma e de outra, a perspectiva construtivista sugere que, nem os objetos, pessoas, ideias ou eventos são portadores de um sentido inato, nem o uso individual da linguagem está em condições de lhes fixar o sentido, na medida em que “a essência da linguagem é a comunicação”, que é indissociável de convenções linguísticas e códigos partilhados. Neste sentido, a representação constitui o que é representado, referenciando, em maior ou menor grau, elementos partilhados por todos os membros de uma cultura, que, assim, se vê confirmada e robustecida. A linguagem configura, assim, neste entendimento, um sistema de signos por meio do qual os sentidos são atribuídos às coisas, aos eventos que, só por si, não significam, e que têm, pela linguagem, de ser tornados inteligíveis. A inteligibilidade social consiste, deste modo, nas “práticas que traduzem os eventos ‘reais’ (quer extraídos da realidade, quer ficcionalmente construídos) em formas simbólicas”, processo que Hall (1977, p. 343) designa de *codificação* e que desconstrói à luz da crítica marxista da ideologia dominante.

A visão da linguagem não simplesmente como um veículo inocente para comunicar encontra-se no prolongamento do pragmatismo americano e da linguística estrutural. A perspectiva dos signos que emergiu no quadro do pragmatismo americano criou alguns dos pressupostos de base da semiótica, terminologia usada para institucionalizar o estudo dos signos, das formas como estes se organizam em códigos ou linguagens e dos modos como atuam na vida social. Para Sanders Peirce (1839-1914), considerado precursor desta tradição, existe uma relação de interdependência entre o signo, o seu referente na realidade e os seus intérpretes. Cada um destes elementos está estreitamente relacionado com os outros e pode apenas ser compreendido no âmbito dessa relação. Os signos compreendem, portanto, três aspetos. Para além de deverem ser reconhecidos como signos por parte dos seus utilizadores, são constituídos por elementos físicos (palavras, imagens), que referenciam algo diferente deles mesmos, não necessariamente presente no mundo real (Fiske, 1994, p. 284). Assim, nesta perspectiva, os signos não dependem diretamente do seu referente e, estão, de modo diverso, subordinados ao uso que deles fazem os seus utilizadores. Os sistemas de signos, tais como a linguagem, exercem, por conseguinte, o papel de mediadores entre a mente dos indivíduos e os objetos do mundo real (Jensen, 2002, p. 24).

Signo é também um conceito crucial do legado do linguista suíço Ferdinand de Saussure (1857-1913), reconhecido, por seu turno, como precursor da linguística estrutural europeia, bem como dos estudos semióticos, que surgiram autonomamente neste contexto geográfico, também na viragem para o século XX, com a distinta designação de Semiologia. Na lição de Saussure (1945), e no contexto do movimento estruturalista subsequente, o signo é o produto de uma relação convencional entre um significante (forma expressiva) e um significado (conteúdo conceptual). É no quadro dos sistemas de signos, e das conexões arbitrárias que

entre estes se estabelecem, no interior dos sistemas, que o sentido é gerado, em função de dois princípios estruturantes basilares. Um desses princípios é o de que não existem, na linguagem, termos positivos, mas apenas diferenças. Consequentemente, para entender o sentido de um termo é necessário entender como esse termo difere de outros termos pertencentes a um código linguístico específico. O carácter puramente relacional e diferencial das identidades linguísticas significa que a linguagem configura um sistema em que nenhum elemento pode ser definido independentemente dos outros. O segundo princípio é o de que a linguagem é do domínio da forma e não da substância, o que pressupõe que cada elemento do sistema seja exclusivamente definido pelas regras das suas combinações e substituições por outros elementos. Neste universo inteiramente diferencial, dominado por regras formais puras, a interpretação subjetiva ou intersubjetiva da realidade é desconsiderada, na medida em que os sentidos podem ser, primariamente, constituídos no quadro da linguagem, não tendo, por conseguinte, uma existência prévia (Tew, 2002, p. 71).

Para Saussure, a linguagem configura um sistema autónomo de signos, separado do seu uso e dos seus utilizadores, daí a importância, no seu projeto teórico, da distinção entre os termos *langue* (o sistema abstrato de signos usado por uma comunidade falante) e *parole* (os atos de fala individuais que dão uso a esse sistema). Ao demarcar a língua da fala (*langue e parole*), o autor (1986 [1945], p. 41) separa “o que é social do que é individual” e, simultaneamente, “o que é essencial do que é acessório ou mais ou menos accidental”. Consequentemente, a relação, também ela considerada arbitrária, entre o signo e o seu objeto no mundo físico – o referente – tem pouco interesse neste domínio intelectual, processo que Saussure designou de significação. O mundo que nos cerca é, assim, passível, sob este prisma, de ser compreendido como um universo de significantes, que podem ser lidos devido às diferenças que os

separam, enquanto as relações ou vínculos entre os significantes e os significados são puramente convencionais.

Uma vez ampliada pela corrente de pensamento estruturalista, a noção de *langue* abraçou outros tipos de signos e de sistemas de signos para além dos sistemas linguísticos. Com efeito, se os sistemas abstratos de regras formais não estão ligados a substâncias particulares, qualquer sistema social pode ser descrito por referência ao sistema. Os signos podem assumir uma diversidade de formas, incluindo textuais, verbais, gestuais e icónicas. Esta foi a direção tomada pela tradição semiótica, em especial a partir dos trabalhos pioneiros de Roland Barthes. Barthes (1915-1980), que desenvolveu uma visão estimulante do conceito de significação, ao adicionar a cultura e os valores ideológicos ao uso saussuriano do termo. Em especial, *Mythologies* (1957), obra que compreende um conjunto de ensaios publicados no jornal *Les Lettres Nouvelles*, entre 1954 e 1956, impulsiona uma agenda importante no domínio dos estudos da comunicação e dos *media*, a saber, a análise semiótica dos produtos culturais, essencialmente textos e imagens, como veículos de cultura e de ideologia que urge serem “desmistificados”, a fim de revelar a forma como naturalizam específicos sistemas de valores.

Duas ordens de significação são identificadas nas representações coletivas constitutivas das mitologias de Barthes. Mito refere-se, neste contexto, ao complexo de representações largamente aceites no quadro de uma mesma cultura, através das quais a experiência social é continuamente conceptualizada. Ao mesmo tempo em que configura uma “cadeia semiológica” preexistente, por meio da qual é construído, o mito consiste numa forma expressiva de um outro sentido, daí que o autor o qualifique como um “sistema semiológico de segunda ordem” (Barthes, 1991 [1957], p. 113). A combinação de um significante com um significado (forma expressiva e conteúdo conceptual), num signo, transforma-se num sentido de segunda ordem ou, na aceção de Barthes, dá origem ao processo de sig-

nificação. Assim, se, em Saussure, o processo de significação é descrito como o nexo entre o signo e o seu referente na realidade externa, o mesmo termo referencia, aqui, o sentido produzido a partir da transformação de sentidos previamente existentes (os signos de segunda ordem são construídos tendo por base os signos de primeira ordem). Ainda que o seu estatuto como produto cultural continue a ser reconhecido, o mito transforma os valores culturais, no caso de Barthes, a cultura burguesa francesa, em valores universais e naturais, ofuscando tratar-se da construção histórica de uma específica visão do mundo. Deste modo, como exemplifica o autor (1991 [1957], p. 115), a fotografia de um jovem negro envergando o uniforme militar francês na capa da revista *Paris-Match*, embora signifique aquilo que a imagem referencia, isto é, um soldado, opera a um outro nível de significação, traduzido na ideia de “que a França é um grande Império, que todos os seus filhos, sem discriminação com base na cor, servem fielmente a sua bandeira e que não existe melhor resposta aos detratores de um pretense colonialismo do que o zelo mostrado por este negro ao serviço dos seus assim chamados opressores”.

Assim como o *mito* permite colocar em evidência as operações ideológicas ocultas na exposição de determinadas realidades como naturais e evidentes, também o conceito de *codificação* de Stuart Hall põe a descoberto como os *media* produzem e veiculam o conhecimento social por referência a um campo incontornável de sentidos pré-produzidos. Não é preciso sequer que o processo circunscreva a diversidade de mundividências que as sociedades desenvolvidas permitem criar num universo simbólico unitário, servidor, em exclusivo, dos interesses da elite dominante – como a perspectiva marxista clássica a que, em especial, os membros da Escola de Frankfurt aderiram para explicar os efeitos da propaganda de massas dos regimes totalitários emergentes na Europa, nos anos de 1920 e 1930. Logo, a codificação não é caracterizada

como um processo ideológico unívoco e rígido, mas pautado pela altercação: entre “explicações e racionalidades preferenciais e excluídas, entre comportamentos desviantes e permitidos, entre o ‘sem sentido’ e o ‘significativo’, entre as práticas, os sentidos e os valores incorporados e os seus opostos” (Hall, 1977, p. 341).

Sob este prisma, o exercício ideológico é essencialmente um exercício discursivo, que os *media* desenrolam em contínuo e que se revela instrumental para a naturalização de determinadas visões da sociedade, dos grupos sociais em que a sociedade se organiza e das posições de poder ocupadas por esses grupos. É através desse escrutínio permanente, ideologicamente orientado, que a seleção do comportamento que se não enquadra nos padrões de normalidade social, a qualificação e a desqualificação de condutas como desviantes, a classificação dos indivíduos por referência a particularidades físicas ou ações tidas como típicas se processa, entrando no senso comum. É a esta luz que a força hegemónica dos estereótipos veiculados pelos *media* deve também ser pensada.

A ideia de que os públicos interagem ativamente com os textos e não simplesmente consomem de forma passiva as mensagens hegemónicas dos *media* veio, no entanto, complexificar e simultaneamente enriquecer a compreensão dos estereótipos. O modelo desenvolvido por Stuart Hall (1980), segundo o qual o processo de construção do sentido das mensagens mediáticas é partilhado por emissores e recetores marcou uma viragem fundamental rumo a uma maior preocupação com o papel das audiências na produção de significados. Com a gradual disseminação desse modelo, passaram a ser mais intensamente questionados o implícito determinismo ideológico dos textos mediáticos e a presumida passividade dos consumidores. A consideração do sentido como fazendo parte de um processo, de uma realidade viva que só pode ser provisoriamente fixada, deslegitimou a ideia de que os públicos, tradicionalmente situados no polo oposto e numa posição

subordinada na cadeia comunicativa, irão interpretar as mensagens através das mesmas significações usadas pelos emissores. Passou, pelo contrário, a admitir-se que os públicos aceitam ou contestam os sistemas ideológicos transportados nas mensagens mediáticas ou até mesmo que as decifram de forma exatamente contrária à esperada. Simultaneamente, passou a testar-se, através do recurso a estudos de recepção, como se desenrola o processo de construção do sentido, que se estende, efetivamente, da produção ao consumo.

Particularmente a investigação feminista dos *media* encontrou nos estudos de recepção uma forma de suplantar “a política insatisfatória escondida no projeto textual” (van Zoonen, 1994, p. 106). Isto é, se a análise das identidades de género nos textos mediáticos oferece, em princípio, o sentido ideológico que lhe está subjacente, os estudos das audiências configuram um modo de consciencialização da natureza patriarcal da produção mediática, permitindo às mulheres «comuns» aperceber-se de como os seus consumos as colocam ou podem colocar na posição de subordinadas. Neste sentido, os prazeres das audiências poderão ser interpretados como uma forma de falsa consciencialização. Independentemente do tipo de estudos conduzidos e das teses a partir deles defendidas, a preocupação com as audiências traduz, com clareza, uma importante viragem na investigação feminista em geral: “das explicações determinísticas da subordinação das mulheres”, designadamente pelos *media*, para “os processos de simbolização e representação” (van Zoonen, 1994, p. 107).

No terreno contestado dos estereótipos, cognição, representação, ideologia, produção e consumos são conceitos que, em lugar de rivalizarem, se deverão, pois, articular em nome de uma adequada compreensão da sua natureza hegemónica e das formas de a contestar. Mas este empreendimento não pode ainda dispensar uma compreensão estruturada pelo pensamento feminista, cujos programas intelectuais diversificados não deixaram apenas irrecor-

nhecível o estudo das identidades sociais, como apontaram novas vias epistemológicas e projetos disciplinares. Esse é o caso os estudos feministas dos *media*, que em seguida nos ocupará.

3. Género, *media* e crítica feminista

Entre as preocupações centrais dos estudos feministas dos *media* estão naturalmente as implicações sociopolíticas das construções mediatizadas das identidades de género. Como ferramenta teórico-metodológica, o conceito de género tem sido, portanto, determinante, na medida em que ofereceu um paradigma para refletir sobre a ordem societária e o estatuto diferenciado que mulheres e homens ocupam nela. O género corresponde a uma categoria sociopolítica, bem como a um modelo analítico a partir do qual a longa história da subalternização e dominação femininas foi sendo descrita e as desigualdades e as hierarquias alojadas nas estruturas e nas práticas discursivas combatidas, designadamente através da desconstrução da ideia de que a biologia representa o destino. Através deste conceito, as imagens, os universos semânticos, a argumentação, as representações sociais que, sendo tão comuns, contribuem para criar ou reproduzir uma certa ideia de mulher e de feminilidade, mas também de homem e de masculinidade, podem, de forma estimulante, ser desconstruídos a partir do reconhecimento de que a identidade de género é um produto sociocultural complexo, uma “estrutura ideológica” (Lazar, 2008) que, nas sociedades patriarcais, estratifica os indivíduos.

Grande parte da reflexão neste domínio utiliza o termo *sexo* para referir as diferenças biológicas entre homens e mulheres e o termo *género* para referir as diferenças culturalmente construídas. Assim, se o conceito de sexo traduz o conjunto de características biológicas que distinguem os seres humanos, o conceito de género

refere-se às representações sociais e culturais do sexo biológico, muitas vezes traduzidas em traços de género e em papéis de género que se reforçam mutuamente e que «naturalizam» no senso comum a diferença entre sexos baseada na natureza. Esta diferença prestou-se, e presta-se, à construção de uma disparidade histórica, sobre a qual a divisão do trabalho e o acesso à esfera intelectual e simbólica, por exemplo, se organizaram, ao longo do tempo, segundo uma profunda assimetria. A esta luz, se a classe, tal como a raça, a etnia, a religião e a idade, por exemplo, configura uma parte importante do sistema de desigualdade e de privilégios que permeia, de modo mais ou menos dissimulado, todos os campos da vida social, o género, feminino e masculino, é o modelo que, varrendo o universo social por inteiro, auxilia a desconstrução desse sistema.

Como referimos, o estudo dos estereótipos de género nos *media* começou, *grosso modo*, por centrar-se na estereotipia como distorção das características e da posição realmente ocupada por grupos identitários na sociedade, fosse por sub-representação, sobre representação ou falsa representação. Desenvolvido sobretudo através de análises de conteúdo, este investimento original da pesquisa visava identificar os estereótipos presentes nos textos mediáticos com o objetivo de os corrigir. Em particular, os trabalhos dos anos de 1960, de cariz sobretudo quantitativo, procuraram documentar, através de análises de conteúdo, o desfasamento entre a vida «real» das mulheres e as imagens projetadas pelos *media*, projeções que Friedan (1963) fez corresponder à ideia de “mística feminina”. A convicção de que as imagens «falsas», distorcidas da realidade social sociabiliza os públicos, encorajando-os a aceitar os estereótipos de papéis sexuais e de género como normais, óbvios e naturais foi a mola propulsora deste empreendimento, contemporâneo da chamada segunda vaga de movimentos feministas. Sem assumidamente o defenderem, o que muitos destes estudos iniciais procuraram desafiar, recorda com propriedade Margaret Gallagher (2014, p. 24), foi o papel ideológico dos meios de comunicação de massas.

A importância de estudar as imagens das mulheres e da feminilidade passou, no final da década de 1970, a estar menos ligada à categorização simplificada do universo feminino – composto por «fadas do lar» ou «objetos sexuais», por exemplo – do que à assunção de que essas imagens conteriam uma dimensão cultural correspondente ao reducionismo essencialista das identidades sociais. Assim, no prolongamento das primeiras pesquisas interessadas em mostrar como as representações mediáticas “têm, de uma forma ou de outra, qualquer coisa de errado, em termos históricos, biográficos, sociais ou sob qualquer outra base de exatidão” (Silveirinha, 2008, p. 125), as preocupações que encontramos não são já com as dinâmicas de distorção, mas com os processos de construção social.

Na base dessa reorientação de fundo estão dois impulsos intelectuais distintos, mas interrelacionados. Por um lado, o reconhecimento do carácter constitutivo do discurso mediático, a que já nos referimos. É já neste enquadramento que duas influentes hipóteses explicativas da relação entre os *media* e as mulheres devem situar-se: a invisibilidade e a «aniquilação simbólica» do universo feminino. Mostrou, em 1978, Gaye Tuchman (2004, pp. 139-140) que a representação simbólica das mulheres não as desvaloriza apenas quando as ignora; mesmo quando representadas, as mulheres trabalhadoras, por exemplo, são “condenadas”, “trivializadas”, retratadas como “ornamentos infantis” que carecem de proteção, ou, simplesmente, “desvalorizadas dentro das fronteiras protetoras do lar”. A mudança epistemológica que estas propostas arrastam corresponde, com efeito, a um outro programa intelectual, interessado no papel dos *media* na construção discursiva da realidade através do reforço de sistemas de valores opressivos. Como essa construção se relaciona com fatores macroestruturais, tais como as concepções patriarcais de feminilidade e as políticas do mercado neoliberal, e microestruturais, nomeadamente os processos de produção de notícias, são questões que assumem,

neste contexto de pesquisa, uma relevância particular e também em Portugal têm sido colocadas.⁴

Nas últimas décadas, este empreendimento tem contemplado vários tipos de *media* e produtos mediáticos e utilizado tanto metodologias quantitativas como qualitativas para documentar e analisar as representações estereotipadas das mulheres e a exploração de uma faixa limitada de símbolos, que delimitam a identidade feminina, incluindo por via da sua comparação e contraste com a masculinidade hegemónica. Percebidas como construções discursivas, a feminilidade e a masculinidade são crescentemente avaliadas como ideários que, embora permaneçam interrelacionados e dependentes da ideologia patriarcal, são muito mais dinâmicos e plurais do que faziam supor os primeiros investimentos neste domínio.

Por outro lado, a reconsideração do conceito de *identidade* à luz das ideias pós-estruturalistas permitiu superar, de modo irreversível, a tradição precedente de diferentes campos do saber de negligenciar a impossibilidade de existência de identidades essencialistas. Ao realçar a importância dos processos de significação, aferidos não por referência a um discurso universal, mas pela sobreposição de relações entre discursos parciais e contingentes, a viragem pós-estruturalista das últimas duas décadas do século XX veio, desde logo, colocar em relevo a ideia de que existem diferenças radicais, culturalmente construídas, entre os indivíduos. O núcleo duro ideológico que pode distinguir-se no conjunto, também ele diversificado, de perspetivas pós-estruturalistas corresponde à rejeição quer do logocentrismo ariano, masculino, ocidental, quer dos modelos que legitimam visões unívocas da discriminação, opressão e libertação femininas e, naturalmente, da própria categoria uniforme «mulheres». Não é, assim, apenas abalada a ideia de que o conhecimento «verdadeiro» é possível; admite-se,

⁴ A título de exemplo, *vide* Martins, 2015; Silveirinha, 2006; Simões, 2007, 2008, 2015.

em paralelo, que a partir do momento em que um determinado tipo de conhecimento é fixado e validado, passa a exercer-se o jugo do poder, neste caso definatório, que se quer contrariar (Young, 1995).

A noção de diferença adquire, por conseguinte, uma importância crucial. No quadro de uma agenda pós-estruturalista, o mundo não parece senão marcado por diferenças: diferenças entre homens e mulheres e diferenças entre mulheres (Tong, 2009, p. 9). O cruzamento de distintas particularidades sociais distintivas, tais como o género, a classe, a raça, a idade, a etnia ou ainda a orientação sexual, e o conflito entre elas, é o ponto de partida fulcral para as mulheres passarem a ser conceptualizadas, com o fito de permitir a «libertação» para a procura de novas formas de subjetividade. Uma visão pós-modernista destes processos tenderá a não questionar apenas a conceção de identidade (humana ou de grupo) e as identidades binárias (tais como homem e mulher), como a substituí-las por noções de instabilidade e fluidez (Beasley, 2006, p. 24). Por conseguinte, se tipicamente, a compreensão «moderna» das identidades sexuais assenta num modelo em que os atributos do género são determinados pelo sexo, a compreensão «pós-moderna» privilegia um entendimento estruturado a partir do reconhecimento de uma multiplicidade de modos de expressão e de autoexpressão.

Assim, se o feminismo tem pressionado programas intelectuais diversificados, que cruzam áreas disciplinares distintas, a partir das quais são desenroladas análises compreensivas da realidade social em domínios variados, também as transformações epistemológicas na ciência têm desafiado a teoria feminista a criar novos enquadramentos para pensar os desequilíbrios sociais e o seu impacto diferenciado na vida de diferentes identidades de género. Na esteira desses novos enquadramentos faz, com efeito, pouco sentido mapear os estereótipos veiculados pelos *media* com vista a testar o grau de fiabilidade com que representam coletivos identitários cuja unidade e essência só aparentemente existem antes da sua

discursivização. Mas a sua análise deverá continuar a merecer um lugar preponderante nos estudos dos *media*, porquanto configuram um tipo de mecanismo social no qual a perspectiva androcêntrica do mundo encontra uma importante fonte de autolegitimação.

Considerações finais

Os *media* são, acima de tudo, espaços nucleares onde a negociação das identidades sociais, assim como das formas de sociabilidade e do próprio mundo fenomenológico têm lugar (Fairclough, 1995, p. 55). É nesses espaços que os sentidos preferenciais são, mais ou menos provisoriamente, fixados, a partir da gestão contingente que deles é feita por diferentes tipos de *media* e desempenhos mediáticos. A partir de uma perspectiva feminista, uma das vantagens do envolvimento com a complexidade destes processos de significação é permitir situar os *media* em intrincadas relações de poder, sem deixar de reconhecer o seu papel na transformação dessas relações, em nome de uma sociedade mais justa. Trata-se de um desafio que passa, inevitavelmente, por invocar a responsabilidade social destas instituições, que se estende aos planos da formação da opinião pública, da sinalização e configuração de problemas coletivos e da construção das identidades e das relações sociais. Daí a importância de manter viva a crítica do escrutínio social resultante da ação dos *media*. Não somente para compreender como esse é um processo seletivo e ideologicamente orientado, mas sobretudo para explorar o papel importante que os *media* poderão desempenhar no combate às representações estereotipadas de género. Fazê-lo implica, como procurámos mostrar, investir na compreensão das práticas de representação que dão corpo à estereotipia, das intencionalidades subjacentes a essas práticas e das suas eventuais consequências sociopolíticas.

Referências bibliográficas

- Barthes, R. (1991 [1957]). *Mythologies*. New York: The Noonday Press.
- Beasley, C. (2006). *Gender and sexuality: critical theories, critical thinkers*. London: Thousand Oaks; New Delhi: Sage.
- Carter, C., Steiner, L. e Mclaughlin, L. (eds.) (2014). *The Routledge companion to media and gender*, London; New York: Routledge.
- Díaz Soloaga, P. & Muñiz Muriel, C. (2008). Women Stereotypes Portrayed in Print Ads by Luxury Fashion Brands. A Content Analysis from 2002 to 2005. *Observatorio (OBS*) Journal*, 4, 291-305.
- Friedan, B. (1963). *A mística da mulher*. Lisboa: Ulisseia.
- Fairclough, N. (1995). *Media Discourse*. London; New York; Sidney; Auckland: Arnold.
- Fiske, J. (1994). *Media matters: everyday culture and political change*. Minneapolis, MN, London: University of Minnesota Press.
- Gallagher, M. (2014). Media and the representation of gender. In C. Carter, L. Steiner & L. Mclaughlin (eds.) *The Routledge companion to media and gender* (pp 23-31), London; New York: Routledge.
- Gallego, J. (2002). *La prensa por dentro: producción informativa y transmisión de estereotipos de género*. Barcelona: Libros de la Frontera.
- Gallego, J. (2009). Género e representação Públicas: realidades e desejos, *Media & Jornalismo*, 15 (8-2), 43-53.
- Gill, R. (2007). Postfeminism Media Culture: Elements of Sensibility, *European Journal of Cultural Studies*, 10(2), 147-16.
- GMMP (2015). Global Report 2015 <http://cdn.agilitycms.com/who-makes-the-news/Imported/reports_2015/global/gmmp_global_report_en.pdf> Consultado a 10 de janeiro de 2016.
- Hall, S. (1977). Culture, the media and the 'ideological effect'. In J. Curran, M. Gurevitch & J. Woollacott (eds.) *Mass communication and society* (pp 315-348). London: Open University Press.
- Hall, S. (1980). Encoding/decoding. In S. Hall, D. Hobson, A. Lowe & P. Willis (eds.) *Culture, media, language: working papers in cultural studies, 1972-79* (pp 117-127). London: Routledge/Centre for Contemporary Cultural Studies.
- Hall, S. (2003). The work of representation. In S. Hall (ed.) *Representation* (pp 13-74). New Delhi: Sage.
- Hamilton, D. L. (Ed.) (1981). *Cognitive Processes in Stereotyping and Intergroup Behaviour*. Hillsdale, N. J.: Erlbaum.
- Jensen, K. B. (2002). The humanities in media and communication research. In K. B. Jensen (ed.) *A handbook of media and communication research: qualitative and quantitative methodologies* (pp 15-39). London; New York: Routledge.
- Lazar, M.M. (2008). Language and communication in the public sphere: a perspective from feminist critical discourse analysis. In R. Wodak & V. Koller (eds.) *Communication in the Public Sphere. Handbooks of Applied Linguistics Vol. 4* (pp 89-110). Berlin; New York: Mouton de Gruyter.

- Lindne, K. (2004). Images of Women in General Interest and Fashion Magazine Advertisements from 1955 to 2002, *Sex Roles*, 51 (7/8), 409-421.
- Lippmann, W. (1998 [1922]). *Public Opinion*. New Brunswick, London: Transaction Publishers.
- Martins, C. (2015). *Mulheres, liderança política e media*. Lisboa: Alêtheia Editores.
- Perkins, T. E. (1979). Rethinking Stereotypes. In M. Barrett *et al.* (eds.) *Ideology und Cultural Production* (pp 135-159). New York: St. Martin's Press.
- Pinto-Coelho, Z. & Mota-Ribeiro, S. (Org.) (2012). *Gênero e Heterossexualidade: Discursos e Imagens na Publicidade e nos Media, Comunicação e Sociedade*, 12.
- Saussure, F. (1986 [1945]). *Curso de lingüística general*. Buenos Aires: Losada.
- Shields, V. R. (2003). How Advertising Uses Gender to Invert Signs of Empowerment and Social Equality. In A. N. Valdivia (ed.) *A Companion to Media Studies* (pp. 247-271). Malden; Oxford; Victoria: Blackwell Publishing.
- Silveirinha, M. J. (Coord.) (2004) *As mulheres e os media*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Silveirinha, M. J. (2006). Obliterando o «político»: o «pessoal» no espaço público mediatizado, *Ex aequo*, 14, 67-92.
- Silveirinha, M. J. (2008). A representação das mulheres nos *media*: dos estereótipos e «imagens da mulher» ao «feminismo» no circuito da cultura. In J. P. Esteves (org.) *Comunicação e Identidades Sociais* (pp 103-130). Lisboa: Livros Horizonte.
- Simões, R. B. (2007). *A violência contra as Mulheres nos Media. Lutas de Gênero no Discurso das Notícias (1975-2002)*, Coimbra: Coimbra Editora.
- Simões, R. B. (2008). A construção simbólica da feminilidade marginal na imprensa portuguesa. In R. Pérez-Amat García, S. Núñez Puente & A. García Jiménez (coord.) *Comunicación, Identidad y Género* (pp 456-470). Madrid: Fragua.
- Simões, R. B. (2015). *Crime, Castigo e Gênero nas Sociedades Mediatizadas – Políticas de (In)justiça no Discurso dos Media*. Lisboa: Media XXI.
- Steiner, E. (1986). Stereotypes and the Media: A Re-evaluation”, *Journal of Communication*, Spring 1986, 14-26.
- Tajfel, H. (1969). Cognitive Aspects of Prejudice, *Journal of Social Sciences*, 25, 79-97.
- Tew, J. (2002). *Social Theory, Power and Practice*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Thornham, S. (2007). *Women, feminism and media*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Tuchman, G. (2004). O aniquilamento simbólico das mulheres pelos meios de comunicação de massas. In M. J. Silveirinha (coord.) *As Mulheres e os Media* (pp 139-153). Lisboa: Livros Horizonte.
- Van Zoonen, L. (1994). *Feminist Media Studies*. London: Sage.
- Young, I. M. (1995). Gender as seriality: thinking about women as a social collective. In L. Nicholson & S. Seidman (eds.) *Social postmodernism: beyond identity politics* (pp 187-215). Cambridge: Cambridge University Press.

(Página deixada propositadamente em branco)

**O IMPACTO DAS ALTERAÇÕES DAS ROTINAS
PRODUTIVAS E DO ADVENTO DA INTERNET
NA RELAÇÃO ENTRE FONTES E JORNALISTAS:
ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE O TRATAMENTO
NOTICIOSO DE PROTESTOS SOCIAIS**

João Miranda

CEIS20/FLUC

0000-0002-4720-3724

Resumo: A mutação das rotinas produtivas do jornalismo e o progresso tecnológico dos canais de comunicação vieram reformatar os modelos de relação entre jornalistas e fontes de informação. A partir desta hipótese, este texto reúne diferentes propostas teóricas sobre a problemática da correspondência entre repórteres e as suas fontes. Uma análise transversal a artigos sobre manifestações demonstra um recurso relevante a fontes não identificadas, a não revelação do método de contacto com as fontes e um uso significativo de redes sociais como fonte.

Palavras-chave: Fontes; Rotinas produtivas; *Gatekeeping*; Redes sociais.

Abstract: The mutation of the productive routines of journalism and the technological progress of the communication

channels reshaped the models of relationship between journalists and their sources. Starting from this hypothesis, this paper brings together different theoretical propositions on the subject of reporters and sources relationship. A cross analysis of newspaper articles on political demonstrations shows a trend use of unidentified sources.

Keywords: Journalism sources; Productive routines; Gate-keeping; Social networks.

Introdução

O processo de produção de uma notícia é, em si mesmo, um ato de construção social da realidade (Tuchman, 1978), isto é, a noção de um exercício de criação de um ideário partilhado, mas ao mesmo tempo a ideia de que depende intimamente de fatores externos ao jornalista, à redação e ao próprio jornalismo. Este exercício resulta, portanto, de uma relação de influências de âmbito pessoal, social e cultural, onde as práticas e normas definidas ou ideadas encerram uma função fulcral na garantia da qualidade do produto jornalístico (Sousa, 2000). A relação com a fonte da notícia, e o seu desenvolvimento dentro das rotinas produtivas, assume um papel essencial neste processo construtivo (Sigal, 1973).

A mutação do paradigma socioprofissional do jornalismo, e sobretudo dos modelos laborais em que ele se desenvolve, e o progresso tecnológico têm contribuído em grande medida para uma alteração das rotinas produtivas (Sousa, 2000; Ramonet, 1999) e, conseqüentemente, das relações entre jornalistas e fontes. A compreensão desta perspetiva torna-se tão mais premente quando estas práticas se observam no âmbito do jornalismo político, onde o combate pelo domínio da definição do agendamento está mais patente (Muñoz-Alonso e Rospir, 1995).

Considerando tudo isto, este estudo debruça-se sobre o impacto que a alteração das rotinas produtivas resultantes da entrada de novas tecnologias nas redações e o advento da internet produzem sobre a relação das fontes com os jornalistas e de que forma estas lógicas se encontram patentes no jornalismo político. Através de uma análise ao espaço noticioso sobre manifestações nacionais de contestação política, procura perceber-se o contexto das fontes que ocupam o jornalismo político, como é desenvolvida essa relação e que valores conduzem a formulação destes produtos noticiosos.

Relação entre jornalistas e fontes

Recuperando a ideia de Leon Sigal (1973), a construção do produto noticioso depende intimamente, numa primeira análise, das fontes consultadas e, posteriormente, das informações por elas prestadas. Daqui resulta óbvia a constatação de Jorge Pedro Sousa (2002), quando reconhece que, perante o poder que assumem na formulação dos conteúdos noticiosos e conseqüentemente na edificação do espaço público, a problemática do estudo das fontes tenha assumido uma posição central na investigação do campo mediático. Aqui, mais do que encontrar uma definição linear de fontes¹, ressalva-se a necessidade de compreender as complexas relações entre fontes e jornalistas na produção dos produtos informativos – a dança de procura mútua que Gans (1979) descreve.

Este processo binário (McQuail, 2003) encontra significado na relação persistente entre a busca de informações, por parte dos jornalistas, e a procura de enquadrar as notícias, pelo lado das fontes. É sobretudo a partir desta segunda premissa que Molotch e Lester (1974) definem o conceito de “promotor de notícias”, isto é, o exercício voluntário ou involuntário que as fontes desenvolvem no sentido de efetivar certos casos como informação e evitar a notícia de outros. Este processo, continuam os autores, ocorre através da adequação das suas às rotinas produtivas do jornalismo. Como refere Rogério Santos (1997: 76), “o jornalista raramente está em posição de observar o acontecimento – ele precisa de alguém que lhe faça um relato o mais correto possível, que é a fonte”. Assim, resulta claro que, durante o processo de seleção e escrita da notícia – rotinas produtivas –, os jornalistas, conscientemente ou não, sejam influenciados pela perspectiva da fonte (Chaparro, 2001).

¹ Não obstante encontrarem-se exercícios de concetualização nos trabalhos de Manning (2001), Berlo (2003) ou Santos (2003).

Embora subsista uma proliferação de concetualizações de tipologia de fontes, destaca-se neste estudo o sistema de Ericsson e Chan (1989), que categorizam as fontes entre porta-vozes de organizações governamentais, porta-vozes de organizações não-governamentais, cidadãos individuais e jornalistas. É este primeiro grupo – as fontes oficiais – que Sigal (1973) assume usufruírem de um acesso privilegiado ao espaço informativo e às rotinas de produção mediáticas, menorizando as fontes menos conhecidas. Molotch e Lester (1974) vão mais longe nesta análise, definindo as fontes mais poderosas como capazes de, mais do que se adequarem aos processos de construção informativa, readequarem as próprias rotinas de produção. Stuart Hall (1999) prossegue esta ideia, negando o poder negocial dos jornalistas na sua relação com as fontes. Neste modelo hierárquico, as fontes poderosas – onde se incluem políticos, representantes institucionais, patronato ou dirigentes sindicais – serão capazes de condicionar todo o processo de produção informativo e adequar os enquadramentos aos seus interesses – são assim denominados como “definidores primários” (1999: 253).

Ainda que Molotch e Lester admitam no seu modelo de relação jornalista/fonte uma relativa autonomia dos profissionais nas suas rotinas – sobretudo no que definem ser eventos de “acesso direto” (1974: 109), isto é, construções noticiosas que dependem da flexibilidade e proatividade do jornalista em recolher as informações –, Hall admite que a interpretação primária introduzida pelas fontes poderosas delimita à partida todo o futuro desenvolvimento da produção noticiosa em torno do enquadramento apresentado. Reside, assim, nesta perspetiva elementar do entendimento da relação de domínio da agenda por parte das fontes, a principal crítica apontada por Rogério Santos (1997) à tese de Hall, que a considera truncada da profusão de todo o processo de relações na produção noticiosa, bem como contextual no tempo.

Importa, portanto, recuperar a discussão de Herbert Gans (1979), que centra a sua análise particularmente no processo do *newsmaking*.

Esta ideia de inclusão do jornalista no processo encontra-se, de resto, bem patente na concetualização que cria de fonte, isto é, “atores que o jornalista observa ou entrevista” (1979: 80) – aceção que inclui as personagens que contribuem para a construção da narrativa noticiosa através do discurso citado, mas que pode também abranger aqueles que contribuem indiretamente através da sugestão de ângulos ou histórias, porém, figuras que interagem neste processo, enquanto membros de grupos de interesses organizados.

Tal como os restantes autores supracitados, também Gans (1979) realiza uma distinção entre os diversos tipos de fonte – institucionais e oficiosas; estáveis e provisórias; conhecidas e desconhecidas; ativas e passivas. Contudo, o grande contributo do investigador para a presente análise estabelece-se na compreensão que realiza do processo relacional entre fontes e jornalistas como um sistema, onde inclui também as audiências como ator.

Diante desta diversidade complexa de fontes, o jornalista realiza a sua escolha não só baseado no papel e estatuto que ela assume na estrutura social, mas também, introduz Gans (1979), em função das necessidades produtivas.

Segundo esta proposta, Gans (1979) não diverge de Sigal (1973) quando delineia que o acesso das fontes aos *media* não depende exclusivamente da posição hierárquica ou do papel social que assumem, mas obedece também à facilidade que introduzem no âmbito do processo individual da criação das notícias. Importa, porém, uma distinção, interessante no âmbito deste estudo, entre a relação entre fontes e jornalistas especializados e jornalistas não especializados. Os jornalistas especializados, devido ao âmbito das suas rotinas de trabalho, criam relações contíguas e permanentes com as suas fontes. A partir desta relação de obrigações recíprocas, as fontes acabam por se estabelecer como informadores pessoais e privilegiados dos repórteres, conferindo informações mais completas, muitas vezes do âmbito da confidencialidade. Ao

mesmo tempo, os jornalistas especializados, integrados na natureza da temática, conseguem ultrapassar a ignorância inerente à multiplicação de questões específicas.

Por seu lado, os jornalistas não especializados lidam na órbita das suas rotinas com acontecimentos e temáticas profusamente díspares entre si. Desenvolvem geralmente este trabalho sem o conhecimento específico das temáticas que reportam, a que se acresce, compreende Gans (1979), a falta diária de tempo. Assim, estes jornalistas acabam por se virar para as fontes autorizadas, a quem reconhecem o cunho de autoridade, mas também de produtividade. No sentido de obliterar alguma incerteza sobre o trabalho produzido, reconhece o autor, estes repórteres operam com outros jornalistas, numa rede de troca de impressões e informações. Isto resulta numa postura passiva dos órgãos de comunicação, que acabam de certa forma permeáveis às fontes que mais prontamente respondem às necessidades dos jornalistas.

Posto se admita a existência de uma série de outras perspetivas sobre esta temática – onde se destacam as propostas de Hess (1984) sobre uma conexão de reação, a ideia da relação de interesse mútuo de Blumler e Gurevitch (1992), ou a questão das pressões levantada por Curran (1977) –, considera-se que os conceitos acima apresentados assumem a capacidade de exprimir o processo relacional entre jornalistas e fontes e a sua hierarquização. Não obstante considerar-se-ão também como referência as questões profissionais do jornalismo colocadas por Elliot e Schlesinger (*Apud* Santos, 1997) sobre a rotinização e cronometalidade da produção noticiosa (que serão desenvolvidas mais à frente).

Mutação das rotinas produtivas

Os jornalistas – excetuando o caso dos *freelancers* –, independentemente do regime laboral adotado, operam em organizações

onde se releva uma conjugação de um nível intermédio entre a ação pessoal e a ação organizacional. Modelos estruturais onde o trabalho, embora possa decorrer de uma série de fatores de socialização, como a imitação, aspirações ou expectativas, depende sobretudo da relação institucional estabelecida dentro da redação. Assim, é esta estrutura e dimensão burocrática que, em última análise, influem no processo da produção noticiosa (Sousa, 2000).

Ainda que este exercício dos jornalistas possa depender substancialmente desta estrutura coletiva, os profissionais possuem hábitos próprios, afetos a processos convencionais e sociais de trabalho: as rotinas de produção. Refere Traquina (1988) que é este exercício de produção que garante ao jornalista a efetivação do seu trabalho ao mesmo tempo que assegura o controlo sobre a qualidade do produto, contra as limitações da pressão de tempo.

Philip Schlesinger (1999) caracteriza o produto noticioso como uma mercadoria singular numa perspetiva temporal, da qual o valor de utilização rapidamente se esgota. É, de resto, este atributo que está na origem do pensamento cronométrico que se desdobra entre dois fatores distintos: o imediatismo e a efemeridade da informação, e a imposição da cadência do acontecimento. Embora considere que se encontra já enraizada no ideário dos jornalistas, Schlesinger admite que esta ideologia depende sobretudo das condições do mercado e dos imperativos empresariais – portanto, a concorrência –, que ditam os valores da atualidade e rapidez associados à produção noticiosa.

Ainda sobre a questão dos processos produtivos do jornalismo, Mauro Wolf (2003) explica mesmo que, num sistema de produção de notícias em série, estas rotinas desenvolvem um importante papel no processo informativo e incidem resolutamente nas práticas éticas e deontológicas, bem como na “qualidade da informação”. Admite-se, portanto, que este conjunto de operações, que pretendem garantir a prossecução dos valores da responsabilidade social

do jornalista, pode passar por práticas tão banais como o contacto direto, procura da diversidade das fontes ou a visita ao local em reportagem, logo, o aprofundamento das matérias.

Tuchman (1972) destaca o papel das rotinas produtivas como garantia, mais do que da noção de controlo já aqui desenvolvida, da estruturação e formalização dos procedimentos profissionais do jornalismo e, conseqüentemente, de mecanismos de defesa relativamente ao seu trabalho. Contudo, Kovach e Rosenstiel (2001) evocam esta mesma condição como um fator negativo. Para os autores este problema ocorre quando as rotinas se vertem numa homogeneização de consciências dentro da redação, em que uma inércia de índole burocrática impõe o seguimento de convenções padronizadas para toda a organização. Esta problemática acentua-se tanto mais quanto se imponha o fluxo de informação e a urgência do fator-tempo.

Contrariedade semelhante é definida por Traquina (1988), quando identifica que a profissão tende a desenvolver-se como um ofício burocratizado, consequência do aumento constante dos fluxos de informação, redução do número de profissionais na redação e, subsequentemente, do aumento da pressão do tempo. Isto resulta no estabelecimento de canais rotineiros onde dominam as fontes acessíveis e de maior facilidade de acesso, o que conduz ao declínio do jornalismo de investigação e aprofundamento, facilitando a manipulação (Sousa, 2000). Ao mesmo tempo, verifica-se uma uniformização do trabalho de *gatekeeping*, o que acarreta por si uma estandardização dos produtos informativos e uma padronização do pensamento e das ideias veiculadas.

Fruto dos processos de desprofissionalização e proletarização do ofício jornalístico, Ignacio Ramonet (1999) não coloca dúvidas em comparar os repórteres a operários inseridos num modo de produção 'taylorista', onde a sua função é cada vez mais reduzida a agregador de informações, que trata não sob uma lógica que evidencie os juízos da verdade e validade, mas que salienta as questões da profusão

e da instantaneidade do produto. Resumindo, os novos jornalistas abandonam a sua identidade romântica, para assumir uma nova figura de “retocadores de despachos de agência” (Ramonet, 1999: 51).

A introdução a estes novos contextos laborais da informação encontra-se, de resto, bem precisa no modelo desenvolvido por Erik Neveu (2001) de “jornalismo sentado”. Neveu desenvolve a ideia de um jornalismo burocratizado, onde – em contraponto com um repórter em pé, que abandona a redação para contactar com o local do acontecimento e comunicar diretamente com as fontes –, o jornalista assume funções de recolha e tratamento de declarações de fontes acessíveis ou, até mesmo, de outros produtos noticiosos.

Ainda sobre esta questão, interessará rever a análise de Fábio Henrique Pereira (2003) ao desenvolvimento das rotinas produtivas do sítio noticioso “Correio WEB”, onde desvenda características pertinentes sobre a lógica de envio de repórteres para a rua, tais como a eleição da permanência na redação relativamente ao abandono do local do trabalho – esta prática só ocorre quando não existem informações passíveis de serem cobertas a partir da redação – ou a preferência sobre a cobertura extensiva e massificada de um acontecimento, a partir de outros meios, relativamente ao envio do jornalista.

Aqui, torna-se também interessante recuperar o inquérito realizado entre os jornalistas da área de Lisboa, onde 59,9% dos jornalistas admitiam ter as assessorias de imprensa e os gabinetes de relações públicas como principais fontes (Serrano, 1998).

Finalmente, um outro estudo (Miranda, 2012), desenvolvido a partir de um inquérito realizado entre jornalistas dos principais diários portugueses e dos jornais com maior tiragem na região de Coimbra, indicava que apenas 8,1% dos profissionais inquiridos admitia contactar “sempre” diretamente com as fontes, contrastando com 44,6% que concordava realizá-lo “muitas vezes”, 37,8% que respondia realizá-lo “frequentemente”, ou mesmo 9,5% que admitia “raramente” desenvolver um contacto direto com as fontes.

Já quando sondados sobre a quantidade de vezes a que recorrem somente a comunicados ou a notas de imprensa como única fonte, 50% dos respondentes explicou praticá-lo raramente, 26,3% frequentemente, 17,1% nunca e 6,6% admitia realizá-lo “muitas vezes”. No mesmo sentido, sobre o contacto direto com o local do acontecimento, 35,5% dos inquiridos abandona frequentemente a redação em reportagem, 30,3% mencionou efetuá-lo “muitas vezes”, 28,9% raramente e 5,3% nunca o faz (Miranda, 2012).

Estes últimos dados, embora não corroborem a ideia de uma mutação das rotinas completa para o paradigma desenvolvido por Erik Neveu, interessam para o âmbito deste estudo quando se denota, através de uma correlação entre estas problemáticas e a variável da editoria em que os jornalistas desenvolvem o seu trabalho, que é nas secções tradicionalmente afetadas ao objeto de estudo que aqui se desenvolve que os preceitos do cânone do “jornalismo sentado” se encontram mais enraizados – Sociedade, País/Portugal e Economia (Miranda, 2012).

É, contudo, possível articular uma conexão destes resultados com o que já se desenvolveu ser um crescimento do ritmo de produção do jornalismo, quando se verifica o volume de matéria produzida: apenas 8,1% dos inquiridos aponta redigir, em média, um artigo por edição. O grupo de jornalistas que redige dois a três artigos por edição é o que assume maior peso, em 45,9% da amostra, seguindo-se os jornalistas que escrevem entre seis e dez artigos por edição (21,6%), os que escrevem entre quatro e cinco (17,6%) e, finalmente, os que referem redigir onze ou mais artigos por edição, com 6,8%.

O advento da internet e o declínio do *gatekeeping*

Não obstante os diversos fatores que operam nesta mutação contínua dos processos de produção jornalística – onde se podem

inscrever agentes de âmbito económico, profissional ou tecnológicos –, o desenvolvimento de novos canais digitais de comunicação e o advento da internet agem resolutamente na formulação de uma nova ideologia profissional ajustada a responder à exigência do imediatismo da informação (Meireles, 2007). Como resume John Pavlik (2005: 138), “a internet oferece um acesso instantâneo a imensas bases de dados, aos quais antes só se poderia aceder examinando-os *in situ*”. Também Ross e Middleberg (*Apud* Gomes, 2009) evidenciam o potencial da internet na facilitação do trabalho jornalístico, no contacto com as fontes e na receção de comunicados de imprensa.

Este movimento dos jornalistas para a rede, enquanto fonte de informação (Bastos, 2002), fica ainda bem explícito no estudo desenvolvido por Rui Miguel Gomes (2009), onde a maioria dos jornalistas inquiridos admite os benefícios resultantes do advento da internet como proveniência de informação, e onde, uma margem relevante – para este caso, dos repórteres das áreas de Economia e Sociedade – entende que a internet substitui as fórmulas tradicionais de contacto com as fontes.

Enquanto o e-mail ficou já bem patente como um instrumento de trabalho indispensável, não só na comunicação com as fontes, mas também como recetor de comunicados e notas de imprensa (Gomes, 2009), a proliferação das redes sociais – onde se incluem, a título de exemplo, os blogs, o Facebook ou Twitter – veio gerar um novo paradigma, em que se assiste a uma multiplicação de emissores e em que os utilizadores passam a constituir-se fontes (Machado, 2013). Raquel Recuero (2009) – que distribui a redefinição que as redes sociais introduziram nas práticas jornalísticas em três funções distintas: as redes sociais como fontes produtoras de informação, como filtros de informação e como espaços de reverberação dessas informações – identifica que este movimento ocorre com origem na diversidade de fontes mas, sobretudo, na

novidade e na prontidão da informação que estes novos espaços online possibilitam. Neste sentido, as movimentações nestes fóruns acabam por se transformar por si em fontes de informação, tendência crescente comprovada por vários indicadores (Mitchell & Rosenstiel, 2012; Oriella PR Network, 2011).

Este novo padrão foi rapidamente apreendido pelas fontes e promotores de notícias – aqui entendidos segundo a tipologia de Molotch e Lester (1974) –, que começaram a ocupar estes espaços com informações em primeira mão (Canavilhas, 2010). As redes sociais assumiram uma expressão tal como meio de divulgação de informação, que a própria comunicação política redefiniu paradigmaticamente os seus canais de mensagem, multiplicando-se os fenómenos de anúncios e comunicações de figuras políticas que privilegiam a comunicação através do Facebook ou do Twitter relativamente aos canais tradicionais de comunicação (Canavilhas, 2009; Antunes, 2012). Ao mesmo tempo, esta possibilidade de interação aberta veio criar novos canais de discussão e aumentar as possibilidades de gerar a exteriorização de discussões até então circunscritas a grupos fechados, que não tinha acesso aos meios de comunicação. Em suma, o extrapolar da ideia de democratização gerada pelos novos espaços digitais (Castells, 2009)². Conscientes desta nova realidade e das possibilidades inerentes, multiplicaram-se os diferentes grupos de ação que começaram a fazer uso destas ferramentas de comunicação (Recuero, 2009). Embora não subsista aqui uma completa inversão lógica das posições de poder no acesso das fontes à comunicação propostas pelos autores aqui analisados, verifica-se uma transformação na tipologia assente num modelo hierárquico. De facto, fica patente

² Ainda que se encontre na proposta teórica do “capitalismo comunicativo”, de Jodi Dean (2009), uma explicação construtiva para a realidade destas mensagens serem incapazes de penetrar todas as esferas do domínio público.

uma adequação destas novas fontes às premissas de Molotch e Lester (1974), sobre a adaptação mútua às rotinas de produção, bem como resulta explícita uma correspondência com as proposições de eleição de fontes definida por Gans (1979).

Se estes novos modelos de produção, onde o jornalista assume funções de recolha e tratamento de declarações de fontes acessíveis e de outros produtos noticiosos, poderiam sugerir o incremento do seu estatuto de *gatekeeper* (Millison, 1999), isto é, o seu exercício de vigilância, coleção e, sobretudo, seleção da informação, tal como preconizados por Shoemaker e Vos (2009), contudo, e resultante do que já se abordou serem os constrangimentos que o jornalismo contemporâneo enfrenta, o contexto da comunicação debate-se crescentemente com uma lógica inversa. Esta premissa não implica o completo definhamento da teoria (Canavilhas & Rodrigues, 2012), antes se debate com as limitações intrínsecas descritas por McQuail (*Apud* Bastos, 2000). Ou seja, os constrangimentos gerados por uma nova realidade em que a informação chega às redações formatada para uma publicação imediata, adequada às rotinas de produção, como exemplo. Uma realidade onde a proliferação de canais se desenvolve numa relação exponencial comparável à profusão de informação (Chin-Fook & Simmonds, 2011). E, a acrescer a tudo isto, uma realidade em que os jornalistas se veem obrigados a competir diretamente com novos modelos de comunicação, como os serviços online de *demand media* (Ramonet, 2011), as experiências de jornalismo participativo (Canavilhas & Rodrigues, 2012) ou o “jornalismo cidadão” (Gillmor, 2005).

Como refere Jim Hall, os profissionais da comunicação adotam hoje novas funções, como o cartógrafo, que mapeia e encontra percursos na vastidão da internet. John Herbert resume a ideia: o jornalista perde a sua missão intrínseca de procurar e descobrir informação, limita-se agora a repescar no amplo espetro de

informação disponível aquela que considera mais importante (*Apud* Aroso, 2001).

Todas estas novas tendências aqui analisadas representam um perigo óbvio para a qualidade da informação. Se, por um lado, resultam na anulação das diferentes abordagens das temáticas de discussão pública e na estandardização dos conteúdos e reprodução dos produtos informativos, fontes e ideologias (Correia, 2006), mais alarmante verifica-se a evidência de que resultam numa informação comprometida, em que práticas conduzem a uma atitude cuja preocupação com os pressupostos morais são relegados para um segundo plano, relativamente à necessidade de garantir prontamente o produto noticioso (Christians *et al.*, 1998).

Estudos anteriores

Existe, até mesmo em Portugal, uma profusão de estudos exploratórios no âmbito da temática das fontes de informação e da relação que os jornalistas desenvolvem com estas (Sousa, 2002), cuja grande maioria denota tendências de incremento de uso de fontes anónimas, resultado, sobretudo, das condições de produção da notícia. Conquanto persista esta proliferação de análises, pelo objeto de estudo desenvolvido e pela relação intrínseca que desenvolvem com a presente investigação, destacar-se-ão três estudos.

A primeira análise, de Ana Rita Rocha (*Apud* Sousa, 2002), prende-se com o recurso a comentários de fontes anónimas nas peças políticas do jornal 'Expresso'. Numa amostra de 52 jornais (1998-1999), a autora encontrou 29 notícias onde figuravam este tipo de fontes. Constituindo-se maioritariamente peças não assinadas, estes artigos relacionavam-se sobretudo com questões de crítica política e desarmonia relacional.

Mais aprofundadamente, os resultados do estudo de Ricardo Jorge Pinto (1997) à evolução do jornalismo político desenvolvido pelos diários ‘The Times’, ‘The New York Times’, ‘Le Monde’ e ‘Diário de Notícias’, entre 1970 e 1995, demonstra como já na década de 90 se evidenciavam as tendências discutidas anteriormente. Entre as principais conclusões, destaca-se a substituição de um modelo de jornalismo político baseado na descrição assente em longas citações diretas, para se assumir uma estrutura mais condicente com o modelo de análise dos acontecimentos. Assim, decresce o recurso a citações diretas.

Uma segunda conclusão prende-se com um decréscimo da utilização de fontes identificadas e, ao mesmo tempo, um aumento exponencial do recurso a fontes anónimas (Pinto, 1997), chegando em alguns jornais a ocupar um quarto dos casos retratados nas áreas destinadas à política. Se, em primeira análise, o autor atribui este fenómeno à necessidade implícita que o jornalista assume de gerar uma relação de proximidade com a sua fonte – aqui, obviamente, reportando ao jornalista especializado, como desenvolvido por Gans (1979) –, casos há, descritos por Pinto, em que a não referência à identificação da fonte depende de informações sobre as quais existe conhecimento mas não citação.

Ricardo Jorge Pinto (1997) infere também uma crescente diversificação de fontes, cuja razão o autor atribui ao desenvolvimento tecnológico e à evolução dos canais de comunicação.

Finalmente, a análise de Jorge Pedro Sousa (2002) às *hard news* de política dos jornais ‘Diário de Notícias’ e ‘Público’ no ano de 2001 conclui um diminuto recurso a fontes anónimas. O autor aponta diferentes explicações para o facto: uma tentativa de credibilizar o discurso jornalístico, dificuldade em desenvolver um jornalismo investigativo e de profundidade e a cedência às rotinas e à pressão do tempo. Uma outra explicação poderá residir no facto de, no ciberespaço, existir uma identificação dos recetores/ produtores de informação.

Metodologia

No sentido de aprofundar e desenvolver o nosso objeto de estudo, optou-se por recorrer nesta investigação a uma abordagem metodológica assente na análise de conteúdo de diversos artigos publicados nas secções de política – ou nas editoriais onde a temática é usualmente relevada. A análise de conteúdo consiste num “conjunto de técnicas de análise de comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/receção (...) destas mensagens” (Bardin, 1979: 42). A par desta ilustração, como demonstra Mayring (2000: 3), esta técnica oferece a capacidade metodológica de colocar as questões da investigação em “categorias, as quais são cuidadosamente fundamentadas e revistas à luz do processo de análise”.

Embora um fenómeno recente, verifica-se hoje claro o papel que as redes sociais – com predominância no Facebook – assumiram no desenvolvimento estrutural da comunicação e interação que originaria o protesto social português “Geração à Rasca”³ e que manteria a dinamização do movimento de contestação durante os diferentes momentos de protesto que se lhe seguiram (Loureiro, 2012; Evangelista, 2012; Fonseca, 2012). Desta forma, compreendeu-se que os momentos de contestação informal resultantes do protesto de 2011, pela profusão de intervenientes que oferece e pela articulação com diferentes canais de comunicação, constituem um objeto de estudo relevante para esta análise. Ao mesmo tempo, considerou-se que as manifestações organizadas pela central sindical CGTP-IN poderiam servir também como objeto comparativo.

³ Protesto convocado através das redes sociais que juntou milhares de pessoas no dia 12 de março de 2011.

Assim, foram selecionados para o âmbito deste estudo todos os artigos – de género informativo (Martínez-Albertos, 1992)⁴ – diretamente relacionados com a temática dos protestos “Indignados” (15 de outubro), “Que se lixe a Troika: Queremos as nossas vidas!” (15 de setembro de 2012), “Que se lixe a Troika: O povo é quem mais ordena” (2 de março de 2013), bem como as manifestações nacionais promovidas pela CGTP-IN, (19 de setembro de 2012 e 16 de fevereiro de 2013), publicados nos cinco dias precedentes e decorrentes das ações. Tomou-se, portanto, como objeto de estudo os artigos publicados nas edições impressas dos diários portugueses ‘Público’ (57 artigos), ‘Correio da Manhã’ (55 artigos) e ‘Diário de Notícias’ (70 artigos). O objetivo da escolha destas publicações não passa por uma comparação em si, antes debate-se com a necessidade de compreender periódicos de diferentes grupos editoriais.

A análise dividir-se-á em diferentes variáveis relacionadas com o objeto de estudo. As duas primeiras variáveis consideradas prendem-se, obviamente, com a publicação e o evento a que o artigo se refere.

Tomando o quadro de Gargurevich (1982), a terceira variável refere-se à tipologia de artigo apresentado, sendo dividido entre breve, notícia, reportagem ou entrevista⁵.

Importância demonstrada no estudo de Rocha (*Apud* Sousa, 2002), também a questão da autoria é relevada nesta análise, através de uma divisão entre os artigos assinados por jornalistas, as peças cuja autoria é conferida a agência noticiosas ou os textos sem identificação de autor.

⁴ Torna-se interessante, no entanto, verificar a capacidade da temática de estudo se estender longitudinalmente no tempo e espaço na área de opinião, relativamente ao espaço de informação.

⁵ Importa aqui referir que quatro *vox pop*, pelas características apresentadas, foram incluídos no género entrevista e que foram excluídas da análise fotolegendas e fotorreportagens, embora dois casos apresentassem material retirado exclusivamente da rede social Facebook.

Retomando a discussão de Ericsson e Chan (1989) pretendeu-se catalogar a tipologia de fontes de informação – portanto de citação direta ou não – em oito categorias distintas: membros da organização dos protestos “Indignados” e “Que se Lixe a Troika”, dirigentes sindicais, políticos da área governamental, políticos da área da maioria parlamentar, políticos da área da oposição parlamentar, manifestantes, polícia, jornalistas.

Finalmente, mais premente para a nossa análise, a sexta variável analisada debate-se com o modelo de contato com as fontes, onde foram entendidos os seguintes valores: contato direto, agência noticiosa, redes sociais, comunicado de imprensa.

No decorrer desta investigação e à medida que se tomava conhecimento da realidade da relação entre jornalistas e fontes, entendeu-se para uma compreensão mais ampla do fenómeno ser fulcral estender o objeto de estudo a uma nova análise. Foi, assim, incluída uma nova pesquisa relacionada com os dois momentos de contestação na residência oficial do Presidente da República, Palácio de Belém, dinamizados pela organização “Que se Lixe a Troika!” e pela CGTP-IN (20 e 25 de maio de 2013, respetivamente). Foram tomados como objeto de estudo todos os artigos publicados (16 artigos) sobre as temáticas nas edições impressas dos jornais portugueses ‘Público’, ‘Diário de Notícias’ (‘DN’), ‘Jornal de Notícias’ (‘JN’) e ‘Correio da Manhã’ (‘CM’)⁶, nos dez dias anteriores e posteriores ao acontecimento.

Conforme o que já se verificou serem pressupostos alternativos do jornalismo digital, esta segunda parte de análise estendeu-se também aos artigos (53 peças) publicados nos sítios online dos jornais portugueses ‘Público’, ‘DN’, ‘JN’, ‘CM’, ‘Expresso’, ‘Sol’ e ‘I’. Nesta fase da pesquisa foram tomadas as mesmas variáveis

⁶ Foram aqui excluídos os jornais ‘Expresso’, ‘Sol’ e ‘I’, por não possuírem nenhuma referência a estes acontecimentos nas suas versões impressas.

de análise da primeira parte – excluindo no caso do online o género informativo.

Análise e discussão dos resultados

Relativamente à primeira parte da análise, referente às manifestações nacionais, como já ficou explícito, dos 182 artigos analisados, 57 artigos (31,3%) constam no jornal ‘Público’, 55 (30,2%) no ‘CM’ e 70 artigos (38,5%) no ‘DN’. Estes artigos distribuem-se entre 79 breves (15,2% no ‘Público’, 44,3% no ‘CM’ e 40,5% no ‘DN’), 59 notícias (47,4% no ‘Público’, 12,3% no ‘CM’ e 40,4% no ‘DN’), 32 reportagens (43,8% no ‘Público’, 25% no ‘CM’ e ‘31,2%’ no ‘DN’) e 14 entrevistas (28,6% no ‘Público’, 35,7% no ‘CM’ e 35,7% no ‘DN’).

Sobre os eventos tratados, 57 artigos (31,3%) referem-se à manifestação “Indignados”, 27 (14,8%) à manifestação “Que se Lixe a Troika!: O Povo é Quem Mais Ordena”, 67 (36,8%) à manifestação “Que se Lixe a Troika!: Queremos as Nossas Vidas”, 12 (6,6%) à primeira manifestação da CGTP-IN e 19 (10,4%) à segunda manifestação da central sindical. Embora seja possível encontrar acontecimentos exteriores que possam relevar outras ocorrências relativamente às temáticas aqui desenvolvidas – a título de exemplo: a discussão sobre a TSU, jogos da seleção nacional ou a eleição do novo Papa – os eventos demonstram diferentes níveis de presença nos jornais. Este facto pode, obviamente, ser explicado pela novidade e proximidade que as manifestações representam – isto é, a conjugação de valores-notícia como a amplitude ou o significado (Galtung & Ruge, 1965) com a novidade da situação (Stieler *apud* Kunczik, 2001). Ao mesmo tempo pode também ser explicado pela hipótese já aqui verificada de um maior grau de profusão e discussão online em torno deste tipo de ações, quando comparado com as iniciativas dinamizadas pela

CGTP-IN – hipótese comprovada pela correlação com a tipologia de fontes e de contacto.

Relativamente às fontes, são os manifestantes que dominam o espectro do comentário citado, com 37,5% dos casos, seguem-se os membros da organização “Que se Lixe a Troika!”, com 15,9%, e os políticos da área da oposição parlamentar, com 7,1%. Dirigentes sindicais e polícia ocupam o mesmo espaço – 6,6% –, reservando 2,7% dos casos para comentários por parte de políticos da área do governo e 2,2% para políticos da área da maioria parlamentar, 3,3% das notícias são ocupadas com outro tipo de fontes. Já, 6,6% das peças dependem unicamente da perspectiva do jornalista⁷. Em 13,2% dos artigos a fonte não é identificável. Se estes dados validam a tese de Ricardo Pinto (1997), de um crescimento da diversidade de fontes – notável sobretudo no espaço que os manifestantes ocupam –, comprova também a ideia da existência de uma margem relevante do recurso a fontes não identificadas. É, no entanto, possível constatar que é entre a tipologia de breves que a não identificação das fontes mais acontece (91,7% dos casos são breves), o que corrobora os dados e as hipóteses de Sousa (2002).

Sobre o tipo de contacto com as fontes, é o contacto direto que prevalece com 42,3% dos casos, seguindo-se as redes sociais – 13,1% –, o contacto através de conferência de imprensa, com 5,5% dos casos e o comunicado de imprensa é referido como única fonte apenas em 3,8% dos artigos. A citação através de agência noticiosa só aparece em 1,1% das peças. Em 34,1% dos casos, não existe uma referência direta ou indireta ao tipo de contacto realizado com a fonte. Mais uma vez, a não referência ao tipo de contacto assume uma margem relevante, sobretudo, quando correlacionada com outro tipo de variáveis. Verifica-se, assim, pertinente observar que a não identificação do tipo de contacto assume uma larga escala numa

⁷ Trata-se aqui de reportagens de ambiente.

das publicações analisadas (65,5% dos artigos do 'CM'), e natural perceber que ocorre sobretudo na tipologia de breves (80,6% dos casos são breves) e que ocorre sobretudo nas peças não assinadas (em 91,9% dos casos o autor não é identificado).

Já no que concerne à utilização das redes sociais como fonte de contacto ocorre apenas uma vez no que concerne a peças sobre iniciativas da CGTP-IN. Assume maior relevância nas notícias (50% dos casos ocorrem neste género) e desenvolve-se sobretudo com fontes como os membros da organização "Que se Lixe a Troika!" (50% dos casos) e os manifestantes (41,7% dos casos). Esta perspetiva corrobora, assim, a hipótese já avançada da novidade que este canal de comunicação representa, contraria contudo a tese de Ricardo Jorge Pinto (1997), quando se verifica que os manifestantes identificados através de redes sociais correspondem na sua totalidade a personalidades e pessoas de elite (Galtung & Ruge, 1965).

Finalmente, relativamente ao autor das peças, 59,9% são assinadas por jornalistas, 39,6% não possui referência ao autor e apenas em 0,5% dos casos (1 artigo) a autoria é atribuída a agência noticiosa. Ainda que o valor de peças assinadas se assuma como maioria, constata-se uma margem relevante de peças não assinadas. Este dado, hipoteticamente, poderá vincar quatro conclusões: tratar-se de textos de agência noticiosa, a sua dependência de fontes não identificadas ou de acesso não direto implicar a opção editorial de não assinar o artigo, a sua inclusão em secções dedicadas à temática presumir a autoria de artigos circundantes assinados ou o facto de se referirem a breves (em 32,4% do total dos casos existe um cruzamento das duas variáveis) acarretar a escolha editorial de não referir a autoria.

No que concerne à segunda parte da análise, relativa às concentrações no Palácio de Belém, verifica-se que dos 16 artigos publicados em versão impressa 6 (37,5%) se referem à concentração promovida pela organização "Que se Lixe a Troika!", enquanto 10 (62,5%) se referem à concentração promovida pela CGTP-IN. Nos

artigos online, do total de 53 artigos, 22 (41,5%) abordam a primeira concentração e 31 (58,5%) se debruçam sobre a segunda ação.

Sobre a disposição de artigos por órgão de comunicação impresso, 'JN' e 'DN' possuem cada um 6 artigos (37,5%), e 'Público' e 'CM' possuem cada um 2 artigos (12,5%). No online esta dispersão é maior, constando 12 artigos (22,6%) no sítio 'Público.pt', 12 (22,6%) no sítio 'JN.pt', 9 (17%) no sítio 'DN.pt', 6 (11,3%) no sítio 'Online', 5 (9,4%) no sítio 'Expresso.pt', 5 (9,4%) no sítio online jornal 'Sol' e 4 (7,5%) no sítio online do jornal 'Correio da Manhã'. Importa, contudo, referir que em três casos o mesmo artigo se repete na versão impressa e no formato online do jornal.

No que respeita à tipologia de artigos impressos, estes distribuem-se entre 11 breves (68,8%), quatro reportagens (25%) e uma notícia (6,3%).

A questão da autoria conhece uma lógica semelhante à da primeira parte desta análise. Do total de artigos impressos, 37,5% são assinados por jornalistas e 62,5% não possui autoria. Mais uma vez é entre as breves que a não atribuição da autoria ocorre (todos os artigos não assinados são breves). Já no online, o paradigma é completamente inverso: 32,1% dos artigos são assinados por jornalistas, 1,9% não possui autor e em 66% dos casos a autoria é atribuída a agência noticiosa. Este último dado poderá corroborar a primeira hipótese formulada para a questão da autoria, desenvolvida na primeira parte da análise.

Novamente, a questão das fontes conhece realidades distintas entre o formato impresso e o online. No primeiro caso são os manifestantes que dominam o espaço do comentário, com 18,8% dos casos, seguem-se os dirigentes sindicais com 12,5% e os membros da "Que se Lixe a Troika!" e políticos da área da oposição parlamentar, com 6,3% dos casos cada um. No entanto, em 56,3% dos casos, a fonte não é referida. No online, o espaço dos manifestantes rivaliza com o dos dirigentes sindicais e o dos políticos da área da oposição (20,8% cada um), seguindo-se os elementos da organização "Que se Lixe a Troika!", com 15,1% dos casos e os políticos da área gover-

namental, com 3,8%. Em 18,9% das peças, a informação depende da perspectiva do jornalista. Mais uma vez, verifica-se – no caso do formato impresso – que é entre as breves que a não identificação da fonte de informação ocorre com maior preponderância (todas as peças em que não existe referência à fonte são breves) e que é entre os artigos sem autoria (80% dos casos) que esta prática prevalece.

Relativamente ao método de contacto com as fontes, nos artigos impressos denota-se uma divisão entre o acesso direto à fonte (31,3%) e uma combinação do recurso ao contacto direto e a utilização de informações de agência noticiosa (68,7%). A dispersão é maior no formato online, onde o contacto direto continua a dominar (73,6%), mas se verifica também a aproveitação da informação disponível das redes sociais (11,3%), a utilização de informações de agência noticiosa (3,8%) e o recurso marginal a comunicados de imprensa como única fonte (1,9%). Em 9,4% dos artigos não existe referência ao método de contacto com as fontes. Ainda que não se constitua um dado essencial para esta análise, interessa conferir que o contacto direto se desenvolve maioritariamente nos artigos assinados por agência noticiosa (71,8%), assim como o contacto através de redes sociais (66,7%). Já a não identificação da forma de contato ocorre sobretudo nos artigos assinados por jornalistas (60%). Enquanto o contacto através das redes sociais se estabelece integralmente para a citação de membros da organização “Que se Lixe a Troika!”, o acesso direto às fontes ocorre sobretudo entre fontes oficiais (Sigal, 1970), como os dirigentes sindicais e os políticos da área da oposição parlamentar (23,1% cada um).

Conclusões

A mutação das rotinas produtivas do jornalismo e o desenvolvimento tecnológico das redações vieram transformar o modelo de relação entre jornalistas e fontes. As fontes estão hoje muito mais acessíveis,

através de novos canais de comunicação, onde prolifera a informação e discussão. Se esta nova ideologia se enquadra mais convenientemente na lógica socioeconómica contemporânea do jornalismo, ao mesmo tempo deixa adivinhar uma perda da qualidade do produto noticioso, enquanto se figura também alarmante no que respeita ao cumprimento dos preceitos éticos e deontológicos inerentes ao jornalismo. Resulta isto de um menor contacto com as fontes e o acontecimento, de um declínio do *gatekeeping* ou da burocratização crescente do ofício.

A análise aos dados obtidos, conquanto prossegue as conclusões de estudos anteriores, demonstra resultados preocupantes. Resultados que se vertem numa margem desenvolvida de fórmulas de contacto com o acontecimento, que não a do acesso direto. E onde se destacam também a margem relevante do contacto através das redes sociais ou a não identificação do modelo.

Denota-se ainda, como já tinha encontrado Ricardo Jorge Pinto (1997), uma tendência crescente de recurso a tipologias de fontes não oficiais, sem que se confirme uma democratização do acesso ao discurso citado, ou seja, prossegue-se a tese desenvolvida por Gans (1965) de uma dominação das fontes conhecidas, mesmo nestes novos canais. Tipologia de comunicação onde se verifica uma permanência das lógicas inerentes aos valores da notícia.

Por fim, fica patente uma alteração das normas e rotinas produtivas, e da organização redatorial, expressa no número de artigos sem assinatura, no número de artigos conferidos a agência noticiosa – no online – e, hipoteticamente, nas tipologias de artigo preteridas nos modelos impressos.

Referências bibliográficas

Antunes, S. (2002, agosto 19). Os políticos mais populares do Facebook. *TVI24*. Disponível em: <http://www.tvi24.iol.pt/tecnologia/facebook-louca-cavaco-passos-portas-tvi24/1369033-4069.html>.

- Aroso, I. (2001). A internet e o novo papel do jornalista. *Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, Universidade Beira Interior*. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/aroso-ines-internet-jornalista.pdf>.
- Bardin, L. (1979). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bastos, H. (2000). *Jornalismo Electrónico: Internet e reconfigurações de práticas nas redacções*. Lisboa: Minerva.
- Bastos, H. (2002). A viragem digital do jornalismo. In J. Miranda & J. Silveira (Ed.), *As Ciências da Comunicação na Viragem do Século*. Lisboa: Vega.
- Blumler, J., & Gurevitch, M.I (2005). *The Crisis of Public Communication*. Londres: Routledge.
- Canavilhas, J. (2009). Calidad de la informacionón periodística en Internet. In J. Vivar & F. Ramírez. *Periodismo 2.0*. (pp. 31-40). Madrid: Editorial Fragua
- Canavilhas, J. (2010). Do gatekeeping ao gatewatcher: o papel das redes sociais no ecossistema mediático. In *II Congresso Internacional Comunicación 3.0*, Salamanca.
- Canavilhas, J.; Rodrigues, C. (2012). O cidadão como produtor de informação: estudo de caso na imprensa online portuguesa. *OBS –Obercom*. 9 (2), 269-283.
- Castells, M. (2009). *Comunicación y Poder*. Madrid: Alianza Editorial.
- Chaparro, M. (2001). *Linguagem dos Conflitos*. Coimbra: MinervaCoimbra.
- Chin-Fook, L. & Simmonds, H. (2011). Redefining Gatekeeping Theory For A Digital Generation. *The McMaster Journal of Communication*. 8 (2).
- Christians, C. (Org.) (1998). *Media Ethics: Cases and Moral Reasoning*. Nova Iorque: Longman.
- Curran, J. (1996). Rethinking Mass Communication. In J. Curran, D. Morley & V. Walkerdine (Eds.), *Cultural Studies and Communication*. Londres: Arnold.
- Dean, J. (2009). The Promises of Communicative Capitalism. In J. Dean (Ed.), *Democracy and Other Neoliberal Fantasies: Communicative capitalism and left politics*. Durham: Afrontamento.
- Ericsson, R., Baranek, P. & Chan, J. (1989). *Negotiating Control: A study of news sources*. Toronto: University Press.
- Evangelista, R. (2011). Revoluções a La Web. *Ciência e Cultura*. 63 (2), 18-21.
- Fonseca, D. (2012). A mobilização de 12 de março em Portugal: movimento social ou “explosão”? Atores, processos e consequências. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. 24, 113-131.
- Galtung, J. & Ruge, M. (1965). The Structure of Foreign News. *Journal of Peace Research*. 2 (1), 64-91.
- GANS, Herbert (1979). *Deciding What's News: A study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek, and Time*. Illinois: Northwestern University Press.
- Gargurevich, J. (1982). *Géneros Periodísticos*. Quito: Editorial.
- Gillmor, D. (2005). *Nós os Media*. Lisboa: Editorial Presença.
- Gomes, R. M. (2009). *A Importância da Internet para Jornalistas e Fontes*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Hall, S. (1999). Policing the Crisis. In H. Tumber (Ed.), *News Reader*. Oxford: Oxford University Press.

- Hess, S. (1984). *The Government/Press Connection: Press officers and their offices*. Washington: The Brookings Institution.
- Kovach, B. & Rosenstiel, T. (2001). *Elementos do Jornalismo: o que os profissionais do jornalismo devem saber e o público deve exigir*. Porto: Porto Editora.
- Kunczick, M. (2001). *Conceitos de Jornalismo: Norte e sul*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Loureiro, L. (2012). *O ecrã da identificação*. (Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação). Braga: Universidade do Minho.
- Machado, E. (2002). O ciberespaço como fonte para os jornalistas. *Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, Universidade Beira Interior*. Disponível em <http://bocc.ubi.pt/pag/marques-ester-contradicoes-liberdades.html>.
- Martínez-Albertos, J. L. (1992). *Curso General de Redacción Periodística: Lenguaje, estilos y géneros periodísticos en prensa, radio, televisión y cine*. Madrid: Paraninfo.
- Mayring, P. (2000). Qualitative Content Analysis. *Forum: Qualitative Sozialforschung*. 1 (2).
- McQuail, D. (2003). *Teoria da Comunicação de Massas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Meireles, S. G. (2007). *Os Jornalistas Portugueses: Dos Problemas de Inserção aos Novos Dilemas Profissionais*. Coimbra: MinervaCoimbra.
- Millison, D. (2009). The Journalist of Tomorrow. *American Press Association*. Disponível em: http://www.americanpressassociation.com/journalist_of_tomorrow.php.
- Miranda, J. (2012). *Os efeitos do novo paradigma socioprofissional do jornalismo sobre as práticas de ética e deontologia*. (Tese de Mestrado em Comunicação e Jornalismo). Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Mitchell, A.; Rosenstiel, T. (2012). What Facebook and Twitter Mean for News. *The State of the News Media*. Disponível em: <http://stateofthemedias.org/2012/mobile-devices-and-news-consumption-some-good-signs-for-journalism/what-facebook-and-twitter-mean-for-news/>.
- Molotch, H.; Lester, M. (1974). News as purposive behavior. On the strategic use of routine events, accidents, and scandals. *American Sociological Review*. 39 (1), 118-137.
- Neveu, E. (2001). *Sociologie du Journalisme*. Paris: La Découverte
- Oriella PR Network (2011). Digital Journalism Study 2011. *Oriella PR Network*. Disponível em: <http://www.orielladigitaljournalism.com/view-report.html>.
- Pavlik, J. (2005). *El Periodismo y los Nuevos Medios de Comunicación*. Barcelona: Paidós.
- Pereira, F. H. (2003). *Jornalista On-Line: um novo status profissional?*. 2003. (Tese de Mestrado em Comunicação). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Pinto, R. J. (1997). *The Evolution of Structure of Political Journalism in Four "Quality" Newspapers (1970-1995)*. (Tese de Doutoramento em Culture and Media Studies). Brighton e Hove: Universidade de Sussex.
- Ramonet, I. (1999). *A Tirania da Comunicação*. Porto: Campo das Letras.

- Ramonet, I. (2011, março 11). Autômatos da informação. *Le Monde Diplomatique Ed. Bras.*. 4 de Março de 2011. Disponível em: <http://diplomatique.uol.com.br/artigo.php?id=904>.
- Recuero, R. (2009). Redes Sociais na Internet, Difusão de Informação e Jornalismo: Elementos para discussão. In D. A. Soster & F. Firmino (Eds.), *Metamorfozes Jornalísticas 2: A reconfiguração da forma*. Santa Cruz do Sul: UNISC.
- Roberts, M. & McCombs, M. (1994). Agenda Setting and Political Advertising: Origins of the news agenda". *Political Communication*. 11 (3), 249-262.
- Santos, R. (1997). *A Negociação entre Jornalistas e Fontes*. Coimbra: Minerva.
- Schlesinger, P. (1999). Os jornalistas e a sua máquina do tempo. In N. Traquina (Ed.), *Jornalismo; Questões, Teorias e "Estórias"*. Lisboa: Vega Editora.
- Serrano, E. (1998). As Relações entre a Comunicação Institucional e o Jornalismo. In 3.º Congresso dos Jornalistas Portugueses, Lisboa.
- Shoemaker, P. & Vos, T. (2009). *Gatekeeping Theory*. Nova Iorque: Routledge.
- Sigal, L. (1973). *Reporters and Officials: The organization and politics of newsmaking*. Lexington: D. C. Heath.
- Sousa, J. P. (2000). *As Notícias e os seus Efeitos: As "Teorias" do Jornalismo e dos Efeitos Sociais dos Media Jornalísticos*. Coimbra: MinervaCoimbra.
- Sousa, J. P. (2002). A utilização de fontes anónimas no noticiário político dos diários portugueses de referência: Um estudo exploratório. *Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, Universidade Beira Interior*. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-utilizacao-fontes-anonimas.pdf> .
- Traquina, N. (1988). As notícias. *Revista de Comunicação e Linguagens, Jornais*. 8.
- Tuchman, G. (1978). *Making News: A study in the construction of reality*. Nova Iorque: The Free Press.
- Wolf, M. (2010). *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Presença.

[Este trabalho é enquadrado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) através da bolsa de doutoramento FCT SFRH/BD/8702012012]

**AS COLEÇÕES PATRIMONIAIS DIGITAIS
NA CULTURA DO REMIX: *REMIXING EUROPEANA***

Ana Rita Costa

CEIS20

0000-0002-3567-7658

Resumo: Procuramos neste artigo examinar de que modo as coleções patrimoniais digitais se integram na cultura do *remix*, permitindo e incentivando a reutilização legal e criativa dos materiais disponibilizados. Tendo como objeto de estudo a plataforma a Europeana, concluímos ser um bom exemplo do modo como as coleções patrimoniais digitais podem apoiar uma cultura do *remix* saudável, ao permitir e incentivar a reutilização criativa dos materiais disponibilizados, não como uma consequência do acesso mas como uma funcionalidade integrada no racional e missão da própria instituição.

Palavras-Chave: Cultura do *Remix*, Coleções Patrimoniais Digitais, Reutilização de Conteúdos, Direitos de Autor, Europeana

Abstract: In this paper we examine how digital heritage collections partake in the *remix culture*, allowing and encouraging creative reuse of their contents and facilitating the interaction between cultural institutions and their public. With Europeana platform as study object, we conclude that

it is a good example of how the digital heritage collections can support a healthy *remix culture* by allowing and encouraging creative reuse of its contents, not as a result of access but as an integrated feature in rational and mission of the institution, providing new ways of understanding and valuing cultural heritage.

Keywords: Remix Culture, *On-line* Heritage Collections, Content Reuse, Copyright, Europeana.

Introdução

A vulgarização dos computadores pessoais e da Internet provocou uma revolução tecnológica com amplas consequências ao nível da natureza das comunicações e relações sociais, bem como da criação e disseminação de conteúdos, dando origem a uma sociedade global de conhecimento em rede ou cibercultura, que nos obriga a repensar a forma como comunicamos a cultura e o património (Lévy, 1999: 264). Se nos anos 90 a Internet era sobretudo uma plataforma de publicação de conteúdos profissionais, atualmente tornou-se um espaço de intercomunicação e colaboração, no qual conteúdos de produção não-profissional ganham espaço, assumindo-se o utilizador simultaneamente como consumidor e produtor (Jenkins, 2009; Manovich, 2009). As tecnologias digitais, particularmente a *Web 2.0*, ao tornarem acessíveis a produção e distribuição de conteúdos, converteram-se em importantes instrumentos de criação de conhecimento e cultura, facilitando a participação do utilizador, a interação entre pessoas e a construção da inteligência coletiva¹ (Lévy, 1999; Manovich, 2009). A reciclagem e reutilização de conteúdos é uma realidade incontornável. Para investigadores como Manovich (2005) e Lessig (2008) a capacidade de editar e remisturar conteúdos existentes, é hoje a forma principal de criação do conhecimento e cultura, originando uma cultura do *remix*.

Para as instituições cuja missão é transmitir a memória e cultura dos povos, estas alterações significam um repensar o seu papel no mundo globalizado, no qual a identidade cultural é cada vez mais um fator diferenciador. Para manter a sua relevância e reforçar o seu capital cultural devem aprender a usar em

¹ O conceito de inteligência coletiva refere-se à inteligência/conhecimento que emerge da colaboração entre indivíduos, tendo por base a ideia que ninguém sabe tudo, porém todos sabem alguma coisa.

seu benefício este novo espaço de comunicação e de criação de cultura e conhecimento. Nos últimos anos museus e bibliotecas têm apostado na sua presença *on-line*, particularmente através da criação de coleções digitais, representações digitais do patrimônio cultural à sua guarda, para comunicar e valorização dos seus acervos patrimoniais, bem como criar novas conexões com os seus públicos. Procuramos aqui examinar, utilizado a Europeia como objeto de estudo, de que modo as coleções patrimoniais digitais podem apoiar uma cultura do *remix* saudável, permitindo e incentivando a reutilização legal e criativa dos materiais disponibilizados facilitando, assim, a interação entre instituições culturais e públicos, proporcionando novas formas de valorização e compreensão patrimonial e ativando novos processos criativos.

A cultura do *remix* e suas implicações legais

O conceito de cultura do *remix* começou a ser utilizado no início do séc. XXI por investigadores como Lev Manovich (2005) e Lawrence Lessig (2008) para designar uma cultura que é dominada por utilizadores-produtores acostumados a construir e partilhar as suas próprias narrativas, privilegiando processos de criação de conteúdos que envolvem a transformação ou remistura de criações anteriores². Não se trata aqui de plágio ou pirataria, caracterizados pela simples cópia (embora como abordaremos adiante existam também implicações legais no *remix*), mas da criação de algo novo, que expressa criatividade e significado pessoal, a partir de elementos de objetos culturais ou informacionais preexistentes, nomeadamente

² O conceito de cultura de convergência utilizado por Jenkins identifica uma realidade semelhante mas preferimos o conceito de cultura do *remix* por acentuar a reutilização de conteúdos e a criação amadora.

nas áreas da música, arte, comunicação, multimédia e aplicações *web*. Para Manovich e Lessig, o *remix* é hoje o meio dominante pelo qual selecionamos, consumimos e produzimos informação, conhecimento e cultura, constituindo-se como um novo modelo de comunicação em que o “reception point is just a temporary station on information’s path. (...) Information arrives, gets remixed with other information, and then the new package travels to other destinations where the process is repeated” (Manovich, 2005).

A reutilização/reinterpretação como método de criação não é novidade, desenvolvendo-se a maioria das formas culturais por meio do empréstimo, reformulação e resposta a formas e estilos de outras expressões culturais. Manovich (2007) considera mesmo que existe um *continuum* entre a cultura do *remix* e o pós-modernismo dos anos 80-90, em especial no que se refere às expressões artísticas com as suas noções de reinterpretação, reinvenção e questionamento da aura e autenticidade do objeto de arte. Este fenómeno assume, contudo, maior significado na Era Digital, na qual a acessibilidade das ferramentas de produção criativa e a Internet revolucionaram os meios de produção e distribuição de conteúdos. O *remix* é agora alimentado pela “digitalização” e acessibilidade *online* da cultura e informação, bem como pelo surgimento de novas tecnologias digitais associadas à *Web 2.0* que facilitam a reprodução e a reutilização de conteúdos e a mistura de formatos (escrita, imagem, som) (Manovich, 2005). Os exemplos mais comuns de *remix* são o *sampling*³, o comentário e o *tagging*⁴, o *crowdsourcing*⁵ e os *mash-ups* de vídeos,

³ A expressão *sampling* deriva de o *sampler*, um aparelho eletrónico que grava e permite a manipulação de trechos sonoros. Refere-se ao processo de isolar trechos de obras musicais e posteriormente reutilizá-los na criação de uma nova obra musical. O *bip-hop* e *rap* usam frequentemente o *sampling*.

⁴ Etiquetas ou palavras-chave descritivas utilizadas para identificar ou categorizar conteúdos.

⁵ *Crowdsourcing* refere-se ao processo de criação ou desenvolvimento de serviços, ideias ou conteúdos através da contribuição não remunerada de um grupo de pessoas.

que pode incluir a recombinação de imagens comerciais ou caseiras, informação e música (ex: Youtube), ou de sítios *web*, com a agregação de informação disponível em vários sítios *web* numa única plataforma (ex. *blog*, *e-Research* e *e-Education*) (Manovich, 2007).

Para Lessig (2008) a cultura do *remix* tem como principais efeitos a democratização da cultura e o estímulo da inovação e criatividade, criando um espaço sem precedentes para a produção e disseminação da cultura amadora, onde novas vozes criativas se podem ouvir e no qual o utilizador é ativo no processo de produção de cultura e conhecimento. Esta é uma visão muito positiva do processo de *remixagem*, cujo potencial democrático e criativo tem sido questionado por alguns autores.

Bart Cammaerts (2008) discute o potencial democrático e participativo da *Web 2.0*, particularmente da blogosfera, identificando limitações e constrangimentos, que cremos serem extensíveis a outras esferas de produção de conteúdos associadas à cultura do *remix*. São eles: 1) o domínio crescente das plataformas participativas de criação de conteúdos por grandes grupos de comunicação, entretenimento e tecnológicos (ex. aquisição do Youtube pela Google) perpetuando o seu domínio sobre o espaço público e apropriando-se potencialmente dos direitos sobre os conteúdos criados pelo utilizador-produtor e das mais-valias da sua criatividade; 2) a crescente monitorização e censura dos conteúdos criados por parte de Estados ou organizações, mesmo em países democráticos, o que limita a liberdade de expressão e criatividade do utilizador-produtor; 3) a apropriação do ciberespaço pelas elites culturais e políticas, que dominam mais facilmente as novas ferramentas digitais de produção e disseminação de conteúdos, reforçando assim a sua hegemonia sobre o coletivo e limitando o potencial democrático da cultura do *remix*.

Outra crítica comum recai sobre a originalidade e qualidade artística dos conteúdos produzidos pela cultura do *remix*, apontando

a sua natureza derivativa e afirmando que copiar-colar, remisturar, e reutilizar não é criar. Reynolds (5/10/2012) designa negativamente de “recriatividade” a criatividade produto da cultura do *remix*, considerando-a uma rejeição da originalidade e do gênio criador do artista, acusando os teóricos da cultura do *remix* de incentivo à cópia e até ao plágio. Contudo, a percepção de que a obra de arte é a expressão material do pensamento e personalidade do seu criador e por isso totalmente original tem sido muito debatida nas últimas décadas e está hoje ultrapassada, considerando-se que a obra resulta sempre de recombinações de fragmentos da tradição que a tornam inteligível (Rosa, 2009: 49). Se alguns conteúdos são muito derivativos e dificilmente classificáveis como obras criativas, muitos seguem, não obstante, a tradição artística de criação de novo material a partir da reinterpretação de referentes culturais de que os movimentos de arte contemporânea, com as suas técnicas que privilegiam o *remake*, apropriação e colagem, são bons exemplos. O próprio Lessig neutraliza a crítica feita à qualidade dos conteúdos produzidos pela cultura do *remix* argumentando que o seu valor, este parece-nos um ponto particularmente importante, não é a qualidade ou quantidade mas o seu contributo para a literacia digital e para a formação de uma mentalidade participativa, inovadora e criativa entre os utilizadores. Tal como a escrita académica e criativa, ensinada através do estudo e reutilização de textos para criar argumentos e expressar ideias, vale mais pelo desenvolvimento cognitivo e a capacidade de argumentação que proporciona do que pela qualidade da escrita, o mesmo acontece com o *remix*, o *mash-up* e o *sample* (Lessig, 2008; 93).

A grande crítica à cultura do *remix* prende-se, contudo, com a sua “difícil” relação com os Direitos de Autor. De acordo com Manovich (2009), a emergência da produção amadora proporcionada pela cultura do *remix* veio substituir o consumo cultural de massas do séc. XX pela produção em massa de bens culturais

pelos utilizadores no início do séc. XXI. Isto é, o paradigma de produção e disseminação de conteúdos surgido da possibilidade de reprodução mecânica e da disseminação comercial em larga escala de conteúdos que ocasionou a profissionalização e comodificação da cultura no séc. XX começa agora a ser substituído pela produção em massa de conteúdo amador que se desenvolve numa lógica totalmente diferente, sendo regulada por relações e motivação sociais, que privilegiam a partilha gratuita, e não por ganhos monetários. Esta mudança de paradigma teve um grande impacto sobre os produtores e distribuidores de conteúdos profissionais que veem na cultura do *remix* uma ameaça aos seus modelos de negócio, quer pela perda de hegemonia dos conteúdos produzidos profissionalmente num ambiente em que qualquer pessoa pode ser um autor, artista, jornalista, etc., quer principalmente pelo uso não autorizado em produções criativas, sítios *web* e redes sociais de conteúdos sobre os quais detêm Direitos de Autor (doravante DdA)⁶. Perante a acessibilidade dos conteúdos e a disponibilidade de tecnologias para a sua transformação e disseminação, os utilizadores-produtores limitam-se, muitas vezes, a utilizar os conteúdos sem a devida atribuição de autoria, compensação fi-

⁶ Os DdA protegem formas originais de expressão literária, científica e artística visando um equilíbrio entre o estímulo à criatividade através de uma adequada proteção dos direitos dos criadores, que incluem direitos de natureza moral e direitos materiais/patrimoniais, e o interesse público, estabelecendo exceções em que a utilização pública da obra sem autorização do autor é lícita. Os DdA incluem direitos de natureza moral, referindo-se ao direito do autor reivindicar a paternidade da obra e assegurar a sua integridade, e direitos de carácter patrimonial que se referem aos direitos exclusivos e privilegiados do autor na exploração económica da obra por tempo limitado (até 70 anos após a morte do autor) e que incluem a reprodução, edição, distribuição e utilização por terceiros. Em Portugal os direitos de autor estão legalmente enquadrados pelo Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos - CDADC de 1985 que tem sido atualizado de modo a incluir as diretivas da União Europeia (DL 63/85, de 14 de Março, e alterado pelas Leis 45/85 de 17 de Setembro, e 114/91 de 3 de Setembro, e DL 332/97 e 334/97 ambos de 27 de Novembro, pela Lei 50/2004 de 24 de Agosto, pela Lei 24/2006 de 30 de Junho e pela Lei 16/2008 de 1 de Abril). Sobre este assunto ver Rosa, 2009, p. 27.

nanceira ou pedido de permissão ao autor/ detentor dos direitos para a visualização, edição ou reprodução da obra, criando uma tensão entre a natureza coletivamente apropriável dos conteúdos e a proteção criada pela lei (Rosa, 2009: 91), expondo a centralidade dos DdA na cultura do *remix*.

Ante os desafios impostos pela Era Digital, a necessidade de repensar o enquadramento legal dos DdA é uma questão muito atual que tem estado na agenda da maioria dos Estados e organizações ocidentais. Enquanto alguns têm procurado adaptar a lei no sentido do alargamento e reforço da proteção legal dos direitos patrimoniais dos titulares, permitindo um controlo mais rígido da difusão e utilização dos conteúdos em ambiente digital⁷; outros têm procurado modernizar a lei, que consideram ultrapassada e ineficaz face à cultura participativa e colaborativa vigente, de modo a ajustar as suas políticas às transformações sofridas ao nível das práticas de produção cultural e expectativas do utilizador, permitindo um maior equilíbrio na proteção dos interesses de todos os intervenientes e procurando reduzir as limitações legais à construção de uma verdadeira sociedade em rede, bem como à exploração da inteligência coletiva.

Na União Europeia, os direitos de autor em ambiente digital são regulados, de forma geral, pela Diretiva 2001/29/CE – *Harmonização dos direitos de autor na Internet* (UE/CE, 15/10/2013)⁸, posteriormente transposta para os direitos nacionais⁹. De acordo com Gonçalves

⁷ Rosa (2009: 57) designa esta tendência de Combate Público vs Privado que “consiste em, usando estrategicamente as leis, fazer diminuir sucessivamente o espaço do domínio público das obras e assim levar a cabo um cada vez maior processo de privatização da arte e do conhecimento”.

⁸ Existem várias diretivas para situações específicas que não cabe nem é possível aqui analisar. A diretiva tem um âmbito semelhante e parece surgir no seguimento do americano Digital Millennium Copyright Act 1998. São ainda adotadas nesta diretiva algumas recomendações da World Intellectual Property Organization.

⁹ Transposta para o direito português pela Lei n.º 50/2004

(2006: 43), esta diretiva tem um espírito economicista, sobrepondo os direitos patrimoniais aos direitos morais, protegendo os interesses económicos das indústrias de produção e distribuição de conteúdos, visando o potencial de valor económico da difusão *online* enquanto procura limitar o perigo de perda de lucros. Ao estabelecer um controlo legal quase absoluto do autor/proprietário sobre o acesso às suas obras *online*, a diretiva tem grande impacto sobre o acesso e utilização das mesmas, uma vez que restringe as exceções de reprodução e comunicação livre, nomeadamente transmissões realizadas por instituições sociais ou culturais, agravando também o controlo da cópia privada, tida como ameaça principal aos modelos de negócio atuais. A diretiva estabelece ainda a proteção jurídica das bases de dados atribuindo direitos *sui generis* aos promotores como forma de proteção de investimento, proibindo a reprodução e extração de informação em quantidade e qualidade substancial, que tem implicações ao nível da possível codificação de obras em domínio público¹⁰ e da utilização de dados em bruto essenciais no avanço da investigação científica.

Influenciada pelas condições de desenvolvimento da Sociedade do Conhecimento e pelo seu principal projeto cultural, a Europeia (UE, 2006), a União Europeia parece ter vindo a ajustar a sua posição, embora mantenha uma visão que consideramos economicista, admitindo que a política dos DdA deve procurar responder aos desafios da economia do conhecimento assente na Internet, conciliando os diferentes interesses em jogo (UE/CE, 15/10/2013; 18/12/2012)¹¹. Documentos como as Comunicações da Comissão

¹⁰ Caso das bases de dados/catálogo de bibliotecas, museus e arquivos.

¹¹ Em dezembro de 2012 a Comissão Europeia iniciou um processo de revisão e modernização geral das leis de DdA na União Europeia. Pretende-se clarificar os direitos sobre os conteúdos gerados pelos utilizadores; facilitar a concessão de licenças aos pequenos utilizadores de material protegido; facilitar a pesquisa de textos e dados para fins de investigação científica atualmente dependentes de disposições contratuais; e rever as exceções de utilização pública.

Europeia *Copyright in the Knowledge Economy* de 19/10/2009 (UE/CE, 15/10/2013) e *Open data An engine for innovation, growth and transparent governance* de 12/12/2011 (UE/CE, 2011) destacam o valor social e económico da circulação e difusão aberta do conhecimento e cultura, particularmente no que se refere a informações geográficas, estatísticas, académicas, educativas e culturais financiadas por fundos públicos, como elementos-chave para o desenvolvimento, criatividade e competitividade da economia Europeia, defendendo um sistema de DdA que privilegie o interesse público, pela facilitação da difusão e utilização destes materiais. A implementação das recomendações incluídas nestes documentos tem vindo a concretizar-se nomeadamente através do alargamento das condições de acesso e de reutilização gratuita ou a custo de produção de documentos do setor público às instituições culturais, aprovada pela Diretiva 2013/37/EU (UE, 2013). Salvaguardando os DdA das obras literárias e artísticas que se conservam nas instituições culturais europeias (n.º 9), a Diretiva sublinha o valor potencial da reutilização das coleções patrimoniais digitais e metadados conexos na criação de produtos e serviços em setores como o ensino, turismo e indústrias culturais e criativas (n.º 15), limitando o valor dos emolumentos cobrados aos custos de produção (n.º 23) e estabelecendo um período temporal máximo de privilégio para Parcerias Público-Privadas referentes à digitalização de acervos (n.º 30-31).

Os grandes defensores da revisão do código dos DdA no sentido do afrouxamento dos direitos patrimoniais que o integram têm sido os ativistas do *copyleft*¹² dos quais Lessig é o principal represen-

¹² É um trocadilho com a expressão inglesa *copyright*, usada para designar os direitos de autor. É um movimento que visa recuperar o “verdadeiro sentido” dos direitos de autor, defendendo o direito do criador poder gerir as licenças de utilização, difusão e modificação das suas obras, fugindo às limitações impostas pela aplicação das formulações jurídicas clássicas dos direitos de autor e propriedade intelectual. O GNU e o Creative Commons são exemplo de licenças *copyleft*.

tante, argumentando que este teve origem numa Era tecnológica e social radicalmente diferente (séc. XIX), em que o trabalho criativo era tido como fechado, desenvolvido por um génio criador, autor único da obra¹³, e na qual a produção e distribuição de conteúdos só era possível através do sistema empresarial (Rosa, 2009: 45-49). Consideram-no, por isso, inapropriado para a Era Digital por controlar excessivamente a criatividade amadora e inibir a expressão cultural das gerações contemporâneas que privilegiam a criação aberta, coletiva e derivativa, colocando esta nova realidade em questão o conceito tradicional de autor e de ganho monetário como incentivo único para a criatividade e inovação (Lessig, 2008: XVI). Defendem, por exemplo, a desregulamentação da utilização não comercial de conteúdos, passando a adotar-se um sistema de citação¹⁴, uma vez que o valor de uso não afeta o valor comercial, e uma maior liberdade dos criadores para gerirem as licenças sobre as suas obras. É no seguimento destas ideias que surge a iniciativa Creative Commons que se tornou a forma preferencial de gestão de DdA na cultura do *remix* por oferecer aos criadores, tanto profissionais como amadores, diferentes níveis de controlo e de permissão para o licenciamento e distribuição das suas obras, de modo a facilitar o seu acesso, partilha e reutilização. O autor pode escolher entre 6 licenças: CC BY – Atribuição, que permite que outros distribuam, *remixem*, adaptem e criem a partir da obra, mesmo para fins comerciais, desde que atribuam ao autor o devido crédito pela criação original; CC BY-SA – Atribuição-Partilha nos termos da mesma licença; CC BY-NC – Atribuição-Uso Não-Comercial;

¹³ A noção romântica de autor como génio criador foi posta em causa por Foucault e Barthes na década de 1960, que declaram a "morte do autor" assumindo a obra como construção social.

¹⁴ Lessig (2008: 93) argumenta que, tal como a escrita académica reutiliza textos para criar argumentos e expressar ideias, o *mash-up* e o *sample* remisturam e transformam fragmentos de obras para criar novos conteúdos.

CC BY-ND – Atribuição-Proibição de realização de Obras Derivadas; CC BY-NC-SA – Atribuição-Uso Não-Comercial-Partilha nos termos da mesma licença; CC BY-NC-ND – Atribuição-Uso Não-Comercial-Proibição de realização de Obras Derivadas (Creative Commons, s.d). As Licenças Creative Commons, reconhecidas internacionalmente, têm a grande vantagem de permitirem ao utilizador usar o conteúdo apenas com a citação de autoria e sem necessidade de solicitar permissão de uso ao autor, uma vez que as condições de autorização de utilização são estabelecidas pela licença.

Apesar da relevância da contribuição de Lessig para o debate associado à problemática dos DdA na cultura do *remix*, a sua posição não é neutral, colocando-se sempre do lado do utilizador e contra as “grandes empresas”. Para Lessig, os governos e as empresas de produção e distribuição de conteúdos devem reconhecer os limites da lei face ao progresso tecnológico e à realidade do comportamento social e cultural das gerações atuais, mas o autor parece esquecer, no entanto, que existe uma igual necessidade de ajuste comportamental por parte do utilizador que deve entender que acesso não é impreterivelmente utilização gratuita e incondicional. Existe uma crença comum entre utilizadores, usada frequentemente para justificar as suas ações e que é suportada por Lessig (2008), de que os autores/artistas estão maioritariamente de acordo com a reutilização não comercial das suas obras e que são as “grandes empresas”, que os representam e apropriam das mais-valias do seu trabalho criativo, que se opõem à nova cultura do *remix*. Em Portugal, esta crença parece ser desmentida pelo apoio da Sociedade Portuguesa de Autores ao Projeto Lei N.º 118/XII que reformula o regime de “cópia privada”, procurando criar condições que garantam uma compensação equitativa pela utilização de obras intelectuais, fazendo incidir taxas, em favor dos autores, sobre o preço de venda de equipamentos que permitem o armazenamento de ficheiros eletrónicos, compensando dessa forma os

autores pelas cópias privadas que qualquer utilizador pode fazer, para uso privado, de um álbum ou de um filme. É necessária, por isso, uma pedagogia da literacia digital entre os utilizadores, que lhes permita compreender melhor os limites e consequências da reutilização de conteúdos disponíveis *online*.

O grande desafio para a cultura do *remix* parece estar, portanto, na capacidade das Sociedades conseguirem estabelecer um equilíbrio legal entre a proteção dos interesses dos criadores, as expectativas dos utilizadores e o estímulo à criatividade, que favoreça o seu crescimento saudável.

As coleções patrimoniais digitais no âmbito da cultura do *remix*

Os museus têm assistido a uma redefinição das suas funções, enfatizam-se noções de democratização do acesso e inclusão, responsabilidade social e renegociação das relações com os públicos através da sua participação e envolvimento na produção de conteúdos multivocais. O tradicional “templo das artes e conhecimento”, orientado para a conservação e estudo da coleção, foi substituído pelo “fórum de debate e construção coletiva de experiências culturais”, tornando o museu num mediador da relação entre uma comunidade e o seu património cultural. Hoje as instituições de memória devem, sobretudo, inspirar e envolver as pessoas no processo cultural, focando-se na construção dialética de práticas sociais e experiências culturais, nas quais a transmissão hierárquica de conhecimento deu lugar a uma colaboração e diálogo entre as partes envolvidas num processo interativo de construção do conhecimento inspirado pelas teorias construtivistas (Fisher & Twiss-Garrity, 2007).

A *Web 2.0* assume um papel primordial no cumprimento destas novas funções, facilitando o acesso e reinterpretação do nosso

patrimônio coletivo e permitindo a participação e interação com os públicos, melhorando a sua experiência. A capacidade de criar representações digitais de coleções, que podem ser manipuladas através das ferramentas *Web 2.0* de uma forma que não é possível fazer com os originais, modifica a forma como os cidadãos se relacionam com o patrimônio, tornando-o mais próximo e tangível, favorecendo o seu significado e valorização. Também no âmbito das instituições de memória o *remix*, alicerçado nas coleções digitais, se vai tornando no modo privilegiado de construção de conhecimento. O *remix* facilita a construção de narrativas personalizadas e a exploração dos objetos, dando-lhes vida. Os utilizadores tornam-se ativos no processo de descoberta e construção do conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento da sua criatividade, capacidades analíticas e de recontextualização de informações (Fisher & Twiss-Garrity, 2007; Frost, 2009: 240). Ao utilizar representações digitais de objetos, o utilizador pode ir além da mera visualização, sendo possível a análise aprofundada e a descoberta de novas relações entre objetos, a organização de exposições personalizadas ou a adição de informação ao objeto, seja ela contextual, relacional ou de apreciação pessoal, criando uma nova camada de significado pessoal que pode ser partilhada em comunidade. Fisher e Twiss-Garrity (2007) apresentam o caso exemplar do projeto Franklin Remixed no qual alunos do 3º ciclo de uma escola de Filadélfia aprofundaram os seus conhecimentos sobre Benjamin Franklin e a formação da república americana através da organização de uma exposição virtual que reutiliza objetos digitais de dois museus. Os alunos escolheram os temas e objetos digitais a incluir na exposição, escrevendo textos de apoio e contextualização das imagens. Várias imagens foram transformadas com um editor de imagens criando *posters* e tiras de *cartoon*, demonstrando uma capacidade acrescida de criatividade e de reinterpretação do significado cultural dos materiais.

As coleções patrimoniais digitais assumem ainda um papel relevante na cultura do *remix* pela riqueza e qualidade dos conteúdos que disponibilizam. Constituindo-se com um arquivo digital e portanto facilmente reproduzível e reutilizável de conteúdos do património cultural comum, podem potenciar a criatividade, uma vez que a cultura e a criatividade são indissociáveis, sendo a obra cultural uma criação social que resulta da reutilização e reinterpretação de formas culturais preexistentes (UE/CE, 2010). Assim, elas oferecem ao criador e ao utilizador comum a oportunidade de contactar com obras de arte, inspirando-os a criar obras novas ou derivadas. A integração de ferramentas *Web 2.0* facilita a criação, oferecendo soluções para a reutilização, reinterpretação e remistura de obras em diferentes formatos (imagens, sons e textos) existentes nas coleções patrimoniais digitais (Fisher & Twiss-Garrity, 2007; Frost, 2009). Em 2012 o Rijksmuseum disponibilizou no seu sítio *web* o Rijksstudio (<https://www.rijksmuseum.nl/en/rijksstudio>, consult. 21/10/2013), o qual permite ao utilizador comum, através do simples registo, aceder a 125 mil imagens do acervo, podendo agrupá-las numa coleção pessoal, reutilizá-las, recortando e isolando detalhes ou fazendo colagens, e partilhar as suas escolhas e criações nas redes sociais ou sítio *web* pessoal. Devido à associação do museu com várias empresas criativas é ainda possível ao utilizador criar produtos baseados nas obras disponibilizadas.

Um bom exemplo de criação artística inspirada por grandes obras do passado é a serie pictórica criada pelo artista havaiano Cheyne Gallarde, que se juntou à Europeia para promover a reutilização criativa de tesouros culturais da Europa disponíveis em domínio público. Com alguma maquilhagem, adereços e um editor de imagens, Gallarde transforma-se e recria alguns dos mais reconhecíveis retratos da cultura europeia, como é o caso dos autorretratos de Vincent van Gogh e Rembrandt. As imagens, mostradas lado a lado com os originais no sítio *web* e *blog*

Europeana, são “ a great example of how practicing artists can not only be inspired by masterpieces, but actually use them in their work” (Europeana Professional, 29/05/2013).

O *remix* de materiais disponibilizados pelas coleções patrimoniais digitais requer, contudo, alguns cuidados. As instituições de memória têm tido algumas reservas em integrar plenamente os seus conteúdos na cultura do *remix* permitindo a sua disponibilização e utilização aberta¹⁵, continuando a considerar que detêm sobre eles direitos de propriedade e que os utilizadores devem pedir permissão para utilizá-los. Embora a grande maioria dos objetos originais e físicos estejam em domínio público, a exceção são geralmente as coleções de arte contemporânea, as instituições de memória continuam, globalmente, a reclamar direitos de autor e conexos sobre as suas representações digitais e as bases de dados que as suportam, pelo que a possibilidade de reutilização dos conteúdos disponibilizados, ainda que para fins não comerciais, não está assegurada¹⁶. Os “Termos e Condições” de utilização dos conteúdos disponíveis no sistema MatrizNet¹⁷, plataforma das coleções digitais dos museus

¹⁵ Referimo-nos aqui à disponibilização das coleções patrimoniais digitais como dados abertos. Dados abertos são dados que podem ser livremente usados, reutilizados e redistribuídos por qualquer pessoa – sujeitos, no máximo, à exigência de atribuição da fonte e partilha pelas mesmas regras. Os dados devem estar disponíveis sob custo não superior ao custo razoável de reprodução. A disponibilização de dados abertos é recomendada por exemplo para dados em domínio público ou para informação do setor público, cuja produção resulta da atividade do Estado e foi custeada pelo contribuinte. Na União Europeia a disponibilização de dados abertos é suportada pelas Diretivas 2013/37/UE e 2003/98/CE relativas à reutilização de informações do setor público.

¹⁶ A União Europeia tem, no âmbito da Europeia, recomendado aos Estados Membros que as obras em domínio público mantenham esse estatuto uma vez digitalizadas(UE/CE, 2008: 7). O mesmo parece indicar o n.º 2 do Art.º 2 do CDADC, “As sucessivas edições de uma obra, [...] não são obras distintas da obra original, nem o são as reproduções de obra de arte, embora com diversas dimensões.”

¹⁷ Os mesmos Termos & Condições são também válidos para o MatrizPIX, motor de pesquisa sobre fundos fotográficos digitais em alta resolução, produzidos e geridos pelo ADF/DGPC no âmbito da sua vocação primordial de cedência de imagens dos bens culturais móveis integrados nas coleções dos Museus, Palácios, Monumentos e outros imóveis afetos à DGPC.

portugueses sob tutela da Direção-Geral de Património Cultural, exemplificam esta situação, esclarecendo que “Os organismos de tutela dos Museus representados no MatrizNet são os detentores respectivos de todos os direitos, incluindo os direitos de autor sobre os dados, imagens, documentação, textos e qualquer outra informação contidos neste sítio” sendo os materiais “disponibilizados para usos não comerciais limitados. Os utilizadores podem fazer a transferência de dados para uso pessoal, sujeitando-se às condições adicionais que possam ser aplicadas a quaisquer materiais deste sítio”, devendo sempre “citar o autor e a fonte dos materiais” e ficando os demais usos sujeitos “à obtenção de autorização prévia”. (MatrizNet, s.d). Impedida fica a difusão das imagens que parece incluir a sua partilha *online* com terceiros, visto que a distinção entre uso privado e uso público não é ainda muito clara no que se refere à *Web 2.0*, podendo a partilha em redes sociais ou *blogs* ser entendida como uma forma de publicação; bem como a sua reutilização criativa, por se manterem noções de respeito e integridade da obra de arte que inibem a modificação da sua representação digital¹⁸.

Inquéritos recentemente realizados entre instituições culturais da Europa e EUA (Eschenfelder & Caswell, 2010; Verwayen *et al.*, 2011) demonstram que esta atitude se prende com as potenciais consequências da disponibilização e utilização aberta de conteúdos, nomeadamente:

- perda de controlo sobre a representação dos conteúdos: o maior receio das instituições é que a disponibilização e utilização aberta de conteúdos possa levar à não atribuição/ identificação errada do objeto ou ao seu uso indesejável, visto que estes deixariam de ser supervisionados pela instituição;

¹⁸ Questões discutidas no debate “Serviço Público, Museus e Fotografia” organizado pela Acesso Cultura a 24 outubro de 2013 no Museu da Cidade em Lisboa.

- perda de autoridade e autoria sobre as descrições dos objetos: tradicionalmente o registo de catalogação do curador é final e imutável e as instituições temem perder o controlo sobre a informação disponível sobre os objetos da sua coleção ao permitir que o utilizador adicione comentários sobre os mesmos; a rejeição da adição de comentários pelos utilizadores prende-se igualmente com preocupações com a qualidade da informação, sentindo as instituições uma necessidade de assegurar que a informação disponibilizada provém de fontes qualificadas e confiáveis;
- perda de reconhecimento social: as instituições culturais enquanto guardiãs da memória coletiva estabelecem fortes conexões com os objetos à sua guarda e seu significado cultural (ex. Louvre – Mona Lisa), existindo o receio que a disponibilização e utilização aberta de conteúdos resulte numa perda de reconhecimento da função social e cultural da instituição, obscurecendo o trabalho desenvolvido;
- perda de rendimento potencial: por um lado as instituições culturais seguem geralmente um modelo de licenciamento e venda das imagens das obras de arte à sua guarda que seria potencialmente ameaçado com a disponibilização e utilização aberta de conteúdos, permitindo injustamente que terceiros lucrassem com conteúdos por elas produzidos e preservados sem uma devida recompensa para a instituição tutelar; por outro lado o financiamento público é em alguns casos dependente da demonstração estatística da utilidade pública da coleção, para a qual os dados de licenciamento de reuso têm um peso significativo.

Não obstante estes receios, que consideramos reais e legítimos, a situação tem vindo lentamente a alterar-se. Nos últimos anos instituições, como o Rijksmuseum, o Getty Museum e a Europeia,

têm abertos dados relativos a representações digitais de obras em domínio público presentes nas suas coleções. As instituições começam a reconhecer a disponibilização e utilização aberta de conteúdos com parte da sua missão enquanto guardiãs do património cultural comum, ao facilitarem a descoberta e interação com as coleções, sendo simultaneamente uma forma de aumentar a sua visibilidade/relevância cultural entre a geração *born digital*.

Remixing Europeana

A Europeana é uma iniciativa da União Europeia, lançada *online* em 2008 com o objetivo de agregar e disponibilizar *online* o património cultural e científico à guarda das instituições culturais europeias, como suporte de uma economia baseada no conhecimento e na inovação. Ficando as coleções acessíveis na Internet num único sítio *web*¹⁹, “os utilizadores podem aceder à Europeana para explorar e combinar material digitalizado de museus, bibliotecas e arquivos, inclusive arquivos audiovisuais, de toda a Europa, sem necessidade de conhecer ou visitar múltiplos sítios. Terão acesso direto a livros, jornais, material de arquivo, fotografias e ficheiros audiovisuais digitalizados, podendo consultá-los ou utilizá-los para atividades de lazer, estudo ou trabalho”, destacando-se as áreas da educação, turismo, indústrias criativas e culturais (UE/CE, 2008; UE, 2006).

A reutilização dos materiais disponibilizados e o entendimento de que esta desempenha um papel importante na valorização do

¹⁹ A Europeana reúne as coleções digitais de cerca de 2200 instituições culturais europeias, proporcionando acesso a 25 milhões de objetos culturais digitais. Não “guarda” as coleções das várias instituições fornecedoras de dados mas antes agrega os metadados e uma pré-visualização de cada objeto digital, redirecionando depois o utilizador para o portal da instituição. (EUROPEANA PROFESSIONAL, s.d. a)

património cultural, facilitando a relação entre cidadãos e a sua cultura, bem como no estímulo da inovação e do crescimento social e económico, estiveram presentes desde a conceção do projeto Europeia, mas foram reforçados pelas linhas estratégicas definidas no *Europeana Strategic Plan 2011 – 2015*, que coloca a ênfase do desenvolvimento da Europeia:

- no incentivo da inovação, empreendedorismo e criatividade no setor das indústrias culturais e criativas através da partilha aberta e reutilização de conhecimentos e dados, que permita fornecer as ferramentas e infraestrutura para que outros possam construir serviços para o utilizador final;
- na disseminação de conteúdos em plataformas de grande utilização pelo público (redes sociais e colaborativas, plataformas móveis);
- e no desenvolvimento de novas maneiras para as pessoas participarem e se envolverem na construção e valorização da sua herança cultural, promovendo a reutilização criativa e educacional dos conteúdos, e melhorando a experiência do utilizador (Europeana, 2010 a:11-19).

No sentido de concretizar os objetivos estabelecidos pelo plano estratégico, a Europeia tem utilizado as tecnologias *Web 2.0* para desenvolver recursos que, por um lado facilitam a interatividade com o utilizador final, e por outro incentivam e facilitam a reutilização criativa dos conteúdos por indústrias culturais e criativas.

Soluções tecnológicas que suportam o *remix* na Europeia

A Europeia suporta a reutilização de conteúdos e de metadados, considerando para o efeito que um conteúdo é uma obra,

física ou digital, enquanto os metadados se referem às informações descritivas e técnicas sobre os conteúdos.

A partir de outubro de 2012 a Europeana passou a disponibilizar os seus metadados em *Linked Open Data*²⁰ (Europeana Professional, s.d. d). Esta iniciativa visa incentivar o empreendedorismo e criatividade na economia digital, proporcionando às indústrias culturais e criativas uma oportunidade para criar aplicativos inovadores, jogos para *tablets* e *smartphones*, novos serviços *online* ou sítios *web*, através da reutilização de conteúdos culturais em domínio público, melhorando a acessibilidade das coleções e a experiência do utilizador final.

A disponibilização aberta de metadados facilita o Europeana API Service²¹, um serviço que permite construir aplicações móveis, sítios *web* e *mash-ups*, a partir da base de dados da Europeana, proporcionando uma exibição personalizada dos conteúdos (Europeana Professional, s.d. c). Apesar de poder ser utilizada pelo utilizador comum, esta ferramenta destina-se sobretudo às indústrias culturais e criativas e às instituições fornecedoras de dados. O Europeana API Service tem sido usado sobretudo para facilitar e melhorar os resultados de pesquisa, permitindo recuperar informação georreferenciada ou relacionada, ou para criar novas experiências interativas para os utilizadores, como a organização de exposições personalizadas. Até Julho de 2013 tinham sido criadas cerca de 30 aplicações utilizando o Europeana API Service que não é possível analisar na totalidade no âmbito deste trabalho (Europeana Professional, s.d. b). Destacam-se a HISPANA (<http://hispana.mcu.es>, consult. 21/10/2013) e Digital Humanities Observatory (<http://discovery.dho.ie/discover.php>, consult.

²⁰ É uma forma de publicação de dados abertos estruturados que permite que estes sejam enriquecidos, relacionados e reutilizados através de tecnologias *Web 2.0*, no intuito de criar valor acrescentado.

²¹ API é o acrónimo inglês de Interface de Programação de Aplicações. Trata-se de um conjunto de rotinas, padrões e protocolos que facilita a construção de aplicações de *software*.

21/10/2013) que complementam os resultados da pesquisa nas suas plataformas com resultados relacionados da Europeana. A Inventing Europe The Foundation for the History of Technology (<http://www.inventingeurope.eu>, consult. 21/10/2013) que explora a história da tecnologia na Europa por intermédio de visitas virtuais, baseadas em objetos e imagens, e enriquecidas com materiais relevantes de coleções disponíveis na Europeana. O sítio *web* oferece atualmente 6 exposições e 34 visitas virtuais, que podem ser escolhidas aleatoriamente pelo utilizador, sendo cada visita uma coleção de 4 a 6 histórias que descrevem um aspeto da história da tecnologia na Europa. Por sua vez, a Europeana Culture Collage (<http://www.zenlan.com/collage>, consult. 21/10/2013) permite a pesquisa por palavra-chave, sendo a recuperação de informação feita através de imagens que depois podem ser guardadas para criar um *scrapbook*.

O *remix* e interação com os conteúdos por parte do utilizador comum é igualmente significativa. Exploramos aqui o sítio *web* Europeana, o projeto de *crowdsourcing* Europeana 1914-1918 e Europeana Remix, a página Pinterest da Europeana e a aplicação móvel Europeana Open App. O sítio *web* Europeana (<http://www.europeana.eu>, consult. 20/10/2013) é a principal plataforma de interação entre conteúdo e utilizador final, permitindo a pesquisa e visualização de toda a base de dados. A pesquisa pode ser feita por palavra-chave, título, criador, tema, data ou lugar e depois refinada por formato digital, língua, país, instituição fornecedora e licença de copyright, permitindo encontrar com alguma facilidade grupos de objetos relacionados dentro da temática de interesse do utilizador. As funcionalidades de reutilização dos conteúdos dependem do tipo de pesquisa. A pesquisa aberta permite apenas imprimir o conteúdo ou partilhá-lo através de *email*, redes sociais e colaborativas²². Existe

²² Estas opções dependem dos direitos associados aos conteúdos como analisaremos adiante.

uma opção individualizada para fazer citações do conteúdo em artigos da Wikipédia, facilitando a inclusão de conteúdos Europeana naquela plataforma. A pesquisa personalizada, possível após registro, compreende mais algumas funcionalidades de reutilização. O utilizador registado pode, por exemplo, guardar pesquisas e itens para uma visualização e utilização futura. Pode ainda criar *tags*, adicionando termos em linguagem natural, mais próximos do cidadão comum, aos metadados estruturados e padronizados de acordo com a linguagem técnica, facilitando pesquisas futuras e ajudando a criar novas conexões entre objetos. A opção de guardar itens, juntamente com a possibilidade de lhes juntar um *tag*, permite criar um arquivo personalizado dos conteúdos favoritos, embora não seja depois possível organizá-los em coleções temáticas. Infelizmente, o sítio *web* Europeana não permite ao utilizador adicionar comentários sobre os objetos que possam depois ser visualizados na ficha do objeto, criando uma nova camada de interpretação e contextualização aproveitando a inteligência coletiva, o que é tanto mais importante tendo em conta que muitos dos objetos apresentam informação contextual muito básica. Esta opção parece prender-se com a necessidade de manter o valor fundamental da marca Europeana, a confiança e autenticidade, assegurando aos utilizadores que a informação principal provém de fontes confiáveis – bibliotecas, museus e outras instituições culturais acreditadas. Os comentários e interações com o material disponível ficaram assim relegados para o *blog* e redes sociais, com a vantagem de estarem integrados no *workflow* dos utilizadores, aumentando a sua visibilidade e chegando a pessoas que normalmente não visitariam o sítio *web* Europeana. Em Junho de 2012 a Europeana começou a explorar o potencial do Pinterest como plataforma para o envolvimento do utilizador com alguns dos seus conteúdos culturais, livre das restrições do portal institucional, oferecendo uma nova forma de interação com as coleções. A Europeana oferece no Pinterest (<http://www.pinterest.com/europeana>, consult. 20/10/2013) 25 álbuns de

imagens em domínio público e portanto totalmente reutilizáveis, sobre temas de moda, arte, fotografia e viagens. No Pinterest estas imagens podem ser comentadas e partilhadas por utilizadores com interesse nos temas abordados. Os comentários podem ir de uma simples apreciação da beleza do objeto, a informação contextual que enriquece o conhecimento sobre o mesmo. As imagens podem também ser reutilizadas pelos utilizadores em coleções próprias.

A 6 de junho de 2013 foi lançada a primeira aplicação móvel (*app*) da Europeana (Europeana Professional, 06/06/2013). A Europeana Open Culture proporciona acesso móvel a coleções de algumas das principais instituições culturais Europeias, entre as quais o Museu Nacional de Arqueologia. Todas as imagens incluídas na *app* estão em domínio público ou têm licença aberta, podendo ser reutilizadas livremente em redes sociais, projetos educacionais ou até comerciais. A aplicação inicia-se com a inserção de uma palavra-chave no campo de busca ou por uma seleção de um dos cinco temas em que se encontram organizadas as coleções: mapas e plantas, tesouros da arte, tesouros do passado, tesouros da natureza e imagens do passado. Ao tocar num *thumbnail* visualiza-se a imagem na sua resolução completa, podendo o utilizador, ao contrário do que acontece no portal institucional, postar comentários e também ler os comentários de outros utilizadores. Pode ainda conectar outras páginas *web* (por exemplo, Wikipedia) para obter mais informação sobre o objeto e personalidades com ele relacionadas. Existe também a possibilidade de se adicionar a imagem a uma galeria de favoritos e a consequente criação de um museu pessoal, a partir das imagens selecionadas.

Outro tipo de *remix* e envolvimento do utilizador final proporcionado pela Europeana é o *crowdsourcing*. A Europeana1914-1918 (<http://www.europeana1914-1918.eu>, consult. 20/10/2013) é uma iniciativa de *crowdsourcing* a qual procura recolher testemunhos, histórias, fotografias, cartas, postais, lembranças e outros itens de pessoas comuns relativos à Primeira Guerra Mundial de modo a

criar uma nova coleção sobre este período, permitindo ao cidadão comum fazer parte da construção do conhecimento histórico. O sítio *web* “vive” da contribuição dos utilizadores, que juntamente com uma versão digital do objeto, por exemplo, uma cópia ou fotografia digitalizada, devem fazer *upload* da história por detrás do objeto através do formulário disponível *online*. Uma vez submetida, a contribuição é analisada por peritos e depois disponibilizada para pesquisa no sítio *web* com indicação do contribuidor. Relacionado com a Europeana1914-1918 está a Europeana Remix (<http://remix.europeana.eu/>, consult. 20/10/2013), uma plataforma interativa baseada no filme “Otto e Bernard” que relata a amizade improvável entre um soldado inglês e um soldado alemão e os esforços das suas famílias para reconstituir as suas histórias, incentivando outros a partilhar fotografias, cartas e recordações da Primeira Guerra Mundial. O filme combina a tecnologia de ponta (*Popcorn.js*) com uma variedade de recursos em vários formatos da Europeana, Flickr, Wikipedia, Universidade de Oxford, Google Maps e outros serviços da *web*, que são visualizados ao mesmo tempo que decorre o filme, proporcionando várias camadas de informação. Os utilizadores podem deixar comentários e partilhar as suas histórias, em qualquer ponto do filme sendo estes depois visíveis por utilizadores subsequentes. O Europeana Remix oferece, assim, aos utilizadores uma experiência total de inter-relação de conteúdos culturais.

Enquadramento legal do *remix* na Europeana

As bases legais para o acesso, reutilização e redistribuição legal dos conteúdos²³ e metadados disponíveis na Europeana são esta-

²³ Trata-se verdadeiramente de pré-visualizações/*thumbnails* dos conteúdos, pois estes conservam-se sempre nas bases de dados das instituições fornecedoras de dados.

belecidas pelo Acordo de Intercâmbio de Dados Europeana-2012 (DEA), que gere as relações entre a Europeana e as instituições fornecedoras de dados, tornando explícito o que pode e não pode ser feito com os dados, quer pelo utilizador final, quer pela própria Europeana (Europeana, 2012). Na base do DEA estão a Diretiva de reutilização de informações do setor público, com o entendimento de que informação que tenha sido produzida pelo setor público e com fundos públicos deve estar disponível para reuso pelos cidadãos, quer para fins comerciais como não comerciais (UE, 2013), e o *Europeana Strategic Plan 2011 – 2015* (Europeana, 2010 a), cujas linhas estratégicas não podem ser concretizadas sem uma maior transparência e liberdade na transferência de dados.

No que diz respeito ao licenciamento dos recursos ingeridos e disponibilizados na Europeana por fornecedores de dados, o DEA estabelece tratamentos diferenciados para metadados e conteúdos. No caso dos metadados, o fornecedor de dados deve renunciar a todos os Direitos de Propriedade Intelectual, podendo a Europeana publicá-los e disponibilizá-los para reuso por terceiros, através do *Linked Open Data*, sem encargos para qualquer tipo de uso (privado, público, comercial ou não comercial) sob os termos de licença Creative Commons Zero – Domínio Público Universal (CC0) (Europeana, 2012; 9-10). A disponibilização dos metadados em CC0 possibilita a sua reutilização para a criação de novos produtos como por exemplo *apps*.

O DEA não faz qualquer exigência relativamente aos DdA dos conteúdos disponibilizados através da Europeana, permanecendo estes sob o controlo das instituições que os fornecem, embora a Europeana recomende que as obras do domínio público devem manter esse estatuto, uma vez digitalizadas e disponibilizadas através da Internet (UE/CE, 2008: 7). Os fornecedores de dados têm, no entanto a obrigação de indicar o estado dos DdA de cada um dos conteúdos no campo de metainformação 'edm: direitos',

disponibilizando a Europeana essa informação em ícones ao lado dos resultados de busca. Isto permite que a Europeana comunique ao utilizador final o que pode fazer com cada um dos conteúdos (Europeana, 2012; 12), podendo este fazer pesquisas filtradas para recuperar apenas os conteúdos reutilizáveis (Europeana, 2012; 15). Tendo em conta a ênfase colocada pela Europeana na reutilização criativa e educativa dos conteúdos, esta informação é de grande relevância. A Europeana disponibiliza quatro tipologias de declarações de DdA para os objetos digitais acessíveis a partir do seu sítio *web* (Europeana, 2012; 15-18):

- Domínio Público, para os objetos digitais sem direitos de autor e que podem ser livremente reutilizados. Embora a maioria das obras disponibilizadas na Europeana esteja em domínio público, muitas instituições têm estabelecido reivindicações de direitos de autor sobre as representações digitais de obras de domínio público, impedindo a sua reutilização e escolhendo utilizar a declaração Direitos Reservados – Acesso Livre;
- Licença Creative Commons, quando o fornecedor de dados é o detentor dos direitos e quer deixar o objeto digital disponível para reuso por terceiros, sendo apenas necessário referenciar/citar o autor/proprietário. Compreende as 6 licenças com atribuição tradicionais do Creative Commons que pode situar-se entre “todos os direitos reservados” e “nenhum direito reservado”, passando pela permissão ou não da criação de obras derivadas e do uso comercial, e a licença Creative Commons de domínio público universal CC0;
- Licença de Direitos Reservados criada pela Europeana, quando o fornecedor de dados é o detentor dos direitos, mas não autoriza a reutilização e limita o acesso. Compreende três declarações padronizadas que indicam as condições

em que o objeto pode ser visualizado – acesso livre, acesso pago e acesso restrito;

- Obra Órfã de Direito Desconhecido, objeto em que o detentor dos direitos não pode ser identificado e que não pode por isso ser reutilizado.

A Europeia estabelece ainda termos de licença para os conteúdos gerados pelo utilizador, geralmente como parte de projetos de *crowdsourcing* como a Europeia 1914-1918, Europeia Remix e a Europeia 1989. Estes termos foram desenvolvidos pela Europeia para que o utilizador saiba como a sua “criação” pode ser utilizada e para dar à Europeia o direito usar e publicar esses conteúdos sob uma licença Creative Commons – Partilha nos Termos da Mesma Licença.

Ao dar às pessoas toda a informação necessária sobre a utilização legal dos conteúdos disponíveis no sítio *web*, ao mesmo tempo que esclarece sob que condições legais fornecem o seu próprio contributo, a Europeia promove uma cultura do *remix* saudável.

Conclusão

A cultura do *remix* veio substituir, no início do séc. XXI, o consumo cultural de massas pela produção em massa de conteúdos culturais pelos utilizadores, levando a uma explosão de participação e criatividade amadora e ocasionando uma mudança de paradigma de produção e disseminação de conteúdos com implicações legais. O *remix* ou seja, a capacidade de editar e remisturar conteúdos, é hoje o meio dominante pelo qual consumimos e produzimos informação, conhecimento e cultura, não escapando as instituições de memória a esta tendência. As coleções patrimoniais digitais de instituições de memória assumem um papel relevante na cultura do *remix* pela riqueza e qualidade dos materiais que disponibilizam.

Ao mesmo tempo facilitam o cumprimento das novas funções institucionais de democratização do acesso e inclusão, responsabilidade social e renegociação das relações com os públicos através da sua participação e envolvimento no processo interativo de construção do conhecimento, melhorando a experiência do cidadão na fruição e valorização do património coletivo. Contudo, as limitações legais à reutilização de conteúdos podem ameaçar a participação e criatividade amadora, sendo o grande desafio para cultura do *remix* a capacidade de as Sociedades conseguirem estabelecer um equilíbrio legal entre a proteção dos interesses dos titulares de direitos e o estímulo à criação, que favoreça o seu crescimento saudável. Esta tensão faz-se também sentir nas instituições de memória nas quais, se por um lado se recolhessem as potencialidades do acesso e utilização aberta dos materiais das suas coleções patrimoniais digitais, nomeadamente na atração de novos públicos, na democratização e difusão da arte na Era Digital e na criação colaborativa de novos serviços para o utilizador, por outro há uma preocupação com as consequências dessa reutilização sem necessidade de permissão e conhecimento prévio da instituição.

O *remix* é inerente aos objetivos estabelecidos aquando da criação da Europeana e reforçados pelas linhas estratégicas definidas pelo *Europeana Strategic Plan 2011 – 2015* (Europeana, 2010 a), devendo a disponibilização *on-line* do património cultural e científico europeu suportar o acesso e reutilização dos materiais disponibilizados pelos cidadãos e constituir-se como um arquivo de materiais para o ensino e para as indústrias criativas no desenvolvimento de novos produtos e serviços. Assim, a Europeana utiliza tecnologias *Web 2.0* para desenvolver recursos que facilitam a participação e a interatividade, destacando-se a inclusão de ferramentas de partilha e *tagging* no sítio *web* principal, os portais para *crowdsourcing* e a integração em plataformas colaborativas

e sociais, particularmente o Pinterest através do qual se facilita a criação e partilha de coleções personalizadas. A Europeana incentiva ainda a reutilização de metadados e conteúdos em domínio público da sua base de dados por privados e indústrias culturais e criativas, tendo em vista a criação de serviços inovadores e criativos para o utilizador final. A reutilização dos conteúdos e metadados é facilitada pela declaração, bem explícita no sítio *web*, dos direitos de autor e conexos inerentes, através de licenças Creative Commons e Direitos Reservados. A Europeana é, portanto, um bom exemplo do modo como as coleções patrimoniais digitais podem apoiar uma cultura do *remix* saudável, ao permitir e incentivar a reutilização criativa dos materiais disponibilizados, não como uma consequência do acesso mas como uma funcionalidade integrada no racional e missão da própria instituição, proporcionando novas formas de valorização e compreensão patrimonial, ao mesmo tempo que facilita o entendimento dos direitos de autor associados.

Referências bibliográficas

- Cammaerts, B. (2008). Critiques on the participatory potentials of *Web 2.0*. *Communication, culture & critique*, 1 (4), 358-377.
- Creative Commons (s.d). Sobre as Licenças. *Creative Commons*. Disponível em https://creativecommons.org/licenses/?lang=pt_PT.
- Eschenfelder, K. R. & Caswell, M. (2010). Digital Cultural Collections in an Age of Reuse and Remixes. *First Monday*, 15 (11).
- Europeana (2010 a). Europeana Strategic Plan 2011 – 2015. [The Hague: Europeana Foundation]. *Europeana*. Disponível em [http://pro.europeana.eu/files/Europeana_Professional/Publications/Strategic%20Plan%202011-2015%20\(colour\).pdf](http://pro.europeana.eu/files/Europeana_Professional/Publications/Strategic%20Plan%202011-2015%20(colour).pdf)
- Europeana (2012). *The Europeana Licensing Framework*. [The Hague: Europeana Foundation]. *Europeana*. Disponível em http://pro.europeana.eu/files/Europeana_Professional/Publications/Europeana%20Licensing%20Framework.pdf
- Europeana Professional (s.d. a). About Us. *Europeana Professional*. Disponível em <http://test-europeana.proteon.nl/about>
- Europeana Professional (s.d. b). API implementations. *Europeana Professional*. Disponível em <http://test-europeana.proteon.nl/web/guest/api-implementation>.

- Europeana Professional (s.d. c). API Services. Consult. *Europeana Professional*. Disponível em <http://test-europeana.proteon.nl/web/guest/api>
- Europeana Professional (s.d. d). Linked Open Data. *Europeana Professional*. Disponível em <http://test-europeana.proteon.nl/linked-open-data>
- Europeana Professional (2013, maio 29) *Hawaiian artist turns himself into Europe's Masterpieces* [Press Release]. *Europeana Professional*. Disponível em <http://test-europeana.proteon.nl/news/press-releases>
- Europeana Professional (2013, junho 6) *Europeana Releases First Free iPad App*[Press Release]. *Europeana Professional*. Disponível em <http://test-europeana.proteon.nl/news/press-releases>
- Fisher, M. & Twiss-Garrity, B. (2007). Remixing Exhibits: Constructing Participatory Narratives With Online Tools To Augment Museum Experiences. In J.Trant & D. Bearman (Eds), *Museums and the Web Conference, San Francisco, 2007*. Toronto: Archives & Museum Informatics.
- Frost, O. (2009). When the Object is Digital: properties of digital surrogate objects and implications for learning. In R. Parry (Ed.), *Museums in a Digital Age* (pp.237-246). London, NY: Routledge.
- Gonçalves, M. E. (2006). O direito de autor na era digital na Europa. *Revista Sub Judice: Justiça e Sociedade. Internet, Direito e Tribunais*, 35, 43-55.
- Jenkins, H. (2009) *Cultura da convergência*. São Paulo: Editora Aleph.
- Lessig, L. (2008) *Remix: Making Art and Commerce Thrive in the Hybrid Economy*. London: Bloomsbury.
- Lévy, P. (1999) *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34.
- Manovich, L. (2005). Remixing and Remixability. *Lev Manovich Official Website*. Disponível em <http://manovich.net/articles.php>
- Manovich, L. (2007). What comes after remix?. *Lev Manovich Official Website*. Disponível em <http://manovich.net/articles.php>
- Manovich, L. (2009). The Practice of Everyday (Media) Life: From Mass Consumption to Mass Cultural Production?. *Critical Inquiry*, 35 (2), 319–331.
- MatrizNet (s.d). Termos e Condições. *MatrizNet*. Disponível em <http://www.matriznet.dgpc.pt/matriznet/TermosCondicoes.aspx>
- Reynolds, S. (2012, outubro 5). You Are Not a Switch. Recreativity and the modern dismissal of genius. *Slate*. Consult. Disponível em http://www.slate.com/articles/arts/books/2012/10/against_recreativity_critics_and_artists_are_obsessed_with_remix_culture_.html
- Rosa, A. M. (2009). *Os direitos de autor e os novos média*. Coimbra: Angelus Novus.
- União Europeia (2006). Recomendação da Comissão de 24 de Agosto de 2006 sobre a digitalização e a acessibilidade em linha de material cultural e a preservação digital (2006/585/CE). *Jornal Oficial da União Europeia*, L N.º 236 (31.8.2006). Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2006:236:0028:0030:PT:PDF>
- União Europeia (2013). Diretiva 2013/37/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de junho de 2013 que altera a Diretiva 2003/98/CE relativa à reutilização de informações do setor público. *Jornal Oficial da União Europeia*, L N.º 175

- (27.6.2013). Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2013:175:0001:0008:PT:PDF>
- União Europeia. Comissão Europeia (2008). *COM(2008) 513 final. Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões. O património cultural da Europa ao alcance de um clique Progressos na digitalização e acessibilidade em linha de material cultural e na preservação digital na EU*. Bruxelas: Comissão Europeia.. Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2008:0513:FIN:pt:PDF>
- União Europeia. Comissão Europeia (2010). *COM(2010) 183 final. Livro Verde: Realizar o potencial das indústrias culturais e criativas*. Bruxelas: Comissão Europeia. Disponível em http://ec.europa.eu/culture/our-policy-development/doc/GreenPaper_creative_industries_pt.pdf
- União Europeia. Comissão Europeia (2011). *COM(2011) 882 final. Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions. Open data An engine for innovation, growth and transparent governance*. Brussels: European Commission. Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2011:0882:FIN:EN:PDF>
- União Europeia. Comissão Europeia (2012, dezembro 18). *Communication on content in the Digital Single Market*. Disponível em http://ec.europa.eu/internal_market/copyright/licensing-europe/index_en.htm
- União Europeia. Comissão Europeia (15/10/2013). *Copyright in the Information society*. Disponível em http://ec.europa.eu/internal_market/copyright/copyright-info/index_en.htm
- Verwayen, H., Arnoldus, M. & Kaufman, P. B. (2011). The Problem of the Yellow Milkmaid: A Business Model Perspective on Open Metadata. *Intelligent Television*. Disponível em <http://pro.europeana.eu/documents/858566/2cbf1f78-e036-4088-af25-94684ff90dc5>

(Página deixada propositadamente em branco)

**NO JARDIM DA BASÍLICA DE S. PEDRO:
A AÇÃO DE AUGUSTO DE CASTRO NA LEGAÇÃO
DE PORTUGAL NO VATICANO (1924-1929)**

Clara Serrano

CEIS20

ORCID ID 0000-0001-9837-6978

Resumo: O presente artigo pretende dar conta da passagem do jornalista Augusto de Castro pela legação de Portugal no Vaticano (1924-1929), tendo em conta a agenda diplomática, o fascínio por Mussolini e pelo fascismo italiano, a participação e gestão de *dossiers* tão importantes e controversos como, a título de exemplo, o dos acordos de 1928 sobre o Padroado Português do Oriente.

Palavras-chave: Portugal; Vaticano; Itália; Política; Diplomacia.

Abstract: This article intends to explain the passage of the journalist Augusto de Castro by the Portuguese embassy in the Vatican (1924-1929), taking into account the diplomatic agenda, the fascination for Mussolini and the Italian fascism, the participation and management in important and controversial issues as, for example, the 1928 agreements on the Patronage Portuguese in the East.

Key words: Portugal; Vatican; Italy; Politics; Diplomacy.

A Primeira República e o Vaticano

Na manhã de 5 de outubro de 1910, a República foi proclamada das janelas da Câmara Municipal de Lisboa, por José Relvas, perante “o delirante entusiasmo da multidão” (*Ilustração Portuguesa*, 1910). No mesmo dia, na praia da Ericeira, D. Manuel dirigiu-se ao iate *Amélia*. A embarcação acabou por conduzir a família real ao minúsculo território britânico situado no extremo sul da Península Ibérica, Gibraltar. Daí o derradeiro monarca luso seguiu para Inglaterra. Apesar das incursões de Paiva Couceiro de 1911 e 1912 e do “Reino da Traulitânia”, a Monarquia Portuguesa exalou o seu último sopro de vida ao “som dos trovões da Rotunda” (Homem & Ramires, 2012) e do “entrechoque das ondas do mar” (*Ilustração Portuguesa*, 1910).

O Governo Provisório, desde logo, fixou as suas principais linhas de ação. Assim, se no plano externo, as preocupações que dominavam o Ministério dos Negócios Estrangeiros se prendiam com o reconhecimento do novo regime, no plano interno, os republicanos mostravam-se, sobremaneira interessados em erradicar símbolos e privilégios da Monarquia.

Na Europa, para além de Portugal, apenas a França e a Suíça eram Repúblicas. O gabinete de Bernardino Machado rapidamente se apercebeu que o relacionamento externo de Portugal dependia largamente da atitude do governo inglês. Por isso, não obstante as desconfianças em relação ao respeito britânico pela integridade do império colonial português e à concessão do estatuto de exilado a D. Manuel II, aquele que haveria de ocupar, por duas vezes, a cadeira da presidência da República, não hesitou em favorecer as relações com Londres, por forma a conseguir os seus intentos. Esta ligação privilegiada com o *Foreign Office* acabaria por prevalecer ao longo de toda a história diplomática da Primeira

República – muito embora houvesse quem advogasse uma relação dominante com Paris, sendo João Chagas (1863-1925), ministro plenipotenciário nessa capital desde abril de 1911, o principal defensor dessa tese (Novais, 2006).

Por cá, entre as medidas tomadas para suprimir os privilégios do regime deposto, contaram-se a extinção do Conselho de Estado e da Câmara dos Pares, a demissão dos funcionários ao serviço das casas reais, a supressão dos títulos nobiliárquicos, das distinções honoríficas e dos direitos de nobreza, a proscrição *ad aeternum* da família de Bragança e a adoção de novos símbolos nacionais.

O Governo Provisório levou ainda a cabo uma política de profunda laicização, que se apresentou como a concretização das ideias defendidas pelos republicanos nas últimas décadas do século XIX (Neto, 2009). No imediato, foram expulsos os jesuítas e extintas as ordens religiosas; laicizados os feriados religiosos e abolido o juramento religioso; suprimido o ensino da doutrina cristã nas escolas primárias e nas escolas normais; e extinta a Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra. A 3 de novembro e a 25 de dezembro de 1910 foram publicadas, respetivamente, a Lei do Divórcio e as Leis da Família. Estes diplomas, que contrariavam completamente os valores do Portugal conservador, representavam uma rutura com o passado, pois dispensavam, embora sem abolir, toda e qualquer legitimação de índole religiosa.

Como corolário do movimento de secularização e com o objetivo de acabar com as “ligações perigosas” mantidas entre o Estado e a Igreja Católica durante o período da Monarquia, foi publicada no *Diário do Governo* n.º 92, de 21 de abril de 1911, a *Lei de Separação do Estado das igrejas*, decretada a 20 de abril. Da autoria do ministro da Justiça Afonso Costa, o diploma apartava a religião da esfera política e colocava em pé de igualdade todos os credos e todas as confissões religiosas. Contudo, na prática, a promulgação da Lei tinha um outro objetivo bastante mais concreto: estancar a

excessiva intervenção da Igreja na vida pública, uma vez que esta era, segundo os republicanos, a grande razão para a sociedade e o país se encontrarem em tal estado de atraso e decadência.

Como seria de esperar, a publicação do diploma deu origem a fortes protestos, não só por parte dos meios católicos nacionais e de Roma, mas também da própria população, que perduraram, “pelo menos, até à ditadura de Sidónio Pais” (Neto, 2009). Maioritariamente rural e analfabeta, aquela continuava a obedecer à hierarquia eclesiástica e tinha hábitos extremamente enraizados, que se mostrariam muito difíceis de mudar, ao contrário do que profetizara Afonso Costa: “a ação da medida será tão salutar, que em duas gerações Portugal terá eliminado completamente o catolicismo, que foi a maior causa da desgraçada situação em que caiu” (*O Tempo*, 1911).

Quanto à Santa Sé, assistiu-se a um corte das relações diplomáticas com Portugal, o mesmo acontecendo com os prelados portugueses em relação ao regime (cf. Rodrigues, 1997). A 24 de maio de 1911, o papa Pio X assinou a encíclica *Iamdudum in Lusitania*, em que denunciava a “perseguição religiosa em Portugal” (Santos, 2010), condenava o desterro dos bispos do Porto e de Beja e rejeitava a *Lei de Separação do Estado das igrejas*, que considerava ofender os interesses espirituais e materiais da instituição religiosa e “oprimir a própria liberdade da Igreja” (Santos, 2010). A 10 de julho de 1913, por decreto do ministro da Justiça do primeiro governo presidido por Afonso Costa, foram cortadas as relações diplomáticas com a Santa Sé e extinta a legação de Portugal no Vaticano (Santos, 2010).

Foi no contexto da Primeira Guerra Mundial que se verificou o primeiro esforço diplomático relevante no sentido da reaproximação dos dois Estados (Reis, 2009). Essa tentativa, que refletiu a tendência geral verificada na Europa “para a valorização do papel das religiões na manutenção da moral das tropas e das populações, no contexto de uma guerra total” (Reis, 2009), saiu, no entanto, gorada.

A partir de 1917, reforçou-se o movimento religioso de massas, centrado nas “aparições” de Fátima. Estas, apesar de não terem sido, de imediato, reconhecidas pela hierarquia católica, responderam, na prática, às necessidades da Igreja, que procurava recuperar a posição perdida com a República. Neste contexto, o golpe militar de 5 de dezembro de 1917 e os diplomas publicados durante a “República Nova” destinados à pacificação religiosa, permitiram a reaproximação do Estado à Santa Sé, a qual também estava interessada no retomar das relações políticas e diplomáticas com Portugal (Neto, 2004). Com efeito, Sidónio Pais foi o primeiro presidente da República a assistir e a participar em cerimónias religiosas – exéquias de 2 de março de 1918, por alma dos soldados portugueses mortos na Grande Guerra; *Te-Deum* de 14 de novembro, pela vitória dos exércitos aliados; e exéquias de 14 de dezembro, por alma dos tripulantes do caça-minas *Augusto de Castilho*, afundado nos mares dos Açores por um submarino alemão (Neto, 1996-1997).

O restabelecimento das relações diplomáticas com o Vaticano aconteceu a 25 de julho de 1918, com Aloísio Mazella a assumir as funções de Encarregado de Negócios da Santa Sé em Lisboa. Quatro dias depois, a 29 de julho, foi anunciado o novo Núncio Apostólico em Portugal, Achille Locatelli (1856-1935). Em agosto, foi nomeado enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de Portugal junto da Santa Sé o capitão José Feliciano da Costa Júnior (1884-1929).

A morte de Sidónio acarretou o fim do sidonismo, mas não uma nova quebra no clima de confiança que se tinha estabelecido entre os dois Estados. Um dos exemplos, no contexto pós-sidonista, dessa estratégia diplomática portuguesa foi o despacho do ministro dos Negócios Estrangeiros, Melo Barreto (1873-1935), de julho de 1919, que pretendeu orientar a ação de Joaquim Pedro Martins, o primeiro diplomata português a exercer, efetiva e longamente, funções de representação do regime republicano junto do Vaticano. Outro exemplo, a imposição do barrete cardinalício ao Núncio Locatelli,

em janeiro de 1923, numa cerimônia repleta de simbolismo, realizada no Palácio da Ajuda e presidida pelo presidente da República, António José de Almeida.

Para o sucesso dessa estratégia delineada pelo governo português, muito contribuíram os dois diplomatas que representaram Portugal junto da Santa Sé no período compreendido entre 1919 e 1929: Joaquim Pedro Martins (1919-1924) e Augusto de Castro (1924-1929). Ao contrário da estabilidade conseguida na legação de Portugal no Papado, ocupada durante estes dez anos por dois embaixadores, o Ministério dos Negócios Estrangeiros registou, durante o mesmo intervalo de tempo, grande volubilidade, tendo ocupado a respetiva pasta 26 ministros.

Joaquim Pedro Martins (1875-1939), ao longo do exercício das suas funções, revelou grande persistência e eficácia, negociando, com sucesso, a encíclica papal de 18 de dezembro de 1919, dirigida por Bento XV aos bispos portugueses, que reforçou a política do *ralliement* (Leal, 1994); a resignação de Sebastião Leite de Vasconcelos (1852-1923), bispo de Beja, em aberto desde o seu exílio forçado em 1910; “a carta de 1922 do episcopado português ao papa, a confirmar a sua adesão aos princípios do *ralliement* e a atacar os monárquicos católicos” (Reis, 2011); a missiva “de resposta do papa a apoiar as posições dos bispos e a ordenar a unidade católica na aceitação do regime republicano” (Reis, 2011); a desautorização do matutino católico, de tendência monárquica, *A Época* e, a conseqüente, fundação do diário *Novidades*, título oitocentista que reapareceu a 15 de dezembro de 1923 como órgão do Episcopado Português (Matos, 1999), que deu seguimento à linha do Vaticano de aceitação do regime republicano; a obtenção do privilégio de imposição do barrete cardinalício ao Núncio em Lisboa para o chefe de Estado republicano (1922-1923) (Reis, 2011).

A ação de Joaquim Pedro Martins junto da Santa Sé foi de extrema importância na melhoria das relações entre os dois Estados.

Em 1924, o diplomata, que havia sido um dos nomes aventados e efetivamente votados, aquando da eleição de Manuel Teixeira Gomes para a Presidência da República (Reis, 2011), regressou a Portugal, sendo substituído por Augusto de Castro. Em 1925 integrou o executivo de Vitorino Guimarães (1876-1957), assumindo a pasta dos Negócios Estrangeiros, entre 15 de fevereiro e 1 de julho.

A nomeação de Augusto de Castro

A nomeação do ex-diretor do *Diário de Notícias* para a legação de Portugal no Vaticano não foi pacífica, tendo criado alguns constrangimentos no Palácio das Necessidades. Pedido o *agrément*, o secretário de Estado da Cúria Romana, Pietro Gasparri (1852-1934), solicitou a garantia, por parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros português, de que Augusto de Castro estava “completamente desligado da direção [de] quaisquer diários” (Gasparri, 1924).

Ultrapassada a questão, a 18 de julho de 1924, Augusto de Castro regressou ao Vaticano, onde já tinha estado aquando da entrevista a Bento XV, a 27 de outubro de 1921. Durante o período em que esteve à frente da representação portuguesa na Cúria Romana, Castro esforçou-se por acompanhar, não só o dia a dia do Papado, mas também a situação política italiana, tentando transmitir a evolução dos acontecimentos o mais objetivamente possível, quer através de telegramas, quer através de extensos e pormenorizados ofícios. O ministro de Portugal no Vaticano mostrou-se, ainda, um leitor atento dos jornais italianos, fazendo chegar ao seu Ministério recortes das notícias que considerava mais importantes. Dos vários interlocutores da Santa Sé com quem privava, o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Pietro Gasparri, era, indubitavelmente, aquele que lhe era mais próximo, chegando mesmo a mostrar-lhe, em diversas ocasiões, documentos que haviam sido classificados como confidenciais.

Entre 1924 e 1929, a troca de correspondência com o secretário-geral, Gonçalves Teixeira, foi intensa e versou diversos assuntos, desde os consistórios realizados, à assinatura de concordatas, à atividade católica no mundo, passando pelas relações entre a Santa Sé e o regime fascista e, conseqüentemente, a “Questão Romana”, a conjuntura política dos dois países latinos, Portugal e Itália, e a questão do Padroado Português do Oriente.

Um dos assuntos que mais chamou a atenção de Castro, em 1925, foi o conflito diplomático que opôs a Santa Sé à França, por causa do anúncio da supressão da embaixada francesa junto do Vaticano (2 de fevereiro), votada favoravelmente pela Câmara dos Deputados – mas não pelo Senado –, e a aplicação das leis laicas à Alsácia-Lorena (17 de junho). O executivo de centro-esquerda, presidido por Edouard Herriot, um velho conhecido de Augusto de Castro e um acérrimo defensor do laicismo, tinha, a 29 de outubro de 1924, reconhecido a União Soviética, decisão que, à época, suscitara o clamor da Santa Sé.

O anúncio do encerramento da embaixada francesa junto do Vaticano gerou, não só uma onda de indignação no Vaticano – que reagiu através do seu jornal oficial, *L'Osservatore Romano* –, mas também em França. Para além da oposição do Conselho de Estado e dos prelados franceses, que enviaram a Herriot uma carta-protesto, a população reagiu através de grandes manifestações de rua.

Novamente votada, em dezembro de 1925, pela Câmara dos Deputados – a mesma que, em fevereiro, se tinha pronunciado pela rutura com o Vaticano – a proposta de extinção foi chumbada, com 280 votos contra e 108 a favor. Durante todo o ano de 1925, o ministro de Portugal no Papado deu conta da crescente tensão instalada nas relações entre os dois Estados, que só seria superada em finais de 1925, após a decisão dos parlamentares gauleses.

O diferendo que opôs a *Action Française* e Charles Maurras (1868-1952) ao Vaticano, após sete obras do ensaísta terem sido

inscritas na lista de livros proibidos da Santa Sé, o *Índex*, assim como a *Revue d'Action Française*, dirigida por Léon Daudet (1867-1942), também captou a atenção do diplomata português que, a 12 de março de 1927, informou o secretário-geral que o episcopado francês, numa declaração publicada pelo *L'Osservatore Romano*, tinha vindo a público “defender calorosamente o papa da acusação de ter exorbitado ou mostrado com o seu ato malquerença à França” (Castro, 1927), criticando, ao mesmo tempo, “o nacionalismo integral francês por ter uma conceção pagã da sociedade e do Estado” (Castro, 1927a), por preconizar “o recurso a todos os meios para a realização dos seus fins, por deixar cair no esquecimento os sentimentos que constituíam a moral católica” (Castro, 1927a).

A condenação das obras de Maurras e da revista do movimento francês, anunciada pelo papa Pio XI a 29 de dezembro de 1926, cinco dias após o “Non possumus” da *Action Française*, inseriu-se num contexto de escalada de violência verbal que, desde setembro de 1926, a publicação vinha dirigindo a toda a hierarquia católica. Contudo, só em julho de 1939, as sanções relativas ao jornal seriam retiradas pelo sucessor de Pio XI, Pio XII, continuando, todavia, em vigor a condenação dos escritos de Maurras.

A Questão Romana

Augusto de Castro também foi mantendo o secretário-geral informado de todas as negociações ítalo-vaticanas sobre a chamada “Questão Romana”, mormente durante os anos de 1928 e 1929.

Depois da eclosão da guerra franco-prussiana, a 19 de julho de 1870, da retirada das tropas de Napoleão III de Roma (agosto de 1870) e da proclamação da Terceira República Francesa (4 de setembro de 1870), o governo italiano decidiu, por unanimidade, ocupar Roma. A 20 de setembro, depois do famoso episódio da

Breccia di Porta Pia, o exército transalpino, liderado pelo general Raffaele Cadorna (1815-1897), entrou em Roma e anexou o milenar Estado da Igreja ao reino de Itália. No ano seguinte, a 3 de fevereiro, Roma foi proclamada capital do novo Estado.

O papa Pio IX nunca aceitou a perda dos domínios territoriais da Igreja. Tendo-se declarado prisioneiro do poder laico, recusou qualquer negociação e isolou-se no Vaticano. Nascia, assim, a “Questão Romana”, que só viria a ser resolvida a 11 de fevereiro de 1929, com a assinatura do *Patti Lateranensi*, que pôs fim à incómoda contenda entre o Estado e a Igreja.

O acordo assinado pelo líder fascista, Benito Mussolini e pelo cardeal Pietro Gasparri, secretário de Estado da Santa Sé, formalizou a existência do Estado do Vaticano enquanto Estado soberano, neutro e inviolável, sob a autoridade do papa, e os privilégios de extraterritorialidade de *Castel Gandolfo* e das basílicas de *San Giovanni in Laterano*, *Santa Maria Maggiore* e *San Paolo Entro le Mura*. Por seu turno, a Santa Sé renunciou aos territórios que tinha possuído desde a Idade Média e reconheceu Roma como capital do reino de Itália.

O documento também garantiu ao Vaticano o pagamento de compensações financeiras pelas perdas territoriais durante o movimento de unificação da Itália. Reconheceu, ainda, que os representantes da Santa Sé gozavam das mesmas imunidades e regalias que os restantes representantes diplomáticos acreditados em Itália e reafirmou a garantia da liberdade de comunicações da Santa Sé com todo o mundo. Reconheceu o catolicismo como religião oficial do Estado italiano, conferiu efeitos civis ao casamento religioso, aboliu o divórcio, proibiu a admissão em cargos públicos dos sacerdotes que tivessem abandonado o ministério e concedeu numerosas vantagens ao clero.

Em finais de 1925, Augusto de Castro informava o secretário-geral de que já havia rumores de negociações ítalo-vaticanas sobre

a chamada “Questão Romana” (Castro, 1925). Nos anos que se seguiram até à assinatura do *Patti Lateranensi*, o diplomata português continuou a dar conta da polémica travada entre a imprensa fascista e o *L'Osservatore Romano*, a propósito das relações entre a Santa Sé e o Estado Italiano bem como da evolução do pensamento do chefe do governo italiano, Benito Mussolini, e do papa, Pio XI, acerca desta difícil e delicada contenda. Em ofício dirigido ao secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, datado de 21 de outubro de 1927, Castro concluía a sua reflexão acerca do litígio, com uma citação do *Foglio d'Ordini*, do *Partito Nazionale Fascista*, que resumia o seu entender relativamente à questão: “la conclusione può essere questa: arduo ma non impossibile” (Castro, 1927b).

O termo das negociações foi comunicado através de um extenso telegrama, enviado a 7 de Fevereiro de 1929 (Castro, 1929a). Nele, o diplomata português informava que o secretário de Estado do Vaticano havia convocado, para essa manhã, todos os representantes do corpo diplomático, para fazer a “prometida comunicação oficial” (Castro, 1929a), relativamente ao encerramento das conversações para resolução da “Questão Romana”. Na reunião, a que assistiram todos os diplomatas acreditados no Vaticano, o cardeal Gasparri declarou que as “negociações confidencialmente começadas há um ano [por] iniciativa [de] Mussolini, [e] laboriosamente prosseguidas” (Castro, 1929a), tinham ficado concluídas na véspera, faltando apenas acertar alguns detalhes. Com o fim das conversações, o papa havia decidido informar o corpo diplomático, para que fossem notificados os respetivos governos. Castro participava ainda que, segundo informação recebida, os Acordos seriam assinados pelo secretário de Estado, Pietro Gasparri, em representação do papa Pio XI, e por Benito Mussolini, no domingo, dia 10 de fevereiro. Firmados, de facto, um dia depois (11 de fevereiro), o ministro de Portugal no Vaticano preocupou-se, por esses dias, com a apresentação de cumprimentos por parte do governo português pelo acordo alcançado.

Castro e Mussolini

Augusto de Castro manteve-se, de igual modo, atento ao desenrolar da situação política italiana, sendo que Mussolini foi, sem dúvida, a figura sobre quem mais escreveu nos seus ofícios e telegramas.

No dia 10 de junho de 1924, às 16h30m, o socialista unitário Giacomo Matteotti (1885-1924) foi raptado por cinco homens. Matteotti tinha-se destacado como um dos líderes da oposição ao fascismo, com a publicação do livro *Un anno di dominazione fascista* e com os seus longos e acesos discursos no Parlamento, em que denunciou “as ações fascistas levadas a cabo pelos camisas negras durante a campanha das legislativas, as inúmeras violações da liberdade eleitoral, a cumplicidade das autoridades do Estado e as prevaricações dos dirigentes fascistas” (Milza, 1999). Mussolini achou-se “confrontado com um problema que nem ele nem os seus lugar-tenentes haviam seriamente considerado: a resistência de um parlamentar decidido em ir até ao fim na sua ofensiva verbal contra o regime” (Milza, 1999).

Desde o dia 1 de junho que Mussolini tinha dado o tom num artigo não assinado no *Popolo d'Italia*, no qual considerava o deputado unitário como um “agente provocador profissional” (Milza, 1999). Contudo, em privado, tinha-se entregue a declarações bem mais graves, como a confidência que fez a um dos mais próximos conselheiros nos primeiros tempos do fascismo, Cesare Rossi (1887-1967) – “este homem não deveria mais circular por aí” (Milza, 1999) – ou o pedido que dirigiu ao Secretário administrativo do *Partito Nazionale Fascista*, Giovanni Marinelli (1879-1944) – “levantem-se pelos pés esta personagem embaraçante” (Milza, 1999).

Assassinado no mesmo dia do sequestro, só a 16 de agosto o seu cadáver viria a ser encontrado nas matas da *Quartarella*, a 150 metros da *Via Flaminia* (Milza, 1999). Ainda antes da descoberta do corpo, o homicídio de Matteotti fez tremer, um pouco por toda a Itália, o

consulado de Mussolini. Nas semanas que se seguiram e, perante o constrangimento de todo um país, Mussolini procurou evitar “um golpe de força contra o Palácio Chigi” (Milza, 1999) e, conseqüentemente, a queda do seu governo. Assim, à medida que o inquérito da polícia e a instrução judicial foram progredindo, permitiu a prisão de todos os que, direta ou indiretamente, estiveram implicados no homicídio do deputado socialista. Lentamente, Mussolini começou a recuperar o equilíbrio. Tendo conservado trunfos preciosos como o apoio do Senado e do rei, em novembro de 1924, conseguiu também o voto de confiança da Câmara dos Deputados, com 337 votos a favor, 17 contra e 18 abstenções (Milza, 1999).

A descoberta do cadáver de Matteotti e as bases políticas do assassinato obrigaram Mussolini a manter um duplo discurso. Primeiro de apaziguamento, dando garantias aos partidários da normalização da vida política. Depois de força, sendo a elocução pronunciada a 3 de janeiro de 1925 o exemplo mais conseguido.

Nada ilustra melhor esta ambigüidade da atitude mussoliniana do que a forma como Italo Balbo (1896-1940) foi destituído, em novembro de 1924, do seu posto de comandante temporário da Milícia fascista. Augusto de Castro, num ofício remetido a Gonçalves Teixeira, a 29 de novembro de 1924, dava conta dessa mesma ambivalência: “anexo recorte do jornal em que foram publicadas duas cartas, uma do ex-tenente Italo Balbo, general da Milícia fascista, pedindo demissão do seu cargo de comandante interino da mesma e outra do Sr. Mussolini aceitando a sua demissão e elogiando-lhe os serviços prestados” (Castro, 1924c).

Castro explicava que a demissão de Balbo havia sido motivada pela divulgação de uma sua carta, “redigida há um ano e alguns meses” (Castro, 1924c), aconselhando o uso de violência corporal contra os adversários do fascismo e recomendando que se insinuasse “ao magistrado competente que não deveria tomar conhecimento dessas violências, se elas chegassem a ser prati-

cadadas, isto é, se os ditos antifascistas se recusassem a emigrar de Ferrara” (Castro, 1924c).

De facto, Mussolini perante o coro de protestos que a divulgação da missiva do *ras* de Ferrara provocara, pediu a sua demissão, mas não deixou de publicar na imprensa uma mensagem que mostrava claramente a sua solidariedade para com o antigo *quadriumvir*.

O ministro de Portugal no Vaticano também acompanhou de perto o discurso que o líder fascista pronunciou a 3 de janeiro de 1925, que marcou “uma viragem maior na fase de transição entre o Estado liberal, que tinha sido instaurado em meados do século XIX pela monarquia piemontesa, e o Estado fascista” (Milza, 1999). Com efeito, a 18 de janeiro, Augusto de Castro deu conta do elóquio em que Mussolini, “abandonando definitivamente a sua fase de política constitucional, anunciou o regresso ao que ele chamou «a maneira forte», isto é, a violência” (Castro, 1925a).

No plano estritamente institucional, o discurso pronunciado a 3 de janeiro de 1925, não representou uma verdadeira rutura. Essa fratura só aconteceria um ano mais tarde, em novembro de 1926, com a aprovação pelo Conselho de ministros de uma série de medidas repressivas e a adoção da “lei de defesa do Estado”. Esses textos, preparados pelo ministro da Justiça, o ex nacionalista Alfredo Rocco (1875-1935), ficariam conhecidos, para a posteridade, pelo nome genérico de “leis fascistíssimas”.

Durante todo o mês de novembro de 1926, Augusto de Castro continuou a informar Gonçalves Teixeira sobre as reformas levadas a cabo pelo governo de Mussolini: “reorganização do partido fascista” (Castro, 1926b), “reforma das leis de segurança pública, da autoria do novo ministro das Colónias, Luigi Federzoni” (Castro, 1926c) e “leis sindicais que visavam organizar o que o Fascismo entendia por Estado Corporativista” (Castro, 1926d).

Nos anos seguintes foram as negociações para a resolução da “Questão Romana” que prenderam a sua atenção e constituíram

o pretexto para escrever sobre o líder fascista. No ofício datado de 17 de maio de 1929, sobre a ratificação do *Patti Lateranensi*, Castro escreveu sobre a figura do *Duce*, socorrendo-se de duas particularidades que, mais tarde, aquando da sua estada no Quirinal, seriam recorrentes para caracterizar o chefe do governo italiano – a latinidade e a teatralidade:

Mussolini, como bom italiano gosta dos golpes de teatro (...). As suas violências de tribuno, destinadas a efeitos de momento sobre a multidão, nem sempre correspondem, sobretudo na sua ação internacional, aos seus atos de estadista. A sua política com a França bem o demonstra (Castro, 1929c).

Longe ainda do entusiasmo e da admiração que a figura de Mussolini lhe iria suscitar mais tarde, Castro tinha, no entanto, encontrado o mote para definir o político que nasceu no “coração da Romanha vermelha” (Milza, 1999).

A Crise do Padroado Português do Oriente

Todavia, durante o período em que ocupou a legação de Portugal no Vaticano, a grande problemática com que se viu confrontado foi a da crise do Padroado Português do Oriente, que estalou, a 27 de fevereiro de 1926, “com uma nota da Nunciatura Apostólica, na qual o padroado foi declarado nulo e não existente a partir de 1910, em virtude do fim da monarquia e da separação da Igreja do Estado” (Reis, 2009).

O Padroado do Oriente havia assegurado ao país, entre os séculos XVI e XVII, o monopólio religioso católico do além-mar, tendo a coroa portuguesa detido o privilégio de nomeação dos bispos e de outros clérigos e do qual resultaram importantes

regalias no campo da evangelização e no domínio efetivo desses territórios. Algumas dessas prerrogativas mantiveram-se, mesmo após alguns espaços terem passado a gravitar na órbita de outras potências colonizadoras. Se os séculos seguintes assinalaram uma mudança de paradigma, com a perda de influência e poder, a verdade é que a Primeira República julgou por bem, na *Lei de Separação*, não alterar as disposições que ditavam a nomeação dos clérigos pelo Estado. Por isso, no artigo 190.º estava inscrito: “se façam respeitar os direitos de soberania da República Portuguesa em relação ao padroado do Oriente”.

As apresentações feitas pelo governo português, em 1919, de monsenhor Alban Goodier (1869-1939) para o arquiépiscopado de Bombaim, e em 1920, de monsenhor José da Costa Nunes (1880-1976) para a diocese de Macau, foram aceites pela Santa Sé, que aceitou à sua nomeação para os respetivos lugares.

Contudo, em finais de 1925, a nomeação, pelo ministro das Colónias, do cónego Manuel do Nascimento Anaquim (1871-1939) para bispo de Damão, resultou numa crise diplomática, que se estendeu até à assinatura dos Acordos de 15 de abril de 1928. A nomeação de um cónego politicamente influente para Damão, em relação ao qual os republicanos sabiam existir objeções de ordem eclesiástica por parte da Santa Sé, e a conseqüente publicação da escolha em *Diário do Governo*, de 20 de novembro de 1925, sem qualquer consulta prévia ou comunicação ao Vaticano, conduziu a um incidente diplomático que se traduziu na recusa, por parte do Papado, da elevação do cónego Anaquim a bispo. O Vaticano considerou a medida do governo português uma forma de coação do papa, no sentido de este reconhecer o Padroado.

Com efeito, tendo recebido instruções para entregar a carta de apresentação do novo bispo de Damão a 13 de dezembro de 1925, logo a 31 do mesmo mês, Augusto de Castro informou, por meio de telegrama, o secretário-geral do Ministério dos Negócios

Estrangeiros, Gonçalves Teixeira, do descontentamento gerado pela nomeação junto do Vaticano:

Sei já porém informações particulares Vaticano que Santa Sé se mostrar magoada primeiro que sempre Governo Português antes de mandar nomeação prelado para *Diário Governo* se entender officiosamente com Nuncio por forma evitar colocar aqui Santa Sé dilema aceitar ou criar conflito como agora acontecer (Castro, 1925d).

Todavia, a crise “quase fatal do Padroado” (Reis, 2009) só começou formalmente a 27 de fevereiro de 1926, com a nota enviada pela *Nunziatura Apostolica di Portogallo* ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Vasco Borges (1882-1942). Nesse apontamento, o nuncio em Lisboa esclareceu o governo português que as concordatas de 21 de fevereiro de 1857 e de 23 de junho de 1886, que tinham servido de base para a nomeação de monsenhor Anaquim para Damão, haviam caducado juridicamente. E isso tinha acontecido porque os privilégios e as concessões que haviam sido feitas aos reis de Portugal, que tinham gozado do direito de apresentar ao Santo Padre os candidatos ao Episcopado haviam cessado. Com a revolução de 5 de outubro de 1910 e a consequente alteração de regime verificara-se uma mudança substancial numa das duas partes, pelo que o contrato entre a Coroa e a Santa Sé vinha juridicamente a perder todo o valor.

Acrescentava ainda que, com a *Lei de Separação do Estado das igrejas*, o Estado Português havia renunciado a qualquer privilégio em matéria eclesiástica, tendo-se declarado tão abertamente laico e fora da Igreja que não podia querer, nem podia logicamente pretender suceder *de jure* no gozo dos privilégios graciosamente concedidos pelos sumos pontífices à pessoa do rei. E, apesar de no artigo 190.º da mesma lei, a República pretender manter os

direitos do padroado, a Santa Sé entendia que, com a separação, esses direitos tinham sido perdidos e só podiam ser readquiridos mediante nova concessão do Vaticano. O Papado esclarecia, ainda, que as nomeações do arcebispo de Bombaim em 1919, e do bispo de Macau em 1920, não podiam ser entendidas, como um reconhecimento por parte da Santa Sé, do padroado. O Vaticano só tinha designado os candidatos apresentados pelo governo português, porque os considerava capazes para o exercício das funções.

A esta nota de 27 de fevereiro estava bem subjacente o desagrado que a nomeação portuguesa de monsenhor Anaquim para novo bispo de Damão tinha provocado na Cúria Romana. Aliás, como reconheceria Augusto de Castro a Gonçalves Teixeira, o próprio Pietro Gasparri teria confessado:

O regime [do padroado] esteve em vigor e, de facto, continuaria em vigor sem suscitar qualquer divergência ainda por muito tempo se não fosse a questão lamentável da escolha e nomeação do bispo de Damão, que veio colocar o Santo Padre numa situação melindrosa e demonstrar a necessidade de esclarecer o assunto (Castro, 1926).

As declarações do secretário-geral do Vaticano atestavam que o documento ia mais longe e declarava o fim do padroado português do Oriente, por causa do descontentamento gerado pela atitude do governo português junto da Santa Sé.

A invulgar radicalidade da posição assumida pela Cúria Romana – a nota foi considerada por Bruno Cardoso Reis como um verdadeiro “ultimato vaticano”, distanciando-se apenas do britânico por ter sido privado e não público – “refletia a fragilidade da posição portuguesa relativamente a boa parte dos territórios sob o seu padroado, sobre os quais era o império britânico a exercer o poder soberano” (Reis, 2009).

De facto, o secretário-geral do Vaticano reconheceria a Augusto de Castro a pressão exercida pelos ingleses junto da Cúria Romana:

Na minha conversa com o cardeal Gasparri, o Secretário de Estado, referindo-se aos protestos suscitados pelo Padroado Português no Oriente, elucidou: – A Inglaterra também sempre tem protestado junto da Santa Sé contra os privilégios portugueses (Castro, 1926).

Com efeito, as crescentes pressões inglesas para serem nomeados prelados britânicos para o vasto espaço do império vinha ao encontro do seu poder territorial. Que contrastava com a reduzida expressão das possessões portuguesas no Oriente. De facto, havia algum tempo que Londres, através do seu ministro plenipotenciário junto do Vaticano, Odo Russell (1870-1951), tentava pressionar o papa no sentido de este nomear para os episcopados do seu império católicos britânicos. A Inglaterra pretendia, assim, reforçar a sua estratégia de controlo colonial, face ao avolumar de crises, sobretudo na Ásia – recorde-se o recrudescimento do nacionalismo indiano, na sequência do massacre de Amritsar (13 de abril de 1919), recriado numa das cenas mais emblemáticas do filme *Gandhi* (1982), de Richard Attenborough.

É certo que, no seguimento do apontamento de 27 de fevereiro, logo a diplomacia papal moderou a sua postura e manifestou a sua disponibilidade para “retirar a nota” (Castro, 1926) e negociar: “diga ao seu governo que a Santa Sé neste assunto, está disposta a conceder a Portugal tudo, tudo, tudo!” (Castro, 1926). No entanto, o Vaticano excluía das concessões a efetuar duas questões que tinham que ser necessariamente revistas: “a nomeação dos bispos e a extensão das dioceses” (Castro, 1926).

As negociações acabaram por se arrastar muito mais do que o desejado pelos sucessivos governos portugueses. Contudo, não obstante o golpe de 28 de maio de 1926, Augusto de Castro continuou

como representante diplomático de Portugal no Vaticano, superintendendo *dossiers* tão complexos como o da crise do Padroado.

De resto, com a ditadura militar e, apesar de, entre 1926 e 1930, o Palácio das Necessidades ter conhecido oito ministros com orientações ideológicas bastante distintas (desde monárquicos integralistas como Trindade Coelho, a republicanos conservadores como Óscar Carmona e Bettencourt Rodrigues), as mudanças de vulto operadas nas representações diplomáticas no estrangeiro foram poucas. Norton de Matos, destacada figura do Partido Democrático e da Maçonaria, teve de abandonar Londres, sendo substituído pelo general Garcia Rosado (1864-1937), “homem de confiança de Gomes da Costa” (Martins, 2001). Afonso Costa e António Fonseca (1887-1937), responsáveis, respetivamente, pela Delegação de Portugal junto da Sociedade das Nações e pela legação de Portugal em Paris também foram, imediatamente, substituídos por dois oficiais afetos à ditadura militar. Para o lugar de Afonso Costa seguiu o general Alfredo Freire de Andrade (1859-1929). Para o posto de António Fonseca foi enviado o comandante da marinha Armando Gama Ochôa (1877-1941).

De resto, Alberto da Veiga Simões (Viena, Praga, Budapeste), Augusto de Vasconcelos, Alberto Oliveira (Bruxelas), Martinho Teixeira Homem de Brederode (Bucareste, Belgrado e Atenas), João António de Bianchi (Pequim) e Duarte Leite Pereira da Silva (Rio de Janeiro), continuaram a merecer a confiança dos sucessivos ministros deste período.

Após o pronunciamento militar chefiado por Gomes da Costa, o secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Gonçalves Teixeira, ainda deu conta a Augusto de Castro de um decreto prevendo a sua exoneração. Aliás, na imprensa da época correram boatos acerca da sua saída do Vaticano, bem como relativamente à substituição do representante de Portugal em Espanha, João Carlos de Melo Barreto (1873-1935).

Os dois acabaram, contudo, por permanecer nos seus postos. A 11 de julho de 1926, o secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros confidenciava a Augusto de Castro que, com a tomada de posse do novo ministro, Bettencourt Rodrigues (1854-1933), o decreto que visava a sua exoneração ficaria, por certo, sem efeito, o que realmente veio a acontecer, conforme comunicação de Gonçalves Teixeira, datada de 17 de julho de 1926: “decreto exoneração sem efeito, felicitações” (Teixeira, 1926).

No entanto, o representante de Portugal no Vaticano não deixou de assinalar, logo a 5 de junho de 1926, ao então ministro dos Negócios Estrangeiros, Óscar Carmona, as vantagens que a mudança e a composição do novo governo acarretariam para o sucesso das conversações com o Papado, numa demonstração subtil da sua anuência com a nova linha política do governo:

Vejo nos jornais a informação de que o atual governo estaria disposto a conceder garantias e medidas que a Igreja de há muito reclama em Portugal. Peço a V. Ex.^a que me faça a justiça de acreditar que não pretendo, de forma alguma imiscuir-me na orientação política do governo. Ouso porém sugerir que, tendo nós aqui com a questão pendente um assunto grave a regular no Vaticano, essas disposições do Governo (se existem) favoráveis a certas reclamações da Igreja poderiam ser legitimamente aproveitadas e utilizadas até certo ponto como arma e argumento diplomáticos nas negociações entabuladas. Não deixei já hoje de acentuar no Vaticano o facto de, na composição do atual gabinete, entrarem algumas personalidades que a ação católica em Portugal não pode deixar de ver com simpatia (Castro, 1926e).

O seu conservadorismo, a sua independência política – nunca se comprometeu com qualquer partido durante a Primeira República –, as boas relações que mantinha com o secretário-geral do Ministério

dos Negócios Estrangeiros e o facto de ocupar um posto que necessitava de estabilidade, pela fragilidade das relações diplomáticas com a Santa Sé e o processo negocial em curso, ajudam, por certo, a compreender a sua aceitação e a sua transição para o novo regime.

As negociações a respeito do Padroado Português do Oriente acabaram por se prolongar até abril de 1928, altura em que foi alcançado o acordo principal. Por envolverem os interesses de três Estados – Portugal, Inglaterra e Santa Sé – foram, inevitavelmente, complexas e até, no dizer de Augusto de Castro, “embaraçosas” (Castro, 1927c). Para o representante de Portugal no Vaticano era do interesse de todos a rápida conclusão das mesmas, não só pela lentidão que se tinha imprimido ao processo – “a Santa Sé tem pressa de concluir esta questão, afirmando que as negociações já duram há quase dois anos” (Castro, 1927c) –, mas também porque “as condições políticas e religiosas no Oriente mudam agora tão rapidamente que parece que o que importa na atual conjuntura para nós é perder o menos possível das nossas históricas posições do Padroado” (Castro, 1927c).

Castro chamou, por diversas vezes, a atenção do ministro dos Negócios Estrangeiros para a “manifesta impaciência” (Reis, 2009) da Santa Sé, “corporizada de forma credível num Pio XI bem menos diplomático” (Reis, 2009) do que os seus antecessores: “embebido de um espírito rigidamente religioso, o atual papa está longe de ter as qualidades políticas, quer de Bento XV, quer de Leão XIII” (Castro, 1927d).

Dotado de um “temperamento autoritário, medieval” (Castro, 1927d), “exclusivamente religioso” (Castro, 1927d), do então pontífice tudo seria expectável, como adiantava Augusto de Castro num seu ofício: “com o papa atual, padre exclusivamente e acima de tudo, devemos esperar tudo e a nota de 27 de fevereiro de 1926 bem o prova” (Castro, 1927c).

As negociações foram concluídas a 15 de abril de 1928, dia em que, pelas 12h00, Augusto de Castro assinou, em representação

do Estado Português, o acordo final entre as duas partes. Não sem antes, o Vaticano ter enviado um ultimato, informal e particular, a Portugal: “Santa Sé informa-me que telegrafou Nunciatura comunicar V. Ex.^a caso acordo não seja assinado até domingo 15 Pontífice se considerará definitivamente desligado negociações” (Castro, 1928).

O texto final de 15 de abril de 1928 reduziu o Padroado e limitou – em muito – os privilégios do Estado Português. Assim, a arquidiocese de Goa incluiu as dioceses de Damão e Diu, passando a denominar-se o seu arcebispo de Goa e Damão (artigo I). Parte da diocese de Damão, que não foi incorporada na arquidiocese de Goa, foi anexada à diocese de Bombaim, que manteve a sua organização eclesiástica (artigo II). Para a arquidiocese de Bombaim, os arcebispos seriam, alternadamente, de nacionalidade portuguesa e inglesa – por esta ordem (artigo III). A Santa Sé e Portugal comprometeram-se ainda a redefinir os limites da diocese de São Tomé de Meliapor, “de modo a assegurar da melhor forma a continuidade da jurisdição episcopal” (artigo IV) (*L'accordo*, 1928).

No provimento das sés de Goa, Cochim, São Tomé de Meliapor e Macau, o Padroado perdeu protagonismo, passando a escolha a ser da competência papal. Ou seja, a Santa Sé, depois de consultar os bispos portugueses por intermédio dos delegados apostólicos da Índia e da China, escolhia os candidatos portugueses mais idóneos para a direção das dioceses. As escolhas eram então comunicadas, através do núncio apostólico em Lisboa, ao Presidente da República, que tinha dois meses para, se os candidatos não oferecessem dificuldades de ordem política, apresentar oficialmente os seus nomes à Santa Sé (artigo VI).

O acordo estabelecido entre Portugal e a Cúria Romana foi ratificado pelo então presidente da República, Óscar Carmona, a 1 de maio de 1928, tendo sido depois publicado pelo *L'Osservatore Romano*. Para arcebispo de Bombaim foi nomeado, a 4 de maio, o padre Joaquim Rodrigues de Lima (1875-1936) (Brito, 1991).

As negociações relativamente às fronteiras da diocese de São Tomé de Meliapor, na costa oriental da Índia prosseguiram, tendo o texto final que procedia aos ajustamentos sido assinado a 11 de abril de 1929.

A 2 de outubro do mesmo ano Augusto de Castro deixou o Vaticano. Para trás ficavam cinco anos de intensa atividade diplomática, num meio e numa cidade que muito apreciava. A passagem por Londres fora breve. Por isso, foi durante a sua estada no Vaticano que teve oportunidade de compreender todas as funções inerentes a uma missão diplomática, de estabelecer uma importante rede de contactos e influências, de preparar e conduzir processos negociais de grande relevo. E de se relacionar, diretamente, com a situação política italiana, que, mais tarde, aquando da estada na legação de Portugal no Quirinal (Roma) muito o atrairá. Em novembro de 1929, Augusto de Castro assumiu o lugar de representante de Portugal em Bruxelas (1929-1931).

Referências bibliográficas

- Brito, J. F. (1991). O vianês D. Joaquim Rodrigues de Lima (S. J.), Arcebispo de Bombaim. *Cadernos Vianenses*, XV, 265-276.
- Castro, A. (1924a). *Dentro e fora de Portugal: páginas de ontem e de hoje*. Lisboa: Empresa Literária Fluminense.
- Castro, A. (1924b). *Ofício Ministro dos Negócios Estrangeiros. Roma (Vaticano)*. Lisboa: AHD/MNE.
- Castro, A. (1924c). *Ofício Ministro dos Negócios Estrangeiros. Roma (Vaticano)*. Lisboa: AHD/MNE.
- Castro, A. (1925a). *Ofício Ministro dos Negócios Estrangeiros. Roma (Vaticano)*. Lisboa: AHD/MNE.
- Castro, A. (1925b). *Telegrama recebidos n.º 13. Roma (Vaticano)*. Lisboa: AHD/MNE.
- Castro, A. (1925c). *Ofício Ministro dos Negócios Estrangeiros. Roma (Vaticano)*. Lisboa: AHD/MNE.
- Castro, A. (1925d). *Telegrama recebidos n.º 21. Roma (Vaticano)*. Lisboa: AHD/MNE.
- Castro, A. (1926a). *Ofício Ministro dos Negócios Estrangeiros. Roma (Vaticano)*. Lisboa: AHD/MNE.

- Castro, A. (1926b). *Telegrama recibidos n.º 3. Roma (Vaticano)*. Lisboa: AHD/MNE.
- Castro, A. (1926c). *Ofício Ministro dos Negócios Estrangeiros. Roma (Vaticano)*. Lisboa: AHD/MNE.
- Castro, A. (1926d). *Ofício Ministro dos Negócios Estrangeiros. Roma (Vaticano)*. Lisboa: AHD/MNE.
- Castro, A. (1926e). *Ofício Ministro dos Negócios Estrangeiros. Roma (Vaticano)*. Lisboa: AHD/MNE.
- Castro, A. (1926f). *Ofício Ministro dos Negócios Estrangeiros. Roma (Vaticano)*. Lisboa: AHD/MNE.
- Castro, A. (1927a). *Ofício Ministro dos Negócios Estrangeiros. Roma (Vaticano)*. Lisboa: AHD/MNE.
- Castro, A. (1927b). *Ofício Ministro dos Negócios Estrangeiros. Roma (Vaticano)*. Lisboa: AHD/MNE.
- Castro, A. (1927c). *Ofício Ministro dos Negócios Estrangeiros. Roma (Vaticano)*. Lisboa: AHD/MNE.
- Castro, A. (1927d). *Ofício Ministro dos Negócios Estrangeiros. Roma (Vaticano)*. Lisboa: AHD/MNE.
- Castro, A. (1928). *Telegrama recibidos n.º 35. Roma (Vaticano)*. Lisboa: AHD/MNE.
- Castro, A. (1929a). *Ofício Ministro dos Negócios Estrangeiros. Roma (Vaticano)*. Lisboa: AHD/MNE.
- Castro, A. (1929b). *Telegrama recibidos n.º 21. Roma (Vaticano)*. Lisboa: AHD/MNE.
- Castro, A. (1929c). *Ofício Ministro dos Negócios Estrangeiros. Roma (Vaticano)*. Lisboa: AHD/MNE.
- Farinha, L. (2012). O Regime Republicano e a Constituição de 1911 – Entre a Ditadura do Legislativo e a Governação em Ditadura: Um equilíbrio difícil. *Historia Constitucional: Revista Eletrónica de Historia Constitucional*, 13, 597-609. Acedido a 18 de março de 2013, em <http://www.historiaconstitucional.com>.
- Gasparri, P. (1924). *Telegrama recibidos n.º 36. Roma (Vaticano)*. Lisboa: AHD/MNE.
- Homem, A. & Ramires, A. (2012). *Memorial Republicano*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.
- Ilustração Portuguesa* (1910). Lisboa: Empresa do Jornal O Século.
- L'accordo fra la Santa Sede e la Repubblica del Portogallo* (1928). Lisboa: AHD/MNE.
- Leal, E. (1994). Quirino Avelino de Jesus, Um Católico «Pragmático»: Notas para o estudo crítico da relação existente entre publicismo e política (1894-1926). *Lusitania Sacra*, 6, 355-389.
- Martins, S. (2001). Do Reconhecimento Internacional da Ditadura Militar ao Estado Novo – pontos de reflexão para o estudo da Política externa de 1926 a 1933. In Martins, F. (Ed.). *Diplomacia e Guerra. Política externa e política de defesa em Portugal do final da monarquia ao marcelismo. Atas do I Ciclo de Conferências* (101-117). Lisboa: Edições Colibri e Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora.

- Matos, L. S. (1999). A campanha de imprensa contra o bispo do Porto como instrumento político do governo português (setembro de 1958-outubro de 1959). *Análise Social*, 150, 29-90.
- Milza, P. (1999). *Mussolini*. Lisboa: Verbo.
- Neto, V. (2009). A questão religiosa: Estado, Igreja e conflitualidade sócio religiosa. In Rosas, F. e Rollo, M. F. (Coord.). *História da Primeira República Portuguesa* (129-148). Lisboa: Tinta da China.
- Neto, V. (2004). O Estado e a Igreja na Primeira República. *A Igreja e o Estado em Portugal. Da Primeira República ao limiar do Século XXI. Atas dos Encontros de Outono. 21-22 de novembro de 2003* (17-28). V. N. Famalicão: Câmara Municipal de V. N. Famalicão/Editora Ausência.
- Novais, N. M. (2006). *João Chagas. A Diplomacia e a Guerra (1914-1918)*. Coimbra: Minerva.
- O Tempo* (1911). Lisboa: s. d.
- Reis, B. C. (2011). A Primeira República e o Vaticano (1910-1926): a sombra inglesa e o peso do império. In Meneses, F. R. & Oliveira, P. A. (Coord.). *A Primeira República Portuguesa. Diplomacia, Guerra e Império* (141-178). Lisboa: Tinta da China.
- Reis, B. C. (2001). Portugal e a Santa Sé no sistema internacional (1910-1970). *Análise Social*, 161, 1019-1059.
- Santos, M. D. (2010). *A Contrarrevolução na I República. 1910-1919*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Teixeira, G. (1924). *Telegrama expedidos n.º 16. Roma (Vaticano)*. Lisboa: AHD/MNE.
- Teixeira, G. (1926). *Telegrama expedidos n.º 2. Roma (Vaticano)*. Lisboa: AHD/MNE.

**DO RISORGIMENTO À REPÚBLICA: A ITÁLIA
EM BUSCA DE UMA IDENTIDADE NACIONAL**

Vera de Matos
CEIS20/FLUC
0000-0002-7686-4273

Resumo: Este artigo evidencia as dificuldades inerentes à construção de uma identidade nacional em Itália após a unificação política, ocorrida entre 1861 e 1871. Os particularismos dos antigos Estados continuaram muito presentes, impedindo a germinação de sentimentos de pertença a uma mesma comunidade nacional.

Palavras-chave: Identidade nacional; Unificação italiana; Nacionalismo; Patriotismo; Nação democrática

Abstract: This article explains how difficult the creation of a national identity in Italy was after its political unification in 1861-1871. The singularities of the former States were always very present and this kept the Italians from being inserted into a shared national community.

Keywords: National identity; Italian unification; Nationalism, Patriotism; Democratic nation

Introdução

A construção da Itália enquanto Estado com uma identidade nacional começou em meados de Oitocentos. Neste artigo apresentamos, em três pontos, um painel das diversas abordagens acerca da edificação do Estado italiano e a construção de uma identidade nacional. No primeiro ponto, recuaremos até ao *Risorgimento* (1849-1870) e à unificação dos diversos Estados existentes na península e nas ilhas itálicas, governados por príncipes italianos, pelos Bourbons, pelos Habsburgos e pela Santa Sé, no Reino de Itália, encabeçado pela Casa de Saboia (1861-1870). O objetivo é explicar por que a construção de uma identidade nacional encontrou maiores e mais complexas dificuldades do que a unificação política. No ponto dois, centramo-nos no período fascista (1922-1945). Para os principais teóricos do fascismo, os italianos não dispunham de uma identidade nacional e este facto impedia que se visse neles um povo. Daí que o *Duce* Benito Mussolini assumisse como sua missão superior a criação, segundo os dogmas fascistas e a expensas dos direitos democráticos, de uma verdadeira nação de italianos. Porém, a lógica imperialista inerente a este projeto, que tinha como fator de glorificação a feitura da guerra, levou a Itália à ruína moral e material no final da II Guerra Mundial. No ponto três veremos como a Itália, no após-guerra, queria a todo o custo expurgar-se da ligação ao fascismo. A Monarquia dos Saboias, enfraquecida pelas ligações ao regime de Mussolini, caía em 1946. Abria-se então a Era da República, com os responsáveis políticos a orquestrar um lato projeto de valorização da Itália enquanto nação de identidade democrática, em pleno contraponto ao antidemocratismo do regime fascista.

«*Qui si fa l'Italia o si muore!*»¹

Na exegese historiográfica, o termo *Risorgimento* refere-se ao movimento político de inspiração iluminista e romântica que tinha como objetivo, na esteira da Revolução Francesa (1789), destruir o absolutismo monárquico e promover o *aggiornamento* material e espiritual dos italianos. Neste sentido, designava também a esperança confiante num futuro no qual a Itália, dividida, ocupada e impotente, ressurgiria virtuosa, magnânima, livre e unida (Guichonnet, 1970: 6).

A ideia de uma Itália unificada e libertada da soberania estrangeira, exercida pelas casas reinantes da Espanha e da Áustria, coincidiu com a difusão das ideias liberais em pleno Iluminismo, já no século XVIII, sobretudo na burguesia. Com a Revolução Francesa e a conquista da península itálica pelo exército francês (1793-1797), sob o comando de Napoleão Bonaparte, que ali criou diversos Estados dependentes da França, estas ideias tiveram um rápido desenvolvimento e um sentimento nacional italiano começou a implantar-se entre a população, extravasando os círculos intelectuais, aristocráticos e burgueses. Derrotado Napoleão na batalha de Waterloo, a 18 de junho de 1815, acontecimento que pôs fim às Guerras Napoleónicas iniciadas em 1803, o Congresso de Viena (1814-1815) repunha os soberanos destronados nos seus reinos itálicos e impunha, em algumas situações, um quadro político e jurídico diferente daquele existente no período pré-napoleónico. Era o caso da anexação do Véneto, anterior-

¹ Grito de guerra atribuído pelo escritor italiano Giuseppe Cesare Abba a Giuseppe Garibaldi, um dos grandes heróis da unificação da Itália. Dirigido aos seus soldados na batalha de Calatafimi (15 de maio de 1860), travada contra as tropas do Rei das Duas Sicílias, pelo seu ímpeto inspirador e pela capacidade de sintetizar a importância da construção de uma Itália politicamente unificada sob a soberania da Casa de Saboia, tornou-se numa máxima emblemática do *Risorgimento* (Fumagalli, 1995: 345-346).

mente incluído no Reino da Lombardia, pela Áustria e a junção dos reinos de Nápoles e da Sicília no Reino das Duas Sicílias. Nesta altura, a Itália ficava dividida em oito Estados: o Reino da Sardenha, englobando a parte noroeste e a ilha homónima, governada pela Casa de Saboia; o Reino da Lombardia-Veneza, na parte nordeste da península, pertencente ao Império Austríaco, governado pelos Habsburgos; os ducados de Parma, de Luca, ambos governados pela dinastia de Bourbon, espanhola, e de Modena, integrado na Áustria; o Grão-ducado da Toscana; os Estados Pontifícios, correspondentes a toda a parte central da Itália, incluindo Roma; e o Reino das Duas Sicílias, englobando a Sicília e o sul da Itália, também governado pelos Bourbons. No entanto, como os ideais revolucionários franceses, assentes na tríade liberdade, igualdade e fraternidade, permaneciam na vida política italiana, cultivados nas publicações literárias, nos salões burgueses e pelas sociedades secretas de inspiração maçónica que iam sendo instituídas (era o caso, por exemplo, da Carbonária), a conjuntura tornou-se fértil em ideais, ideologias e doutrinas que serviram de base a diversos programas políticos reacionários romântico-nacionalistas, republicanos, socialistas, anticlericais, liberais ou monárquicos. Neste panorama, evidenciava-se, quer a ambição expansionista do Reino da Sardenha, governado pelos Saboias, quer o desejo de libertação do Reino da Lombardia face ao jugo austríaco e, ainda, transversal aos diversos Estados, uma ambição ao nível do melhoramento da situação socioeconómica através da importação da tecnologia criada pela revolução técnico-industrial. Sobressaía também um conjunto de personalidades importantes, como Giuseppe Mazzini, figura proeminente do movimento liberal republicano, Giuseppe Garibaldi, republicano de simpatias socialistas, Camillo Benso, Conde de Cavour, estadista com grande reputação nos círculos políticos e diplomáticos da Europa, Vittorio Emanuele II, Rei da Sardenha-Piemonte, hábil

a instituir o Reino de Itália (1861), Carlo Cattaneo, federalista radical, ou ainda Vincenzo Gioberti, defensor da constituição de uma confederação entre os Estados italianos monárquicos e pontifícios sob a presidência do Papa Pio IX (Guichonnet, 1970: 9-83; Beales, 1981: 20-61; Ciuffoletti, 1994: 11-52).

Na segunda metade dos anos 40, falidos os ímpetos revolucionários antimonárquicos, ganhavam preponderância os projetos unionistas liberais moderados. A 28 de novembro de 1847, a Sardenha e o Piemonte, governados pelo Rei Carlo Alberto de Saboia, eram transformados numa união política e administrativa de cariz liberal, dotada com um único Estado e leis iguais para todos os súbditos. Em 1848, em plena «Primavera dos Povos»², o Monarca decidia que seria o Reino da Sardenha-Piemonte a promover a unificação da Itália, pois só assim poderia obter a liderança do movimento unitário e evitar que este fosse controlado pelas forças revolucionárias. O primeiro passo dado nesta direção seria a concretização da I Guerra da Independência (1848-1849) contra a Áustria, país ao qual pertenceria a vitória. Carlo Alberto abdicava então em nome do seu herdeiro, Vittorio Emanuele II, e, em meados dos anos 50, o Reino sardo-piemontês conseguia impor-se como o foco do despertar nacional. «Faite l'Italie et je suis avec vous; sinon, non», dizia o patriota veneziano Daniele Manin (citado por Guichonnet, 1970: 80). Era este o grito de ordem geral, tornando-se fundamental a utilização de canais de propaganda destinados a estabelecer a comunicação e a concertação entre os diversos quadrantes político-ideológicos para formar uma elite liberal que estendesse o liberalismo piemontês ao conjunto da Itália (Beales, 1981: 61-74; Schulze, 1997: 211-212).

² A «Primavera dos Povos» (1847-1848) consistiu numa sucessão de movimentos revolucionários em toda a Europa, Itália incluída, destinados a libertar as populações do autoritarismo régio e do jugo político estrangeiro (Rémond, 1994: 235-245; Hermet, 1996: 131-158; Schulze, 1997: 195-226).

Entretanto, em França, Luís Napoleão, depois de ter transformado a II República no II Império francês, tornava-se no Imperador Napoleão III (1852). O equilíbrio entre as potências europeias, tal como definido no Congresso de Viena, desaparecia e as alianças entre os Estados modificavam-se. Tirando partido da instabilidade político-militar que se perfilava, o Governo sardo-piemontês, conduzido pelo Primeiro-ministro Camillo Benso, Conde de Cavour, obtinha da França e da Inglaterra o apoio externo necessário para a independência do Reino da Lombardia-Veneza face ao Império Austríaco, um sucesso que aproximou massivamente os patriotas italianos da dinastia de Saboia (Beales, 1981: 68-81; Ciuffoletti, 1984: 48-52; Schulze, 1997: 210-211).

Em plena II Guerra da Independência (1859) contra a Áustria³, os ducados de Modena, Parma e Luca, os Estados Pontifícios da região Emília-Romanha e o Grão-Ducado da Toscana demonstravam que pretendiam integrar o Reino da Sardenha-Piemonte, o que acontecia em 1860. Em abril deste ano, o Reino sardo, vitorioso sobre o Exército austríaco, anexava a Lombardia e parte do Vêneto. Um passo ulterior em direção à unidade seria dado com a expedição *Dei Mille*, conduzida por Giuseppe Garibaldi no sul da Itália. A 1 de outubro de 1860, com a vitória das tropas garibaldinas na Batalha de Volturno, toda a região era definitivamente subtraída à soberania da dinastia Bourbon. Simultaneamente, as tropas de Vittorio Emanuele II conquistavam os territórios pontifícios situados nas regiões da Úmbria e das Marcas, sendo eles também integrados

³ Iniciada a 27 de abril de 1859, tinha sido previamente preparada entre o Reino da Sardenha-Piemonte e a França com os acordos de Plombières (julho de 1858). Note-se que se a França favorecia a independência do norte de Itália, para obter prestígio e demonstrar que era um Estado progressista e não antirrevolucionário, não pretendia a unificação política por temer a perda da sua influência na região e as ambições expansionistas do Governo sardo-piemontês no Mediterrâneo. A II Guerra da Independência terminou a 12 de julho de 1859, com a derrota da Áustria (Schulze, 1997: 210-211; Cacace & Mammarella, 2010: 4-5).

no Reino da Sardenha-Piemonte. A 17 de março de 1861, depois de legitimada a integração política das regiões do norte, do centro e do sul com o referendo de 21 de outubro de 1860, o Reino de Itália era proclamado, com Vittorio Emanuele II a receber o título de Rei da Itália⁴ (Guichonnet, 1970: 84-107; Beales, 1981: 81-92; Cacace & Mammarella, 2010: 19-26).

Com a proclamação do Reino, o Governo Real, as elites intelectuais e a burguesia liberal moderada iniciaram um processo de unificação cultural e identitária, cujo objetivo seria converter os italianos num povo unido e dotado com altos valores patrióticos, assentes nos ideais da liberdade, igualdade e espírito cívico, entendido este como contribuição para o bem-comum (Rosati, 2000: 111-112). É muito significativo, do ponto de vista da lógica liberal do exercício da soberania, que a unidade territorial do país, adquirida mediante uma política anexionista, fosse legitimada político-juridicamente através do plebiscito popular. Sendo este considerado um instrumento de cidadania e de manifestação de uma vontade que se pretendia nacional, a integração ficaria sancionada pelo *popolo*, dando, por conseguinte, a estabilidade necessária à constituição da nação na base de uma convivência feita de História e de cultura comum (Rusconi, 1999: 18-19). Não por acaso, Zeffiro Ciuffoletti (1994: 79) refere que a Itália entrava então «nel ciclo storico che stava producendo la fusione tra nazione, cittadinanza e statualità».

Sobrevinha, contudo, um problema maior neste processo: a construção de uma Itália uma enquanto Estado e nação na diversidade dos particularismos dos antigos Estados, promovidos ao longo dos séculos pela História, pela língua, pelas tradições, pelos usos

⁴ O processo de unificação só ficou concluído em 1870. No final de 1866, depois de uma guerra vitoriosa contra a Áustria ao lado da Prússia, a Itália adquiria a parte restante do Vêneto e a Veneza Júlia e, em 1870, Roma, até ali proclamada tão só idealmente capital do Reino (era ainda sede papal), era integrada no Reino italiano, sendo a capital transferida de Florença para a Cidade Eterna em 1871 (Guichonnet, 1970: 108-125).

religiosos e pelos índices de desenvolvimento económico, social e cultural. Tratava-se, pois, de fazer a Itália e os italianos mediante a fusão de todos os elementos que a compunham, com o Estado a assumir-se como o propulsor principal da construção da nação e não o contrário, a nação construtora do Estado. Nesta perspetiva, como a italianização chocava com a perenidade da tradição e dos costumes, a Itália surgia aos opositores da unificação política – unionistas republicanos, federalistas e católicos conservadores – como uma criação histórica artificial, não espontânea, imposta de cima para baixo, ao invés de resultar de um sentimento coletivo de pertença expressado em termos políticos e jurídicos na instituição Estado. Paralelamente, as propostas de autonomia apresentadas por lombardos, toscanos, napolitanos e sicilianos ao Parlamento do novo Reino de Itália constituíam evidências claras da permanência de um espírito autonomista (Ciuffoletti, 1994: 53-60).

Temendo que a recente unidade fosse ameaçada pelas agitações internas, os governantes italianos optavam pelo modelo de Estado-nação concretizado em França, após a Revolução de 1789. Este paradigma corporizava uma nação una e indivisível sob um Estado central forte, com um poder local limitado. E isto porque, tanto em França como em Itália, os governantes entendiam que a atribuição de poderes às instituições locais inviabilizava, por fragilizar, a soberania do poder central, o único capaz de impor a igualdade entre os cidadãos e de criar as condições propícias ao exercício da soberania popular e à salvaguarda da liberdade política (*idem*: 5-7).

A influência da Revolução Francesa é ainda visível ao nível dos princípios sobre os quais assentava a construção do Estado nacional e o renascimento civil e moral dos italianos: a sacralização da nação e o culto através de uma religião de cânones laicos (Gentile, 1998: 5). O Estado surgia como o educador do povo com o objetivo de promover, através da participação coletiva em ritos de socialização e de solidarização identitários, a inculcação individual do

amor pela pátria e do respeito pelas suas leis, considerados como sólidos sustentáculos da unidade política (*idem*: 5-12).

Significaria isto que a Itália estava a nascer enquanto nação? Que estava a desenvolver-se uma consciência nacional? Como nota Dieckhoff (2000: 112), a unificação nacional ficou imperfeita, dificultada pela persistência de um forte «campanilisme», de um regionalismo não menos afirmado e pela própria política de italianização seguida pela Monarquia e respetiva receção pelas massas populares.

Efetivamente, conclui o historiador Emilio Gentile (1998: 10-12), a ação pedagógica do Estado e as tentativas para criar uma religião laica, assente no culto da pátria, não foram bem-sucedidas, o que limitou a exemplaridade do *Risorgimento* quer como mito, quer como revolução nacional com capacidade para modificar os indivíduos e criar o consenso popular. As manifestações de patriotismo (tais que homenagens *post mortem* aos heróis notabilizados nas guerras da independência, como Garibaldi e Cavour, para além do culto da Monarquia na pessoa de Vittorio Emanuele II, o *padre della patria*) ocorriam circunscrita e ocasionalmente, organizadas de forma descoordenada, com poucos financiamentos e perante o ceticismo e a indiferença generalizados. Por outro lado, se era notória a falta de entusiasmo entre a coletividade, os governantes evitavam promover os ajuntamentos das massas numa conjuntura de ascensão do republicanismo e do socialismo, com receio de motins. Nem mesmo as instituições educativas (a escola e o exército, fundamentalmente) obtiveram sucesso como inculcadoras de sentimentos nacionais. O ensino obrigatório era limitado e se a educação física integrava este processo, simbolizando a virilidade e a saúde adquiridas para a defesa da pátria, na prática, as associações gímnicas, agregando sobretudo a burguesia, limitavam a consciencialização nacional a um estrato preciso da população, excluindo as classes baixas, mais nacionalizáveis. Já o exército surgia *a priori* como o defensor máximo da religião

da pátria, inculcando, mediante o serviço militar obrigatório, a civilidade e a devoção ao Rei. Mas também aqui as classes dirigentes não mostraram constância e coerência na aplicação de estratégias comunicativas, falhando na elaboração de uma postila de axiomas nacionais e patrióticos (*idem*: 15-38).

Nos primeiros anos do século XX, o *Risorgimento* era considerado como uma revolução falhada, não só devido ao alheamento quase geral dos italianos face à unificação, mas também porque a sua axiologia primordial, assente nos valores patrióticos republicanos da Revolução Francesa, diluía-se no funcionalismo, no centralismo e na burocratização do Estado, acabando por desaparecer numa conjuntura marcada pelo acentuado autoritarismo do poder político.

O fascismo e a nova Itália

Problematizando o fascismo na perspectiva da construção da identidade italiana, há a sublinhar que o seu programa político foi construído atendendo a duas constatações fundamentais: a inexistência dos italianos enquanto nação una e vera e a impossibilidade de produzir uma nação italiana segundo os postulados da democracia liberal. Neste sentido, para os fascistas, o impulso vital para a sua criação não procederia da liberdade subjetiva do demoliberalismo mas de um Estado omnipresente e onnipotente, capaz de libertar os ímpetus nacionalistas existentes em cada italiano. Para tal, o Estado coletaria no subconsciente da memória coletiva a imagem da grandeza do Império Romano, genésico da unidade italiana, articulando-as com o mito do *Risorgimento*, onde este aparecia como uma revolução a continuar pelo fascismo⁵.

⁵ A título exemplificativo, citamos o discurso de Benito Mussolini, pronunciado em 1932, em Roma, por ocasião da inauguração da estátua equestre de Anita Garibaldi,

Na lógica fascista, um *Stato Nuovo* criaria a nova ordem necessária ao concerto interno, superando o sistema anterior, tido por decadente e inútil. Recordemos que a crise finissecular havia reacendido a polémica em torno da inexistente unidade e da centralização excessiva e definhadora de Roma com a Lombardia, o Véneto e as zonas meridionais a darem novo alento à questão do regionalismo e da descentralização administrativa do Estado (Ciuffoletti, 1994: 81-99). Neste contexto, a industrialização do norte e o carácter agrícola do sul reforçavam a ideia da existência de duas Itálias irredutivelmente inconciliáveis do ponto de vista político e económico, com o setentrião a reivindicar a autonomia político-administrativa para adquirir maior liberdade na execução das políticas locais desenvolvimentistas e o suão a acusar o Estado centralista de prejudicar o desenvolvimento do *Mezzogiorno* (através, por exemplo, de uma elevada carga fiscal) em prol dos benefícios dos latifundiários e das clientelas municipais (*idem*: 96-97). No após I Guerra Mundial, os discursos em torno das virtudes do federalismo e do regionalismo recrudesciam, motivados pela anexação dos territórios irredentos (o Trentino, o Alto Ádige, Trieste, a Gorizia e a Ístria) como recompensa da combatividade da Itália ao lado dos vencedores. Territórios que, para além de acolherem uma população italiana minoritária, possuíam sólidas tradições de autonomia administrativa (recebida

companheira de Giuseppe Garibaldi. Nele se alude à linha de continuidade entre os camisas vermelhas oitocentistas e os camisas negras fascistas: «Durante tutta la sua vita egli [Giuseppe Garibaldi] ebbe il cuore infiammato da una sola passione: l'unità e l'indipendenza della patria. [...] Garibaldino è vivo più alto e più possente che mai nella coscienza della nazione e nelle coscienze di libertà. Le generazioni del nostro secolo, cariche già di sanguinose esperienze, attraverso la più grande guerra che l'umanità ricordi [a I Guerra Mundial], ebbero un pregio. Se il cavaliere bronzeo che sorge qui vicino [refere-se à estátua de Garibaldi, no jardim do Gianicolo, em Roma, próxima da estátua de Anita] diventasse uomo vivo e aprisse gli occhi mi piace sperare che egli riconoscebbe la discendenza delle sue camicie rosse nei soldati di Vittorio Veneto e nelle camicie nere che da un decennio continuano sotto forma ancora più popolare e più feconda, il suo volontarismo. E sarebbe lieto di posare il suo sguardo su questa Roma, luminosa, vasta, pacificata, che egli amò di infinito amore e che fin dai primi anni della giovinezza identificò con l'Italia» (Mussolini, 1932, par. 2-4).

de Viena) e culturas diferenciadas, acentuando ainda mais a heterogeneidade e os particularismos da Itália (*idem*: 101, 113-114).

Na nova doutrina política, a nação, entendida como organismo coletivo, tornava-se, como escreve o investigador Zeffiro Ciuffoletti (1994: 117), no «soggetto primario della produzione della coscienza e dell'azione politica». A construção da nação figurava, pois, como condição *sine qua non* para a existência de uma Itália com consciência e identidade nacionais, pelo que ao Estado caberia a árdua tarefa de garantir e produzir a unidade interna. Segundo Giovanni Gentile, um dos teóricos do fascismo italiano, a solidariedade entre os indivíduos não provinha da raça, da língua ou da tradição, mas da capacidade do Estado em promover sentimentos patrióticos ao uni-los, através de valores intelectuais e morais comuns, numa mesma conceção do mundo (Gentile, 1997, citado por Rosati, 2000: 89). Neste sentido, operava-se a fusão entre o Estado fascista e a nação, ou a fascização da nação, como meio de supressão de todas as ligações espontâneas que os indivíduos pudessem ou tivessem vindo a desenvolver a fim de impedir que outros laços enfraquecessem a fidelidade absoluta que o Estado exigia aos seus cidadãos (Ciuffoletti, 1994: 108). Como bem assinala Enzo Traverso (2001: 123), «[l'État fasciste] a vocation à absorber en lui la société civile dans son ensemble, qui cesse ainsi d'être composée d'individus pour laisser la place à l'unité organique de la nation».

Assim sendo, perante as veleidades autonomistas demonstradas pelas novas regiões anexadas, pela Sicília, pela Sardenha, pela Lombardia e pelo Vêneto, o fascismo optava pela supressão dos particularismos locais e regionais (Ciuffoletti, 1994: 117-118). Esta posição é claramente assumida por Benito Mussolini num discurso dirigido aos italianos, em setembro de 1920, onde fazia uma apreciação genérica da História nacional para explicar os objetivos e o programa do fascismo. O local era por si importante: Trieste, uma das províncias irredentas. A data também: 1920, pouco depois

das anexações. Mussolini evidenciava a legitimidade da posse dos novos territórios como um derradeiro ato de libertação do domínio germânico, assinalando-a como uma vitória «colossal» das baionetas do povo sobre as autoridades de Viena:

«Ora, dopo mezzo secolo di vita italiana, [...] Trieste è italiana e sul Brennero sventola il tricolore. Se fosse possibile attardarci un minuto a misurare la grandiosità dell'evento, voi trovereste che il fatto che sul Brennero ci sia il tricolore, è un fatto di importanza capitale, non solo nella storia italiana, ma anche nella storia europea. Il tricolore sul Brennero significa che i tedeschi non caleranno più impunemente nelle nostre contrade» (Mussolini, 1920, par. 6).

O discurso é pleno de ovações aos italianos, à italianidade⁶ e ao prestígio histórico e cultural dos seus insignes vultos. Melhor dizendo, é um ensaio de demonstração da dialética existente entre fascismo e italianidade, cuja síntese seria a transformação da Itália numa egrégia nação de italianos, com estes a reconhecerem-se, orgulhosos, como parte da mesma comunidade:

«Quale l'azione del fascismo in questo periodo così travagliato del dopoguerra? Primo pilastro fondamentale dell'azione fascista è

⁶ O vocábulo italianidade possui uma asserção predominantemente cultural, embora sirva de fundamento à atuação política. Engloba o génio inventivo, literário, artístico, filosófico e religioso dos italianos, aptos a transformar ideias abstratas em ações e experimentações, assim adquirindo uma forma própria de estar no mundo, visível na referencialidade da cultura e no seu pioneirismo histórico. Julgamos ser uma interpretação plausível deste conceito a seguinte afirmação de Mussolini: «Tutto questo non deve farci dimenticare che noi abbiamo tenuto il primato, che noi eravamo grandi quando gli altri non erano nati, che mentre il tedesco Klopstock scriveva la verbosa messiaide, Dante Alighieri dal 1265 al 1321 giganteggiava. E abbiamo ancora la scultura di Michelangelo, la pittura di Raffaello, l'astronomia di Galileo, la medicina di Morgagni e accanto a questi il misterioso Leonardo da Vinci, che eccelle in tutti i campi e, se volete passare all'arte della politica e della guerra, ecco Napoleone, ma soprattutto Garibaldi latinamente italiano» (Mussolini, 1920, par. 17).

l'italianità, cioè: noi siamo orgogliosi di essere italiani, noi intendiamo, anche andando in Siberia, di gridare ad alta voce: Siamo italiani! [...]

Ora noi rivendichiamo l'onore di essere italiani, perché nella nostra penisola, meravigliosa e adorabile [...] s'è svolta la storia più prodigiosa e meravigliosa del genere umano. Pensate voi a un uomo che stia pure nel lontano Giappone o nell'America dei dollari o in qualche altro sito anche recondito, pensate se quest'uomo possa essere civile senza conoscere la storia di Roma. Non è possibile. [...] Roma è il nome che riempie tutta la storia per venti secoli. Roma dà il segnale della civiltà universale [...]. Ma se questo è stato il compito universale di Roma nell'antichità, ecco che dobbiamo assolvere ancora un altro compito universale» (*idem*, par. 13-15).

Aqui está fulgurante o mito de Roma, cidade eterna da Antiguidade, emblema da romanidade, núcleo da *Res Christiana*, em suma, a síntese entre passado, presente e futuro e a produção de um ato de fé na vitalidade perene e no destino de grandeza da estirpe italiana (Gentile, 1998: 56-57).

Para superar a realidade considerada decadente e individualista herdada do demoliberalismo, o fascismo apresentava-se como uma doutrina em perfeita osmose com as forças históricas. Neste sentido, nas palavras dos seus principais mentores, Benito Mussolini e Giovanni Gentile (2001: 136), «le fascisme est la doctrine la plus apte à représenter les tendances, les états d'âme d'un peuple qui, comme l'Italie, renaît après des siècles d'abandon ou d'esclavage». Este é um passo extremamente importante do artigo «Fascismo», publicado, em 1932, no vol. XIV da *Enciclopedia Italiana*, pois atribui claramente ao Estado fascista a missão de fazer renascer (ressurgir) a Itália, atendendo por fim aos anelos mais profundos do povo italiano (*idem*: 128).

Ao plasmar o povo italiano, o Estado fascista cedia a cada indivíduo, por via do ritualismo, da educação patriótica e da so-

ciabilização fascizante, a inclusão numa realidade que, subtraída aos instintos egoístas e às brevidades do prazer, representava um modo de vida superior (*idem*: 124). Não era, por conseguinte, a nação a criar o Estado, mas o Estado, entendido como vontade ética universal, a criar a nação e as suas leis (*idem*: 127-128). Nas palavras de Mussolini e de Giovanni Gentile:

«L'État [...] est un fait intellectuel et moral, car il concrétise l'organisation politique, juridique, économique de la nation, une organisation qui, dans ses origines et dans son évolution, est une manifestation d'esprit. L'Etat est le garant de la sûreté intérieure et extérieure, mais il est aussi le gardien, le messenger de l'esprit du peuple tel qu'il a été élaboré au cours des siècles par la langue, les mœurs, les croyances. [...] Dépassant la brève limite des existences individuelles, l'État représente la conscience immanente de la nation. [...] C'est l'État qui apprend aux citoyens la vertu civique, les rend conscients de leur mission, les engage à l'unité; c'est l'État qui harmonise équitablement leurs intérêts, transmet les conquêtes de la pensée dans les sciences, les arts, le droit, la solidarité humaine» (*idem*: 134).

Em suma, tudo existia dentro do Estado, nada existia fora dos seus limites.

No âmbito da problemática que vamos conduzindo, o fascismo deve ainda ser equacionado como religião política, ou seja, como um conjunto de crenças referente a uma entidade transcendente (o Estado), legitimadora da construção/integração de uma comunidade política⁷. Crenças que se manifestavam através dos cultos laicos

⁷ As religiões políticas surgem no contexto da sacralização da política, definindo, de forma independente face à religião tradicional, o fim último da existência humana enquanto vivência político-societária. Segundo o historiador Emilio Gentile (2001: 14), «cela advient chaque fois qu'une entité politique – la nation, l'État, la race, la

estatizados que funcionavam como instrumentos reforçadores da identidade político-nacional. A produção destes cultos resultava de um processo sincrético entre elementos das religiões cívicas pre-existentes e da tradicional religião católica. Citando o investigador Gian Enrico Rusconi (1999: 43):

«Con la stabilizzazione del fascismo le versioni civili-religiose sia liberale sia reppublicana risorgimentali vengono travolte e assorbite in una nuova, totalizzante «religione politica». Il fascismo crea e impone senza possibilità di alternativa un legame comunitario nazionale, utilizzando motivi fideistici, mitico-sacrali, portando all'estremo alcuni elementi della «religione della patria» tradizionale, ormai scissi dalla «religione della libertà».

Mussolini proclamava-se, nas palavras do escritor antifascista italiano Novello Papafava (1899-1973), «l'unique interprète et dépositaire de la nouvelle religion de la patrie» e quem não cultuasse a pátria segundo os dogmas mussolinianos e os ritos oficiais convertia-se num «hérétique qui doit être livré au feu purificateur des mousquets de la milice national» (Papafava, 1923, citado por Gentile, 2005: 86). Como Mussolini reconhecia no artigo «Fascismo», mencionado *supra*, o Estado pretendia construir, para além de uma unidade política, uma comunidade ética e espiritual. Nesta asserção o Estado era simultaneamente uma nova igreja na medida em que promovia laços místicos, exaltava os princípios do sacrifício e da renúncia e, por fim, professava uma filosofia heroica da vida, uma ética anti-hedonista e uma conceção do mundo anti-individualista

classe, le parti, le mouvement... - se transforme en une entité sacrée, c'est-à-dire qu'elle devient transcendent, indiscutable, intangible et, en tant que telle, s'affirme comme le centre d'un système plus ou moins élaboré de croyances, mythes, valeurs, commandements, rites et symboles qui en font un objet de foi, de déférence, de culte, de fidélité, de dévouement et, si nécessaire, de sacrifice humain.

e antimaterialista (Gentile, 2005: 89). Se o materialismo e o individualismo desagregavam os italianos ao dogmatizarem a liberdade do indivíduo, desvinculando-o do coletivo e negando a existência de povos messiânicos, detentores de uma missão específica, a nova religião religava, unia numa fé comum, numa «sola fede: l'Italia», para utilizar a expressão usada por Mussolini (1932, par. 2) no discurso «Per Anita Garibaldi», pronunciado a 30 de Maio de 1932 aquando da inauguração da estátua equestre em honra da esposa de Giuseppe Garibaldi. A importância desta afirmação está na percepção da osmose operada pelo fascismo numa conjuntura de acentuada efervescência patriótica nos anos seguintes à I Guerra Mundial. A vitória italiana à custa do sacrifício da população, o elevado número de soldados desmobilizados e desempregados, a crença na reconversão da conjuntura de crise económico-social e política criavam as condições ideais para o fortalecimento de mitos e cultos nacionais tendentes a gerar e a manter a fé no renascimento da Itália (Gentile, 1998: 41-103; Gentile, 2005).

Neste contexto, Benito Mussolini entendia também a nação italiana como um organismo de luta e de conquista disciplinado por um Estado totalitário para singrar na competição mundial pela supremacia (Gentile, 2004: 43-44). Nesta perspectiva, o Estado fascista alimentava um nacionalismo assumidamente agressivo e muito propício a ações bélicas externas para realizar a unidade nacional e colocar a Itália numa posição cimeira entre as nações, assumindo-se, por conseguinte, como Mussolini e Giovanni Gentile (2001: 128) descreviam no artigo «Fascismo», já citado, como «une puissance qui manifeste sa volonté à l'extérieur, en la faisant connaître et respecter».

A guerra pela conquista da Abissínia (1935-1936) seria a primeira concretização do belicismo expansionista italiano. Com ela, a Itália, fundadora da Sociedade das Nações, semeava a desconfiança e a inquietação na Europa, não só porque a última agressão militar contra um Estado independente levava à I Guerra Mundial, mas

também porque evidenciava a incompatibilidade formal entre o fascismo, as democracias e o direito internacional. Para os estrategas do regime, a conquista da Abissínia tornaria inequívoca a potencialidade do carácter dos italianos enquanto criadores de impérios. E esta guerra foi isso mesmo: o ponto de partida para a construção do império da nova Itália fascista, fazendo renascer simbolicamente, quinze séculos depois, o Império Romano (Mussolini, 1936). Mais tarde, depois de ter participado ao lado de Francisco Franco e dos nacionalistas na Guerra Civil de Espanha (1936-1939), vista como uma oportunidade para alargar a influência da Itália no Mediterrâneo, Mussolini aliava-se à Alemanha nazi na II Guerra Mundial, conjeturando obter extensos domínios para o seu império nos Balcãs e no norte de África, duas zonas centrais na mitologia fascista por remeterem para a grandeza imperial da Roma antiga. O *Duce* pretendia, de facto, transformar o fascismo no maior projeto alguma vez concretizado na História da Itália para a produção dos italianos (Gentile, 2005: 155). Falhou, todavia, levando a Itália, com a derrota do Eixo, para uma situação de minoridade internacional e de ruína interna. Foi então que o processo de construção identitária ganhou uma nova dinâmica em torno do conceito de «nação democrática».

Uma identidade de nação democrática

Com a exoneração de Mussolini, em julho de 1943, começava a desarticulação institucional do regime fascista. No entanto, depois de ter assinado a paz separada com os Aliados, em setembro de 1943, a Itália enfrentava uma violenta guerra civil (1943-1945), com a península a dividir-se entre o Reino de Itália e a fascista República Social Italiana, criada por Adolf Hitler e Mussolini no norte do país. A *Resistenza* continuava a atuar em prol da liberdade

dos italianos assumindo-se, também ela, como a lúdima herdeira do *Risorgimento*. Finda a II Guerra Mundial, a Itália entrava num período de reconversão político-institucional (1946-1948) assinalado pelo referendo que levaria à implantação da República (1946) e pela promulgação da Constituição republicana (1948). É este conjunto de acontecimentos que estrutura os exercícios de autognose identitária efetuados ao longo da segunda metade do século XX.

As conclusões divergem consoante os autores, havendo quem considere os italianos como incapazes de instituir um sentimento coletivo de pertença nacional ou, contrariamente, que existe uma consciência e identidade nacionais em contínua reconfiguração. O debate decorre ainda em torno da existência ou não de sentimentos patrióticos na construção, para uns, de uma Itália nova ou ressurgida, para outros, de uma não-Itália. As reflexões surgem da correlação entre os nexos patriotismo/pátria/liberdade/democracia e nação/modernidade/unidade. De um modo geral, considera-se que o primeiro nexo prevaleceu no período conturbado de 1943-1948, embora acabasse por ser preterido em favor do segundo, porquanto considerado mais propício à estabilização interna, ameaçada pela influência política dos comunistas dentro de portas. Recentemente, ganha força uma lógica discursiva e demonstrativa da existência de uma identidade nacional construída sobre a noção de «patriotismo constitucional», desenvolvida por Jürgen Habermas desde os meados dos anos 80 do século XX, mais indutora de ações futuras do que explanadora de factos históricos (Habermas 1989; Habermas 1998). A crescente influência deste conceito, importa sublinhá-lo, é beneficiada pela evolução da realidade histórica quer externa, no referente à emergência de sociedades multiculturais e às propostas para a federalização da Europa, quer interna, a propósito da distensão dos princípios regionalistas enunciados na Constituição de 1948 e das tendências separatistas que têm acontecido no norte de Itália.

Questionamos: terá a Itália, enquanto República, sido estabelecida na base de sentimentos patrióticos? Invocará ela a memória do *Risorgimento* ou o seu idealismo?

A resposta a estas interrogações deve ter em conta a reserva dos políticos italianos em utilizar os conceitos de pátria e de patriotismo, centrais no *Risorgimento*, por se encontrarem muito presentes na propaganda fascista. Ao instrumentalizar o patriotismo, o fascismo subverteu a sua asserção primordial de exercício virtuoso e humanista da cidadania no seio de uma comunidade cívica. Assim se compreende que o vocábulo patriotismo remeta ainda hoje para o fascismo e para o nacionalismo, pelo que, como nota Massimo Rosati (2000: XIII), seja impossível para o senso comum pensar num possível «patriotismo dei democratici». Nesta perspetiva, o patriotismo, conotado com o nacionalismo, é tido como uma atitude política que leva ao «ensimesmento» e à exclusão do outro, perdendo o seu verdadeiro significado de sentimento moral votado, não ao Estado, mas à pátria, entendida como comunidade histórica e axiológica de pertença. Desta forma, apesar de os axiomas inerentes ao patriotismo primordial – liberdade, exercício da cidadania, sacrifício pessoal em prol do coletivo e superioridade da Lei democraticamente estabelecida – terem moldado as ações da *Resistenza* e a lógica reconstrutiva da Itália no após II Guerra Mundial, a linguagem do patriotismo não foi renovada. Parafraseando Maurizio Viroli (2001: 166), «gli intellettuali italiani non riuscirono a tradurre quelle passioni e quei sentimenti in cultura; non sappero dire che patria vuol dire libertà comune e che l'amore della patria è un impegno generoso che non ha nulla in comune con il nazionalismo». Uma falta gravosa, como bem remata, pois «senza patriotismo non si costruisce e non si conserva una buona società liberale» (*idem*). Neste sentido, para Viroli, se a «pátria» fora corrompida, impedindo que a sua essência original fosse recuperada pelos antifascistas, apenas

restava declarar o seu fenecimento. Não a morte da Pátria grafada com maiúscula, mas a da pátria dos fascismos e dos nacionalismos.

A ideia da existência de duas noções de pátria é esboçada pelo político e historiador Carlo Rosselli (1899-1937) quando, ainda em pleno consulado de Mussolini, incitava à traição da pátria fascista: «Noi possiamo vantarci di essere traditori coscienti della patria fascista perchè ci sentiamo fedeli ad un'altra patria» (Rosselli, 1992, citado por Viroli, 2001: 161). Esta outra pátria, continuando a citar Rosselli (*idem*: 160), «non si misura a frontiere e cannoni, ma coincide col nostro mondo morale e con la Patria di tutti gli uomini liberi». O fascismo exaltava uma Itália e a uma nação particulares, *sui generis* numa pretensa democraticidade, pelo que os antifascistas deveriam, segundo Rosselli, continuar a defender a ideia de uma nação, mas uma nação livre, aberta à Europa e ao Orbe, assim como a italianidade, a Itália de Mazzini, de Garibaldi e de todos os italianos que souberam conservar a sua própria dignidade e não apoiar o regime (Viroli, 2001: 160-161).

Interroga-se então: qual deve ser o objeto do patriotismo dos italianos? Uma tentativa de resposta partirá da seguinte premissa: o sentimento patriótico conserva a sua validade, não está extinto e subjaz, embora de forma pouco percebida, nos atos políticos de matriz democrática e cívica. A sustentar esta afirmação, o conceito de «patriotismo constitucional» de Habermas, uma ideia trabalhada em resposta à corrupção nocional do patriotismo. Como Maurizio Viroli (2001: 168) explica, Habermas propõe «un patriotismo fondato sulla lealtà ai principi politici universalistici della libertà e della democrazia incorporati nella costituzione della Repubblica». Esta ideia tem sido bastante utilizada no contexto do debate italiano sobre a identidade nacional para demonstrar a existência de um núcleo identitário partilhado e validar a Itália enquanto detentora de uma «identidade de nação democrática», expressão utilizada pelo investigador Massimo Rosati (2000: XII).

Para o historiador e politólogo Gian Enrico Rusconi, por exemplo, a Resistência e os movimentos antifascistas constituem o núcleo genésico da identidade italiana enquanto nação democrática por terem sido eles, através de um pacto de convivência entre as diversas forças político-partidárias, a promover a elaboração da Constituição de 1948, a qual, para além de traduzir juridicamente um sentimento de solidariedade coletivo, definia a nova relação entre os cidadãos e o Estado na base da centralidade da pessoa humana e dos respetivos direitos e deveres (Rusconi, 1999: 25; Viroli, 2001: 28-30). Rusconi defende, por conseguinte, que a Constituição recuperava o patriotismo do *Resorgimento*, isto é, «il senso di lealtà ed affetto verso la forma politico-istituzionale democratica del nostro paese» (Rusconi, 1997, citado por Rosati, 2000: 30).

Como efusivamente escreve Maurizio Viroli, outro indagador de renome na busca da identidade italiana, «non abbiamo parole, immagini, metafore, storie, adatte a rendere chiaro, come se lo vedessimo con i nostri occhi, il significato della Repubblica, della nostra Repubblica» (Viroli, 1996: 84).

Se Rusconi e Viroli colocam os acontecimentos de 1946-1948 na base da identidade nacional, esta posição é especialmente criticada por um conjunto de autores que identifica, para aquele período, um conjunto de particularidades e de tensões ideológicas edificantes de uma pseudodemocracia.

Para Ernesto Galli della Loggia, por exemplo, a Resistência não alicerça a identidade nacional. Ela constitui, acima de tudo, um não-fundamento, dado que o Partido Comunista Italiano, força antidemocrática e antinacional, integrou as coligações governamentais do imediato pós-guerra e a Assembleia Constituinte que elaborou a Constituição de 1948. Nesta perspetiva, tais atos não seriam democráticos ou liberais *de facto*, mas concretizados na base da correlação deficitária estabelecida entre as necessidades da nação e as opções parcias de democratismo disponibilizadas

pelos decisores políticos. A demonstrá-lo, defende Loggia, estava o centralismo, a influência comunista e o constitucionalismo limitado do ponto de vista da autonomia regional ou local (Della Loggia, 1996 cit. por Rosati, 2000: 32-36).

Marcello Veneziani, na mesma linha de pensamento, sublinha que o antifascismo produziu uma não-ideia da Itália, posto o que não poderia nuclear uma identidade nacional verdadeira. Para o autor, o antifascismo fora uma mescla de quadrantes políticos opostos, predominando na sua matriz ideológica a ideologia piemontesa, unificadora, centralista e, por conseguinte, negadora de todos os pactos nacionais da italianidade. Por esta razão, Veneziani incitava à criação de uma nova linguagem do patriotismo, recuperando os princípios políticos do *Risorgimento* e a respetiva capacidade de síntese entre os valores tradicionais e a modernidade. Outro facto a realçar é a diferenciação que estabelece entre *Resistenza* e *Risorgimento*. Se esta foi uma guerra patriótica contra um inimigo estrangeiro, aquela, em virtude do multipartidarismo e contrai-deologias que envolveu, não poderia funcionar como o substrato fundacional de uma imagem unitária referencial (Veneziani, 1987 e Veneziani, 1993, citado por Rosati 2000: 37-40). Estas circunstâncias espalhavam-se na Constituição de 1948, a qual, em devendo constituir um ato político identificador de âmbito nacional, não conseguira «saldare il popolo italiano in una identità largamente e profondamente riconosciuta» (Veneziani 1987, citado por *idem*: 40).

Não obstante as notas particularistas que demarcam o pensamento dos autores que referimos, sobressai uma convergência comum: a construção de uma Itália cívica na base do patriotismo constitucional, o mesmo é dizer, do patriotismo dos democráticos. Como sublinha Gian Enrico Rusconi, a Constituição de 1948, sem qualquer referência explícita ao conceito de pátria, incluía o povo italiano, titular da cidadania democrática, numa nova entidade histórica e cultural: a República Italiana. Esta consignava-lhe valores, vínculos,

direitos e deveres inerentes à sua existência enquanto comunidade nacional solidária e, ao mesmo tempo, definia e prescrevia esta integração cívica como a própria essência da sociedade política. Neste sentido, uma cidadania ativa, para além de constituir uma parte da identidade dos cidadãos, era também uma virtude cívica na medida em que deliberava pelo bem comum, preterindo o interesse individual ao progresso espiritual e material da sociedade e ao seu funcionamento em democracia (Rusconi, 1999: 25-29).

Há, no entanto, que trazer ainda à colação dois problemas que emergem no contexto político italiano: a questão do federalismo e do regionalismo e o fenómeno separatista. Ambos surgem centralmente posicionados na discussão da identidade nacional e ambos partem de uma demarcação face à lógica administrativa e institucional executada pelo Estado. A Constituição de 1948 sancionava a organização administrativa através das regiões, enquadrando-as no espírito do autogoverno democrático para corrigir o tradicional estatismo centralista do fascismo (Ciuffoletti, 1994: 166-167). Todavia, a sua demarcação regionalista não seguiu critérios sólidos, nem foi elaborado um programa local desenvolvimentista. O resultado foi um território desequilibradamente organizado, não abonador das identidades específicas regionais ou sequer dos recursos humanos e naturais disponíveis. Não havia também uma autonomia real, pelo que o suposto Estado regional era, na verdade, um Estado partidocrático, pois a mediação entre as instituições e a sociedade concentrou-se não nas autonomias locais mas nos partidos, dotados com uma estrutura centralista, e na Câmara dos Deputados em Roma (*idem*: 166). Posto isto, compreende-se por que é que o debate em torno do federalismo e do regionalismo surge ciclicamente em Itália. No decorrer da segunda metade do século XX, a discussão despontou com especial fulgor no após II Guerra Mundial e nos anos 60, 80 e 90. Presentemente, permanece um tema em aberto, procurando-se soluções para a incapacidade governativa do Estado

que excedam a simples modificação de mecanismos eleitorais ou uma reforma institucional de cosmética.

De acordo com a Constituição de 1948, a cidadania nacional concilia-se com o particularismo da pertença étnica, reconhecido e tutelado pela República una e indivisível através da promoção das autonomias locais (Rusconi, 1999: 33-36). Neste sentido, qualquer desvio a uma integração cívica e democrática é considerado antirrepublicano e antipatriótico, o que faz com que o desejo de secessão declarado pelas ligas separatistas do norte da Itália seja considerado como uma negação da Constituição e uma violação da unidade e do equilíbrio da República⁸. Visando instaurar uma espécie de etnodemocracia, separando-a da nação histórica, o processo de formação de ligas separatistas representa um questionamento do sentido da identidade nacional, pois, como nota Gian Enrico Rusconi (1999: 31), a sua existência constitui uma «prova vivente della tesi ripetuta con zelo che l'Italia è una «nazione mancata», una «non-nazione». Ligando-se esta ideia ao princípio da solidariedade cívica, o separatismo surge como um nacionalismo egoísta, assente na preservação e na obtenção de interesses próprios por via da secessão face à comunidade política de inserção, considerada limitativa em termos económicos e político-administrativos. De facto, são as regiões economicamente possantes da Lombardia, da Padania e do Véneto que pretendem desvincular-se de uma península considerada subdesenvolvida e que absorve grande parte dos dividendos por elas produzidos. Convém, no entanto, ressaltar que o fator económico não é o único motivo. É um importante catalisador, sem dúvida, mas é inobliterável a influência do secular da Áustria na região, plasmando-se em percursos históricos e tradições

⁸ O fenómeno da constituição de ligas separatistas inicia-se nos anos 80 com a criação da *Lega Veneta*, seguindo-se a *Lega Lombarda* e a *Lega Nord* (Diamanti, 1996: 5-108).

político-culturais e económico-sociais distintos (Ciuffoletti, 1994: 176-182; Dieckhoff, 2000: 37-38, 115-121).

Poderão estas manifestações ser consideradas como produto da incapacidade vinculadora da República Italiana? Da improficiência na promoção de comportamentos solidários e na fixação de objetivos que se projetem para lá da esfera dos direitos individuais e dos grupos de pertença? Para Gian Enrico Rusconi (1999: 21), o verdadeiro problema da Itália não é um *deficit* de democracia mas a inexistência de uma consciência democrática madura que una fortemente os italianos. Projetando estas considerações para o âmbito da política externa da Itália, verifica-se como o Governo italiano pretendeu inserir estrategicamente o país no processo de construção da Europa comunitária, não só para inverter a fragilidade política, económica e social em que o país caíra no final da II Guerra Mundial, mas também para fortalecer o sistema político nacional e o democratismo dos italianos. Foi neste contexto que a Europa foi transformada num «mito nacional» (Cacace & Mammarella, 2010: 236-238), destinado precisamente a cimentar uma «identidade de nação democrática»⁹ (Rosati, 2000: XII). A mesma lógica subjaz ao posicionamento do Governo italiano ao lado dos movimentos de independência da África e da Ásia, no seguimento da II Guerra Mundial. Invocando o seu esmero na proteção da liberdade dos povos, tendo no seu passado, quer a luta contra a soberania estrangeira, quer a resistência contra o fascismo e o nazismo, os italianos intentavam criar uma nova consciência interna através da defesa da liberdade para todos os povos. Citemos a propósito o discurso de Carlo Sforza, Ministro dos Negócios Estrangeiros, à Assembleia-geral da ONU, em Abril de 1949:

⁹ Recordemos que a Itália foi, nos anos 50, um dos Estados fundadores da CECA e da CEE, intervindo também para transformar a Comunidade Europeia de Defesa na Comunidade Política Europeia (Varsori, 2005: 75-86; Cacace & Mammarella, 2010: 190-199).

«Noi italiani siamo stati oppressi per secoli e ci siamo risolti in base ai principi della democrazia e della nazionalità. I nostri eroi nazionali furono Mazzini e Garibaldi che rimasero poi presenti ovunque si combatté per la vittoria dei nuovi ideali. Parve, in un oscuro momento, che la marea del fascismo e del nazismo oscurasse il nostro passato e che i successi delle dittature impedissero per sempre la realizzazione di questi ideali. È questo il motivo per cui gli attuali dirigenti della Repubblica italiana sentirono sin dall'inizio del regime fascista che la loro tenace lotta contro tale regime serviva la libertà di tutte le nazioni. [...] Ecco perché la Repubblica italiana, che pur non ha la responsabilità in eventi che o suoi capi hanno sempre combattuto, vuole affrettare e realizzare l'indipendenza dei popoli dell'Africa» (Sforza, 1952: 146-147).

Concluindo: a noção de «nação democrática» evoca uma maior disponibilidade para reconhecer traços partilhados e partilháveis numa identidade nacional como fonte do bem-comum, da liberdade e da democracia. Pressupõe também uma maior capacidade de diálogo e de integração, ao contrário das experiências anteriores. Piero Gobetti (1901-1926), político antifascista, definiu precisamente o *Risorgimento* como o «solilóquio de Cavour» (Gobetti, 1960, citado por Rosati, 2000: 131). Ora, se o *Risorgimento* foi apenas numa revolução incompleta, impondo a unificação territorial e descuidando a agregação moral e espiritual, o Estado também não conseguiu construir uma nação quando foi fascizado, nem o tem conseguido com a República, como o demonstram as manifestações separatistas das diversas ligas nortenhas, os desejos autonomistas da Sicília e da Sardenha e as sistemáticas crises políticas, perturbando a vivência numa comunidade nacional que se pretende fundada nos ideais cívicos e democráticos.

Referências bibliográficas

- Beales, D. (1981). *The Risorgimento and the unification of Italy*. London; New York: Longman.
- Cacace, P.; Mammarella, G. (2010). *La politica estera dell'Italia. Dallo stato unitario ai giorni nostri*. Roma; Bari: Editori Laterza.
- Ciuffoletti, Z. (1994). *Federalismo e regionalismo. Da Cattaneo alla Lega*. Roma; Bari: Editori Laterza.
- Diamanti, I. (1996). *Il male del Nord: Lega, localismo, secessione*. Roma: Donzelli.
- Dieckhoff, Alain. (2000). *La nation dans tous ses états. Les identités nationales en mouvement*. Paris: Flammarion.
- Fumagalli, G. (1995). *Cbi l'ba detto? 2327 citazioni italiane e straniere in lingua originale e con la traduzione, di origine storica e letteraria con aggiunta di aneddoti e curiosità e delle fonti autentiche*. (10.^a ed.). Milano: Ulrico Hoepli Editore.
- Gentile, E. (1998). *Il culto del littorio*. Roma; Bari: Editori Laterza.
- Gentile, E. (2004). L'homme nouveau du fascisme. In P. Milza & M. Matard-Bonucci (Ed.), *L'homme nouveau dans l'Europe fasciste (1922-1945). Entre dictature et totalitarisme* (pp. 35- 63). Paris: Fayard.
- Gentile, E. (2005). *Les religions de la politique. Entre démocraties et totalitarismes*. Paris: Éditions du Seuil.
- Guichonnet, P. (1970). *L'unité italienne*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Hbermas, J. (1989). *The new conservatism: cultural criticism and the historians' debate*. Cambridge: MIT Press.
- Habermas, J. (1998). *Inclusion of the other. Studies in political theory*. Cambridge: MIT Press.
- Hermet, G. (1996). *História das nações e do nacionalismo na Europa*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Mussolini, B. (1920). Discorso di Trieste, 20 settembre 1920. *Benito Mussolini*. Disponível em: <http://www.mussolinibenito.net/discorso%20di%20trieste.htm>.
- Mussolini, B. (1932). Discorso per Anita Garibaldi, 30 maggio 1932. *Benito Mussolini*. Disponível em: <http://www.mussolinibenito.net/discorso%20garibaldi.htm>.
- Mussolini, B. (1936). La proclamazione dell'impero. Discorso del 9 maggio 1936. *Il Duce Net*. Disponível em <http://www.ilduce.net/proclimpero.htm>.
- Mussolini, B. ; Gentile, G. (2001). Fascisme. In Enzo Traverso (comp.), *Le totalitarisme: le XX^e siècle en débat* (122-136). Paris: Éditions du Seuil.
- Schulze, H. (1997). *Estado e nação na história da Europa*. Lisboa: Presença.
- Sforza, C. (1952). *Cinque anni a Palazzo Cbigi: la politica estera italiana dal 1947 al 1951*. Roma: Atlante.
- Rosati, M. (2000). *Il patriotismo italiano. Culture, politiche e identità nazionale*. Roma; Bari: Editori Laterza.
- Rusconi, G. E. (1999). *Possiamo fare a meno di una religione civile?*. Roma – Bari: Editori Laterza.

- Traverso, E. (comp.) (2001), *Le totalitarisme: le XX^e siècle en débat*. Paris: Éditions du Seuil.
- Varsori, A. (2005). A Itália e a integração europeia. In A. Costa Pinto e N. Severiano Teixeira (Eds.), *A Europa do sul e a constituição da União Europeia (1945-2000)* (pp. 75-95). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Viroli, M. (1996). Il significato della Repubblica. *Critica Liberale*. 22, 84-86.
- Viroli, M. (2001). *Per amore della patria. Patriotismo e nazionalismo nella storia*. Roma; Bari: Editori Laterza.

(Página deixada propositadamente em branco)

**PAGINE DI GUERRA: IMAGINÁRIOS MUSICAIS
DE 1914-1918**

Sérgio Neto

CEIS20

ORCID 0000-0002-9737-0029

Resumo: Tendo inspirado muitas composições artísticas e suscitado a redação memorialista do quotidiano do conflito, a Grande Guerra foi objeto de algumas traduções musicais. Não havendo, regra geral, comungado do triunfalismo propagandístico das obras sinfónicas da Segunda Guerra Mundial, as páginas de guerra de 14-18 revestiram-se de um carácter mais elegíaco, assinalando uma mudança estilística em alguns compositores das primeiras décadas do século XX (participantes ou não no conflito).

Palavras-chave: Primeira Guerra Mundial; Música; Modernismo; Elegia; Nacionalismo

Abstract: Having inspired a great number of artistic masterpieces and vivid descriptions of everyday conflict, the First World War inspired some musical pieces. The “war pages” from 14-18 were of a more elegiac character than the triumphalist propaganda of the symphonic works of the Second World War, marking a stylistic change in some of the composers of the first decades of the twentieth century (whether or not participating in the conflict).

Keywords: First World War; Music; Modernism; Elegy; Nationalism

Música para um Centenário

Se as Guerras Napoleônicas, nas obras de Beethoven (Rumph, 2004) e de Tchaikovsky, por exemplo, encontraram uma tradução musical a um tempo tributária do nacionalismo e de contornos descritivistas, já a Primeira Guerra Mundial, conflito de origens mais complexas e de consequências humanas assaz duradouras, deu corpo a uma série de composições menos triunfalistas, de caráter elegíaco, que refletiram o ilusório jogo de espelhos da contenda que muitos julgariam terminada por alturas do Natal de 1914, ou da “guerra para acabar com a guerra”, segundo as famosas palavras de H. G. Wells. Na verdade, um tanto obscurecida pelas “sinfonias de guerra” de 1939/45 – o mesmo veio a suceder no que ao imaginário coletivo dos dois enfrentamentos mundiais concerne –, a música sobre 1914/18 manteve algum ascendente em Inglaterra e na *Commonwealth*, sobretudo por ocasião do *Remembrance Day* (11 de novembro, data do Armistício de 1918), onde é, com frequência, tocada. Este caráter de solenidade anual acabou por tornar certas obras cativas da efeméride, como sucedeu com *The Spirit of England*, de Elgar. Outras, menos programáticas, como a Sinfonia *Pastoral*, de Vaughan Williams, lograram furtar-se ao *ethos* guerreiro e comemoracionista, entrando no repertório enquanto trechos representativos de uma estética (Beidler, 2012).

De resto, no centenário do assassinato do arquiduque Francisco Fernando (Clark, 2013: 47-64), dia 28 de junho de 2014, comemoracionismo, simbolismo e estética voltaram a dar as mãos num concerto que teve lugar em Sarajevo, pela Filarmónica de Viena, e a todos os títulos repassado de mensagens políticas. Começando pelo espaço: um edifício neo-mourisco edificado ao tempo do império Austro-Húngaro, com o fito de acolher a Câmara Municipal, mas depois reconvertido em Biblioteca Nacional e, posteriormente,

devastado durante a mais recente guerra na Jugoslávia, para reabrir em todo o seu esplendor, a 9 de maio de 2014, dia da União Europeia, organização à qual a Bósnia-Herzegovina solicitou a adesão. De igual modo, o programa do concerto não escamoteou os intentos integradores dessa organização de países, ao terminar com o arranjo da beethoveniana *Ode à Alegria* (sem palavras), da autoria de Herbert von Karajan, ou seja, o hino da comunidade criada em 1957. Ora, também instrumental foi a execução do Hino Alemão (e do império Austro-Húngaro), na sua versão original para quarteto de cordas, sucedendo o hino do país anfitrião, cantado por um coro. Suavizando aquela música representativa dos países que constituíam o bloco das potências centrais, porquanto devolvida à sua “pureza” original, quase que despida do nacionalismo conferido pelos versos, a Filarmónica de Viena, na pessoa do seu maestro Franz Welser-Möst, afirmou colocar o concerto sob a égide da retrospectiva/perspetiva da catástrofe mundial e da esperança de “nunca mais” (Robinson, 2014).

Deste modo, o apelo à união (europeia) enquadrou um repertório quase todo ele austro-alemão, com a Sinfonia *Incompleta*, de Franz Schubert, e a *Canção do Destino*, de Johannes Brahms. Decerto que o visionamento de imagens da guerra, no decorrer da execução da *Marcha das Três Peças para Orquestra*, de Alban Berg, e de *La Valse* de Maurice Ravel – com as suas alusões à música de Gustav Mahler –, não deixaram de refletir acerca da natureza do conflito e do crepúsculo da *Belle Époque*, em particular da Viena imperial dos salões aristocráticos valsantes. Daí que a inclusão da peça de Josef Strauss, *Palma de Oliveira*, originalmente escrita para assinalar o fim da Guerra Austro-Prussiana de 1866, ou seja, anterior ao conflito de 1870-71 que ditou a anexação da Alsácia e da Lorena por parte do II Reich Alemão, tenha confirmado uma certa tendência das escolhas musicais, tanto assim que o programa não incluiu compositores eslavos. Por outro lado, nem a Sérvia,

nem os sérvios da Bósnia participaram na cerimónia, pelo menos a um nível oficial, decidindo organizar um concerto alternativo em Visegrad, o qual não deixou de projetar, na figura de Gavriilo Princip, o vislumbre do libertador (Burns, 2014).

O Declínio do Ocidente

Não restam dúvidas de que todas estas referências, mais ou menos subtis, do concerto de Sarajevo, não devem escamotear um conjunto diversificado, se não extenso, de obras inspiradas diretamente na Grande Guerra e dedicadas aos seus combatentes, do mesmo modo que alguns compositores e movimentos artísticos sofreram alterações duradouras. Em especial, é preciso não perder de vista que a estética futurista, fundada no “amor del pericolo” e na “guerra – sola igiene del mondo”, datava de 1909, quando do surgimento do famoso manifesto homónimo (Gentile, 2008: 55-56), ou que a novidade da música de Stravinsky, plasmada, sobretudo na *Sagração da Primavera*, e na qual alguns contemporâneos quiseram escutar um paradoxal primitivismo moderno associado à brutalidade primeva e imediatista das disputas pré-civilizacionais, se tenha feito escutar ainda em 1913, a escassos onze meses do assassinato de Francisco Fernando. Ou, ainda, que as marchas militares presentes nas sinfonias de Mahler, falecido em 1911, assim como as suas mencionadas paródias à valsa, hajam sido consideradas, em leituras posteriores, como a de Leonard Bernstein, prenúncios do declínio da Europa (e do Ocidente), que augurariam o final abrupto do século XIX (Bernstein, 1967).

Nesta ótica, mais do que nunca, as produções da Segunda Escola de Viena, nomeadamente aquelas provindas da pena de Arnold Schoenberg (1874-1951) e Alban Berg (1885-1935), antecipando, coincidindo ou sucedendo a Grande Guerra, pareceram enquadrar-se

nestas categorias mentais da inevitável decadência das civilizações que teriam atingido os patamares superiores de desenvolvimento (Löwith, 1991: 119-138).

Os Músicos na Guerra

Dos compositores que perderam a vida no decorrer da Grande Guerra, sem dúvida que o caso do francês Alberic Magnard (1865-1914) assume especial relevância, uma vez que este não se encontrava mobilizado, antes morrendo a enfrentar os invasores alemães que se acercavam da sua residência, no início de setembro. Dois anos volvidos, um poema inserido numa coletânea de acentos nacionalistas registava, aliás:

Calme il les attendit, jusque dans sa demeure;

Le revolver est dans sa main;

Il sait que va bientôt sonner sa dernière heure,

Qu'il n'aura pas de lendemain (Ducros, 1916 : p. 21).

Autor de quatro sinfonias, a última das quais estreada alguns meses antes da sua morte, Magnard teria revelado, segundo o periódico *La Renaissance*, publicado no rescaldo do afundamento do *Lusitania*¹, um “heroísmo sublime”, capaz de entusiasmar os compatriotas, apesar do seu wagnerismo – leia-se reverência pela

¹ O torpedeamento deste navio, que causou a morte de 1198 pessoas, inspiraria, de resto, Frank Bridge (1879-1941) a escrever *Lament for Catherine, aged 9 “Lusitania” 1915*, para orquestra de cordas, o qual, como o próprio título indica, era um tributo à memória de uma criança, cujos pais – também afogados – o compositor conhecia. Bridge, nos inícios dos anos trinta, numa altura em que o fim dos pós guerra começaria a dar lugar a um estado de pré-guerra, chamando à colação o papel da memória, escrevia uma *Oration (Concerto Elegiaco)*, para violoncelo e orquestra, dedicada às vítimas de 1914-1918.

obra do mais reputado músico da segunda metade do século XIX do país inimigo. Veja-se, também, seguindo esta linha de raciocínio, que, em Inglaterra, nos primeiros concertos que sucederam a declaração de guerra, se chegaram a proibir peças musicais germânicas, muito embora tal atitude tivesse sido efémera e não isenta de críticas por parte do público (Ross, 2009: 105).

Em todo o caso, a lista de vítimas, como não poderia deixar de suceder, resulta alargada: desde o húngaro Aládar Radó (1882-1914), morto nas primeiras semanas da guerra, quando da invasão da Sérvia pelo exército de Viena, até aos últimos músicos caídos no conflito, os britânicos Ernest Farrar (1885-1918) e Cecil Coles (1888-1918), o último dos quais tendo escrito, pouco antes, *Behind the Lines*, uma *suite* para orquestra, da qual restam dois andamentos: um primeiro, contemplativo da paisagem francesa; o segundo, um cortejo fúnebre.

De igual modo, os feridos graves, ainda que sobrevivendo ao conflito, refletiram, na sua obra, de maneira diversa, a brutalidade das trincheiras: o compositor inglês Ivor Gurney (1880-1937), autor de uma elegia de guerra e de canções afins, cedendo ao *stress* pós-traumático – embora esta enfermidade tenha sido contestada por alguns estudiosos, que apontam a sífilis como causa mais provável da sua entrada num asilo em 1922 (Moore, 1976); por seu turno, o pianista austríaco Paul Wittgenstein (1887-1961), havendo perdido o seu braço direito, procedeu ao arranjo para a mão esquerda de peças preexistentes ou pediu a compositores como Maurice Ravel (1875-1937), que escrevessem concertos nesta veia em sua intenção, como que inaugurando um género musical que frutificou com dezenas de exemplos².

² Não obstante já existir um “concerto para mão esquerda”, datado do século XIX, redigido pelo húngaro Géza Zichy (1849-1924) para si próprio, após um acidente no decorrer de uma caçada.

Os Futuristas

Na verdade, antes do início das hostilidades, os futuristas vi-nham consagrando ao belicismo algumas composições, insistindo, em especial, numa das armas que mais evoluiria durante a Primeira Guerra Mundial e que faria a sua aparição na Guerra Ítalo-Turca de 1911: a aviação. A vertigem da violência e da rebelião, expressa no *Manifesto dos Músicos Futuristas* e no *Manifesto da Técnica da Música Futurista*, redigidos por Francesco Balilla Pratella (1880-1955), em 1912, e amplificada no texto *A Arte dos Ruídos*, de Luigi Russolo (1883-1947), que faziam apelo ao emprego de ritmos irregulares, da atonalidade e da microtonalidade, em breve encontrou eco nas suas próprias obras (Villers, 2008). Com efeito, o primeiro compunha para piano, ainda em 1913, *La Guerra*, dividida em *L'Aspettazione*, *La Battaglia* e *La Vittoria*, datando dos anos subseqüentes à ópera *L'Aviatore Dro*. O próprio Marinetti, não sendo músico, fazia uma gravação do poema *La Battaglia di Adrianopoli*, um episódio das Guerras Balcânicas de 1912-1913, imprimindo-lhe uma musicalidade impetuosa, de onomatopeias e sílabas encadeadas numa vertigem torrencial:

Ogni 5 secondi cannoni da assedio sventrrrare spazio con un accordo ZZZANG TUMB TUN ammutinamento di 500 echi per azzannarlo sminuzzarlo sparpagliarlo all'infiiiiiinito nel centro di quel zz-zang tumb tumb spiaccicato (ampiezza 50 kmq.) balzare scoppi tagli pugni batterie tiro rapido Violenza ferocia re-go-la-ri-tà questo basso grave scandere strani folli agitatissimi acuti della battaglia.

Curiosamente, o envolvimento da Itália no conflito de 1914-1918, talvez pela amarga experiência dos futuristas italianos na linha da frente, não gerou da sua parte, de um modo geral, obras

tão significativamente inspiradas na guerra como as anteriormente referidas. Assim, *Pagine di Guerra*, de Alfredo Casella (1883-1947), emerge enquanto exemplo transalpino mais consistente³. Tratou-se, em todo o caso, de uma visão cinematográfica e distanciada, tanto mais que Casella, não apenas subintitulou as suas “páginas” de “filmes musicais” – um pouco à maneira do acompanhamento pianístico dado, na época, *in loco*, às películas projetadas –, como veiculou impressões um tanto estereotipadas acerca dos locais e dos acontecimentos que mais surgiriam na imprensa sua contemporânea.

Tanto assim que estas “páginas”, originalmente para piano a quatro mãos (1915), depois orquestradas (1918), delimitam uma certa geografia real e uma outra de afetos: ao “desfile de artilharia pesada alemã” na Bélgica, país neutral que se tornou no cavalo de batalha da propaganda aliada acerca do impiedoso militarismo prussiano, parece corresponder a desolação, em França, “das ruínas da catedral de Reims”, sorte de espelho do suposto barbarismo “huno” das tropas do kaiser, desrespeitadoras da herança cultural e artística europeia. Numa alternância de andamentos rápidos e lentos, de agressão e de elegia, o título da terceira peça, “carga de cavalaria cossaca” – num qualquer ponto indeterminado da longuíssima frente oriental disputada entre austro-alemães e russos –, era eloquente em relação ao desconhecimento do compositor desse teatro de operações, uma vez que recorria ao lugar-comum. Ademais, apesar de a Itália ter entrado na guerra em 1915, abandonando as Potências Centrais em favor da Inglaterra, da França e da Rússia, Casella não se furtava a comparar, do ponto de vista musical, a violência da “artilharia alemã” e da “cavalaria cossaca”. A esta luz, o quarto trecho, “as cruzes de madeira” da Alsácia, momento de

³ Por exemplo, Gian Francesco Malipiero (1882-1973), ao redigir, em 1917, em Veneza, não distante da frente, *Pause del Silenzio*, fazia uso de um título enigmático, a fim de ilustrar a demanda da tranquilidade no bulício diário de soldados e civis

recolhimento, pontuado por um excerto discreto de *A Marselbesa*, de novo ilustra o ímpeto germânico perante o sacrifício francês na província perdida em 1871. No que concerne à quinta e última peça, esta somente foi composta em 1918, ilustrando os “navios de guerra italianos num cruzeiro” no Adriático. Nesta demonstração veemente da marinha transalpina, capaz de exaltar os auditores, Casella por certo deslocava para os sucessos dos combates navais o seu entusiasmo, posto que, em terra, o desastre de Caporetto, de 1917, ainda continuava a ensombrar os italianos (Keegan, 2000: 343-350).

A Guerra na Música

Assim, torna-se evidente que a *Elegia Eroica*, de Casella, datada de 1916 e, por isso, portadora de uma percepção mais aproximada dos horrores da conflagração mundial, fosse dedicada “alla memoria di un Soldato morto in guerra”, como que antecipando as futuras homenagens ao “soldado desconhecido”, enquanto símbolo da vítima anônima que se ia multiplicando por milhões. Integrando, outrossim, uma alusão a um hino – neste particular ao *Fratelli d'Italia* –, Casella repetia um expediente já empregado nas *Pagine di Guerra*, e do qual Claude Debussy (1862-1918), em *Berceuse Heroïque* e na segunda peça dos três caprichos *En blanc et Noir*, intitulada *Lent-Sombre*, também faria uso (Boucourechliev, 1998).

Escritas no primeiro ano da guerra, as obras de Debussy diferem, porém, no caráter. Se a *berceuse* (para piano, depois transcrita para orquestra), mais elegíaca do que heroica, testemunhando o desencanto do compositor francês pelo início das hostilidades, preiteava a nação belga ocupada e o seu rei, citando *La Brabançonne*, já a obra *Lent-Sombre*, para piano, dedicada ao sobrinho do seu editor morto em combate, e acompanhada por uma epígrafe inscrita na

pauta, extraída da “Balada contra os Inimigos de França”, parecia revelar um nacionalismo mais exaltado. Para além disso, a inclusão do coral luterano *Ein Fest Burg*, por oposição à pretensa luminosidade da música francesa, com a “vitória” de uma melodia heroica sobre o coral, ainda que sem qualquer concessão ao descritivismo, denunciava todo um intento.

Mais afirmativo, ainda, o russo Alexander Glazunov (1865-1936) compunha, entre 1914 e 1915, uma paráfrase orquestral dos hinos nacionais dos países que integravam o bloco dos aliados. Duas leituras desta obra são possíveis: ou Glazunov elencou a ordem de aparição dos hinos na sua peça a partir da entrada cronológica dos países aliados na guerra, ou, a partir de um ângulo mais político do que através de uma lógica musical, dispô-los na sequência daqueles que lhe eram mais caros. Num caso como noutro, naturalmente, o Hino Russo surge a abrir a peça, seguindo-se os aliados eslavos que haviam suscitado a intervenção de S. Petersburgo: Sérvia e Montenegro; vêm, depois, a França e a Inglaterra – esquecidas por ora, talvez, as desinteligências oitocentistas de *The Great Game*, na Ásia Central – e, por fim o Japão, o inimigo recente da Guerra de 1904-1905.

Na Alemanha, Max Reger (1873-1916) assinava uma *Abertura Patriótica*, integrando uma série de músicas de pendor nacionalista que, segundo os jornais e a propaganda, os exércitos germânicos teriam cantado em face das batalhas de 1914. Eram os casos da supracitada melodia de Haydn, futuro hino germânico, assim como da canção *Wacht am Rhein* – entoada pelos oficiais alemães, na famosa cena do filme *Casablanca*, antes de *A Marselhesa*, sob o impulso da personagem *Victor Laszlo*, se lhe impor – e de um coral luterano. Estes temas eram trabalhados de maneira mais elaborada do que o contributo de Glazunov. Pouco antes da sua morte, em 1916, Reger destinaria um requiem “à memória dos heróis alemães tombados na Guerra de 1914-15”.

Em Inglaterra, também logo em 1914, Cecil Scott (1879-1970) assinou uma *Britain's War March*, enquanto Gustav Holst (1874-1934), através de uma das obras mais famosas do repertório, a *suite* orquestral *Os Planetas* (1914-1916), trazia a terreiro um contributo um tanto involuntário. Em primeiro lugar, porque, mais do que pintar as impressões físicas de cada um dos planetas, Holst pretendeu representar as características astrológicas dos mesmos. Por outro lado, embora seja difícil de crer, Holst negou que tivesse querido representar, em *Mars, the Bringer of War*, um fresco da moderna guerra mecanizada, alegando que compusera a peça antes do início das hostilidades. Por último, porque o compositor adaptou a melodia da secção central de *Jupiter, the Bringer of Jollity* a um poema de Cecil Spring Rice, “I vow to thee, my country”, doravante uma peça de contornos patrióticos, mas tão-somente três anos após o armistício de 1918⁴.

Coube, todavia, a Edward Elgar (1857-1934) assinalar o início da guerra, pelo menos para os ingleses, com um rigor cronológico preciso, através da peça *Carillon* (1914), com a qual denunciava a invasão da Bélgica, e da mencionada cantata *The Spirit of England*, estreada em Birmingham, em outubro de 1917. Intitula-se *The Fourth of August* a primeira parte dessa cantata, que compreende, ainda, *To the Women* e *For the Fallen*. Os versos, da autoria de Laurence Binyon, invocam o “esplendor passado” da nação, capaz de travar “the barren creed of blood and iron, vampire of Europe’s wasted will”, corporizado na ameaça alemã. Afastando-se do tom afirmativo das suas marchas de pompa e circunstância, e até das duas sinfonias completadas, Elgar homenageava as mulheres, ainda que sem vislumbrar o papel da guerra na sua futura e gradual

⁴ À memória dos amigos do compositor mortos na guerra, Holst escreveu, em 1919, uma *Ode to Death*, a partir do poema de Walt Whitman dedicado a Abraham Lincoln.

emancipação, dirigindo-se-lhe, antes, como as tradicionais guardiãs que, “in the watch of solitude and through the boundless night of fears”, aguardavam o regresso dos familiares masculinos. Na derradeira secção da cantata, versando os “caídos”, Elgar apelava à memória, uma vez que “they shall not grow old”, inscrevendo-os no imperialismo britânico, cujo desmoronar se percecionava (Huntford, 1999: 548). O seu Concerto para Violoncelo, surgido no pós-guerra, numa toada elegíaca, traduziria tal pessimismo.

Neutralidade e Dadaísmo

O bloqueio imposto pelos aliados à navegação das potências centrais⁵, a campanha submarina levada a cabo pela Alemanha e a mobilização total das sociedades, ditou que os compositores dos países europeus neutrais tivessem menos oportunidades de estreitar contactos entre si e entre os músicos das nações beligerantes. Por um lado, a geografia central e a neutralidade da Suíça fixaram o primeiro grupo Dada em Zurique. Por outro, a geografia periférica da Península Ibérica e da Península Escandinava, em face da centralidade das diversas frentes de batalha, dificultou mesmo as viagens e fez esmorecer os laços encetados: enquanto José Vianna da Mota (1868-1948), radicado na Alemanha desde finais do século XIX, devido à eclosão do conflito mundial, regressou a Lisboa (Branco, 1987), já a escrita da Sinfonia n.º 5, do finlandês Jan Sibelius (1865-1957), coincidiu com boa parte dos anos do conflito, parecendo coroar, com a sua estreia em 1919, uma das alterações territoriais mais consistentes da Primeira Guerra Mundial: a independência da Finlândia.

⁵ A Batalha da Jutlândia, travada entre ingleses e alemães, seria o ponto de partida para a composição de *The Chivalry of the Sea*, de Hubert Parry (1848-1918).

Como quer que seja, se a música de Sibelius foi mais ou menos imune a estímulos externos, continuando o compositor a dedicar-se à música pura e à representação das paisagens e dos mitos finlandeses em poemas sinfónicos, outros artistas escandinavos expressaram certa descrença no rumo trilhado pela civilização ocidental, quando, antes de 1914, a exaltavam. Este olhar, lançado a partir de “dentro” da Europa, mas, simultaneamente, de “fora”, por se tratar de músicos “neutrais”, logrou furtar-se ao inconfessado nacionalismo dos beligerantes, mesmo quando o desígnio destes era fúnebre ou elegíaco. Em última análise, perante a catástrofe, as obras dos escandinavos chegariam a ostentar, até, alguns acentos niilistas.

O dinamarquês Carl Nielsen (1865-1931) é um exemplo paradigmático desse estado de espírito: o otimismo da Sinfonia *Expansiva* (1910-1911) apenas encontra paralelo na vitalidade da Sinfonia *Inextinguível*, composta durante os dois primeiros anos da guerra. A Sinfonia n.º 5, concluída em 1920, amplia o carácter trágico das anteriores, com uma primeira parte marcada pela ameaçadora percussão “guerreira”, a que se opõe uma segunda tingida de felicidade. A Sinfonia n.º 6, acumulando algumas desilusões pessoais e artísticas, em particular o difícil acomodamento dos elementos vanguardistas que dominavam a música do pós-guerra, era uma resposta desencantada aos novos tempos. Ora, quase idêntica atitude revelou o compatriota Rued Langgaard (1893-1950): se a revolucionária *Música das Esferas* (1916-1918), espécie de evasão cósmica, pairava acima da realidade terrena, numa (nova) tentativa de atingir a arte do ideal, a ópera *Antikrist* (1921-1923) simbolizava um doloroso regresso à realidade mundana, apesar das insolúveis questões acerca da vida e da morte e do bem e do mal, num ensaio existencialista pós-apocalíptico.

Por sua vez, o movimento Dada, que despontou em Zurique, em 1916, manteve contactos com grupos noutras importantes metrô-

poles, fazendo da crítica ao enfrentamento mundial, ao “egoísmo sagrado”, aos apetites coloniais e à sociedade burguesa, a sua pedra de toque. Movimento (anti)artístico de difícil catalogação, o Dadaísmo influenciou as vanguardas do pós-guerra, promovendo, no campo musical, o retomar de algumas técnicas do Futurismo ainda pujante e as “colagens” sonoras, ao mesmo tempo que o *Jazz* e outros ritmos não-europeus, omnipresentes nos encontros do movimento, se insinuavam como alternativa ao “declínio do Ocidente” (Nouschi, 1996: 34-48).

Um escritor como Thomas Mann, ao fazer decorrer a ação do seu livro, *A Montanha Mágica* (1924), num sanatório dos Alpes suíços, traçou o paralelo entre a doença das personagens e a suposta enfermidade moral da Europa (e da Alemanha de Weimar), que teria sacrificado no altar de Marte as conquistas civilizacionais humanistas dos séculos XVIII e XIX. Nas últimas páginas, após sete anos de reclusão alpina, o protagonista Hans Castorp, que não se encontrava verdadeiramente doente, abandona o sanatório, saudando com apreensão o início da guerra, à semelhança do próprio Mann, ao som do *lied Der Lindenbaum* (*A Tília*), de Schubert.

A Palavra e a Música

O gênero do *lied* ou canção atraiu, de resto, muitos dos músicos envolvidos na contenda, sobretudo britânicos, uma vez que permitia articular alguma da poesia concebida no contexto da guerra, assim como fazer uso da economia de meios necessária à vida das trincheiras, partilhada entre o piano e o cantor. Ivor Gurney, Ernest Farrar, George Butterworth (1885-1916), Gerald Finzi (1901-1956), William Denis Brown (1888-1915) e o australiano Frederick Kelly (1881-1916) contaram-se entre os mais representativos, tendo todos eles participado nas hostilidades.

As temáticas principais abrangem combates passados, como *The Night of Trafalgar*, de Gurney; um caráter evasivista de apego às paisagens pastoris, como boa parte dos compositores ingleses vinha cultivando no período que antecedeu 1914: *To Violets* e *Goodnight to the Meadow*, também da lavra de Gurney, e *Who would Shepherd Pipes*, de Farrar; ou a aceitação da realidade das trincheiras, como *Only a man harrowing clods*, de Finzi:

Yonder a maid and her weight
Come whispering by:
War's annals will clod into night
Ere story die.

Em França, Lili Boulanger (1893-1918), irmã da influente Nadia Boulanger, havendo escrito, em 1912, um premonitório *Pour les Funérailles d'un Soldat*, para barítono, coro e orquestra, a partir de versos de Alfred de Musset, produzia nos seus últimos anos de vida, *D'un Soir Triste*, para orquestra. O seu *Psaume 130 (Du fond de l'abîme)*, começado a escrever em 1910, não deixava de transparecer as inquietações do presente – estas encontram-se, porém, estranhamente ausentes na luminosidade resplandecente e juvenil da peça *D'un Matin de Printemps* (1918).

Outras obras corais, sob a forma de requiem, algumas de largo fôlego, viram a luz do dia durante e após o conflito mundial. Frederick Delius (1862-1934), não obstante o seu ateísmo, escreveu, logo em 1916, uma obra nesta veia “à memória dos jovens artistas caídos na guerra”. O tom provocador de invocação à divindade impotente e a celebração de uma natureza hierática e até indiferente às tragédias humanas, numa toada eivada de um certo paganismo reminescente do eterno retorno de Nietzsche e de *Das Lied von der Erde*, de Mahler, conferem a este requiem traços distintivos, que conduziram ao seu relativo malogro, quando da estreia, em 1922:

Eternal renewing; everything on earth
will return again.
Everything on earth will return again,
ever return again.
Springtime, Summer, Autumn and Winter:
And then comes Springtime –
and then new Springtime.

A despeito da diferença de escala, os requiems de Gerald Finzi e de John Fould (1880-1939) encontraram um maior aplauso da parte do público, porquanto procuravam confortar uma nação, mais do que tecer comentários filosóficos em torno da vida e da morte. Enquanto o *Requiem da Camera*, para barítono, coro e orquestra (1924), de Finzi, baseado nos textos de diversos autores britânicos, cria uma atmosfera intimista, *A World Requiem* (1919-1921), de Fould, estende a homenagem aos mortos de todas as nações, numa perspectiva universalista, combinando versículos da Bíblia, versos ingleses e hindus. Vinte andamentos, uma orquestra gigantesca, vários coros, um órgão, assim como instrumentos usados fora do palco, inserem esta partitura numa escala comparável a certos trechos sinfônicos de Mahler. Também de cunho universalizante, pelo menos quanto à seleção dos textos cantados, era a sinfonia coral *Morning Heroes*, de Arthur Bliss (1891-1975), que a inscreveu na tradição do heroísmo ocidental, combinando Homero – nomeadamente, a partir dos arquétipos de Heitor e Aquiles – com versos de Robert Nicholas e Wilfred Owen a encerrar o quinto andamento, justamente intitulado “Now, Trumpeter, for thy Close” – “Spring Offensive” – “Dawn on the Somme”.

Sem dúvida, mais próximo dos grandes frescos sinfônicos da Segunda Guerra Mundial, se revelou o tríptico de Heitor Villa-Lobos, escrito a pedido do governo brasileiro, no contexto da declaração de guerra à Alemanha, em 1917. As três sinfonias, “Guerra”, “Vitória” e

“Paz”, integram o hino brasileiro e o hino francês (Sinfonia *Vitória*) e, no caso da primeira, contêm um programa para os seus quatro andamentos – *Vida e Trabalho, Intrigas e Rumores, Sofrimento e A Batalha* –, havendo-se perdido a partitura da Sinfonia *Paz*. No entanto, à semelhança da participação brasileira, fundada no patrulhamento do Atlântico Sul e no envio de algumas unidades militares, as sinfonias de Villa-Lobos não lograram representar, em definitivo, as agruras do conflito (Kiefer, 1986).

Na verdade, esse lugar coube à Terceira Sinfonia *Pastoral*, do inglês Ralph Vaughan Williams (1872-1958), tanto mais que o compositor, desde 1914, não apenas foi maqueiro na Frente de Salónica e em França, como serviu no exército enquanto tenente de uma unidade de artilharia, colhendo da guerra impressões duradouras e diversificadas. À imagem de outros compositores britânicos, como Butterworth e Farrar – autores de sons pastorais e evocativos dos campos ingleses, como *Two English Idylls* (1910-1911) e de *The Banks of Green Willow* (1913); e *English Pastoral Impressions* (1915) –, Vaughan Williams vinha desenvolvendo uma estética fundada na recolha de música popular e na composição de algumas peças prestando tributo à Natureza, numa sorte de reencontro com a época pré-industrial. A Terceira Sinfonia, sem se tornar verdadeiramente opressiva e trágica, carrega consigo desconforto e ansiedade, na sugestão dos campos húmidos do Norte de França e das suas trincheiras enlameadas, onde mortos e vivos conviveram durante mais de quatro anos (Kennedy, 1971). Em particular, no segundo andamento, um solo de trompete que Vaughan Williams terá escutado quando regressava da descida ao abismo da terra de ninguém, a fim de procurar sobreviventes, é deveras comovente. Este episódio e o ambiente límbico, depois amplificados no derradeiro andamento, não abandonariam a música do compositor, adquirindo tonalidades trágicas em sinfonias posteriores e contemporâneas das tensões internacionais dos

anos trinta e da Segunda Guerra Mundial (Quarta e Sexta). Por exemplo, a cantata *Dona Nobis Pacem* (1936), a partir de versos de Walt Withman, entre outros, é uma peroração contra a guerra, enquanto a Quinta Sinfonia (1938-1943) constitui um duplo retorno ao passado: recordando Vaughan Williams a atmosfera pastoril e arcaica das suas primeiras composições, assim como a música dos compositores ingleses desaparecidos na Grande Guerra.

Esta visão da *longue durée* não deve escamotear as elegias de Ernest Farrar e Frederick Kelly, ambas nascidas ainda no contexto da guerra, assim como o poema sinfónico *Out of the Mist*, de Lilian Elkington (1901-1969). Perpassadas de nobreza e lirismo, não durando mais do que dez minutos, cada uma destas peças celebra um luto diferente. Farrar, dirigindo-se “aos soldados”, intitula de “heroica” a sua elegia para orquestra, num *andante maestoso*. Kelly, consagrando a obra ao poeta amigo Rupert Brooke, que morreu a caminho de Gallipoli, procura recriar a paisagem mediterrânica da ilha grega de Skyros, onde este foi sepultado, através da evocação da sonoridade do vento nas oliveiras que circundavam o túmulo. Elkington, recordando a chegada do “soldado desconhecido” a Inglaterra, em 1920, um dos mitos mais duradouros da Grande Guerra, elaborou o seguinte programa:

This short tone poem is the outcome of a poignant memory connected it the War... When the Unknown Warrior was brought home to his last resting place there was a thick mist over the Channel, out of witch the warship slowly emerged as she drew near to Dover. [...] The opening is quiet, with muted lower strings, as the ship feels her way through the murk... After a pause mutes are removed, the air goes brighter, and the deep gloom upon men's spirit is somewhat relieved... Gradually the style enlarges and becomes more elevated as larger views of the meaning of sacrifice calm the spirit... [in] the final section, *Largamente*

appassionato, as with a burst of sad exaltation the representative of the nameless thousands who have died in the common cause is brought out of the darkness to his own.

Por seu lado, Maurice Ravel, que foi mobilizado na qualidade de camionista do exército francês, deu do conflito impressões musicais assaz matizadas, como acima se constatou. Um exemplo provém de *Le Tombeau du Couperin*. Partindo de danças e peças típicas do Barroco, Ravel escreveu seis andamentos para piano (orquestraria quatro), dedicados à memória de diversos amigos caídos em combate (*Prélude, Fugue, Forlane, Rigaudon, Menuet e Tocatta*). Escapando, deste modo, à influência alemã, pela afirmação de uma Idade de Ouro da música francesa, através de uma simplicidade despojada de dramatismo e de sentido trágico, Ravel não apenas criava um “túmulo” aos seus tempos, como antecipava – através do regresso a um passado anterior à irrupção do nacionalismo e do Romantismo oitocentista – o futuro de alguma música europeia do pós-guerra, firmada na estética neoclássica.

Palavras Finais

Outras correntes, outros “ismos”, fosse na recusa dadaísta das trincheiras, no atonalismo da Segunda Escola de Viena, e no experimentalismo e nos “retornos”, iriam prosperar sob o signo 1914-1918. Basta recordar o quanto as óperas *Wozzeck* e *Lulu*, de Alban Berg, e o ambiente berlinense do pós-guerra, dos cabarets de Kurt Weil, atestam toda uma época. Justamente aquela que via nascer *O Declínio do Ocidente*, de Oswald Spengler, para culminar, do ponto de vista artístico (e musical), na Exposição de Arte Degenerada, de Munique, de 1937, ou no supremo cinismo do campo de concentração “modelo” de Theresienstadt, no qual vários compositores permaneceram internados.

Referências bibliográficas

- Arthur, M. (2008). *When this bloody war is over: soldiers' songs of the First World War*. Piatkus Books.
- Beidler, P., Ralph Vaughan Williams' Long Journey Out of War. Acedido a 7 de junho de 2014, em http://wlajournal.com/24_1/pdf/Beidler.pdf.
- Bernstein, L. (1967). Mahler: His Time Has Come. *High Fidelity Magazine*.
- Boucourechliev, A. (1998). *Debussy: la révolution subtile*. Paris: Fayard.
- Branco, J. F. (1987). *Viana da Mota, uma contribuição para o estudo da sua personalidade e da sua obra*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Burns, J. F., Remembering World War I in the Conflict's Flash Point". Acedido a 7 de junho de 2014, em http://www.nytimes.com/2014/06/30/arts/music/the-vienna-philharmonic-recalls-world-war-i-in-sarajevo.html?_r=1.
- Clark, C. (2013). *The Sleepwalkers. How Europe went to War in 1914*. London: Penguin.
- Ducros, E. (1916). *Flammes de Guerre. De l'Invasion vers la Victoire (1914-1915)*. Paris: Alphonse Lemerre Éditeur.
- Fussel, P. (2000). *The Great War and modern memory*. Oxford: Oxford University Press.
- Gentile, E. (2011). *L'Apocalypse de la Modernité. La Grande Guerre et l'homme nouveau*. Aubier.
- Harding, H., *Music in Modern Times*. Acedido a 7 de junho de 2014, em <http://pt.scribd.com/doc/8579692/WWIs-affect-on-composers>.
- Huntford, R. (1999). *The Last Place on Earth*. New York: Modern Library.
- Kiefer, B. (1986). *Villa-Lobos e o modernismo na música brasileira*. Porto Alegre: Ed. Movimento.
- Keegan J. (2000). *The First World War*. New York: Vintage Books.
- Kennedy, M. (1971). *The works of Ralph Vaughan Williams*. London, New York: Oxford University Press.
- Löwith, K. (1991). *O Sentido da História*. Lisboa: Edições 70.
- Moore, C. W. (1976). *Maker and lover of beauty: Ivor Gurney, poet and songwriter*. Rickmansworth: Triad Press.
- Nouschi, M. (1996). *O Século XX*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Ribouillault, C. (1996). *La musique au fusil*: Éditions du Rouergue.
- Robinson, M., On centenary of WWI assassination, the past still haunts Sarajevo. Acedido a 7 de junho de 2014, em <http://uk.reuters.com/article/2014/06/26/us-wwi-anniversary-bosnia-idUKKBN0F10ZH20140626>.
- Ross, A. (2009) *E o resto é ruído*. Casa das Letras.
- Rumph, S. (2004) *Beethoven after Napoleon: political romanticism in the late works*. Berkley: University of California Press.
- Villers, J. (2008). *Debout sur la cime du monde: manifestes futuristes 1909-1924*. Paris: Éditions Dilecta.

**OS DESAFIOS DA POLÍTICA DE COESÃO
NO PRÓXIMO PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO
2014-2020**

Sofia Alexandra Andrade Pinto Lopes Félix

Município de Tábua

ORCID 0000-0002-3807-4924

Resumo: O Acordo de Parceria que o Governo de Portugal celebrou com a Comissão Europeia, estabeleceu as bases para a aplicação dos fundos estruturais, ao abrigo das orientações do Quadro Estratégico Comum (QEC), e deverá permitir o alcance dos objetivos da Estratégia Europa 2020, para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Nesse sentido, visa-se analisar se os modelos de governação propostos favorecem o desenvolvimento de uma nova cultura de parcerias para os resultados, suportada no planeamento e na assunção plena de responsabilidades contratuais, quer seja no âmbito de intervenções de cariz temático, quer seja de cariz territorial.

Palavras-chave: Política de Coesão; Quadro de Referência Estratégico Nacional; Quadro Estratégico Comum; Acordo de Parceria e objetivos temáticos.

Abstract: The Partnership Agreement that the Government of Portugal celebrated with the European Commission, laid the

foundations for implementing the Structural Funds, under the guidelines of the Common Strategic Framework (CSF), and should allow the achievement of the Europe 2020 objectives, to smart, sustainable and inclusive growth. Becomes thus essential to analyze whether the proposed governance models favour the development of a new culture of partnership for results, supported in planning and full assumption of contractual responsibilities, whether within assistance themed nature, whether territorial impact.

Key words: Cohesion Policy; National Strategic Reference Framework; Common Strategic Framework; Partnership Agreement and thematic objectives.

Introdução

A adesão de Portugal à Comunidade Europeia em 1986 permitiu criar um novo horizonte político, económico e cultural. Portugal transitou de um País de pendor colonial, para um País de pendor Europeísta. Decorridos 27 anos de integração Europeia urge refletir sobre quais as causas que desviaram Portugal do crescimento e da convergência, desígnio maior de qualquer política que vise uma coesão económica, social e territorial.

A comunicação procura dar um contributo para a compreensão do que serão os desafios da Política de Coesão num contexto Nacional e Regional, no âmbito do amplo debate que foi promovido pelos diferentes organismos governamentais na definição das linhas estratégicas do próximo quadro financeiro para 2014-2020, o Quadro Estratégico Comum (QEC) e que foi negociado pelo Governo de Portugal num contexto de inúmeros constrangimentos, tais como a consolidação das contas públicas, a estagnação económica e o desemprego. Uma reflexão sobre onde e como utilizar os novos financiamentos estruturais e sobre como deverão ser geridos e governados assume especial relevância no atual cenário de crise.

A análise crítica em torno de quais serão os desafios da Política de Coesão para o período de 2014-2020 faz-se a partir de informação constante de documentos técnicos, mas também através do contributo de um olhar de quem é cidadão da Região de Coimbra e tem vindo a acumular experiência na implementação dos próprios fundos, seja enquanto decisor, seja enquanto utilizador. Definiram-se, assim, três momentos de análise, um primeiro momento sobre o enquadramento da Política de Coesão para o período de 2014-2020 e um segundo momento que irá caracterizar o desempenho do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), a nível do Programa Operacional da Região Centro e, por último, um exer-

cício crítico sobre a estratégia de desenvolvimento regional para a Região Centro, resultante das propostas de agentes corporativos e não corporativos, promovido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR).

A Política de Coesão da União Europeia 2014-2020

A Política de Coesão da União Europeia 2014-2020 é um dos pilares de uma moldura política mais abrangente que visa superar a crise económica e social, estimulando a produtividade e a competitividade na União Europeia (UE). Deste modo, a Estratégia Europa 2020 define as prioridades e objetivos da UE até 2020 e será condicionadora dos próximos fundos, programas e instrumentos financeiros, coincidindo com o Quadro Financeiro Plurianual (Fernandes, 2013).

No cerne da Estratégia Europa 2020 estão três prioridades de crescimento, que se pretende que seja inteligente, através do desenvolvimento de uma economia baseada no conhecimento e na inovação e, nesse mesmo sentido, defende Porto, Costa & Nijkamp, (2013) que devem ser potenciadas as ciências, as tecnologias e a inovação como fatores de crescimento global. Mas também, um crescimento sustentável, favorecendo uma economia mais eficiente em termos de recursos, mais ecológica e mais competitiva e inclusiva, favorecendo uma economia com níveis elevados de emprego que asseguram a coesão económica, social e territorial e concretizáveis na assunção de 11 objetivos temáticos (Mateus, 2013).

A nível de Portugal, na Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, de 20 de maio encontrava-se já delineado que a estruturação operacional do Acordo de Parceria entre o Governo de Portugal e a Comissão Europeia iria respeitar quatro domínios temáticos, ou seja, competitividade e internacionalização; inclusão social e

emprego; capital humano; sustentabilidade e eficiência no uso de recursos, bem como dois domínios transversais relativos à reforma da Administração Pública e à territorialização das intervenções.

Portugal assumiu, ainda, compromissos no âmbito do Programa Nacional de Reformas, alinhados com a Estratégia Europa 2020, onde se pressupõe que sejam alcançados os seguintes indicadores até 2020: investimento entre 2,7% e 3,3%, do PIB em investigação, desenvolvimento e inovação; taxa de abandono escolar precoce de 10,0%; 40,0% da população com ensino superior ou equiparado entre 30-34 anos; redução de 1,0% nas emissões de gases de efeito de estufa; 31,0% do consumo de energia efetuado a partir de energias renováveis; eficiência energética na ordem dos 20%; 75% de taxa de emprego para a população entre os 20 e os 64 anos e menos 200 mil pessoas em risco de pobreza/exclusão social.

Para maximizar o impacto dos fundos na concretização das prioridades e dos objetivos da Estratégia Europa 2020, propôs-se um Quadro Estratégico Comum (QEC) que pretende promover a coordenação e criar sinergias através da complementaridade de fundos, que desenvolvem a Política de Coesão, a nível Europeu, nomeadamente, o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo Social Europeu (FSE), o Fundo de Coesão (FC), o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP).

Uma análise às dinâmicas de execução dos anteriores quadros comunitários de apoio permitiu concluir que a aplicação dos fundos se fez através de uma lógica fragmentária, individualista e difusa, gerando redundância e desperdício, não favorecendo o equilíbrio expectável entre coesão e competitividade. Com efeito, a operacionalização dos fundos produziu mais uma disputa concorrencial de recursos do que propriamente o fomento de uma cultura de parcerias entre agentes económicos e institucionais (Mateus, 2013). Assim sendo, as principais alterações da Política de Coesão para

2014-2020 assentam em reforçar a eficácia e o desempenho e promover a utilização mais coerente dos fundos disponíveis da UE, concentrando recursos para maximizar o impacto. Defende-se, ainda, a simplificação de acesso aos programas de financiamento e a cooperação territorial. Em termos de coesão territorial os principais vetores de atuação visam uma focalização num desenvolvimento urbano sustentável, com a alocação de um mínimo de 5% de recursos do FEDER e a criação de uma plataforma de desenvolvimento urbano, através da criação de redes entre cidades e intercâmbio de políticas urbanas. As ações inovadoras para um desenvolvimento urbano sustentável estarão sujeitas a um limite máximo de 0,2% do financiamento anual, enquanto que regiões ultraperiféricas e com baixa densidade populacional terão dotações suplementares (Pires, 2012). A Política de Coesão da UE para o período 2014-2020 continuará, então, a aposta na diminuição das assimetrias regionais, considerando que uma em cada quatro regiões da União tem um Produto Interno Bruto (PIB) per capita inferior a 75% da média da UE, caso da Região Centro de Portugal (Fernandes, 2012).

A região Centro e a Política de Coesão

Segundo a CCDRC (2012), até final do ano de 2012 tinham sido aprovadas 14897 operações na Região Centro, no âmbito do Quadro Estratégico de Referência Nacional (QREN), envolvendo um investimento total de 9,2 mil milhões de euros e uma comparticipação de fundos comunitários FEDER, FSE e Fundo de Coesão de 5,4 mil milhões de euros. Foram ainda celebrados 1274 contratos de financiamento com empresas nos sistemas de incentivo; 283 projetos na área da investigação e desenvolvimento; 184 projetos que desenvolveram atividade na área da energia e eficiência energética; 22 projetos aprovados na área da saúde e 210 centros escolares

construídos e/ou remodelados no ensino pré-escolar, 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico com o apoio a 2.056 salas de aulas, beneficiando 51.898 alunos.

Apesar de não se escamotear o peso dos números de execução do Programa Operacional Regional do Centro, um balanço crítico do mesmo não poderá deixar de relevar as profundas alterações imprimidas ao modelo de implementação durante o período de vigência do atual quadro.

O principal beneficiário líquido com aproximadamente 567 milhões de euros, são as Autarquias Locais, ultrapassando largamente a Administração Pública Central e os agentes económicos privados, facto ao qual não será alheia a realização de dois memorandos de entendimento entre o Governo de Portugal e a Associação Nacional de Municípios (ANMP), visando acelerar a execução dos fundos, com a simplificação de procedimentos e o aumento das taxas de participação dos projetos.

Numa abordagem meramente empírica poderá defender-se que os Programas Nacionais e os Regionais careciam de execução que as Autarquias prontamente se encarregaram de facultar. Por cumprir no âmbito do memorando de entendimento entre o Governo de Portugal e os Municípios ficou, contudo, a criação de uma bolsa de mérito para financiamento de projetos dos Municípios que apresentassem melhores taxas de execução e a apresentação de candidaturas numa lógica de continuidade, que a criação de um “balcão permanente” deveria genuinamente promover.

Operou-se ainda um alargamento do espectro de atuação das Comunidades Intermunicipais, que geriam um envelope financeiro, a nível das NUTS¹ III, consubstanciado na contratualização de projetos estratégicos definidos pelas Autarquias, assumindo mais

¹ Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos.

responsabilidades de apoio à CCDRC, em particular no encerramento das candidaturas.

O Programa Operacional Regional do Centro foi, também, alvo de duas reprogramações estratégicas, com mudanças significativas nos regulamentos que definiam as regras de acesso aos concursos, bem como assistiu-se a uma concentração em 4 prioridades estratégicas para a Região, nomeadamente a competitividade, a inovação e o conhecimento; a valorização do espaço regional; a coesão local e urbana e a assistência técnica de suporte ao Programa. Não obstante ter-se verificado uma diminuição de eixos de 6 para 4, é ainda significativo o número de regulamentos, elaborados numa linguagem tecnicista e concorrendo para os mesmos resultados, com implicações a nível das próprias elegibilidades dos investimentos realizados pelos beneficiários, sendo unicamente detetadas estas situações em sede de verificação procedimental e de controlo e não em sede de análise, como seria desejável. Houve, de igual modo, a transição de projetos entre Programas Nacionais/Regionais inerente à própria reprogramação estratégica do QREN.

Quanto aos procedimentos de análise das candidaturas submetidas pelos beneficiários, de registar uma crescente desburocratização no envio da documentação solicitada, através da utilização de plataformas informáticas, contudo, o recurso a organismos intermédios (dos quais fazem parte as Comunidades Intermunicipais) para a avaliação técnica das mesmas, conduziu a circuitos mais longos e complexos na tomada de decisão.

Em termos de política de comunicação assistiu-se a uma progressiva abertura ao exterior, sendo de evidenciar ações inovadoras, tais como os “roteiros Mais Centro” que visavam apresentar os projetos apoiados pelo Mais Centro. Verificou-se, também, um incremento das sessões de divulgação, decorrente dos nem sempre perceptíveis objetivos inerentes aos regulamentos e da necessidade de simplificar procedimentos.

No que diz respeito ao quadro comunitário de apoio que irá vigorar até 2020, a CCDRC elaborou um Plano de Ação Regional, no sentido de preparar uma estratégia de desenvolvimento regional para o futuro da Região Centro. O Plano foi elaborado tendo em conta a mobilização ativa dos cidadãos e dos agentes locais, sub-regionais e regionais, representando um envolvimento ativo de mais de 300 entidades e 700 pessoas. Nessa aceção é defensável que a CCDRC visou a promoção da territorialização e da transversalização das políticas públicas, conceitos que importa explicitar, por estarem fortemente presentes nas linhas estratégicas da Política de Coesão para 2014-2020.

De acordo com Figueiredo (2010, p. 5-6), a territorialização das políticas públicas é a conceção e implementação de programas e projetos com impacto territorial relevante, cujas prioridades de intervenção são definidas em função de quadros estratégicos formulados para o território-alvo, com participação, formal ou informal, na sua elaboração de instituições e atores identificados com tal território. Enquanto que a transversalização de políticas públicas é a integração concertada de atuações da administração pública aos seus vários níveis, seja através do reforço de parcerias institucionais, seja através da geração de projetos complementares e sinérgicos ou em cogestão.

No contexto Nacional, a Região Centro incorpora 100 Concelhos, com diferentes níveis de desenvolvimento (38 de competitividade, 18 de transição e 44 de coesão), a que corresponde uma área de 28.199 km², a segunda maior ao nível das NUTS II de Portugal.

No que se refere à organização da Região Centro, em termos sub-regionais, importa sublinhar a reconfiguração geográfica, dando origem a um novo retrato de espaços e dinâmicas sub-regionais, com a redução de 12 para 8 NUTS III. Paralelamente, a Comunidade Intermunicipal (CIM) com menor número de Municípios associados é a CIM da Beira Baixa, contando com 89 mil habitantes; diver-

samente, a CIM Região de Coimbra congrega o maior número de Concelhos (19) e é a mais populosa, no contexto Nacional com aproximadamente 460 mil habitantes.

Do Plano de Ação Regional consta a estratégia assumida para o período de 2014-2020, pela aplicação de um modelo assente em pressupostos de uma Competitividade Responsável, Estruturante e Resiliente (CRER). Representam prioridades nucleares da estratégia Regional: sustentar e aumentar a criação de valor; estruturar uma rede policêntrica de cidades de média dimensão; gerar, captar, e reter talento; reforçar a coesão territorial; dar vida e sustentabilidade às infraestruturas existentes e consolidar a capacitação institucional. Pretende-se que estas prioridades venham a ser alcançadas através de 5 eixos de atuação: promoção da internacionalização da economia regional e a afirmação de um tecido económico resiliente, industrializado, inovador e qualificado; reforço do potencial humano e da capacitação institucional das entidades Regionais; fortalecimento da coesão social e territorial, potenciando a diversidade e os recursos endógenos; consolidação da atratividade e a qualidade de vida nos territórios e afirmação da sustentabilidade dos recursos e a descarbonização (CCDRC, 2013).

Um olhar crítico sobre o Plano de Ação Regional e sobre quais serão os desafios da Política de Coesão para 2014-2020 pressupõe uma reflexão sobre se a recomposição geográfica de algumas Comunidades Intermunicipais irá produzir a consistência necessária para a criação de verdadeiras dinâmicas sub-regionais, numa ótica de territorialização de políticas públicas, uma vez que a ação das comunidades no QREN resultou mais num somatório de projetos de índole municipal do que propriamente na assunção de uma estratégia de cariz supramunicipal, pautando-se pela fraca coesão intra regional e reduzida autonomia de atuação das Comunidades face à CCDRC. Simultaneamente, ganha relevância avaliar se o processo de reorganização do território que permitiu a criação

da maior Comunidade Intermunicipal, em termos populacionais, a nível Nacional, a Região de Coimbra que congrega territórios com características tão difusas e com níveis de desenvolvimento heterogéneos, irá permitir alavancar positivamente os municípios integrantes e atenuar as assimetrias interconcelhias.

Não obstante o Plano contemplar um diagnóstico e a identificação dos principais constrangimentos da Região Centro, ficou por apresentar de forma mais sólida, sistemática e consistente os resultados do atual quadro comunitário. Com efeito, não se articula tão intensamente quanto necessário de que forma se pretende dar sustentabilidade e dinamização a uma orientação marcada excessivamente na expansão de infraestruturas.

De realçar, contudo, o destaque à valorização do princípio da diferenciação territorial, designadamente a valorização dos recursos endógenos, especialmente relevantes nos territórios de baixa densidade e que têm permitido alcançar uma maior competitividade de base local.

A elaboração do Plano de Ação Regional favoreceu a criação de sinergias entre diversos agentes da Região, muitos deles de cariz público, imprimindo transversalização no desenho do programa estratégico. Contudo, para que as prioridades nucleares do Plano sejam alcançadas, as Administrações Públicas terão de abandonar a fragmentação de estratégias e deverão ser lançadas as bases de um debate em torno de um processo de regionalização inerente à concretização de um Plano de âmbito tão abrangente e multidisciplinar.

Conclusões

A Política de Coesão para o período de 2014-2020 lançou indiscutivelmente para o debate público novas abordagens na aplicação dos fundos comunitários, nomeadamente a concentração de recursos, a monitorização e avaliação do impacto e o reforço da coesão territorial.

A Política de Coesão terá um cariz marcadamente territorial e transversal de aplicação das políticas públicas para alcançar os objetivos da Europa 2020 para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

A nível da Região Centro (NUTS II), a CCDRC, enquanto entidade responsável pela gestão do Programa Operacional a nível Regional, visou criar uma dinâmica de reflexão mobilizando diversos agentes regionais a dar contributos para a criação de um Plano de Ação Regional.

Se por um lado o Plano de Ação Regional 2014-2020 favoreceu a territorialização das políticas públicas ao envolver um conjunto alargado de entidades e de personalidades na conceção de uma estratégia para o território-alvo da Região Centro, é extemporânea a análise da transversalidade das políticas públicas, não sendo possível avaliar o grau de integração da atuação dos organismos públicos, uma vez que a recolha de contributos ultrapassou largamente a esfera das atribuições e competências da entidade que promoveu a elaboração deste Plano.

Referências bibliográficas

- Mateus A. e Associados, Sociedade de Consultores, L.da (2013). *Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região de Coimbra (2014-2020)*. Coimbra.
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (2013). *Competitividade Responsável, Estruturante e Resiliente (CRER 2020), Plano de Ação Regional 2014-2020 (Versão de trabalho)*. Coimbra.
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (2012). *Mais Centro. Programa Operacional do Centro. Relatório Anual de Execução 2012*. Coimbra.
- Comissão Europeia (2013). *Avaliação do Programa Nacional de Reformas de 2013 e do Programa de Estabilidade de Portugal, Documento de Trabalho dos Serviços da Comissão*.
- European Commission (2013). *The Programming Period 2014-2020, Guidance Document on Monitoring and Evaluation - European Regional Development Fund And Cohesion Fund, Concepts and Recommendations*.

- Figueiredo, A. (2010). *Territorialização de Políticas Públicas e Monitorização Estratégica do QREN*. Quaternaire Portugal.
- Pires, Luís (2013). *Política de Coesão da UE 2014 – 2020. Propostas da Comissão Europeia*.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2013, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 96, de 20 de maio de 2013.
- Fernandes, J. M. F. (2013). *Fundos Europeus 2014/2020, IFSC/Manual do Autarca*.
- Mateus, A. (2013). *A economia, a sociedade e os fundos estruturais – 25 Anos de Portugal Europeu*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Porto, M. (2001). *Teoria da Integração e Políticas Comunitárias*. 3.ª ed. Coimbra: Almedina.
- Porto, M., & Costa, J., & Nijkamp, P. (2013). *A política regional na União Europeia. Compêndio de Economia Regional*. Vol. I, teoria, temáticas e políticas. Cascais: Princípia.

(Página deixada propositadamente em branco)

POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS EM PORTUGAL

Isabel Moio

FPCEUC

ORCID 0000-0001-7077-4966

Resumo: Através da revisão das principais mudanças de paradigma que se repercutem na redefinição do papel do Estado na regulação da educação, são descritos os três principais modelos. Todas estas mudanças influenciam a imagem da escola, perdendo esta entidade o monopólio na certificação de saberes, passando a predominar um paradigma baseado nas competências. Analisar-se-á a redefinição do papel dos municípios portugueses na esfera educativa no sentido da sua autonomia e da construção de uma verdadeira “cidade educadora”.

Palavras-chave: Estado; Governação; Aprendizagem ao longo da vida; Território; Valorização do local.

Abstract: Through the review of the major paradigmatic changes that affect the redefinition of the role of the state as to regulating education, we describe the three main models. All these changes affect the image of the school, with this entity losing the monopoly on certification and passing knowledge and with the dominance of a paradigm

based on skills. We shall be analyzing the redefinition of the role of Portuguese Municipalities in the educational sphere in the sense of autonomy and building of a true “Educating City”.

Key-words: State; Governance; Lifelong learning; Territory; Valorizing the learning locally built.

“Não há como a força do Estado para garantir a liberdade dos seus membros”

Jean Jacques Rousseau

1. Do modelo de Estado Educador ao conceito de governação na regulação da educação

Desde o final do século XIX tem-se assistido a mudanças de paradigma que se repercutem na redefinição do papel do Estado na regulação e na gestão da educação, sendo possível identificar três modelos, que se filiam em lógicas e objetivos diferentes, em função do contexto sociopolítico e socioeconómico em que se circunscrevem: Estado Educador, Estado Desenvolvimentista e Estado Regulador ou Avaliador. Passa-se, assim, de uma mera função de controlo para uma missão de supervisão, refletindo-se estas mudanças na forma como se concebe a escola e se pratica a educação, apelando ao contributo de diversos atores para além dos tradicionais, num verdadeiro espírito de partilha e de rede.

1.1. Diferentes conceções de Estado: da função de controlo à de supervisão

“A evolução do sistema educativo português tem sido marcada, ao longo das últimas décadas (...), por um conjunto diversificado de reformas, muitas vezes contraditórias, que se sucedem ao ritmo da mudança dos partidos políticos que estão no governo e, muitas vezes, dos próprios ministros, independentemente das forças políticas que representam” (Barroso, 2006, p. 43). Tais reformas têm lugar no contexto político, económico e social que define os diferentes

momentos históricos, não apenas dentro do terreno nacional, mas atendendo também às forças internacionais que o contaminam e que sobre ele exercem influência. A retórica do mercado surge como um instrumento legitimador das políticas educativas e as mutações sinalizadas na natureza e na configuração do Estado expressam-se, segundo Charlot (1994), em diferentes concepções, como consta no Quadro 1.

Quadro 1. Diferentes modelos de Estado, lógicas e objetivos subjacentes

	Estado Educador	Estado Desenvolvimentista	Estado Regulador
Contextualização	Século XIX e 1. ^a metade do século XX	Décadas de 60 e 70 do século XX	Desde a década de 80 do século XX
Lógica subjacente	Político-cultural	Económica	Gestionária
Objetivo	Integração social	Inserção profissional	Inclusão social

Fonte: Charlot (1994, pp. 27-44).

Charlot (2007, p. 129) afirma que já “antes da Segunda Guerra Mundial, o Estado, na sua relação com a educação, permanece um Estado Educador: pensa a educação em termos de construção da nação, paz social, inculcação de valores”. Desta forma, este modelo de Estado tem subjacente uma lógica político-cultural, na medida em que o fim da educação não consiste no desenvolvimento económico nem na formação profissional, mas sim na integração social dos cidadãos.

Segundo Charlot (1994), a ação do Estado é política, filosófica, moral e cultural e não se baseia em postulados económicos. Neste

sentido, o papel do sistema educativo passa pela socialização e pela transmissão de valores e cultura que permitem a integração dos sujeitos no todo social. Não existe espaço para o “local” nem para a diversidade porque o objetivo consiste em estabelecer uma cultura comum, ou seja, criar uma Nação e desenvolver o sentimento de pertença à mesma. No contexto português, é possível fazer corresponder a este modelo a época marcada pelo regime salazarista, tendo a expressão “Deus, Pátria, Família” sido veículo de valores que ditavam a identidade nacional.

O Estado Desenvolvimentista tem subjacente uma lógica económica – *“a la logique politico-culturelle de l’État éducateur succède la logique économique d’un État «développeur»*” (Charlot, 1994, p. 30). Assim, a partir dos anos 50/60 do século XX tecem-se os caminhos conducentes à construção de um Estado-Providência que se assume como Estado Desenvolvimentista. Este, de um modo claro ou disfarçado, comanda o crescimento económico e coloca a educação ao serviço do desenvolvimento. Esta política encontra um amplo consenso social devido ao facto de gerar novos empregos qualificados, bem como por satisfazer as classes médias e despertar esperança nas classes menos favorecidas (Charlot, 2007). No entanto, Gagneur e Mayen (2010) consideram que a relação entre o desenvolvimento pessoal e o desenvolvimento económico não é imediata.

Nas sociedades ocidentais, por volta dos séculos XIX e XX, *“o estado tornou-se mesmo no eixo organizador do social e do individual, e durante o período áureo do Estado-Providência as questões da emancipação são quase totalmente entregues à regulação estatal”* (Magalhães & Stoer, 2006, p. 23). Para Afonso (1997) existe um relativo consenso, entre os autores portugueses que têm analisado estas questões, de que o Estado-Providência em Portugal só se acentuou após o 25 de Abril de 1974. Porém, foi acusado de ineficácia, o que conduziu ao seu declínio, traduzindo-se no reaparecimento do pensamento neoliberal e neoconservador nas arenas políticas e ideológicas.

Na década de 80 do século XX, o Estado Desenvolvimentista deu lugar ao Estado Regulador, que remete também para lógicas económicas, mas de um modo diferente do que caracterizou os anos 60 e 70 do mesmo século; ingressa-se, a partir deste momento, na época da qualidade e da globalização (Charlot, 2007). Este autor refere que já no final da década de 60 surgiram indícios de uma crise – que se ampliou e evidenciou na década seguinte –, conducente a uma reestruturação do sistema capitalista internacional, designada por globalização e, ainda, a novos contextos, sendo de salientar: *a)* lógica de qualidade, eficácia e diversificação (pois face à concorrência nos mercados internos e internacionais, é preciso produzir mercadorias e serviços cada vez mais atraentes pela sua qualidade e preço, recorrendo a máquinas e a processos cada vez mais eficazes); *b)* recuo do Estado (uma vez que a concorrência entre empresas e a procura para mercados mais amplos induzem fenómenos de concentração económica e beneficiam multinacionais, além de que as novas lógicas impõem formas de descentralização e de territorialização).

Ao contrário dos dois modelos anteriores, o Estado Regulador ou Avaliador preocupa-se com o “local”. Por isso, a lógica dominante prende-se com a gestão da diversidade e a ênfase passa a incidir na qualidade: *“as lógicas da qualidade, da eficácia, da territorialização apareceram na década de 80, que foi também a década em que se desenvolveu a globalização, mas não nasceram desta”* (Charlot, 2007, p.129). Ferreira e Seixas (2006) reforçam esta ideia, afirmando que o realce daqueles conceitos (bem como dos de eficiência, avaliação, racionalização e responsabilização) traduz uma nova conceção de escola e do papel do Estado relativamente aos sistemas educativos.

A política de descentralização da administração e do controlo educacionais pode assumir manifestação através de diversas estratégias, tais como: dispersão de poderes pelos vários parceiros sociais, delegação e transferência de competências para as regiões,

desconcentração regional, autonomia institucional e introdução de lógicas com maior incidência no mercado enquanto pedra basilar.

Assim, a redefinição das funções do Estado tem implicações sob o ponto de vista educativo, na medida em que se verifica a progressiva desresponsabilização do poder central perante a pressão neoliberal (Morgado, 2007). O Estado adota, por conseguinte, uma função de supervisão e, segundo Magalhães (2001, p. 127), *“a concepção política na base do modelo de supervisão estatal assume, ora implícita ora explicitamente, que a coordenação do sistema deve ser feita por leis ou por regras do tipo das da auto-regulação das instituições, opostas à regulação pela administração central”*. É neste cenário que se repositionam as relações entre o Estado e a sociedade, passando-se, então, de um modelo de controlo para um modelo de supervisão.

1.2. O binómio Estado-Mercado como regulador da Educação

Não se pode reduzir a análise da regulação em educação a uma simples passagem ou escolha entre a regulação pelo Estado e a regulação pelo Mercado, uma vez que *“não é possível combater as «falhas» do estado com o reforço do mercado, nem as «falhas» do mercado com o reforço do estado. (...) O problema não é de «mais» ou «menos» Estado, mas de um «outro» Estado”* (Barroso, 2006, p. 60). Mercado e Estado são dois termos fundamentais na definição do quadro conceptual do neoliberalismo, sendo a noção de mercado a pedra angular da tendência neoliberal, a qual se identifica com os princípios da privatização, da globalização e da livre escolha. No entanto, a relação “mais mercado / menos Estado” não tem aplicação direta no contexto educativo – optando-se pela referência a “quase-mercado” –, pois o mercado não existe em forma pura, havendo sempre um elemento ou controlo governamental sobre ele.

Como tal, o Estado Regulador encontra-se associado a uma estratégia aparentemente paradoxal, na medida em que combina uma intensificação da intervenção do Estado na educação (neoconservadorismo) com uma mercantilização e privatização dos sistemas educativos (neoliberalismo). É possível delimitar, por isso, o contorno de duas correntes principais – neoconservadora e neoliberal –, que espelham um cenário ideológico híbrido, dando lugar a políticas aparentemente contraditórias. A reemergência do neoliberalismo apresenta-se como uma estratégia viável para a modernização da sociedade, que tem vindo a ser reforçada pela globalização e pela mundialização. Esta redefinição das funções do Estado tem implicações em termos educativos, na medida em que se verifica a progressiva desresponsabilização do poder central perante a pressão neoliberal, assumindo o Estado uma função de supervisão. Surge, então, uma nova forma de regulação estatal: *“não pode deduzir-se que a presença do Estado diminuiu, mas que a regulação estatal está a assumir uma dimensão e uma latitude diferentes”* (Magalhães, 2001, p. 131).

A designação de “hibridismo” contribui para acentuar o carácter plural e misto das reformas educativas, dos seus pressupostos, das suas orientações e dos seus procedimentos. Por conseguinte, essa mesma designação conduz a repensar o binómio Estado-Sociedade, emergente no século XIX, associado às conceções binárias centralização/descentralização, objetivo/subjectivo, global/local, educação/formação. *“De um modo geral, pode dizer-se que coexistem, nos diferentes países (e no mesmo país, em diferentes momentos) estratégias de regulação, desregulação, privatização, recentralização, descentralização, autonomia e controlo, mas os referenciais destas estratégias têm, por vezes, sentidos diferentes (em função dos países, das ideologias políticas, dos interesses convocados) e exercem-se em domínios distintos”* (Barroso, 2006, pp. 55-56). Lamanthe (2010, p. 37) reforça esta ideia afirmando

que *“les dynamiques économiques territoriales sont diversifiées dans leur ensemble et sur un même territoire”*.

Para Barroso (2006, p. 61), a tentativa de superar a dicotomia entre o papel do Estado e o do Mercado *“através de novas formas de governo da coisa pública e de coordenação da acção social está na origem da difusão, na ciência política, na ciência económica e nas ciências sociais em geral, de um novo conceito, de origem inglesa de «governance»”*.

1.3. Governação: uma nova designação, uma nova direção

Se durante muito tempo se considerou que o Governo estaria “acima” de tudo e que tudo coordenaria, tal perspectiva começou a revelar lacunas a partir do momento em que se verificou o acumular de políticas governamentais fracassadas (Lima, 2007). Passou, então, a ser *“nítida uma certa evolução na linguagem, privilegiando-se conceitos como qualidade, eficiência e eficácia, responsabilização, clientes e contratos”* (Ferreira & Seixas, 2006, p. 270). Lima (2007) afirma que a nova filosofia de funcionamento (inspirada no ideal «menos estado, melhor estado», induzindo processos de privatização, desregulação estatal e descentralização) teve maior impacto nos EUA e no Reino Unido e essas mesmas tendências não se fizeram sentir de forma tão imediata e direta nos governos da Europa continental. Fruto destes desenvolvimentos, evidenciaram-se as interdependências entre os governos e inúmeros atores sociais e o conceito de “governação” conheceu um relevo crescente (Lima, 2007). Começa a apelar-se, portanto, à intervenção da sociedade civil, bem como ao contributo de outros agentes e atores sociais para além do Estado. No entanto, Ferreira e Seixas (2006) referem que, se por um lado a educação é considerada como um bem que diz respeito a todas as pessoas,

por outro lado também é reforçada a necessidade de prestação de contas, responsabilização e gestão racional de todo o sistema.

Atualmente, tanto ao nível dos líderes de organizações educativas, como no que se refere à própria governação da educação, colocam-se questões relacionadas com a interação com entidades múltiplas (Lima, 2007). Como se depreende pelas mudanças no papel do Estado no que concerne à regulação da educação, este deixa de deter o monopólio de atuação. Nesta lógica, outro termo que tem concentrado a atenção de quem incide a sua reflexão sobre as transformações ocorridas nas estruturas organizacionais e nos processos de tomada de decisão, é o de rede, pois esta tem-se assumido como uma metáfora omnipresente e suscetível de descrever muitos aspetos da vida contemporânea, além de poder ser interpretada como uma estratégia alternativa de governação e de coordenação da ação social (Thompson, 2003). Parceiros sociais, autonomia, flexibilidade, diversidade, cooperação, competitividade e excelência são alguns dos termos que se interligam com as características de rede enquanto forma de conexão entre os diversos intervenientes.

Lima (2007, p. 166) afirma que *“o abandono da concepção central do governo enquanto função assegurada exclusivamente pelo Estado central, em favor de uma actividade de coordenação da vida social garantida por múltiplas entidades, de forma descentralizada e até autónoma, está associado ao crescente uso do conceito de «governação», que não é tido como sinónimo de governo, mas antes utilizado para sinalizar uma mudança no significado do governo”*. Associada a uma abordagem e conceção de natureza mais qualitativa, esta designação vem, assim, enfatizar mais os processos do que as estruturas formais e hierarquicamente constituídas.

Além disso, a governação, sendo entendida num sentido mais lato do que o do governo, pode ser definida como o conjunto de mecanismos, de processos, de relações e de instituições através

dos quais os múltiplos atores articulam os seus interesses e medeiam as suas diferenças, tendo em consideração que uma forma de desenvolver e assegurar estas tarefas é através da organização em rede. Esta abordagem, assumindo-se mais otimista, sublinha as limitações da ação governamental e defende que já não existe uma única entidade soberana, mas sim uma multiplicidade de atores (Lima, 2007). Os seguintes princípios coadunam-se, portanto, com os pressupostos fundamentais do modelo de Estado Regulador ou Avaliador: educação para todos, qualidade e equidade, responsabilidade, participação e negociação (Ferreira & Seixas, 2006).

2. “Da escola” para “ao longo da vida”

Todas as mudanças registadas na evolução dos modelos de Estado e nas estratégias de regulação da educação exercem influência na forma como é concebida a imagem da escola. Mais do que uma invenção histórica, esta estrutura representa uma forma de socialização que, com a massificação do ensino, se torna hegemónica, podendo-se distinguir três mutações nos últimos anos – “Escola das Certezas”, “Escola das Promessas” e “Escola das Incertezas” – que podem relacionar-se com cada um dos modelos do Estado e que anunciam a perda de monopólio por parte da escola na certificação de saberes e de conhecimentos.

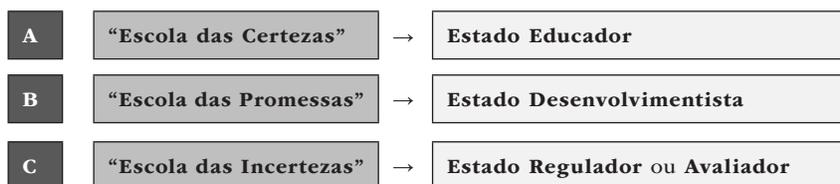
2.1. Dentro e fora da escola: do espaço institucional à valorização do não formal

Barroso (2006, p. 43), defendendo que *“a maioria da investigação e dos estudos produzidos sobre a história recente do sistema educativo português têm privilegiado a análise das reformas, dis-*

cutindo as suas orientações e motivações”, propõe uma abordagem diferente – enfatizar o significado de tais mudanças “*no quadro de uma evolução dos processos de coordenação e administração das políticas e da acção educativa*” (*ibidem*). Na realidade, tão ou mais importante do que analisar qualquer tipo de reforma, é compreender o seu contexto e a sua direcção.

Ao definir “escola”, Canário (2005, p. 61) refere que “*estamos em presença de uma invenção histórica, contemporânea de dupla revolução industrial e liberal (...); uma nova forma de socialização (escolar) que progressivamente viria a tornar-se hegemónica*”. Ainda segundo este autor, podem distinguir-se três mutações da escola nos últimos anos, devido à influência de três momentos históricos distintos e, por isso, podem ser associadas a cada um dos modelos do Estado (cf. Figura 1):

Figura 1. Paralelismo entre as diferentes imagens da Escola e os modelos do Estado



Fonte: Canário (2005).

A) “Escola das Certezas” ↔ Estado Educador

A “idade de ouro” da escola situa-se no período histórico entre a Revolução Francesa e o fim da Primeira Guerra Mundial, correspondendo, por um lado, a uma fase de “*harmonia entre a escola e o seu contexto externo e, por outro, a um período de harmonia*

e coerência internas entre as suas diferentes dimensões” (Canário, 2005, p. 63-64). No que se refere ao plano externo, a escola associa-se à produção de uma nova ordem política (subtração à Igreja da tutela do ensino, através da criação de um sistema nacional de escolas), social (através de uma nova construção social e de uma urbanização e proletarização aceleradas) e económica (as sociedades rurais dão lugar a sociedades industrializadas).

B) “Escola das Promessas” ↔ Estado Desenvolvimentista

O período posterior à Segunda Guerra Mundial (1945-1975) é marcado pelo crescimento exponencial da oferta educativa escolar, contribuindo para isso o aumento da procura. A explosão escolar e a democratização do ensino levam à transformação da escola elitista numa escola de massas. Charlot (2007) refere que a ambição é construir a escola de nove anos, favorecendo a sua massificação, com efeitos de reprodução social, mas também de democratização. A expansão dos sistemas escolares associa-se a uma grande euforia, otimismo e promessas de desenvolvimento, mobilidade social e igualdade (de acordo com as teorias do capital humano, o investimento na educação traria benefícios em termos coletivos e individuais e esse investimento seria o responsável pelo desenvolvimento).

C) “Escola das Incertezas” ↔ Estado Regulador ou Avaliador

Da euforia passa-se à decepção, na medida em que a escolarização de massas não desencadeou os efeitos desejados nem dissolveu o fosso que separava os países desenvolvidos dos subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento. Assim, a previsibilidade dá lugar à incerteza, quer em relação à escola, quer em relação ao mercado de trabalho.

O Estado nacional começa a ver recuado o seu papel devido ao processo de integração supranacional (com a constituição da União Europeia, por exemplo), ao surgimento de grupos económicos internacionais e de fenómenos de regulação transnacional, regulação nacional e microrregulação local (Barroso, 2006). Neste contexto, assiste-se a um processo de desvalorização dos diplomas, decorrente do efeito entre a expansão dos sistemas escolares e as transformações no mundo do trabalho, o que reforça a discrepância entre diplomados e os empregos correspondentes.

A dinâmica destas mudanças traz novos problemas materiais e financeiros, bem como ao nível pedagógico, pois *“espalhou-se a ideia de que se abriu a escola para o povo, sem que mudasse a escola”* (Charlot, 2007, p. 130).

Canário (2005) refere que as últimas décadas de estudos permitem constatar que a prática e a investigação no domínio da educação trouxeram outras modalidades educativas não escolares (o que permite analisar de um ponto de vista crítico a forma estritamente escolar e interrogá-la), em especial no que concerne ao campo da animação e da formação de adultos. Os trabalhos de Cármen Cavaco e de Mirna Montenegro (ambos de 2002), de Albertina Oliveira (2005) e de Rossana Barros (2011) são alguns exemplos de investigação sociológica que contribuem para compreender o modo como os adultos se formam a partir de uma via experiencial.

Efetivamente, a aprendizagem e o desenvolvimento dos adultos não ocorrem apenas nos espaços e nos tempos formais e institucionalizados de educação e formação; eles aprendem e desenvolvem os seus saberes e competências numa multiplicidade de situações e de contextos (formais, não formais e informais) que fazem parte das suas trajetórias de vida. As metodologias de reconhecimento, validação e certificação de competências adquiridas ao longo da vida ajustam-se a este cenário e encontram suporte, em termos teóricos, segundo Pires (2004), em alguns elementos de referência

decorrentes das abordagens sobre a educação de adultos, nomeadamente: a aprendizagem é um processo que integra variáveis afetivas, relacionais, cognitivas, socioculturais, sensoriomotoras e experienciais; a aprendizagem e a experiência são interdependentes; os saberes e as competências adquiridas através da experiência e de contextos não formais têm valor pessoal, social e profissional, sendo necessário que, para tal, adquiram visibilidade (pois, frequentemente, são tácitos e implícitos). Para o autor (2004, p. 82), *“a implementação de sistemas de reconhecimento e validação das aprendizagens que os adultos vão construindo à margem dos sistemas formais de educação/formação tem como finalidade promover a visibilidade destas aprendizagens informais, experienciais, e atribuir-lhes um «valor de uso», tanto na esfera educativa como social e profissional”*.

Assim, a passagem de um paradigma incidente na qualificação para um paradigma baseado na competência leva a equacionar o papel da escola sob um prisma diferente, fazendo-a perder o monopólio no que à certificação de conhecimentos diz respeito.

2.2. A aprendizagem ao longo da vida como ferramenta na era da globalização

Na sociedade do conhecimento, a partir da década de 90 do século XX, com o apanágio da globalização, segue-se um rumo que se distancia da filosofia das décadas de 60 e 70, durante as quais se acentuava a expansão e a massificação do ensino, de forma a responder à necessidade de democratização e ao aumento de qualidade que o processo de modernização e desenvolvimento da sociedade e da economia portuguesa requeriam.

Os efeitos do massivo fenómeno da globalização não pouparão para sempre o campo da aprendizagem, na medida em que também

neste exercerá influência e terá repercussões, pelo que o investimento mais valioso é o conhecimento.

Ao passo que se impõem novas lógicas socioeconómicas e se reduz o envolvimento direto do Estado nos assuntos económicos, *“diminuem as taxas de importação, abrem-se as fronteiras [a novos fluxos de bens, serviços, capital, tecnologia e ideias], estende-se a integração entre economias de vários países, integração essa que se realiza numa lógica neoliberal e que constitui a própria globalização”* (Charlot, 2007, p. 131). Este é, assim, um processo gerido em função da crescente interdependência das economias e das culturas e da gradual convergência das ideologias e das políticas advogadas pelos diferentes países.

Osorio (2003) afirma que o mercado de trabalho exige mão-de-obra não só mais qualificada, como também em constante atualização, de forma a adaptar-se mais facilmente às rápidas mudanças que se desencadeiam em todos os domínios. Charlot (2007, p. 131) corrobora esta necessidade afirmando que *“as novas lógicas requerem trabalhadores e consumidores mais formados e qualificados, quer para produzirem mercadorias ou serviços, quer para utilizá-los. Não se trata apenas de desenvolver competências técnicas novas, mas também de aumentar o nível de formação básica da população”*. Por isso, um dos efeitos da globalização consiste no aumento do nível educativo mínimo necessário para garantir a inclusão social e laboral, o que, por conseguinte, torna as sociedades mais competitivas (Bonal, 2006).

É evidente a sensação de que a universalização do ensino secundário já não é um objetivo suficiente para responder às exigências impostas pela sociedade, sendo necessário mobilizar esforços rumo à Educação e Formação ao longo (e em todos os espaços) da vida. Para Bonal (2006), esta necessidade premente de maior escolarização encontra-se relacionada com as qualificações das pessoas (competição pelos postos de trabalho pelos sujeitos

com maior nível educativo) e com a polarização das remunerações (uma vez que a transformação dos mercados conduz ao binómio: “mais elevada qualificação – maior remuneração”).

Numa primeira instância, e em sintonia com as teorias do capital humano, o investimento na educação traria retorno pessoal a longo prazo; neste sentido, a importância do investimento nesse capital decorre do seu reconhecido contributo para o crescimento económico, para o emprego e para a coesão social (Mendonça & Carneiro, 2009). No entanto, atualmente as pessoas não podem apenas reger-se pela definição de projetos a longo prazo, pois o mercado de trabalho é uma plataforma demasiado fluida (e quantas vezes instável e precária) para transmitir a alguém a segurança e a certeza de ter um “emprego para a vida”: nada pode ser dado como absoluto como no tempo em que muitas profissões se encontravam enraizadas nas famílias e eram transmitidas de geração em geração, como se se tratasse de um património seguro. A capacidade para aprender ao longo da vida é, cada vez mais, uma estratégia de combate à erosão do saber: tão ou mais importante do que simplesmente saber, é preciso ter a capacidade para transformar informação em conhecimento, conhecimento em competências e mobilizar, adaptar e ajustar as últimas em função do contexto e das circunstâncias.

Mendonça e Carneiro (2009, p. 56) afirmam que um dos objetivos inscritos no quadro da Estratégia de Lisboa é “*fazer da sociedade da informação e do conhecimento uma alavanca para a coesão social e a modernização económica e tecnológica*”. No entanto, para que o espaço europeu se revele realmente competitivo, é necessário transformar os sistemas tradicionais de ensino (reorganizando-os e modernizando-os), devendo isso acontecer em paralelo com um novo paradigma – incidente não apenas nos conhecimentos mas, sobretudo, nas competências. A Educação e a Formação ao longo da vida são os principais desafios da nossa economia e da nossa sociedade, o que implica a adoção de políticas mais incisivas na

melhoria do desempenho de Portugal como forma de aperfeiçoamento, extensão cultural e expansão e diversificação de vias de atualização pessoal e profissional.

A investigação e a reflexão sobre os processos não escolares de aprendizagem permitem construir uma visão teórica sobre a forma como as pessoas aprendem, sendo possível sintetizá-la em três grandes princípios (Canário, 2005): 1) a aprendizagem corresponde a um trabalho que cada sujeito realiza sobre si próprio (por isso, cada sujeito é o principal recurso para a sua aprendizagem); 2) a aprendizagem coincide com o ciclo vital (aprender é algo tão natural como respirar); 3) a aprendizagem é um processo difuso e não formal que coincide com um processo largo e multiforme de socialização.

Num contexto tão fluido como aquele em que nos movimentamos diariamente, onde o desemprego surge, sobretudo para os jovens, como uma constante ameaça (entre situações profissionais provisórias e desinserções periódicas de curta, média ou longa duração), o prolongamento e/ou o investimento nos estudos pode ser interpretado como um refúgio que camufla artificialmente os problemas do desemprego e do subemprego.

Canário (2005, p. 87) coloca a seguinte questão: *“a escola tem futuro?”*. E a resposta pode ser assim equacionada: *“o diagnóstico sobre a situação actual da escola é sombrio. (...) Não é possível adivinhar nem prever o futuro da escola, mas é possível problematizá-lo. Ou seja, é desejável agir estrategicamente, no presente, para que o futuro possa ser o resultado de uma escolha e não a consequência de um destino”* (ibidem). Neste seguimento, o autor identifica três linhas orientadoras da transformação da “escola do futuro”: a) pensar a escola a partir do não escolar, pois grande parte das aprendizagens significativas desenvolve-se informalmente, fora da escola; b) desalienar o trabalho escolar, tentando viabilizar caminhos que permitam transitar do enfado ao prazer; c) pensar a escola a partir de um projeto de sociedade, ou seja, a partir de algo que se deseja constituir como o devir coletivo.

3. Mapeamento da Educação e Formação de Adultos a partir de projetos locais

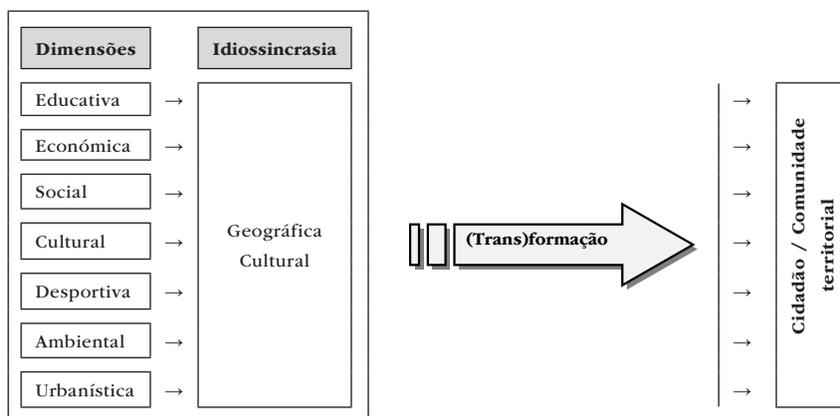
Desde o século XIX tem-se assistido a profundas mudanças paradigmáticas e ideológicas que imprimem no Estado, enquanto decisor central, a rutura com condutas que se revelam inadequadas face às exigências. Ao delegar poderes e responsabilidades, o Estado reforça a liberdade e a autonomia de instâncias hierarquicamente inferiores, aumentando a sua amplitude decisória. Além disso, a globalização também contribui para a perda de peso da instância suprema e o recuo do seu papel justifica-se com base em três processos: nova valorização do local, abertura das fronteiras e constituição de blocos regionais (Charlot, 2007). No entanto, o Estado não deve abster-se radicalmente do exercício das suas competências, devendo “*prover, dentro do interesse público, a educação, nomeadamente para os mais desfavorecidos, e garantir a igualdade de oportunidades de acesso*” (Ferreira & Seixas, 2006, p. 270).

Embora a intenção descentralizadora não seja nova, apenas recentemente tem assumido maior expressão com a redefinição do papel dos municípios portugueses na esfera educativa em aspetos que dizem respeito, por exemplo, à gestão da rede escolar e ao transporte dos alunos. Em todo este complexo processo, o desafio é, porém, muito mais abrangente do que apenas cumprir atribuições resultantes da descentralização administrativa, na medida em que é intuito que o poder local e municipal assumam capacidade na dinamização de projetos educativos locais. O papel dos poderes e das organizações locais é essencial, pois da articulação em rede e do compromisso político entre diferentes parceiros poderá resultar uma sólida eficácia de recursos com o objetivo de “*desenhar planos e propósitos comuns centrados na promoção do potencial endógeno das comunidades locais*” (Valente *et al.*, 2012, p. 9). Piveteau (2010, p. 8) refere, inclusivamente, que “*le territoire est aussi un espace de projet*”. Estes projetos, por sua vez,

devem envolver ativamente novos atores que foram ganhando destaque sobretudo a partir da década de 80 do século XX e que concorrem, também, para a identidade de uma verdadeira cidade educadora enquanto meio educativo envolvente – conceção segundo a qual “o mapa educativo da cidade integra uma série de locais, actividades e agentes que, de forma intencional ou casual, a provê de formação” (Machado, 2005, p. 227) –, mas também como agente e conteúdo educativo. Os desafios encetados pela diluição do poder do Estado na regulação e na gestão das políticas públicas em educação levantam o de conduzir as “comunidades a assumirem-se como comunidades educadoras na qualidade de «nós» e redes de fermentação de cidades educadoras” (Valente *et al.*, 2012, p. 9).

É essencial que o território assuma o seu papel na promoção de formas de desenvolvimento que se deseja sustentado, ou seja, um desenvolvimento que envolva todas as pessoas e integre, de forma harmoniosa, as suas várias dimensões numa perspetiva holística e hodierna de (trans)formação e num compromisso com a idiosincrasia geográfica e cultural (cf. Figura 2), favorecendo o equilíbrio e contrariando a tendência do êxodo.

Figura 2. Relação entre as dimensões do território com o processo (trans)formativo do cidadão e da comunidade.



Guy Jobert, no Editorial do primeiro dos dois números temáticos que a revista *Education Permanente*, em 2010, dedica a este tema, defende que se deve conceber um entendimento de território como promotor de uma intencionalidade coletiva, constituindo-se como um espaço-recurso para a educação, bem como para o desenvolvimento. No seu ponto de vista, *pensar o território* deve significar a tentativa de unir dimensões da vida que, tradicionalmente, surgem dissociadas: a económica e a social, a individual e a coletiva, o imediato e o meio-termo, a educação e a formação de jovens e adultos e a oferta e a procura de emprego.

Planear de forma concertada o desenvolvimento integrado e sustentável, no âmbito de uma determinada comunidade territorial, pressupõe a sua articulação com um projeto de educação e de formação capaz de abranger todos os tempos e os espaços de vida, na apologia de uma aprendizagem contínua e geradora de oportunidades de participação, empenho e mobilização de diferentes atores. Corroborando-o, Piveteau (2010) afirma que os projetos de formação são essenciais na construção e coesão dos territórios, sendo entendidos não apenas como um processo de acumulação de saberes, mas também como um processo de criação de novos saberes. Contudo, não é suficiente que os atores sociais sejam obedientes e respeitadores das regras e das normas hierarquicamente impostas. Mais do que isso – e fazendo um paralelismo com o que postula Gary Hamel na sua analogia à pirâmide hierárquica das necessidades humanas para equacionar uma hierarquia das habilidades humanas no trabalho – é conveniente agir com diligência, demonstrar sentido de iniciativa e espírito criativo e atuar com paixão e envolvimento.

O desenho de políticas de intervenção educativa pressupõe que cada instituição ou programa não seja um sistema fechado e isolado, mas capaz de se interligar numa verdadeira sinergia [*sýn* (cooperação) + *érgon* (trabalho)], em que o todo é maior do que

a soma das suas partes. Se a sinergia é geralmente maior quando a cooperação ocorre entre pessoas com diferentes habilidades (basta, para tal, pensar num modelo empresarial, na divisão do trabalho e no trabalho em equipa), o motivo mais comum que leva as pessoas a cooperar é a própria criação de sinergia.

Considerando que a sociedade adquire identidade através de um processo coletivo e negociado, com inércia e uma visão linear não se construirá um verdadeiro território educador. Urge agir segundo uma lógica de participação e emancipação das populações – traduzindo-se em impactos em toda a comunidade –, pois todos os sujeitos, independentemente do seu nível de qualificação, são potenciais atores das dinâmicas dos territórios onde vivem (Lamanthe, 2010). O desenvolvimento socioeconómico não depende apenas da educação e da qualificação, mas sobretudo da mudança das pessoas e da transformação social. Cada vez mais a política não é uma ação do Estado, mas dos agentes locais e de atores não tradicionais, o que leva a considerar que em vez de “política pública” pode falar-se em “ação pública”. Consta-se uma tendência para as políticas se basearem no conhecimento especializado e os especialistas são, frequentemente, atores locais que através dos seus conhecimentos legitimam a ação. Para tal, é necessário um espaço territorial – promotor e facilitador do trabalho da sociedade civil – onde tudo isto aconteça e uma inversão do sentido das políticas educativas, fazendo-as emergir da base para o topo, numa lógica *bottom-up* (partindo das pessoas, do território, das experiências locais e das comunidades). Por isso, o processo de elaboração e de implementação de projetos educativos locais pretende-se amplamente participado, devendo ser a tradução da vontade de todos os agentes territoriais que se encontram envolvidos numa dinâmica de aproveitamento dos recursos disponíveis e mobilizáveis, de modo a encontrar as melhores estratégias e soluções educativas.

Desenvolvendo-se não apenas em espaços estruturados (escolas profissionais, empresas, associações de desenvolvimento local, Instituições Particulares de Solidariedade Social, fundações, centros de formação, etc.), mas também informais e não formais, as oportunidades de aprendizagem apelam à participação alargada de diversos parceiros, como as famílias, as associações culturais e desportivas, os museus, as bibliotecas, os teatros, as salas de cinema, as exposições e as livrarias. Há lugar, assim, para uma aprendizagem que se caracteriza pela sua vertente contextualizada e experimental, simples e clara, emergente e não programada, presente, aberta e mutável.

A educação é uma das mais importantes ferramentas de valorização pessoal e de qualificação profissional, mas deve ser pensada a partir das idiossincrasias locais, valorizando o que cada cidadão conhece, o que faz, como é e como se inter-relaciona com os seus, numa sintonia com os quatro pilares da educação, abordados no Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, coordenada por Jacques Delors, e publicado sob a forma de livro com o título “*Educação: um tesouro a descobrir*”.

A evolução dos dispositivos de regulação do sistema de Educação e Formação de jovens e adultos em Portugal ocorre no sentido de convocar todos os agentes, levando-os a assumir cada vez mais responsabilidades no seu processo formativo (em função de quem são e dos seus objetivos), visando a construção de uma cidadania informada e ativa. Se até há relativamente pouco tempo o objeto de estudo preferencial da sociologia da educação era a instituição escolar, num contexto mais recente o surgimento de outros territórios e agentes educativos despoletou novas investigações. Apesar de aquela área se ter debruçado, durante muito tempo, essencialmente sobre as questões curriculares, ou seja, “*sobre a análise da selecção, organização e transmissão do conhecimento escolar e seus efeitos sociais*” (Loureiro, 2012, p. 129), existem alguns sinais de

mudança, pois há casos de construção curricular que se afastam do modelo escolar, assentando a sua filosofia na metodologia do balanço de competências. Por exemplo, nos cursos de educação e formação de adultos (cursos EFA), a flexibilidade é tal que permite aos adultos realizar um itinerário diferenciado de acordo com as competências que lhes foram inicialmente reconhecidas. Assim, partindo dos seus contextos de vida e dos seus interesses, é possível desenhar diferentes caminhos formativos.

As políticas públicas adotadas reforçam a pertinência da educação e da formação como um processo coextensivo à duração da vida, ultrapassando os limites meramente escolares e apelando a todos os espaços do território com potencial educador, os quais serão tão mais eficazes na criação de oportunidades de aprendizagem quanto maior for a sua capacidade para a difundir entre todos os protagonistas. Refletir sobre o contributo da educação e da qualificação para a melhoria global das condições de vida requer um permanente questionamento dos discursos e das políticas. Se atualmente ainda se verificam acentuados défices de qualificação, dever-se-á ao facto de o Estado não ter assumido verdadeiramente o seu papel Educador? Se o investimento na educação e na formação não promoveu o desenvolvimento anunciado, significará que o Estado não cumpriu a sua função Desenvolvimentista? Neste seguimento, é legítimo perguntar ainda: face ao cenário de incerteza e precariedade que se vive, às constantes mudanças e exigências socioeconómicas e às evidentes necessidades de qualificação dos cidadãos, estará o Estado a assumir o seu papel efetivamente Regulador e a criar condições para que todos os atores sintam que têm uma palavra? Até onde chega a sua “mão invisível” e o seu “punho de ferro”?¹

¹ [A governação] “distingue-se quer da «mão invisível» de um mercado não coordenado, baseado na prossecução de interesses individuais, quer do «punho de ferro» (escondido muitas vezes em «luvas de veludo») que caracteriza a coordenação

Referências bibliográficas

- Afonso, A. (1997). Para a configuração do Estado-Providência na Educação em Portugal 1985-1995. *Educação, Sociedade & Culturas*, 7, 131-156.
- Barroso, J. (2006). O Estado e a Educação: a regulação transnacional, a regulação nacional e a regulação local. In João Barroso (org.), *A regulação das políticas públicas de educação*. Lisboa: Educa.
- Bonal, X. (2006). «Reconfigurações»: Escola e Estado e Novas Definições de Mudança Social. In Magalhães, A. et al., *«Reconfigurações» - Educação, Estado e Cultura numa época de globalização* (pp. 91-114). Porto: Profedições.
- Canário, R. (2005). *O que é a Escola? Um “olhar sociológico”*. Porto: Porto Editora.
- Charlot, B. (1994). La territorialisation des politiques éducatives: une politique nationale. In Charlot, B. (coord.), *L'école et le territoire: nouveaux espaces, nouveaux enjeux*. Paris: Armand Colin.
- Charlot, B. (2007). Educação e Globalização: uma tentativa de colocar ordem no debate. Texto da conferência proferida na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, a 14 de Junho de 2007. *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, 04, 129-136.
- Ferreira, A.; Seixas, A. (2006), Dimensões ideológicas em discursos político-educativos governamentais produzidos em Portugal nas duas últimas décadas do século XX. In *Estudos do Século XX*, 6, 255-282.
- Gagneur, C-H & Mayen, P. (2010). Les territoires est-il une situation de développement? *Education Permanente*, 184, 63-77.
- Lamanthe, A. (2010). Populations et qualifications, acteurs des dynamiques du territoire. *Education Permanente*, 184, 37-49.
- Lima, J. (2007). Redes na educação: questões políticas e conceptuais. *Revista Portuguesa de Educação*, 20 (2), 151-181.
- Loureiro, A. (2012). “Novos” territórios e agentes educativos em sociologia da educação: o caso da educação de adultos. *Revista Lusófona de Educação*, 20, 123-139.
- Machado, J. (2005). Cidade Educadora e Coordenação Local da Educação. In J. Formosinho, A. S. Fernandes, J. Machado, & F. I. Ferreira (Org.), *Administração da Educação, Lógicas burocráticas e lógicas de mediação* (pp. 225-265). Porto: Edições ASA.
- Magalhães, A.; Stoer, S. (2006). «Reconfigurações»: Igualdade, Diferença e Poder. In Magalhães, A. et al., *«Reconfigurações» - Educação, Estado e Cultura numa época de globalização* (pp. 141-179). Porto: Profedições.
- Mendonça, M.; Carneiro, M. (2009). *Análise da Iniciativa Novas Oportunidades como acção de política pública educativa* (1.ª ed.). Lisboa: Agência Nacional para a Qualificação, I.P.

estatal, conduzida de modo imperativo de cima para baixo” (Jessop, 2003, citado por Barroso, 2006, p. 62).

- Morgado, J. (2007). Globalização, Ensino Superior e Currículo. In Pacheco, J. *et al.*. *Globalização e (Des)igualdades: desafios contemporâneos* (pp. 61-72). Porto: Porto Editora.
- Osorio, A. (2003). *Educação Permanente e Educação de Adultos*. Lisboa: Editorial Ariel.
- Piveteau, V. (2010). Territoire-formation-développement: un triptyque à revisiter par temps changeants. *Education Permanente*, 185, 7-12.
- Pires, A. (2004). O reconhecimento e a validação das aprendizagens dos adultos: contributos para a reflexão educativa. *Trajectos – Revista de Comunicação, Cultura e Educação*, 4, 81-89.
- Thompson, G. (2003). *Between Hierarchies & Markets: the logic and limits of network forms of organization*. Oxford: Oxford University Press.
- Valente, A. *et al.* (2012). *Aprendizagem ao longo da vida: um desafio para comunidades educadoras – uma proposta de atuação* (1.ª ed.). Lisboa: Agência Nacional para a Qualificação, I.P.

ENSINO DE ESTRATÉGIAS PARA A COMPOSIÇÃO ESCRITA DO TEXTO ARGUMENTATIVO

Maria Prata

FPCEUC

ORCID 0000-0002-3908-4198

Resumo: Este estudo testa a eficácia de dois métodos distintos para promover o desenvolvimento lexical e a criação de ideias. O grupo experimental será instruído, de forma explícita e direta, na exploração de textos quanto ao vocabulário e às ideias, através de práticas colaborativas. O programa de ensino de estratégias para a escrita do texto argumentativo iniciou-se em outubro de 2013 e decorre, paralelamente, em quatro escolas do Ensino Básico de Coimbra.

Palavras-chave: Estratégias de escrita e de autorregulação; Texto argumentativo; SRSD; Formação de professores; Ensino de Português.

Abstract: The experiment with 9th graders is testing the effectiveness of two strategy-focused programs that aim at enhancing the variety of words and the generating ideas in order to improve the writing of persuasive texts. Thereby the 141 students of the experimental group will be taught

in a special way for developing ideas in collaborative settings. The Project “Learning strategies for persuasive writing” began in October 2013 and is currently running at 4 middle schools of Coimbra.

Key-word Writing und self-regulated strategy; Persuasive text; SRSD; Teacher instruction; Portuguese instruction.

Introdução

Saber compor textos é uma habilidade requerida em diversas disciplinas do ensino formal. Ela perpassa os currículos escolares, é imprescindível para se aprender, para se consciencializar e estruturar o que se aprendeu e para se verificar as aprendizagens em situações avaliativas (Carvalho, 2005). É uma tarefa que tem lugar tanto na vida profissional como na vida social; através da escrita, expressamos as nossas opiniões e sentimentos, comunicamos e partilhamos. Ela permite-nos compreender a vida e a nós próprios (Kellogg, 1999).

Os relatórios oficiais publicados pelo Ministério da Educação sobre o desempenho dos alunos portugueses na área da escrita textual constataam défices estruturais que atravessam a escolaridade obrigatória e permanecem até ao ensino superior (GAVE, 2011; Sousa, 2011). Com efeito, os textos escritos pelos alunos caracterizam-se, em regra, pela pobreza de léxico e de conteúdos, por incorreções ortográficas e sintáticas e por não satisfazerem os requisitos de composição referentes à tipologia textual a que supostamente correspondem. Podemos afirmar que a eficácia dos textos redigidos em contexto escolar fica muito aquém do estabelecido nas metas curriculares do ciclo de ensino que os seus autores frequentam (GAVE, 2011). As origens destas lacunas, comuns também em textos de alunos de outros sistemas educativos (Harris et al., 2008), têm sido abordadas pela literatura especializada.

Entre as causas fundamentais para os resultados mencionados, Albuquerque (2002) denuncia o ensino facultado na disciplina de Português por este não privilegiar aspetos que promovam as capacidades cognitivas dos alunos. Nesta linha de pensamento, Vieira (2010) menciona a degradação do ensino desta disciplina em virtude das orientações pedagógicas e das decisões políticas

sobre a escola; estas, tendo em vista resultados estatísticos indicadores do sucesso do nosso sistema educativo, têm desvirtuado os conteúdos cognitivos e preferido estratégias de facilitação quanto aos objetivos e práticas de aprendizagem. Em particular, no que diz respeito à composição escrita de textos, constata Duarte (2008), esta habilidade tem sido, prolongadamente, negligenciada desde os primeiros anos do Ensino Básico, tanto nas aulas de Português como nas de outras disciplinas, nas quais é suposto que as tarefas de aprendizagem se efetuem por meio da escrita.

A composição escrita de textos

A composição escrita de textos requer do escritor conhecimentos sobre a linguagem escrita, a gramática e sintaxe, os meios de retórica, o tema e aqueles relativos à estrutura e aos requisitos específicos à tipologia textual em elaboração (Festas, 2002). Para além destes, e para que um texto seja eficaz e cumpra os propósitos do seu autor, é necessário que este disponha de conhecimentos sobre o destinatário e que saiba aplicar estratégias de escrita, como a planificação, a textualização e a revisão (Bereiter & Scadarmalia, 1987). As operações cognitivas envolvidas no processo de composição são várias, complexas e simultâneas, implicando a atenção e o recurso à memória, a fixação de objetivos para a escrita, a criação de ideias e a sua organização tendo em vista estes mesmos objetivos, a textualização e os processos de revisão sucessivos a que o autor vai submetendo o texto (Flower & Hayes, 1981).

O texto que vai sendo escrito, e que resulta de uma relação intercambial entre o plano das ideias criadas e o plano da retórica, ou seja a forma como estas se apresentam, é a resposta do autor aos objetivos parciais de escrita, que ele vai formulando e especificando ao longo da tarefa, os quais participam do objetivo

principal, mais lato, de disponibilizar eficazmente conhecimentos temáticos a uma determinada audiência (Bereiter & Scardamalia, 1987). Este fio condutor, que assegura a coerência do texto, forma juntamente com os objetivos mais particulares, a grelha pela qual o texto em progressão é avaliado em termos da sua eficácia (Flower & Hayes, 1981). Uma vez que a textualização procura responder aos objetivos formulados pela organização das ideias criadas, a composição textual assemelha-se a uma situação de resolução de problemas (Bereiter & Scardamalia, 1987). Para tal, durante o processo de escrita o escritor proficiente coordena, recursivamente, múltiplas operações cognitivas, as quais se constituem nos três grandes blocos da planificação, textualização e revisão (Flower & Hayes, 1981).

Por seu lado, o escritor imaturo produz textos nos quais falha a determinação de objetivos e os conhecimentos sucedem-se, sem plano nem estrutura, num discurso semelhante ao da oralidade (Bereiter & Scardamalia, 1987). Para muitos alunos, o desconhecimento de estratégias cognitivas aliado à ausência de estratégias de autorregulação, tais como a automonitorização, a autoinstrução e o autorreforço, que ajudam a enfrentar positivamente a tarefa de composição textual escrita, tornam esta tarefa numa exigência desmesurada para a qual eles não têm capacidade de resposta acabando por desenvolver uma atitude de aversão (Harris et al., 2008).

As estratégias do SRSD

O SRSD é um programa testado e reconhecido em numerosos estudos internacionais (Graham & Perin, 2007). No nosso país, a sua eficácia no respeitante ao ensino da escrita compositiva de textos, designadamente ao ensaio de opinião, foi verificada em

dois projetos distintos (Ferreira et al., 2012; Limpo & Alves, 2013). Este programa, que se fundamenta em princípios de instrução direta e explícita de estratégias de escrita e de autorregulação, foi inicialmente planeado como complemento didático para acompanhar alunos com dificuldades cognitivas (Harris et al., 2008). A instrução explícita, de acordo com Archer e Huges (2011), assenta no papel organizacional e de suporte do professor que, através de instruções claras e racionais, fornece explicações e demonstrações sobre o tema da aprendizagem, com o fim último de promover um desempenho autónomo dos alunos. As estratégias de escrita e de autorregulação do SRSD têm provado melhorar, em geral, a habilidade de composição textual de alunos com diversas dificuldades de aprendizagem, em qualquer nível de escolaridade e em contextos que abrangem o ensino regular da turma, o de pequenos grupos e o ensino individual, sejam elas aplicadas pelo professor ou por instrutores treinados (Harris et al., 2008).

As estratégias do SRSD incidem em duas vertentes: a primeira, assente no artefacto da mnemónica, engloba os procedimentos explícitos e sistemáticos necessários para ensinar, melhorar e fomentar o desempenho dos alunos na redação de textos específicos (ensaio de opinião, o texto argumentativo, o expositivo e narrativo) e técnicas gerais de escrita como a planificação prévia, a elaboração de frases sintaticamente complexas e a revisão (Harris et al., 2008). A segunda vertente, fortemente articulada com a primeira, incide no ensino de estratégias autorreguladoras, as quais são decisivas para facilitar a aprendizagem de comportamentos otimizados de escrita e para os fazer perdurar no tempo (Limpo & Alves, 2013). Fixar objetivos para a escrita, exercer a autoinstrução, a automonitorização e o autorreforço são procedimentos metacognitivos que tornam os alunos mais autoconfiantes e, desta forma, promovem o desenvolvimento de atitudes positivas face à escrita.

A composição escrita do texto argumentativo

A argumentação escrita, que num texto argumentativo se materializa numa sequência de enunciados elaborados de acordo com um plano textual que reflete o protótipo argumentativo (Adam, 2011), tem o objetivo de convencer o leitor da validade da tese defendida. Para tal, esta é suportada por ideias, razões ou evidências, relacionadas à primeira por um princípio mais geral, que pode ser o reconhecimento social, e que permite coerentemente extraí-la das razões que a fundamentam (Newell et al., 2011; Toulmin, 1958). Sendo a argumentação predominantemente oral e dialógica, enquanto atividade de escrita ela é individual e efetuada no contexto de sala de aula. Devido a estas características, intrínsecas e circunstanciais, o texto argumentativo exige dos alunos, sobretudo dos iniciantes, a disponibilização de enormes recursos cognitivos. Por um lado, para chamar à memória as informações necessárias e para lidar com elas; por outro, para compensar a ausência das contribuições discursivas da autoria de um interlocutor real, o que prepara ao aluno acrescidas dificuldades (Bereiter & Scardamalia, 1987; Crammond, 1997; Crowhurst, 1990; Kuhn, 1990).

Numa meta-análise levada a efeito num escopo até ao 12.º ano de escolaridade, limitado, de estudos empíricos sobre o ensino da argumentação escrita, constataram-se dificuldades tanto por parte dos alunos na sua aprendizagem, como por parte dos professores no seu ensino (Newell et al., 2011). Com efeito, os primeiros obtiveram um desempenho deficitário nos passos argumentativos, tais como o reconhecimento e a aplicação de estruturas argumentativas, a apresentação de evidências relevantes para sustentar a posição tomada, a elaboração de razões fundamentadas e a refutação justificada de argumentos opostos. Por sua vez, os professores manifestaram, em geral, alguma relutância em convocar para a sala de aula conteúdos que pudessem transformar-se em fontes de conflito e desta forma

perturbar o ambiente de aprendizagem que se deseja ser pacífico; em segundo lugar, os professores não demonstraram segurança nem no respeitante aos conteúdos possíveis da argumentação nem no respeitante aos conhecimentos procedimentais necessários ao ensino da composição escrita do texto argumentativo (Newell et al., 2011).

O atual programa de ensino sobre a escrita do texto argumentativo

O projeto de doutoramento em curso, “Ensino de estratégias para a composição escrita do texto argumentativo”, objeto de uma bolsa da Fundação para a Ciência e Tecnologia, sob a referência SFRH/BD/84264/2012, tem o objetivo de ensinar aos alunos de doze turmas do 9.º ano do Ensino Básico estratégias que melhorem os seus textos argumentativos. Estas englobam técnicas de desenvolvimento lexical, de criação de ideias, de escrita e de autorregulação. Trata-se de um projeto de investigação de carácter quase-experimental, com grupo experimental e de controlo e metodologia de pré e pós-teste, envolvendo 270 alunos e sete professoras de Português de quatro escolas públicas de Coimbra, três localizadas na periferia e uma na área urbana.

Descrição

Na primeira parte do atual projeto intenta-se, por um lado, aplicar a parte específica do programa de estratégias para a composição escrita de textos e de autorregulação - o *Self-Regulated Strategy Development* (SRSD), de Karen Harris e Steve Graham (2008), que concerne ao texto argumentativo. Por outro, pretendemos combinar estas estratégias de escrita e de autorregulação com técnicas para desenvolver a criação de

ideias e a aquisição de léxico dos alunos com o objetivo da elaboração posterior de um texto argumentativo, em benefício do qual reverterão. De acordo com o que acabou de ser exposto, no projeto em curso parte-se de análises e de meta-análises realizadas, entre outros, por Graham e Perin (2007), para se assumir a eficácia do SRSD como um programa instrucional, efetivado pelo professor em contexto de sala de aula, cujas estratégias melhoram o desempenho dos alunos na tarefa de composição textual, neste caso na redação do texto argumentativo (De La Paz & Graham, 2002). Por conseguinte, deslocamos o foco da nossa investigação para a comparação de dois métodos distintos, através dos quais se procura enriquecer o conhecimento lexical e a criação de ideias que sustentarão, numa fase seguinte, a composição escrita do texto argumentativo, de acordo com as técnicas propostas pelo SRSD. Diferenciamos os métodos como se segue.

No grupo de controlo, o ensino centra-se fundamentalmente na leção pelo professor que, através da verbalização de instruções semelhantes às formuladas nos manuais adotados para a disciplina de Português, dirige as tarefas de exploração de ideias e vocabulário contido nos textos temáticos, tendo em vista a futura composição do texto argumentativo. Neste grupo, quer as tarefas de exploração de textos e de criação de ideias, quer as de planificação da escrita do texto argumentativo, previstas pelo SRSD, serão realizadas exclusivamente de forma individual.

No grupo experimental, os alunos trabalham em pares e em pequenos grupos de acordo com princípios colaborativos (Lopes & Silva, 2013). Para as práticas de grupo, designadamente a exploração dos textos temáticos, a criação de ideias, a organização destas, e a planificação, seguir-se-á a técnica de *jigsaw*, a qual assenta em critérios pedagógicamente bem definidos e fundamentados (Johnson & Johnson, 1999). Estes critérios asseguram o envolvimento interdependente de todos os alunos e a sua corresponsabilização pela eficácia do trabalho colaborativo realizado em grupo, o qual se

refletirá nas produções individuais (Aronson et al., 2005). Para tal, o professor desempenha um papel fulcral de coordenador que ensina explicitamente aos alunos seguindo o princípio de *scaffolding*. Para tal, ensina os alunos através de instruções precisas, claras, passo a passo, do passo mais simples para o mais complexo, com vista ao desempenho individual e autónomo de toda a classe na composição escrita do texto argumentativo (Archer e Hughes, 2011).

Em síntese, as questões que orientam o atual trabalho de investigação centram-se sobretudo no estudo da eficácia de dois métodos de exploração de textos e de criação de ideias, com implicações concretas na operacionalização do ensino das estratégias do SRSD para a composição escrita do texto argumentativo.

As metodologias aplicadas

A dinâmica de grupo em sala de aula influencia quer o comportamento cognitivo quer o comportamento social dos alunos (Arends, 1997; O'Donnell, 2006). Métodos que facilitam a elaboração de tarefas parciais em trabalho colaborativo de pequenos grupos são fatores eficazes para melhorar as habilidades de escrita de alunos adolescentes (Graham & Perin, 2007).

O *jigsaw* consiste numa técnica complexa de trabalho colaborativo em pequenos grupos e de fases de trabalho individual. Mantendo o equilíbrio entre umas e outras, esta técnica promove a interdependência das contribuições de cada membro e a responsabilidade pelo bom rendimento de todos como único garante do desempenho individual (Arends, 1997; Aronson, 2005; Johnson & Johnson, 1999). Kuhn e Udell (2003) defendem que a prática da argumentação colaborativa em pequenos grupos desenvolve a competência argumentativa dos alunos e, conseqüentemente, a sua habilidade de escrita argumentativa.

O programa de ensino de estratégias para a escrita do texto argumentativo

O atual programa de ensino de estratégias para a composição escrita do texto argumentativo teve início em outubro do presente ano letivo. Ele prolongar-se-á por doze sessões semanais, respetivamente, de um tempo letivo de 45 ou de 50 minutos, consoante a distribuição semanal da carga horária da disciplina de Português nos estabelecimentos de ensino intervencionados. As sessões são ministradas pela professora da disciplina em contexto de sala de aula em turmas com o mínimo de 16 alunos a 29 alunos máximo.

Antes de iniciarmos a realização da parte empírica houve que satisfazer um conjunto de requisitos. Em primeiro lugar, foram recolhidas as autorizações da tutela, das Direções das escolas e dos Encarregados de Educação. As estratégias do SRSD para a escrita compositiva do texto argumentativo e todos os materiais didáticos de apoio às aulas, parte integrante da pasta do professor e da do aluno, foram adaptados à realidade cultural e escolar dos alunos portugueses. Imediatamente antes do início da intervenção foram realizados os pré-testes. Após a última sessão do programa serão efetuados os pós-testes e, um mês mais tarde, a terceira prova de medição para avaliarmos a perduração dos efeitos do programa no tempo.

O atual projeto contempla a formação dos professores que aplicam o programa, para que estes adquiram um conhecimento teórico do SRSD e dos procedimentos que regem a aplicação do programa em sala de aula. Esta formação, na modalidade de oficina, foi creditada pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua, tem a duração de 50 horas e decorre em três fases. A fase anterior ao início do programa de ensino teve o objetivo de facultar aos professores conhecimento sobre os princípios pedagógicos implícitos às estratégias de escrita e de autorregulação do SRSD. A fase da formação

é mais longa pois acompanha semanalmente a intervenção com um desfasamento de uma semana relativamente à sessão de aplicação. Nestas sessões os professores são detalhadamente instruídos sobre os conteúdos e respetivos procedimentos de aplicação. Após a intervenção, os alunos escreverão os pós-testes e, próximo do final do ano letivo, terá lugar uma sessão de síntese e de avaliação.

Notas finais

De acordo com o cronograma do programa de intervenção, as sessões nas escolas prolongar-se-ão até finais de janeiro de 2014, pelo que não poderemos aguardar resultados antes de meados do próximo ano. Esperamos então poder avançar algumas respostas sobre os efeitos das metodologias de ensino aplicadas para a melhoria dos textos argumentativos dos alunos intervencionados no que concerne ao enriquecimento lexical e à criação de ideias.

Referências bibliográficas

- Albuquerque, C. (2002). A composição escrita nas dificuldades de aprendizagem. *Psychologica*. 30, 79-94.
- Adam, J. M. *Les textes: Types et Prototypes - Récit, description, argumentation, explication et dialogue*. Paris: Nathan, 1992.
- Archer, A. A. & Hughes, C. A. (2011). *Explicit instruction. Effective and efficient teaching*. New York: The Guilford Press.
- Arends, R. I. (1997). *Classroom instruction and management*. USA: McGraw-Hill Companies, Inc.
- Aronson, E.; Wilson, T. W.; Akert, R.M. (2005). *Social psychology*. New Jersey: Pearson Education, Inc.
- Bereiter, C.; Scardamalia, M. (1987). *The psychology of written composition*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- Carvalho, J. A. B., & Pimenta, J. M. R. (2005). Escrever para aprender, escrever para exprimir o aprendido [pp. 1877 – 1886] Braga, Universidade do Minho. Instituto de Educação e Psicologia: Centro de Investigação em Educação.

- Crammond, J. (1998). The Uses and Complexity of Argument Structures in Expert and Student Persuasive Writing. *Written Communication*. Acedido em 27 de maio de 2013, em <http://wxc.sagepub.com/content/15/2/230>. doi: 10.1177/0741088398015002004
- Crowhurst, M. (1990). Teaching and learning the writing of persuasive/argumentative discourse. *Canadian Journal of Education/ Revue canadienne de l'éducation*, 15, 348-359. Acedido em 10 de fevereiro de 2013, em <http://www.jstor.org/stable/1495109>.
- De La Paz, S.; Graham, S (2002). Explicitly teaching strategies, skills, and knowledge: writing instruction in middle school classrooms. *Journal of Educational Psychology*, 94 (4), 687-698.
- Duarte, I. M. (2008). Ensino da língua portuguesa em Portugal: o texto, no cruzamento dos estudos linguísticos e literários (pp. 210-232). In *Língua Portuguesa: educação & mudança*. Rio de Janeiro: Editora Europa.
- Ferreira, S.; Prata, M.; Inácio, M.; Sousa, C.; Festas, M. I.; Oliveira, A. L. (2012). Ensino de estratégias de escrita em aulas de Língua Portuguesa. In *Actas da I Conferência Internacional de Investigação, Práticas e Contextos em Educação* (pp.109-113). Leiria: ESECS - Instituto Politécnico de Leiria.
- Festas, M. I. (2002). Principais tendências no ensino da escrita de textos. *Psicológica*, 30, 173-185.
- GAVE (2011). *Provas de Aferição 2.º ciclo – Língua Portuguesa*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Graham, S. & Perin, D. (2007). *Writing next: Effective strategies to improve writing of adolescents in middle and high school – A report to Carnegie Corporation of New York*. Washington: Alliance for Excellent Education.
- Harris, K.; Graham, S.; Mason, L.; Friedlander, B. (2008). *Powerful writing strategies for all students*. Baltimore, MD: Paul H. Brookes Publishing Co.
- Johnson, D. W.; Johnson, R. T. (1999). *Learning together and alone. Cooperative, competitive, and individual learning* (5th Ed.). Needham Heights, Massachusetts: Allyn and Bacon.
- Kellogg, R. T. (1994). *The Psychology of Writing*. New York: Oxford University Press, 1999.
- Kuhn, D.; Udell, W. (2003). The Development of Argument Skills. *Child Development*, 74 (1245-1260). Acedido em 22 de janeiro de 2013, em <http://www.jstor.org/stable/3696176>.
- Lopes, J.; Sila, H. S. (2013). *A aprendizagem colaborativa na sala de aula. Um guia prático para o professor*. Lisboa: Lidel.
- Limpo, T.; Alves, R.A. (2013). Teaching planning or sentence-combining strategies: Effective SRSD interventions at different levels of written composition. *Contemporary Educational Psychology*, 38, 328-341. Acedido em 8 de novembro de 2013, em <http://dx.doi.org/10.1016/j.cedpsych.2013.07.004>.
- Luke, S. D. (2010). The Power of Strategy Instruction. Acedido em 15 de maio de 2013, em [nichcy.org/http://nichcy.org/research/ee/learning-strategies](http://nichcy.org/research/ee/learning-strategies).
- Newell, G. E.; Beach, R.; Smith, J.; VanDerHeide, J.; Kuhn, D.; Andriessen, J. (2011). Teaching and learning argumentative reading and writing: a review of research. *Reading Research Quarterly*, 46, 273-304. Acedido em 8 de fevereiro de 2013, em <http://www.jstor.org/stable/41228654>.

- O'Donnell, A. M. (2006). The Role of Peers and Group Learning. In Patricia A. Alexander & Winne, Phijlip H. (Edts.) *Handbook of Education*. (pp. 781-802). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc. Publishers.
- Sousa, H. D. (coord.) (2011). *Exames nacionais - Relatório 2010*. Lisboa: GAVE.
- Toulmin, S. E. (1958). *The uses of argument*. Cambridge: Cambridge University Press, Pearson Education, Inc.
- Vieira, M.C. (2010). *O ensino do Português*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

**EDUCAÇÃO ESTÉTICA E ARTÍSTICA
NO CURRÍCULO PORTUGUÊS DO 1.º CICLO DO
ENSINO BÁSICO: UMA VIA DE CONCRETIZAÇÃO**

Raquel Mateus
CEIS20

Maria Helena Damião
CEIS20
0000-0002-3324-4074

Maria Isabel Festas
CEIS20

Elisa Marques
Direção-Geral da Educação

Resumo: A educação estética e artística constitui um propósito do sistema de ensino português, ainda que a sua concretização, além de sujeita a diretrizes inconsistentes, seja intermitente e subalternizada relativamente a outras áreas. Este cenário colide com o valor educativo que possui. Procurando colmatar este dissenso, foi construído e implementado o Programa de Educação Estética e Artística destinado ao 1.º Ciclo do Ensino Básico e, para consolidá-lo, um Plano de Formação de Professores. Além de se apresentar o essencial do Programa e do Plano, analisa-se a sua importância no trabalho docente.

Palavras-Chave: Educação Estética e Artística; Currículo escolar português; 1.º Ciclo do Ensino Básico.

Abstract: The aesthetics and artistic education is a purpose of the Portuguese educational system. However its achievement has been intermittent and subjugated to inconsistent guidelines, which led it to a secondary place in the curriculum and to its subordination to other disciplines. This scenario collides with this area's educational value. In order to feel this gap, the Program of Aesthetic and Artistic Education for the elementary school was created and implemented, along with a Teachers' Training Plan. In this article we present and analyze the importance of the Program and the Plan in teaching.

Keywords: Aesthetics and Artistic Education; Portuguese school curriculum; Elementary Education.

Introdução

A área de saber designada por Estética e Artística ocupa, na contemporaneidade, um lugar de destaque nas declarações oficiais sobre a educação formal, sejam elas de âmbito internacional ou nacional (CNE, 1992; 1999; 2010; 2013). Entendendo-se como área fundamental, que concorre para a tão almejada “igualdade de oportunidades”, recomenda-se este mesmo reconhecimento por parte dos sistemas de ensino e, naturalmente, a sua integração, com dignidade, no currículo dos diversos níveis e âmbito de escolaridade (Comissão Nacional da UNESCO, 2006).

No caso de Portugal tem sido, reiteradamente, apontado um certo desalinhamento nesta matéria face a países congêneres. Por exemplo, no preâmbulo do Decreto-Lei n.º 344/90 de 2 de Novembro, era mencionada a modesta posição que a referida área ocupava no currículo escolar, pouco compatível com a situação vigente na maioria dos países europeus. Em sequência destacava-se, neste normativo, a necessidade de criar um novo alinhamento que visasse uma “exploração das apetências e das necessidades neste campo, em consonância com a multiplicação e diversificação de perspetivas para a atividade artística, seja em termos de criação, de interpretação, de produção, de difusão ou de fruição” (p. 4522).

Passada uma década, no contexto da marcante reforma curricular do Ensino Básico de início de século (2001), afirmou-se, com grande ênfase, a necessidade de se conseguir uma aproximação educativa mais explícita à arte, porquanto se lhe reconhecia potencialidades na evolução da expressão individual, social e cultural, constituindo um fator transversal na vida de todas as pessoas. Assim, esta área viu reforçada a sua presença nos currículos destinados aos diversos níveis e setores de escolaridade, tornando-se mais aproximada das áreas humanísticas e científicas.

Continuou, no entanto, a ser notada alguma discordância entre as declarações e as alterações curriculares a que aludimos e as práticas implementadas nas escolas (CNE, 2013). Não sendo objeto de avaliação internacional nem nacional, esta área permaneceu discreta e a sua secundarização manteve-se.

Devemos notar que, além desta questão, uma outra tem dificultado a operacionalização desta área. Trata-se da sua apropriação pelas mais diversas vertentes teóricas, associando-lhes umas a criatividade, outras a dimensão e expressão emotiva, outras as capacidades de reflexão, autonomia, liberdade de pensamento e ação, outras, ainda, potencialidades motivacionais, terapêuticas, de integração social e cidadania (Best, 1992). Estas vertentes consubstanciam-se, por norma, em designações singulares (“educação pela arte”, “artes na educação”, “ensino artístico”...), as quais refletem diversas orientações pedagógicas e didáticas (Marques, 2011) pouco compatíveis entre si, dificultando a comunicação entre educadores e professores.

Em geral, e como se pode perceber do que dissemos no parágrafo anterior, essas vertentes têm em comum o facto de colocar a tónica no “valor instrumental” da educação estética e artística. Não o podendo, obviamente negar, na linha epistemológica de Searle (1999), entendemos ser fundamental associar-lhe o “valor intrínseco” que remete para a captação, interpretação e fruição do sujeito que aprende, envolvendo-se, de modo muito próprio, na (re)construção de significados (Marques, 2011).

Para que o sujeito seja capaz de realizar essa difícil tarefa, a escola deverá cumprir o dever de educar de forma sistemática e continuada também neste domínio educativo, contribuindo para o desenvolvimento integrado de capacidades afetivas, cognitivas e motoras (Delacruz *et al.*, 2009; Marques, 2011; Santos, 1999). Entendem alguns que esse desenvolvimento terá a ganhar se a interdisciplinaridade for privilegiada, permitindo estabelecer ligações estreitas com as restantes áreas disciplinares (Prince, 2008).

1. A Educação Estética e Artística no 1.º Ciclo do Ensino Básico em Portugal

Em Portugal, o ensino da área de Educação Estética e Artística nos quatro primeiros anos de escolaridade encontra-se legitimado em dois documentos curriculares da responsabilidade da tutela, que são anteriores à reorganização curricular vigente (Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho e Decreto-Lei n.º 91/2013, de 10 de julho): um, designado por *Organização Curricular e Programas – Ensino Básico (1.º Ciclo)*, foi publicado em 1998 e revisto pela última vez em 2004; o outro, designado por *Metas de Aprendizagem das Expressões Artísticas*, foi publicado em 2010.

No primeiro documento, que integra os programas das várias disciplinas do 1.º Ciclo, aquela a que nos reportamos é designada por “Expressões Artísticas” e concretiza-se em quatro áreas: Físico-Motora, Musical, Dramática e Plástica (pp. 30-98). Aí são explicitados os princípios orientadores, conteúdos e objetivos gerais, bem como os objetivos específicos para essas áreas, por referência a cada nível de escolaridade.

O segundo documento que, em virtude da mudança da equipa ministerial, não chegou a ser homologado, mas que também não foi revogado, apresenta metas finais e intermédias para as Expressões Artísticas, organizadas em domínios (introduzidos no documento *Currículo Nacional do Ensino Básico: Competências Essenciais*, publicado em 2001 e, entretanto, revogado), que se desenvolvem em subdomínios para cada uma das Expressões, por referência a cada ano de escolaridade. Inclui, ainda, exemplos de estratégias a utilizar em contexto escolar. Desta forma, “pretende-se garantir a articulação horizontal interdisciplinar que caracteriza o currículo deste nível de ensino, assegurando, em simultâneo, a articulação vertical, quer com a Educação Pré-Escolar, quer com os subsequentes Ciclos do Ensino Básico” (Ministério da Educação, 2010, p. 1).

Não se poderá dizer que os dois tipos de diretrizes ministeriais, até pela distância temporal que as separa, mantenham uma sequência e uma coerência isenta de discussão, porém os fundamentos que nelas se percebem e as opções que explicitam, validam a estética e a arte como um campo disciplinar de pleno direito no currículo desse Ciclo, com tempos letivos definidos, com conteúdos a tratar e com objetivos/metapas a alcançar, que vieram a ser confirmados através do Decreto-Lei n.º 91/2013, de 10 de julho (Anexo 1).

Esta validação documental de caráter macro, não se tem traduzido, contudo, e sublinhamos, em práticas escolares consentâneas generalizadas, pelo que se continua a “negligenciar o facto de uma grande parte das crianças e jovens ficar privada de aprendizagens artísticas de diversos tipos ao longo da sua escolaridade e numa lógica de continuidade e coerência” (CNE, 2013, p. 4270). Assim, a concretização de tais aprendizagens é recorrentemente identificada como intermitente e residual, sobretudo destinada a comemorar efemérides, a ilustrar aspetos das disciplinas ditas estruturantes ou constituindo um passatempo, além de que se encontra muito centrada no “fazer/produzir” (Marques, 2011).

Diversas razões de peso condicionam este cenário, que, como se percebe, não se vislumbra como o mais desejável. Uma é o reconhecimento, explícito ou implícito, da superior importância de outras áreas disciplinares, como Matemática e Português que, por estarem sujeitas a exames/provas nacionais e internacionais, se constituem como objeto de atenção prioritária por parte do sistema educativo e das escolas, ficando as restantes acantonadas nas franjas do currículo. Outra razão é a vincada interferência, na área disciplinar em causa, de um conjunto de conceções pedagógico-didáticas questionáveis sob o ponto de vista da aprendizagem, por exemplo, que as crianças são naturalmente inventivas e criativas, denotando iniciativa e autonomia, pelo que não é necessário passarem por um processo organizado de ensino. Uma terceira razão

prende-se com a negligência do papel desta área no desenvolvimento cognitivo das crianças, em favor do papel que pode ter no desenvolvimento motor (no sentido da valorização da execução de algo) e afetivo (no sentido em que aquilo que executam tem de ter um significado individual). Ora, sem negar estas duas últimas dimensões do desenvolvimento, não se pode descuidar o facto de a investigação destacar o potencial da educação estética e artística na estruturação, desde idades precoces, de processos intelectivos (Froís, Marques & Gonçalves, 2000).

Em suma, apesar das valências formativas imputadas a esta área (Santos, 1999), ela tem vindo a ocupar uma posição acessória ou complementar no nível de escolaridade em que nos centramos, mas não a de destaque que deveria ocupar (CNE, 1992; 1999; 2010; 2013).

Tal circunstância apela para a necessidade de a repensar, antes de mais em termos da relação a estabelecer entre os alunos e o objeto de conhecimento, no caso, a estética e a arte, relação que tem de ser marcada por um valor educativo próprio, não podendo, nessa medida, ser tornada subsidiária de outras áreas disciplinares, vistas como mais nobres, necessárias ou urgentes. E neste quadro é fundamental que os alunos beneficiem, desde cedo, do duplo valor que a arte possui – instrumental e intrínseco –, “não podendo a escola eximir-se ao dever de educar todos e cada um de forma empenhada, proporcionando uma aprendizagem artística capaz de assegurar a igualdade de oportunidades neste domínio” (CNE, 2013, p. 4270).

Voltando aos documentos curriculares a que antes aludimos, tendo-se percebido no primeiro (Departamento de Educação Básica do Ministério da Educação, 2004) alguma desatualização, um grupo de especialistas portugueses, influenciado pelo conhecimento de programas reconhecidos internacionalmente (entre os quais se destaca o *Discipline Based Art Education*, EUA), estruturou o *Programa de Educação Estética e Artística em Contexto Escolar* como suporte para o ensino das Expressões Artísticas, que apresentou em 2010.

Integrado inicialmente no Serviço Educativo da Fundação Calouste Gulbenkian, foi reconhecido pelo Ministério da Educação e Ciência e introduzido no sistema educativo, estando a sua gestão a cargo da Equipa de Educação Estética e Artística.

Partindo do que é acessível – o que se vê, se ouve, se sente, se sabe e se faz – para chegar a conceitos elaborados, dispensa recursos especiais e dispendiosos, e pode ser levado a cabo por professores generalistas (Marques, 2011). Ainda que com caráter opcional, tem sido acolhido num número crescente de agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas, envolvendo centenas de professores e milhares de alunos. Pela importância que tem conquistado a nível nacional e pelos resultados positivos que tem vindo a desencadear, dar-lhe-emos, de seguida, melhor atenção.

2. Uma proposta de Educação Estética e Artística

O Programa a que acabámos de aludir destaca, nos seus fundamentos, o valor da arte como forma de conhecimento, evidenciando o carácter multissensorial e interpretativo das diversas Expressões – Dança, Música, Artes Visuais e Drama/Teatro – e incentivando a dimensão estética da educação através da apropriação de linguagens e metodologias específicas. O Programa é apresentado como um meio para despertar os alunos para as grandes questões de que a estética e a arte se ocupam, levando-os a observar obras de arte, dialogar sobre elas e experimentar a partir delas (Mateus, Damião & Festas, 2014). Nele se prevê o aprofundamento progressivo dos conceitos que traduzem a essência da cada uma das mencionadas Expressões, bem como a articulação do conjunto e deste com as demais áreas disciplinares, numa lógica de transversalidade.

De modo mais concreto, o Programa persegue os seguintes propósitos: (1) incentivar a dimensão estética da educação através

da apropriação da linguagem das várias formas de arte; (2) implementar estratégias interativas e participantes, cujas ações assegurem a articulação curricular e integrem a dinâmica de diversas linguagens; (3) sensibilizar os docentes e as famílias para o papel da arte na formação das crianças e para a sua relação com outras áreas do saber; (4) estimular o conhecimento do património cultural e artístico como processo de afirmação da cidadania e um meio de desenvolver a literacia cultural.

Considerando a educação estética e artística como especialmente propícia ao questionamento, conhecimento e compreensão do mundo, bem como à comunicação (Marques, 2011), em termos conceptuais e metodológicos, este programa estrutura-se segundo três eixos: fruição-contemplação, interpretação-reflexão e experimentação-criação. Assim, os alunos vão ser levados, como referimos, a observar obras de arte, desfrutando da diversidade de estímulos que elas transmitem, orientados no diálogo argumentativo acerca do sentido ou sentidos que veiculam, com destaque para o que cada um lhe atribui. São, ainda, convidados a explorar ideias e a manipular materiais diversificados, de forma a produzir algo (Mateus, Damião & Festas, 2014).

Para concretizar os propósitos explanados segundo a orientação antes descrita, considerou-se necessário empreender uma ação coordenada e mutuamente enriquecedora entre escolas e instituições culturais locais e nacionais – tais como museus, cinemas, escolas de teatro e dança – e agentes educativos e culturais – tais como professores, pais, diretores, artistas –, promovendo, desta maneira, o contacto dos alunos com o património artístico e cultural que os rodeia e com os seus protagonistas e divulgadores. As parcerias concretizadas têm vindo, efetivamente, a consolidar “um plano de intervenção no domínio das diferentes formas de arte em contexto escolar, de modo a formalizar nas práticas educativas os princípios teóricos assumidos, neste âmbito, pela Lei de Bases do Sistema

Educativo e pelas linhas de orientação anteriormente referidas” (Direção-Geral da Educação, 2015).

Considerando que o ensino concretizado com base no Programa sairá beneficiado se os professores obtiverem algum suporte especializado, foi delineada uma ação de formação contínua no âmbito do Desenvolvimento Curricular em Artes, que tem sido assegurada pela Direção-Geral da Educação. Os objetivos dessa ação, configurada na modalidade de Curso, são os seguintes: (1) desenvolver metodologias e estratégias de formação específicas na área da Educação Artística; (2) constituir um *corpus* de conhecimento sobre o Desenvolvimento Curricular nas Artes, tendo como comparação modelos de intervenção nacionais e internacionais; (3) refletir sobre um conjunto de capacidades – atenção, concentração, memorização, organização, análise, síntese, entre outras –, que estas áreas podem desenvolver, potenciando a aprendizagem em geral; (4) explorar os conceitos das diversas formas de arte, segundo as dimensões: fruição-contemplação, interpretação-reflexão e experimentação-criação.

Nesta conformidade, ao longo das sessões, os professores são orientados por formadores qualificados na exploração dos conceitos que cada Expressão convoca e na organização de percursos metodológicos capazes de levar os alunos a apropriarem-se deles e a usá-los de modo singular. O grande desafio que se coloca, pois, aos professores, sobretudo no que se refere ao seu trabalho autónomo, é que planifiquem e concretizem momentos de aprendizagem capazes de levar os alunos a explorar linguagens artísticas, a conjeturar, a relacionar e a selecionar elementos simbólicos que lhe permitam revelar, de modo sofisticado, não imediatista, pensamentos e sentimentos. Após a formação, e no decorrer do ano letivo seguinte, os professores são acompanhados pela Equipa de Educação Estética e Artística, tendo a oportunidade de apresentar e debater o trabalho que realizaram com os seus alunos no âmbito de uma ou mais áreas de Expressões, aperfeiçoando modos de atuação.

Devemos acrescentar que, para cada uma das Expressões foram desenvolvidos vários subprogramas, de forma a atender às especificidades de cada uma. Entre estes, destacamos o *Primeiro Olhar: Programa Integrado de Artes Visuais* (Gonçalves, Fróis & Marques, 2011), o qual se centra na Expressão Plástica e Educação Visual, que selecionámos como área de estudo. Centrado na fruição e produção plástica, privilegia, entre outras, as seguintes estratégias didáticas: (1) apreciar e criar a partir das qualidades expressivas de obras selecionadas; (2) dialogar com as obras através de materiais didáticos especialmente concebidos para a explicação estética; (3) proporcionar a preparação e a concretização de visitas a museus e outras instituições culturais.

Conclusão

É reconhecida à estética e à arte a potencialidade de promover o pensamento crítico e a sensibilidade, bem como de explorar valores e entender particularidades culturais. E isto de um modo peculiar, por comparação aos modos com outros tipos de conhecimento – ciência, filosofia, por exemplo – o fazem. Espera-se, portanto, que a vivência estética e artística influencie, de maneira positiva, o sujeito no que concerne à atribuição de significados e à comunicação (Sousa, 2003). Transposta essa vivência para o contexto escolar, certamente contribuirá para o desenvolvimento emocional, cognitivo e académico das crianças e jovens (Iwai, 2003).

Por isso mesmo, na Conferência Mundial sobre Educação Artística, realizada há quase uma década, destacou-se a necessidade de garantir que o ensino e a formação de professores não descuram este tipo de conhecimento sob pena de se amputar uma parte relevante da aprendizagem que os alunos devem iniciar desde cedo (Mbuyamba, 2006). De modo coerente, nessa

Conferência enfatizou-se a importância de se encontrarem abordagens pedagógico-didáticas conceptualmente sólidas, capazes de concretizar os intentos que se atribuem à educação estética e artística (Mbuyamba, 2006).

Afigura-se-nos ser este o caminho capaz de imprimir dignidade a uma área curricular que, em Portugal, por razões diversas, tem sido mais valorizada em declarações relativas à educação, do que nas concretizações que têm lugar em contextos onde os alunos e os professores estão integrados.

Consciente desta lacuna, uma equipa de especialistas – Equipa de Educação Estética e Artística –, com base em programas reconhecidos internacionalmente, concebeu o designado *Programa de Educação Estética e Artística em Contexto Escolar*, destinado aos primeiros níveis de escolaridade do nosso sistema educativo. A sua implementação no 1.º Ciclo do Ensino Básico, que é opcional por parte da escola e é sempre feita por intermédio de professores não especialistas, conseguiu uma amplitude nacional, abrangendo cerca de oitenta agrupamentos de escolas ao longo de todo o país.

Estudar a evolução deste Programa em termos de ensino e o seu impacto em termos de aprendizagem, é a etapa que, naturalmente, se segue, esperando-se que, a curto prazo, produza efeitos numa clarificação da importância da educação estética e artística na formação cultural e académica das crianças, com efeitos ao nível do seu desenvolvimento cognitivo, afetivo e motor.

Referências bibliográficas

- Bahia, S. (2009). Especificidades da formação de professores de artes e humanidades. *Sísifo: Revista de Ciências da Educação*, 8, 101-111.
- Best, D. (1992). *A racionalidade do sentimento. O papel das artes na educação*. Lisboa: Asa.
- Comissão Nacional da UNESCO (2006). *Roteiro para a educação artística. Desenvolver capacidades criativas para o século XXI*. Lisboa: Comissão Nacional da UNESCO.

- Conselho Nacional de Educação (1992). *Parecer n.º 1/92, Educação artística nas áreas da música, dança, teatro, cinema e audiovisual*. Diário da República – II série, de 26 de Setembro.
- Conselho Nacional de Educação (1999). *Parecer n.º 2/99, Educação estética, ensino artístico e sua relevância na educação e na interiorização dos saberes*. Diário da República – II série, de 3 de Fevereiro.
- Conselho Nacional de Educação (2010). *Parecer n.º 5/2010, Metas educativas 2021 (OEI). Relatório Nacional – Propostas de Metas para Portugal*. Diário da República – II série, de 20 de Setembro.
- Conselho Nacional de Educação (2013). *Recomendação n.º 1/2013, Recomendação sobre Educação Artística*. Diário da República – II Série, de 28 de Janeiro.
- Davis, J. H. (2008). *Why Our Schools Need the Arts*. New York: Teachers College Press.
- Delacruz, E. M.; Arnold, A.; Kuo, A.; Parsons, M. (2009). *Globalization, Art and Education*. Virginia: National Art Education Association.
- Departamento da Educação Básica do Ministério da Educação (2004, 4.ª edição). *Organização Curricular e Programas. Ensino Básico – 1.º Ciclo*. Lisboa: Departamento da Educação Básica do Ministério da Educação.
- Direção-Geral da Educação (2015). *Educação Artística*. Consultado a 20/06/2015, em: <http://www.dge.mec.pt/educacao-artistica>.
- Fróis, J. P.; Marques, E.; Gonçalves, R. M. (2000). A Educação estética e artística na formação ao longo da vida. In J. P. Fróis (Coord.). *Educação estética e artística. Abordagens transdisciplinares*, pp. 201-243. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gonçalves, R.; Fróis, J.; Marques, E. (2011). *Primeiro olhar – Programa Integrado de Artes Visuais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Iwai, K. (2003). *The contribution of arts education to children's lives*. Paper presented at the UNESCO Regional Meeting on Arts Education in the European Countries, Canada and the United States of America. Finlândia.
- Marques, E. (2011). O espaço da arte na educação. In J. B. Xavier (coord.). *Arte e Delinquência* (pp 67-81). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Mateus, R.; Damião, M. H.; Festas, M. F. (2014). Educação Estética e Artística no 1.º Ciclo do Ensino Básico. In *Revista do Nova Ágora – Centro de Formação de Associação de Escolas* (pp 57-60). Coimbra: Nova Ágora – Centro de Formação de Associação de Escolas.
- Mateus, R.; Damião, M. H.; Festas, M. I. Comunicação entre contextos locais e universalidade: O caso da educação estética e artística. In *Atas do XI Colóquio sobre Questões Curriculares. Currículo na Contemporaneidade: Internacionalização e Contextos Locais*. Braga: Centro de Investigação em Educação do Instituto de Educação da Universidade do Minho.
- Mbuyamba, L. (2006). *Relatório da Conferência Mundial sobre Educação Artística: Desenvolver as capacidades criativas para o século XXI*. Lisboa: Comissão Nacional da UNESCO.
- Ministério da Educação (1990). *Decreto-Lei n.º 344/90*. Diário da República – I série, N.º 25, de 2 de Novembro.

- Ministério da Educação (2010). *Metas de Aprendizagem das Expressões Artísticas*. Consultado a 20/06/2015, em: <http://www.ensinobasico.com/blogue/775-metas-de-aprendizagem-documentos-em-word-preparados-para-download>.
- Ministério da Educação e Ciência (2012). *Decreto-Lei n.º 139/2012*. Diário da República – 1.ª série, N.º 129, de 5 de julho.
- Ministério da Educação e Ciência (2013). *Decreto-Lei n.º 91/2013*. Diário da República – 1.ª série, N.º 131, de 10 de julho.
- Prince, E. S. (2008). *Art is Fundamental: Teaching the Elements and Principles of Art in Elementary School*. Chicago: Chicago Review Press.
- Santos, A. da S. (1999). *Estudos de psicopedagogia e arte*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Searle, J. R. (1999). Racionalidade e realismo. *Disputatio*, 7, 3-25.
- Sousa, A. (2003). *Educação pela arte e artes na educação – Bases psicopedagógicas (volume 1)*. Lisboa: Instituto Piaget.

**O ENSINO DA ESCRITA ATRAVÉS
DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO
DE ESTRATÉGIAS DE AUTORREGULAÇÃO (SRSD)**

Sara Ferreira
FPCEUC

Resumo: O projeto de doutoramento intitulado *O ensino da escrita através do Programa de Estratégias de Autorregulação (SRSD)*, que aqui se apresenta, tem como objetivos gerais adaptar algumas estratégias deste programa, nomeadamente as que se referem à planificação do ensaio de opinião e do texto expositivo, e verificar os efeitos da sua instrução na escrita de alunos do 8.º ano.

Palavras-chave: Autorregulação da aprendizagem; Composição de textos; Escrita; Estratégias de escrita; Formação de professores.

Abstract: The doctoral project *Teaching to write through the Self-Regulated Strategy Development (SRSD)* was approved and financed by the Foundation for Science and Technology (FCT). Its general goals are to adapt some strategies of this program, specifically those relating to the planning of the opinion essay, and expository text, in order to verify the effects of the instructions in the writing of 8th grade students.

Key-words: Self-regulated learning; Teacher training; Text composition; Writing; Writing strategies.

Introdução

Atualmente, o domínio da escrita é um requisito básico para a participação na vida em sociedade, sendo que ensinar a escrever é uma tarefa do sistema educativo. Contudo, muitos são os alunos que manifestam dificuldades nesta área, quer num nível elementar quer num nível mais avançado.

Face aos problemas na escrita evidenciados pelos alunos portugueses, em estudos nacionais e internacionais (GAVE, 2011; GIASE, 2004/2005; Sousa, 2011) pretendemos, com o projeto *O ensino da escrita através do Programa de Estratégias de Autorregulação (SRSD)* (SFRH/BD/84392/2012), contribuir para o progresso e reforço das técnicas de ensino da composição escrita e, conseqüentemente, para o sucesso académico dos alunos.

Seguindo o Programa de Desenvolvimento de Estratégias de Autorregulação (*Self-Regulated Strategy Development – SRSD*) (Harris et al., 2008), desenvolvemos, nas turmas do 8.º ano de escolaridade de duas escolas do concelho de Coimbra, um programa de ensino de estratégias de planificação do texto expositivo e outro do ensaio de opinião.

Com este estudo pretendemos, através da aplicação do SRSD, averiguar a eficácia do ensino de estratégias de escrita nas tipologias textuais já referidas e verificar se a aprendizagem de uma determinada tipologia é transferível para outra.

O ensino da escrita de textos

A aprendizagem da escrita é uma exigência elementar que capacita os alunos para a composição de textos (Rebello, 2008).

No entanto, a escrita, entendida como a composição de textos a serem lidos por pessoas que não estão presentes, é uma

competência complexa que necessita de esforço e tempo para ser dominada (Bereiter & Scardamalia, 1987; Festas, 2002; Graham & Perin, 2007; Kellogg, 1994). Especificamente, requer conhecimentos de natureza mecânica (e.g. caligrafia), convencional (e.g. ortografia, pontuação), linguística (e.g. sintaxe) e cognitiva (e.g. conteúdo, estrutura, organização interna dos textos) (Alamargot & Fayol, 2009).

Ao nível das aprendizagens escolares, o ensino da escrita é obrigatório, estendendo-se a todos os níveis de escolaridade e à maior parte das áreas curriculares. Apesar disto, o mesmo tem sido negligenciado, o que se vem refletindo no desempenho dos alunos. Por outro lado, os programas de Português têm-se centrado maioritariamente nas componentes convencional, linguística e mecânica em detrimento da componente cognitiva (Duarte, 2008).

O Ministério da Educação e Ciência identifica a existência de dificuldades dos alunos portugueses relativamente às competências da escrita (GAVE, 2011; Sousa, 2011). No Relatório dos Exames Nacionais de 2011 sugere-se o reforço de estratégias com base em modelos processuais de escrita, reiterando-se “a importância de intervenções didáticas que privilegiem um ensino da escrita assente, igualmente, na explicitação de características de tipologias, tendo em vista um domínio multifuncional desta competência, transversal e crucial para o sucesso na vida académica” (Sousa, 2011, p. 13). Relativamente ao ensino da escrita em Portugal, Duarte afirma ainda que “Os alunos devem ser capazes de escrever textos bem articulados de diferentes tipologias [...] Ora para serem textualmente competentes, os jovens têm de ter sido objeto de aprendizagens e treinos vários no que concerne várias questões de Linguística Textual...” (Duarte, 2008, pp. 9-10).

Embora não exista unanimidade quanto à classificação da tipologia textual, considera-se que o conhecimento do seu conceito

pelos alunos seja fundamental, quer para a compreensão, quer para a produção de textos (Adam, 1992; Duarte, 2008; Preto-Bay, 2005).

Nas últimas décadas, a investigação na área da escrita tem tido alguns progressos significativos, o que se ficou a dever à tomada de consciência de investigadores e educadores das dificuldades referidas anteriormente e comprovadas por vários estudos. Daí surgiram várias teorias e modelos vocacionados para o seu ensino, tal como o Programa de Desenvolvimento de Estratégias de Autorregulação (Harris et al., 2008) que integra várias linhas de investigação e é um dos modelos mais estudados e aplicados no ensino da escrita. Também em Portugal esta área tem sido objeto de preocupação, o que se tem refletido num aumento do número de estudos, entre os quais se incluem o Projeto “Ensino de Estratégias de Escrita” (PTDC/CPE-CED/102010/2008), que adaptou para a língua e contexto educacional português as estratégias relativas ao ensaio de opinião do SRSD, tendo-se verificado uma melhoria significativa das competências de escrita dos alunos nesta tipologia específica (Ferreira et al., 2012; Rebelo et al., 2012; Sousa et al., 2012).

O Programa de Desenvolvimento de Estratégias de Autorregulação (*Self-Regulated Strategy Development* – SRSD)

O Programa de Desenvolvimento de Estratégias de Autorregulação é um modelo de instrução de estratégias de escrita que tem vindo a ser desenvolvido desde 1982, e cuja eficácia tem sido amplamente comprovada ao longo de três décadas de investigação (Graham, 2008; Graham & Perin, 2007; Harris et al., 2008).

Tendo, inicialmente, sido concebido para ajudar alunos com dificuldades de aprendizagem, os investigadores verificaram que também os alunos que não manifestavam essas dificuldades

apresentavam problemas semelhantes ao nível da escrita (e. g. erros ortográficos, textos demasiado curtos e pouco elaborados, revisão pouco eficaz, etc.). Deste modo, o SRSD tem sido aplicado com sucesso em contexto de sala de aula, com pequenos grupos, individualmente e em situação de tutoria, desde o primeiro ciclo até ao ensino superior (Harris et al., 2011; Harris et al., 2012). Mas a área de intervenção deste programa não se tem reduzido ao ensino de estratégias de escrita, tendo também sido utilizado para ajudar os alunos a soletrar, a ler e na matemática (Harris et al., 2008).

Assim sendo, e focando-nos na área da escrita, os três grandes objetivos deste programa são: auxiliar os alunos a dominar os processos cognitivos envolvidos na planificação, produção, revisão e edição da escrita; ajudar os alunos a desenvolver a capacidade de monitorizar e gerir a sua escrita; contribuir para o desenvolvimento de atitudes positivas dos alunos perante a escrita e sobre si próprios enquanto escritores.

O SRSD tem seis estádios de instrução utilizados para desenvolver e integrar o uso de estratégias de escrita e elementos de autorregulação: *Desenvolver e ativar os conhecimentos prévios*; *Discutir*; *Modelar*; *Memorizar*; *Apoiar*; e *Desempenho autónomo* (Harris et al., 2008; Harris et al., 2011).

Estes são apresentados pelos autores como linhas orientadoras, e não como etapas fixas e predeterminadas, uma vez que podem ser reordenados, modificados, repetidos ou eliminados, de acordo com as necessidades e ambições dos professores e dos alunos, que devem trabalhar de forma colaborativa neste processo.

No primeiro estádio – *Desenvolver e ativar os conhecimentos prévios* – os alunos devem adquirir determinados pré-requisitos (e.g. conhecimentos, vocabulário e conceitos relativos à tipologia textual) para que as estratégias de escrita e de autorregulação possam ser aprendidas e aplicadas com sucesso.

Já no segundo estágio – *Discutir* – o professor e os alunos discutem o significado da aprendizagem e do uso das estratégias de escrita e de autorregulação.

No terceiro estágio – *Modelar* – o professor modela a aplicação das estratégias de escrita e autorregulação (e.g. autoafirmações) que se pretende que o aluno aprenda.

Segue-se o quarto estágio – *Memorizar* – onde os alunos devem memorizar os passos das estratégias de composição de textos (através de mnemónicas).

No quinto estágio – *Apoiar* – os alunos usam as estratégias aprendidas de forma colaborativa e, se necessário, com o auxílio do professor, o qual vai decrescendo ao longo deste processo.

Finalmente no último estágio – *Desempenho autónomo* – os alunos devem já utilizar autonomamente as estratégias de escrita e de autorregulação, sendo monitorizados pelo professor.

O presente estudo

É perante a necessidade de um ensino explícito de estratégias de escrita realmente eficazes para diferentes tipologias textuais (Duarte, 2008; Harris et al., 2008; Preto-Bay, 2005) que surge o nosso projeto de investigação.

Desta forma, e tendo em conta os objetivos traçados, realizámos um estudo quase-experimental, com pré e pós-testes. Começámos por fazer os pedidos de autorização necessários à Direção Geral de Educação, ao Agrupamento de escola e aos encarregados de educação. A nossa amostra é constituída por 185 alunos que frequentaram, no ano letivo de 2013-2014, o 8.º ano de escolaridade em duas escolas básicas do concelho de Coimbra escolhidas criteriosamente com vista à equivalência dos dois grupos a formar.

Baseando-nos no SRSD, adaptámos o conjunto de lições do texto expositivo para a língua e contexto portugueses e, por outro lado, recorreremos às estratégias de ensino de escrita do ensaio de opinião, desenvolvido e testado no âmbito do Projeto “Ensino de Estratégias de Escrita” (PTDC/CPE-CED/102010/2008), as quais sofreram algumas reformulações tendo em conta a análise de algumas dificuldades surgidas e sugestões recolhidas nesse mesmo projeto.

Para além dos materiais já referidos, construímos ainda alguns instrumentos de avaliação necessários ao presente estudo (e.g. provas de avaliação, questionários, ficha sociodemográfica, etc.).

Deste modo, a cada escola foi atribuída uma das duas condições: numa foram ensinadas as estratégias de escrita do texto expositivo; e na outra foram ensinadas as estratégias do ensaio de opinião, assim como estratégias de autorregulação em ambas as escolas. Assim, a fase de intervenção consistiu na aplicação de dois projetos de escrita, que foram integrados e decorreram, semanalmente, nas aulas de Português. Cada sessão teve a duração de 45 minutos e esteve a cargo das professoras de Português das turmas participantes neste projeto. Contudo, em algumas sessões, estiveram presentes dois elementos da equipa de investigação que coadjuvaram as professoras no apoio aos alunos.

Este estudo compreendeu ainda uma componente de formação de professores, creditada pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua, que decorreu ao longo de todo o ano letivo. Esta teve a duração de 50 horas, na modalidade de “oficina de formação”, sendo as destinatárias as professoras que participaram nos projetos de escrita. De forma a prepará-las para a tarefa de aplicação dos mesmos, foram realizadas sessões conjuntas, com todas as professoras, onde foram abordados os princípios pedagógicos do SRSD. Já nas sessões de formação específicas de cada escola, foram trabalhados de forma exaustiva os guiões de cada lição e técnicas de ensino de estratégias de autorregulação.

Considerações finais

Os resultados alcançados em inúmeras meta-análises vieram comprovar que, efetivamente, o ensino de estratégias de escrita, nomeadamente com recurso ao modelo SRSD, é eficaz na melhoria da qualidade de escrita, independentemente das características dos alunos, do ano de escolaridade que frequentam ou da tipologia textual trabalhada.

Também em Portugal, a eficácia deste modelo específico foi comprovada em duas investigações (Ferreira et al., 2012; Limpo & Alves, 2013; Rebelo et al., 2012; Sousa et al., 2012), o que nos motivou a estender a pesquisa ao texto expositivo.

Sendo o domínio da escrita uma competência transversal a todo o currículo, pretendemos verificar a eficácia do ensino de estratégias de escrita e de autorregulação na composição de textos e no desempenho escolar dos alunos em geral.

Finda a fase de classificação e análise dos textos produzidos pelos alunos, que está ainda a decorrer, esperamos, por um lado, que estes apresentem melhores resultados na tipologia textual trabalhada no seu grupo e que os alunos que trabalharam o texto expositivo revelem um maior progresso, ao nível da escrita, em outras disciplinas relativamente ao grupo de controlo.

Referências Bibliográficas

- Adam, J. M. (1992). *Les textes: Types et Prototypes - Récit, description, argumentation, explication et dialogue*. Paris: Nathan.
- Alamargot, D.; Fayol, M. (2009). Modelling the Development of Written Composition. In Beard, R., et al (Eds). *The SAGE Handbook of Writing Development*. London: SAGE.
- Bereiter, C.; Scardamalia, M. (1987). *The psychology of written composition*. London: Lawrence Erlbaum Associates.
- Duarte, I. M. (2008). Ensino da língua portuguesa em Portugal: o texto, no cruzamento dos estudos linguísticos e literários (210-232). In *Língua Portuguesa: educação & mudança*. Rio de Janeiro: Editora Europa.

- Ferreira, S.; Prata, M.; Inácio, M.; Sousa, C.; Festas, M. I.; Oliveira, A. L. (2012). Ensino de estratégias de escrita em aulas de Língua Portuguesa. In *Atas da I Conferência Internacional Investigação, Práticas e Contextos em Educação* (109-113). Leiria: ESECS - Instituto Politécnico de Leiria.
- Festas, M. I. (2002). Principais tendências no ensino da escrita de textos. *Psychologica*, 30, 173-185.
- GAVE (2011). *Provas de Aferição 2.º ciclo – Língua Portuguesa*. Lisboa: Ministério da Educação.
- GIASE (2004/2005). *Estatísticas da Educação 04/05*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Graham, S.; Perin, D. (2007). Writing next: Effective strategies to improve writing of adolescents. In *middle and high school – A report to Carnegie Corporation of New York*. Washington: Alliance for Excellent Education.
- Graham, S. (2008). *Effective Writing Instruction for all students*. Wisconsin: Renaissance Learning.
- Harris, K. R.; Graham, S.; Manson, L.; Friedlander, B. (2008). *Powerful Writing Strategies for all Students*. Baltimore: Paul H. Brookes Publishing Co.
- Harris, K.; Graham, S.; MacArthur, C.; Reid, R.; Mason, L. (2011). Self-Regulated Learning Process and Children's Writing. In Zimmerman, B. & Schunk, D. (Ed). *Handbook of Self-Regulation of learning and performance*. New York: Routledge.
- Harris, K.; Lane, K.; Graham, S.; Driscoll, S.; Sandmel, K.; Brindle, M.; Schatschneider (2012). Practice-Based Professional Development for Self-Regulated Strategies Development in Writing: a randomized controlled study. *Journal of Teacher Education*, 63 (2), 103-119.
- Kellogg, R. T. (1994). *The psychology of writing*. New York: Oxford University Press.
- Preto-Bay, A. M. R. (2005). Alguns aspectos pedagógicos do ensino da escrita: o processo e o género textual. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 39 (1), 7-27.
- Limpo, Teresa; Alves, Rui (2013). Teaching planning or sentence-combining strategies: Effective SRSD interventions at different levels of written composition. *Contemporary Educational Psychology*, 38, 328-341.
- Rebelo, J. A. S. (2008). Dificuldades na aprendizagem da escrita. Dificuldades de aprendizaje en la escritura. In Arroyo, R. G.. *La Comunicación escrita: Cognición, multilingüismo y tecnologías* (113-139). Granada: Editorial Natívola.
- Rebelo, J.; Ferreira, S.; Festas, M. I.; Inácio, M.; Prata, M.; Sousa, C.; Oliveira, A. L. (2012). *Teaching Writing Strategies in Portuguese Language Classes Using the Self-Regulated Strategy Development (SRSD) Model*. Paper presented at the International Counseling and Education Conference (ICEC). Istanbul: Turkey.
- Sousa, Hélder Dinis (Coord.), (2012). *Exames nacionais - Relatório 2011*. Lisboa: GAVE.
- Sousa, C.; Inácio, M.; Ferreira, S.; Prata, M.; Festas, M.; Oliveira, A. (2012). O modelo Self-Regulated Strategy Development no ensino da escrita do ensaio de opinião. In L. Mata, F. Peixoto, J. Morgado, V. Monteiro, & J. Silva (Eds.). *Atas do 12.º Colóquio Internacional de Psicologia e Educação*, 1284-1295.

(Página deixada propositadamente em branco)

**CRIME, INSANIDADE E JURISPRUDÊNCIA
EM CENÁRIO CONIMBRICENSE NO INÍCIO DO
SÉCULO XX: O CASO DE RODRIGO DE BARROS
TEIXEIRA DOS REIS**

Inês Pinto Cruz

CEIS20

0000-0003-1304-0557

Resumo: O presente artigo tem o propósito de dar a conhecer o caso referente ao Bacharel Rodrigo de Barros Teixeira dos Reis, assassino do seu ex-professor, Doutor Sousa Refoios, em Dezembro de 1904. A partir do levantamento dos exames mentais efetuados pelo Conselho Médico-Legal, entre 1900 e 1926, reflete-se sobre o seu estado psíquico, analisa-se o cenário do crime cometido na Baixa Coimbrã, bem como a pronúncia sobre a sua inimputabilidade criminal por anomalia psíquica, seguida de internamento no Hospital de Rilhafoles, até à sua morte.

Palavras-chave: Psiquiatria forense; Conselho médico-legal; Inimputável; Alienação mental; Rodrigo de Barros Teixeira dos Reis.

Abstract: This paper aims to raise awareness of the case concerning the Bachelor Rodrigo de Barros Teixeira dos Reis,

murderer of his former teacher, Dr. Sousa Refoios in December of 1904. From the survey of mental examinations conducted by the Council of Forensic Medicine, between 1900 and 1926, it reflects on his psychological condition, analyse the crime scene in Coimbra's downtown, as well as the declaration on his criminal irresponsibility due to a mental disorder, followed by the hospitalisation at Rilhafoles, until his death.

Keywords : Forensic psychiatry; Council of forensic medicine; Irresponsible; Mental illness; Rodrigo de Barros Teixeira dos Reis.

Introdução

O presente artigo insere-se na investigação casuística da tese de doutoramento em curso, intitulada “História da Psiquiatria Forense em Portugal na I República (1910-1926)”, e tem o propósito de dar a conhecer o caso referente ao Bacharel Rodrigo de Barros Teixeira dos Reis, assassino do seu ex-professor, Doutor Sousa Refoios, em Dezembro de 1904. Trata-se de uma situação selecionada a partir de uma investigação produzida no Arquivo do Instituto de Medicina Legal de Coimbra, decorrente do levantamento dos exames mentais efetuados pelo Conselho Médico-Legal, entre 1900 e 1926.

Pretende-se, portanto, analisar: o relatório do exame mental executado pelo citado Conselho ao homicida, no sentido de uma reflexão sobre o seu estado psíquico, caracterizado por ideias delirantes, com prévio internamento no Hospital Conde de Ferreira, de onde saíra, contra a opinião e vontade de Júlio de Matos; o cenário do crime cometido na Baixa Coimbrã; a pronúncia sobre a sua inimputabilidade criminal por anomalia psíquica, seguida de internamento no Hospital de Rilhafoles, até à sua morte.

Esta seleção casuística prende-se com a contundente polémica provocada na sociedade coimbrã da época e particularmente no meio académico, para além de constituir um exemplo de desempenho, em toda a malha intrínseca à psiquiatria forense portuguesa daquele tempo, refletindo o desvio do foco do pensamento jurídico do crime para o criminoso, o que constituiu um critério de penalidade ordenador de estratégias e políticas criminais preventivas. A sentença deixava então de ser encarada como um castigo, para ser concebida como um meio de proteger a sociedade, passando-se de uma racionalidade biológica – centrada nas dimensões supostamente atávicas do criminoso e sustentada, de forma global, pela teoria da degeneração – para uma racionalidade alternadamente

sociológica e psicológica, a qual posteriormente se transformou em sociopsicológica, biopsicológica e psicomoral.

Discussão

Tomando como ponto de partida os pressupostos das teorias criminológicas dos finais de oitocentos, que encaravam o crime como o resultado de uma patologia individual, as medidas preventivas passaram a integrar exames físicos e sociográficos, bem como tratamento individualizado, orientando-se para o duplo eixo *prevenção e tratamento do delinquente*.

A antítese da civilidade constituiu então um dos elementos que legitimou, no decorrer da história e do desenvolvimento do processo civilizacional, o domínio pela subjugação de todo aquele que representava um desvio ao modelo padrão. O indivíduo desviante era visto como um anormal (Foucault, 1999), que deveria ser corrigido.

Foi neste contexto, portanto, que na Europa surgiu a psiquiatria forense, nascida no seio da medicina legal, a partir da conjugação do saber jurídico com o saber médico, mediante critérios que mudaram ao longo do tempo, tal como a atenção, o debate e o eventual consenso médico-legal, focado nos furiosos, na viragem para o período pré-moderno, nos monomaníacos, no início do século XIX, e nos degenerados na transição para o século XX.

Apesar de algum atraso inicial relativamente ao resto da Europa, a psiquiatria forense portuguesa conheceu um período áureo no final do século XIX, havendo sido decretadas algumas medidas importantes no que se refere às relações da medicina psiquiátrica com a justiça, nomeadamente as Leis Avulsas de 4 de Julho de 1889 (Lei Sena), repartindo o país em quatro círculos, para efeito de admissão de doentes, mediante construção de quatro hospitais e enfermarias psiquiátricas junto às penitenciárias centrais; a Lei

de 3 de Abril de 1896, a qual regulava a colocação e as saídas dos alienados criminosos, incumbindo à autoridade administrativa a decisão de os entregar às famílias, ou de os fazer admitir num hospital psiquiátrico; a Lei de 17 de Agosto de 1899, que instituiu os Conselhos Médico-Legais, subordinando o procedimento dos magistrados às opiniões dos médicos, sempre que se tratava de avaliar o estado mental de um criminoso; o Decreto de 16 de Novembro de 1899, que regulava os Serviços Médico-Legais; e o Regulamento de 8 de Fevereiro de 1900, que fornecia um conjunto de instruções de regulação da ação da medicina-legal em todas as comarcas do país.

Este foi, efetivamente, o início do período de maior desenvolvimento da psiquiatria portuguesa, contando com médicos ligados aos movimentos ideológicos, sociais e políticos da época. Na verdade, a grande maioria aderira ao ideário republicano, procurando defender e protagonizar um modelo reformador, caracterizado, nas palavras de José Morgado Pereira, “pela intervenção do estado no domínio da assistência pública, da saúde em geral e da psiquiatria em particular, da legislação social e assistencial, da racionalização dos dispositivos específicos de «gestão dos desvios»” (Pereira & Costa, 2003, p. 22).

Com o intuito de ilustrar toda a estrutura médico-legal da época, foi selecionado o caso de Rodrigo de Barros Teixeira dos Reis. Este indivíduo nasceu no ano de 1874 em Castelões de Recesinhos, distrito do Porto, e estudou medicina na Universidade de Coimbra, tendo-se formado no ano de 1901. Desde os tempos de faculdade que começara a desenvolver uma fixação pela ideia de que o Doutor Sousa Refoios¹, seu professor, o perseguia, chegando mesmo a ser

¹ Joaquim Augusto de Sousa Refoios foi um prestigiado médico e Professor da Universidade de Coimbra. Fundou a revista *Movimento Médico*, em 1901, e contribuiu com vários artigos para revistas científicas, sobretudo para *O Instituto*, *Coimbra Médica* e *A Medicina Contemporânea*. Publicou ainda estu-

internado no Hospital Conde de Ferreira, no Porto, de onde acabou por sair, entretanto, ficando livre para consumir o crime sobre a pessoa do prestigiado médico.

Às 19 horas do dia 2 de Dezembro de 1905, ouviram-se quatro tiros na Baixa coimbrã. O Professor Sousa Refoios encontrava-se a conversar na Rua da Calçada com o Dr. Machado Vilela, quando foi alvejado pelas costas à queima-roupa, pelo seu antigo aluno Rodrigo de Barros Teixeira dos Reis. Este acontecimento vem relatado por Belisário Pimenta nas suas *Memórias*: “Refoios cambaleou, caiu, enquanto um estudante atravessando a rua num salto, evitou que se desse o quinto tiro e prendeu violentamente, de encontro à parede, o assassino. O médico foi levado para casa, na Portagem, a escorrer sangue” (Pimenta, 1905, pp. 299-300). O autor dos disparos, descrito como um homem de 31 anos, olhos azuis, cabelo comprido e castanho, bigode da mesma cor e de 1,64m de estatura, revelava, segundo descrição testemunhal recolhida na época, “um olhar calmo e ao mesmo tempo admirado com tudo aquilo” (*Ibidem*, p. 299).

O estado molestado de Sousa Refoios foi motivo de consultas e socorros por todos os médicos residentes em Coimbra à época: “havia um movimento enorme de carros; estudantes de medicina corriam às farmácias e voltavam em correria” (*Ibidem*, p. 299-300).

Uma bala resvalara pelos pulmões e costelas do médico e alojou-se no seu fígado, lacerando-o; outra das balas atingiu o único

dos relacionados não só com a medicina, mas também sobre outros assuntos, sendo que alguns temas publicados revestiram um carácter político-social. Neste âmbito apresentou em 1880 um relatório ao Governador Civil de Castelo Branco sobre o Colégio jesuíta de S. Fiel, criticando o ensino aí ministrado, a falta de estatutos aprovados pelo Governo, o valor da pensão dos alunos internos, a alimentação fornecida, a despesa mensal do estabelecimento e a não regularidade dos banhos e ginástica. Tal relatório levantou polémica e prejudicou a Companhia de Jesus, facto que haveria de dar origem a rumores implicados com o seu assassinato, 25 anos mais tarde (Rodrigues, 1992).

rim que o Professor possuía, agravando o problema. (*Autópsia de Joaquim Augusto de Sousa Refoios*, 1905)

Foi até chamado o Dr. Custódio Cabeça, conhecido cirurgião de Lisboa, que se deslocou a Coimbra no comboio da noite. Contudo, o caso revelou-se irremediável; a operação ainda sugerida tornou-se impraticável e no dia 4 de Dezembro, pelas 11 horas da manhã, Refoios sucumbiu aos ferimentos produzidos pelas balas. Pode ler-se no *Jornal Resistência*, noticiando a morte do médico de Coimbra, que ele fizera o seu prognóstico desde o início, “mostrando a sua excepcional força de vontade, não se deixando examinar, habituando todos à ideia do perigo, sorrindo dele quando descoberto” (*Jornal Resistência*, 7 de Dezembro de 1905), sentenciando mesmo a inviabilidade cirúrgica. A imprensa divulgara então: “A morte deu-se como ele a diagnosticou desde o começo – por hemorragia” (*ibidem*).

Segundo o mesmo Jornal, o funeral de Sousa Refoios foi tido como o maior que se vira até então em Coimbra, ao ponto do comércio fechar portas durante a passagem do cortejo fúnebre.

O seu *requiem* recebeu oratória dos Doutores Pereira Dias, Reitor da Universidade; Costa Alemão, Egas Moniz, Basílio Freire e Daniel de Matos, Professores de Medicina; Araújo e Gama, Professor de Teologia; Bernardino Machado, Professor de Filosofia; o estudante Santos e Silva e o operário António Carneiro (*ibidem*).

A vida na cidade dos estudantes entenebreceu-se com o trágico acontecimento, conturbando a rotina do seu viver habitual, que no início do século XX, se desenrolava à volta da Universidade. O espaço urbano delimitava-se entre a zona baixa e a parte alta, bordejado por quintas e campos. A Alta descia à Baixa e na rua da Calçada (local do crime) não era raro misturarem-se no movimento citadino, os lentes e os estudantes, os artífices, os comerciantes, os aguadeiros, as lavadeiras. A torre do relógio da Universidade compassava as horas do trabalho escolar, determinando também o recolher dos jovens, dando espaço ao abrandamento do final de

dia civil, em que terminava a azáfama e se preparava o sossego da noite, embora, frequentemente, os estudantes aproveitassem também o declínio da luz para se envolverem em zaragatas, por conta da praxe, e em boémias regadas. (Mendes, 1984)

No que concerne ao assassino de Refoios, Rodrigo de Barros Teixeira dos Reis, acabou preso na Cadeia Civil de Coimbra. O seu defensor oficioso requereu ao juiz da mesma comarca que fosse convocado o Conselho Médico-Legal para proceder ao exame das faculdades mentais do réu, a fim de averiguar se este se encontrava afetado de alienação mental e, caso tal fosse verificado, avaliar se esta patologia se teria manifestado incisivamente na ocasião em que o bacharel perpetrou o crime.

Na prisão, o assassino foi visitado separadamente por cada um dos membros do Conselho², prática comum em casos semelhantes, uma vez que não existia nesta época em Coimbra um hospital de alienados, sendo necessárias várias observações do réu para se poder inferir uma conclusão.

Apesar de ter sido marcado um interrogatório na Morgue de Coimbra, o bacharel revelou-se bastante exaltado, alegando estar mal de saúde, pelo que o juiz requereu ao Conselho Médico-Legal que o exame fosse efetuado na prisão.

Assim, no dia 3 de Fevereiro de 1906, pelas 12 horas, compareceu numa sala do edifício da Cadeia o juiz da comarca de Coimbra, presidente do Conselho³, também presente, acompanhado do escrivão, dos oficiais de diligências e de dois agentes da polícia.

² O Conselho Médico-Legal era composto por Adriano Lopes Vieira (lente de medicina-legal e director da Morgue de Coimbra), Aníbal Costa Maia (médico alienista e relator) e Francisco da Cruz Amante (médico da Penitenciária e antropologista).

³ “A estes exames presidirá sempre o juiz de direito do respectivo processo, sem voto (...)”, Artigo 36.º da Secção II (“Exames feitos pelos conselhos médico-legaes”) do Capítulo III (“Conselhos Médico-legaes”) do Decreto de 16 de Novembro de 1899. In *Collecção Official de Legislação Portuguesa – Anno de 1899* (1900). Lisboa: Imprensa Nacional, p.713.

Contudo, quando o juiz ordenou que trouxessem o prisioneiro à sala onde estava reunido o Conselho Médico-Legal, este evocou novamente a sua frágil saúde que o mantinha de cama, alegando tal razão para a recusa de obediência à intimação. Manifestou ainda a opinião sobre a inutilidade de tal exame, por se considerar capaz psiquicamente, declarando ter cometido o crime com perfeito conhecimento de causa, pelo que postulou dever ser julgado e condenado nesse contexto.

Após toda a insistência do réu na recusa em sair do seu quarto de prisão, o juiz de direito questionou Aníbal Costa Maia e Francisco da Cruz Amante se seria ou não conveniente obrigar Rodrigo de Barros Teixeira dos Reis a obedecer, ao que os peritos declararam que tal não seria benéfico, uma vez que muito possivelmente iria suscitar agitação por parte do réu, o qual poderia entrar num estado que não seria o habitual das suas faculdades que mais cumpria apreciar. Confrontado com este cenário, o juiz convidou os membros do Conselho a examinar o réu na sua cela, tendo-se estes deparado com o homem ainda deitado, o qual reiterava não se levantar apenas por não se achar ainda bem.

Rodrigo de Barros Teixeira dos Reis acolheu Lopes Vieira, igualmente seu ex-professor, com vários insultos, praguejando, revelando aspirações de o querer ver também junto de Sousa Refoios. Depois de alguma agitação, o réu começou finalmente a responder às perguntas do Conselho Médico-Legal, dizendo o seu nome completo, afirmando ter pai e mãe vivos e saudáveis, bem como nove irmãos igualmente sadios. Indicou ainda que não havia neuropatias na sua família e que havia estado no Hospital do Conde de Ferreira, porque, ao achar-se incomodado, resolvera consultar Júlio de Matos, cujo conselho fora apenas que passeasse. Contudo, continuou o réu, uma vez que não se sentia bem, resolvera pois internar-se para tratamento naquele hospital (*Exame Mental de Rodrigo de Barros Teixeira dos Reis e Respectivo Parecer do Conselho Médico-Legal, 1906*).

Quando lhe perguntaram o motivo do seu ato criminoso contra Refoios, explicou ter este decorrido pela forma como o seu antigo professor o havia tratado. Segundo detalhou o réu ao Conselho Médico-Legal, certa vez, durante o seu curso de medicina, analisando os sintomas de um paciente durante três dias, acertara no diagnóstico que Sousa Refoios teria errado, pelo que chegou inclusivamente a ser elogiado pelo docente, que alvittrara perante os colegas de Reis um bom futuro para ele enquanto médico. Contudo, após esse episódio, de acordo com o que particularizou o examinado, a atitude de Refoios mudou, passando a exigir-lhe mais trabalho e com prazos mais apertados do que aos seus condiscípulos, não fazendo caso dele nas provas clínicas da formatura e atribuindo-lhe mesmo uma classificação baixa. (*Ibidem*). Rodrigo de Barros Teixeira dos Reis acrescentou ainda, que procedera daquela forma porque o Professor era seu inimigo e que deveria mesmo tê-lo assassinado aquando da conclusão da formatura, na medida em que o *código da honra* recomendava que o tivesse morto e se suicidasse de seguida. Todavia, não havia procedido dessa forma porque quisera ponderar melhor, e que não se suicidara após o crime, por lhe haverem retirado logo o revólver da mão. O réu elucidou também os peritos que o seu intuito não era matar Sousa Refoios, mas inutilizá-lo, de modo a que ele nada mais pudesse fazer e ficasse ainda durante alguns anos a sofrer, visto estar certo que o seu antigo Professor não teria coragem para se suicidar, ao contrário dele, que já havia feito uma tentativa no Hospital Conde de Ferreira, aquando do seu internamento naquela instituição. Comprovou o que dizia ao exhibir perante o Conselho da circunscrição de Coimbra uma cicatriz que tinha no pescoço, rematando que a tentativa fora falhada, por o ter assistido Magalhães Lemos, juntamente com outros médicos (*ibidem*).

Rodrigo de Barros Teixeira dos Reis afirmou ainda que o crime por ele cometido sobre o Professor tinha resultado da colisão de dois cérebros que não se compreendiam e tal se devia ao facto de

um deles ser muito estúpido (referindo-se a Refoios) e outro ser muito inteligente (referindo-se a si próprio). Pode ler-se no relatório do Conselho Médico-Legal que o réu, após refletir um pouco, acrescentou o seguinte: “(...) ou então ambos inteligentes; (...) ou então ambos estúpidos; mas não, (...) a primeira hypothese é que é a verdadeira” (*Ibidem*, p. 50).

Questionado se tinha noção das consequências do seu ato junto da família de Sousa Refoios e mesmo junto da sociedade em geral, ao ter perdido um médico tão importante, Rodrigo de Barros Teixeira dos Reis respondeu que compreendia a falta da vítima para a sua família, mas argumentou que também ele tinha sofrido e ainda ficado prejudicado. Quanto à sociedade, não considerava ter havido qualquer perda, na medida em que denominava Refoios como “uma vulgaridade e apenas um castrador de mulheres” (*ibidem*, p. 52). Os membros do Conselho argumentaram que ainda que assim fosse, seria um médico muito útil à humanidade, por salvar muitas vidas, as quais seriam irremediavelmente sacrificadas sem tal operação. Perante tal observação, o réu questionou prontamente: “E para que serve uma mulher castrada?: o homem é essencialmente egoísta; nós só estimamos os entes pela utilidade que podem ter; e uma mulher assim para nada serve, é como se não existisse (!)” (*ibidem*, p. 52). Os peritos retorquiram que o examinado tinha mãe e decerto a preferiria estéril mas viva, do que morta por uma lesão, cuja cura decorreria de tal operação. Contudo, Reis limitou-se a objetar: “Não senhor, minha mãe castrada era como se não existisse; eu considerava-a como morta (...)” (*ibidem*, p. 52).

Ao longo do interrogatório, o réu continuou sempre a manifestar o seu desprezo pela vítima, pronunciando que “nunca lhe reconheceu merito, que era um estúpido, (...) que elle reu não queria á sua cabeceira (!)” (*ibidem*, p. 52).

Numa catarse que abarcava a sociedade médica coimbrã, este homem atormentado vociferou: “a Faculdade de medicina devia

acabar, e ficarem só as Escolas de Lisboa e Porto, porque na Universidade não sabem ensinar (!) (...) em Coimbra não ha Clinicos de mérito.” (*Ibidem*, p. 52). Fazendo os peritos referência a médicos conceituados como João Jacinto e Daniel de Matos, o examinado contrapôs que “eram todos umas nullidades, uns estupidos; (...) que lhe deram 10 valores, quando elle merecia até 20; - que tinha a consciencia de que havia de ser um bom clinico, bem melhor que esse Daniel de Mattos, um Mattos que para ahi ha” (*Ibidem*, p. 52). Verifica-se neste discurso do réu uma tentativa evidente de manifestar superioridade intelectual e profissional, indo ao encontro do que Júlio de Matos escreveu acerca do comportamento megalómano em indivíduos instruídos: “o gráo de instrucção reflecte-se no delirio, imprimindo-lhe aspectos variados. Assim, ao passo que um individuo ignorante (...) se julgará muito rico e muito bem aparentado, outro, mais instruido, crer-se-ha um grande poeta, um politico iminente, um descobridor, um sabio”(Matos, 1884, p. 150).

No relatório, os peritos sublinham que o examinado denotou sempre coerência no discurso face às mesmas questões inquiridas em momentos variados, aquando os diversos exames que lhe foram feitos. Contudo, no último, na sequência de uma repetida alusão ao seu anterior internamento no Hospital Conde de Ferreira, os médicos do Conselho contam que Rodrigo de Barros Teixeira dos Reis respondeu ter estado lá com o intuito de estudar doenças mentais, uma vez que essa era a sua especialidade, podendo ler-se: “esforçando-se sempre por mostrar e convencer que não é um psychopatha (!)” (*Exame Mental de Rodrigo de Barros Teixeira dos Reis e Respectivo Parecer do Conselho Médico-Legal*, 1906, p. 52).

No que diz respeito à opinião pública, Reis considerou falsas as informações que os jornais forneciam, quando vaticinavam que ele assassinaría Sousa Refoios, quer este lhe tivesse dado boas ou más notas escolares e que nenhum jornalista o havia ainda visitado na prisão para poder apurar a verdade.

Ao longo de todo o interrogatório o réu apresentou sempre uma expressão melancólica, envergando trajes desalinhados e pouco asseados. Nunca se mostrou arrependido do ato que praticara, manifestando até regozijo pela sua concretização. Considerava-se um homem incompreendido pelo seu tempo, estabelecendo inclusivamente uma analogia com a história de Jesus Cristo e afirmando que, se tivesse de constituir uma religião, proclamaria o imperativo de assassínio em determinadas situações.

Concluída toda a inquirição, com o intuito de conhecer os antecedentes da vida do réu e da sua família e para que o Conselho Médico-Legal pudesse perceber igualmente até que ponto seriam genuínas as declarações do bacharel em Medicina, foram solicitados os seguintes esclarecimentos ao administrador do concelho de Penafiel a 9 de Fevereiro de 1906:

- “1.º Tem o reu Rodrigo de Barros Teixeira dos Reis pae e mãe vivos?*
- 2.º Quantos filhos existem actualmente vivos, irmãos do reu?*
- 3.º São todos, pae, mãe e filhos, pessoas tidas e havidas por de juizo e bom senso na sua terra; ou pelo contrario soffre alguma dellas de doença nervosa ou mental?*
- 4.º Como era o reu reputado na sua terra ao tempo em que frequentava a Universidade como estudante?*
- 5.º. Nunca passou elle por homem excentrico, de idéas e tendencias exquesitas?*
- 6.º Terá dado alguma vez indicio de desarranjo mental?” (Ibidem, p. 53)*

A resposta do administrador do concelho de Penafiel a este questionário efetuou-se seis dias mais tarde, a 15 de Fevereiro do mesmo ano, onde se podia ler o seguinte:

“Em resposta ao questionário retro, cumpre-me informar, após as averiguações a que procedi:

- 1.º *Que o reu Rodrigo de Barros Teixeira dos Reis tem pai e mae vivos, de idade bastante avançada.*
- 2.º *Que actualmente existem nove filhos irmãos do reu, sendo seis varões e trez femeas.*
- 3.º *Que os paes e irmãos do reu, com excepção dum, que parece soffrer de doença mental, são tidos e havidos por pessoas de bom senso e juizo na sua terra.*
- 4.º *Que o reu gosava de boa reputação na sua terra, emquanto frequentava a Universidade de Coimbra como estudante.*
- 5.º *Que nunca passou por homem excentrico, de idéas e tendencias exquesitas, sendo até bastante sociavel.*
- 6.º *Que depois que concluiu a sua formatura na Universidade e que voltou á sua terra principiou a soffrer de desarranjo mental a ponto de sua familia o internar no hospital do Conde de Ferreira, do Porto (...)" (Ibidem, pp. 53-54).*

No dia 22 de Fevereiro de 1906, tendo por base os factos analisados através dos diversos exames feitos ao réu, as respostas dadas por ele nos interrogatórios a que foi sujeito e as informações obtidas da autoridade administrativa, o Conselho Médico-Legal de Coimbra, reunido na sala das sessões, compilou toda a informação da seguinte forma:

- Apesar de o réu ter sido um estudante sempre considerado como fraco por todos os professores, achava-se detentor de uma inteligência capaz de uma classificação superior àquela que havia obtido.
- Rodrigo de Barros Teixeira dos Reis classificava de «nulidades» alguns dos clínicos e peritos mais ilustres do país.
- A explicação dada por Reis para o ato criminoso - colisão entre dois cérebros que se não compreendiam, por Sousa Refoios ser «excessivamente estúpido» e ele, réu, «excessivamente inteligente» - era desconexa, incompreensível, incrivelmente audaciosa.

- Ao mencionar figuras suas conhecidas e conceituadas na sociedade médica portuguesa, como Daniel de Matos, o examinado referira-se a elas como meros desconhecidos, procurando assim exprimir o seu desprezo por tais professores, ou então mostrando esquecimento de pessoas com quem havia lidado ainda há poucos anos, o que, de qualquer forma, constituía um indício de desarranjo mental.

- O autor do crime já havia feito uma tentativa de suicídio.

- O mesmo já havia sido internado pela sua própria família num hospital de alienados durante aproximadamente um ano, tendo sido considerado afetado de alienação mental pelo diretor clínico daquela instituição, saindo de lá com tal diagnóstico e contra a opinião e vontade do mesmo diretor. Não constava ao Conselho que depois disso tivesse sido alguma vez dado por curado ou em fase de recuperação.

- O bacharel em medicina tinha afirmado que havia ido para o Hospital do Conde de Ferreira por sua livre e espontânea vontade, para assim estudar doenças no estabelecimento. Pelo contrário, a autoridade administrativa da localidade de onde era natural confirmara que havia sido a família que tomara a decisão de o internar no hospital, por este manifestar sintomas de alienação mental.

- Entre os irmãos do réu, havia um que sofria igualmente de doença mental.

- O examinado demonstrava haver perdido as faculdades afetivas, perceptível pela falta de repugnância relativamente ao crime que praticara, pela indiferença com que havia encarado o destino da família da sua vítima, pelo modo como tinha falado da sua mãe, e finalmente porque nunca revelara a menor comoção ou tristeza ao lembrar-se ou lembrarem-lhe da sua própria família.

- Por fim, Rodrigo de Barros Teixeira dos Reis continuava a demonstrar ideias agressivas e sem sombra de arrependimento (*ibidem*).

Assim, de todo o exposto, o Conselho Médico-Legal chegara às seguintes conclusões:

- a) Que o réu demonstrava padecer de «megalomania das grandezas», não olhando a meios para atingir os seus propósitos e conceções, estando portanto disposto a tudo, inclusivamente assassinar outro ser humano.
- b) Que tudo levava a crer que tal estado de alienação mental daria de uma fase precedente ao seu internamento no Hospital Conde de Ferreira, onde havia manifestado já o propósito de matar o Sousa Refoios.
- c) Que o crime do bacharel fora cometido sob a influência da já indicada forma de alienação mental⁴.
- d) Que o examinado tinha predisposição para novos crimes, constituindo um perigo para a sociedade, pelo que, ao não poder ser-lhe imposta responsabilidade pelo assassinato praticado, deveria ser internado definitivamente no Hospital de Rilhafoles, em conformidade com o disposto no artigo 5⁵ da lei de 4 de Julho de 1889 e nos artigos 13⁶ e 29⁷ da lei de 3 de Abril de 1896 (*ibidem*).

⁴ De acordo com o Artigo 43º do Código Penal, que diz: “não têm imputação: (...) os loucos que, embora tenham intervalos lúcidos, pratiquem o facto no estado de loucura (...)”. *In Código Penal Português* (1919). Nova Publicação Oficial ordenada por Decreto de 16 de Setembro de 1886 (Diário do Governo de 20 de Setembro do mesmo ano), 7.ª Edição. Coimbra: Imprensa da Universidade. Livro I: Disposições Geraes, p.17.

⁵ “Os alienados criminosos serão recolhidos e tratados nas enfermarias anexas às penitenciárias centraes, e nas que igualmente lhes são destinadas no Hospital de Lisboa”. *In Collecção Official de Legislação Portuguesa – Anno de 1889* (1890). Lisboa: Imprensa Nacional, p. 318.

⁶ “Terão o destino designado no artigo 5.º da lei de 4 de julho de 1889 os alienados seguintes:

I. Os que tendo praticado factos puniveis com alguma das penas maiores, não forem pronunciados como auctores do crime por motivo de loucura; II. Os accusados por crime a que a mesma penalidade corresponda, cujo processo esteja suspenso nos termos do artigo antecedente, e os que forem absolvidos com o fundamento de terem infringido a lei em estado de alienação mental”. *In Collecção Official de Legislação Portuguesa – Anno de 1896* (1897). Lisboa: Imprensa Nacional, p. 140.

⁷ “Emquanto não existirem as enfermarias annexas ás cadeias penitenciarias, a que se refere o artigo 5º da lei de 4 de julho de 1889, ou o hospital a que se refere o n.º 1.º do artigo 2.º da mesma lei, serão remetidos ao hospital de Rilhafolles

A fixação de Rodrigo de Barros Teixeira dos Reis no facto de que o Doutor Sousa Refoios o teria perseguido no sentido de o prejudicar, aliada ao delírio de grandezas que manifestava, constituíram o cenário ideal para o desenlace criminoso. A este propósito, já em 1884, dizia Júlio de Matos na sua obra *Manual das Doenças Mentais*: “no periodo de systematisação, *idéas ambiciosas* complicam muitas vezes o delirio de perseguições. Esta complicação é funesta ao doente e á segurança publica: ao doente porque o conduz mais depressa á demencia, e á segurança publica, porque a convicção megalomaniaca coexistindo com as allucinações do delirio de perseguição leva frequentemente o alienado ao homicidio, cujas consequencias não teme” (Matos, 1884: 133).

Perante a morte de Refoios, Coimbra enlutou-se numa consternação coletiva, gerando controvérsia sobre o facto de se deixar andar à solta indivíduos saídos de um hospital de alienados, com tendências vingativas. A esse respeito, pronunciou-se Daniel de Matos no funeral do conceituado médico:

“(…) Eis aqui, meus senhores, a victima dum attentado praticado por um irresponsavel, um – pobre alienado – como tu dizias, meu querido Refoios, no teu leito de morte, aonde recolhes-te em período pré-agonico! Mas ha, todavia, responsaveis por esta tremenda desgraça; o alienado, que a causou tinha familia culta, e já esteve internado num manicomio; e tanto no seio da familia, como no ambiente do manicomio, revelou a sua obsessão contra o Prof. Sousa Refoios, no decurso duma doença, de improvavel curabilidade, que data de alguns annos; e que nem a familia nem o Estado cumpriram o seu dever, guardando este alienado perigoso!

os alienados a que alludem os artigos 13.º 19.º, 25.º e 27.º da presente lei, e alli deverá tambem ser feita a observação dos condemnados em cumprimento da pena, quando não possa effectuar-se convenientemente na respectiva prisão” (*ibidem*).

Poude sahir de casa, ausentar-se por dias, esconder-se e ferir, no seu delirio, o alvo que jamais o prejudicou na sua carreira! (...)”. (Matos, 1905-1906, p. 263)

Adicionalmente, referiu Henriques da Silva:

“(…) Ora a lei de 4 de Julho de 1889 (...) organizou entre nós generosamente o serviço de hospitalização dos alienados, e eis, para terminar, o que sobre o assumpto, ainda não ha muito escrevia o Sr. Julio de Mattos: «Esta vergonha pratica (porque não ha desculpa nas apertadas condições financeiras do thesouro, porque existe (...) uma receita consignada à construcção de novos manicomios e cobrada ha quatorze annos) contrasta com as excellencias theoricas das leis». (...) Dezenas de crimes se evitariam todos os annos, se as auctoridades administrativas pudessem a tempo hospitalizar os alienados que constituem uma ameaça para a tranquillidade dos seus concelhos. Mas nem mesmo os que já de algum modo perturbam a segurança publica e offerecem risco imminente de recidiva, podem essas auctoridades sequestrar, porque não teem onde”. (Silva, 1905-1906, p. 267)

É ainda de ressaltar a polémica que se instaurou na altura do crime e que terá conduzido a alguma réstia de dúvidas sobre a hipótese de vingança jesuítica, num pensamento de índole conspirativa, em virtude do envolvimento de Sousa Refoios nas lutas anticlericais e do Relatório que escrevera sobre o Colégio de S. Fiel. Quando se soube que o seu assassino frequentara esse mesmo Colégio, a controvérsia foi inevitável, ainda que sem desenrolo, dada a inconsistência na asserção dos factos.

Em consequência do parecer do Conselho Médico-Legal e mediante o acima citado artigo 29º da Lei de 3 de Abril de 1896,

Rodrigo de Barros Teixeira dos Reis foi transferido da Cadeia Civil de Coimbra para o Hospital de Rilhafoles, uma vez que em Coimbra não havia ainda nenhum hospital de alienados, através de uma guia de trânsito datada de 27 de Março de 1906 e mediante autorização do juiz de direito, António Augusto Freire Ribeiro. O réu deu então entrada nessa instituição de saúde mental a 28 de Março do ano enunciado, às 10:30 da manhã, tendo-lhe sido atribuído o n.º 398 no Livro 6.º do Hospital de São José, referente ao registo de entrada de doentes no Hospital de Rilhafoles.

Rodrigo de Barros Teixeira dos Reis aí permaneceu internado até à sua morte, ocorrida a 21 de Setembro de 1910, às 19 horas, cerca de duas semanas antes da Revolução Republicana. (*Exame Mental de Rodrigo de Barros Teixeira dos Reis e Respectivo Parecer do Conselho Médico-Legal*, 1906)

Conclusões

A nova racionalidade penal dos finais do século XIX e inícios do século XX, baseada no modelo cíclico de «delito, tratamento e prevenção», propiciou a intervenção da medicina psiquiátrica, a qual se tornou imprescindível no seio desta dinâmica.

O caso enunciado constitui um exemplo do procedimento psiquiátrico forense da época, tendo sido abrangido pela já referida legislação avulsa que até aí tinha sido promulgada, no sentido da organização dos serviços de psiquiatria. Contudo, a morte trágica de Sousa Refoios às mãos da loucura contribuiu para que fosse manifestada cada vez mais a necessidade da realização prática dos largos programas de assistência enunciados nas leis e da tentativa de elaboração de critérios objetivos para aferição da perigosidade de sujeitos infratores, a fim de combater os resultados de atos como o de Rodrigo de Barros Teixeira dos Reis.

Esta questão é ainda bastante atual, mas igualmente problemática, na perspetiva em que não é possível questionar simplisticamente se os doentes mentais são ou não perigosos. Este é, de facto, um tema com um elevado grau de complexidade, na medida em que se aborda a possível contribuição dos transtornos psiquiátricos para manifestação de um comportamento violento, procurando-se igualmente uma identificação precoce de tais transtornos mentais e alertando-se, ao mesmo tempo, para outros possíveis fatores de risco.

Referências bibliográficas

- Foucault, M., (1999). *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramallete, 20.ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes.
- Jornal *Resistência* (1906). Nº 1060, p. 1.
- Matos, D. de (1905-1906). *Movimento Médico*. Vol. 5, nº 16. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Matos, J. de (1884). *Manual das Doenças Mentaes*. Porto: Livraria Central de Campos & Godinho – Editores.
- Mendes, J. M. A. (1985). Coimbra no primeiro quartel do Século XX – aspectos económicos e sociais. *Biblos, Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, LX, 385-394.
- Pimenta, B. (1905). *Memórias 1879-1908*. [Manuscrito]. Vol. 1.
- Pereira, J. M. & Costa, F. S. (2003). Algumas notas para a história da Psiquiatria Forense em Portugal. *Revista Psiquiatria Clínica*, vol. 24, 21-25.
- Registo de Exames Mentais e Respectivo Parecer do Conselho Médico-Legal (1900-1911)*. Delegação do Centro do Instituto Nacional de Medicina Legal, Livro 11, exame n.º 12.
- Rodrigues, M. A. (Dir.) (1992). *Memoria Professorum Universitatis Conimbricensis 1772-1937*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra.
- Silva, A. H. da, (1905-1906). Folha de Coimbra. *Movimento Médico*, (16) 5 Coimbra: Imprensa da Universidade, 267.

Fontes

- Arquivo da Universidade de Coimbra, (1903-1905). *Processos do Instituto de Medicina Legal de Coimbra – caixa 2, Série A, processo n.º 287*.

Código Penal Português (1919). Nova Publicação Oficial ordenada por Decreto de 16 de Setembro de 1886 (Diário do Governo de 20 de Setembro do mesmo ano), 7.^a Edição. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Collecção Official de Legislação Portugueza – Anno de 1889 (1890). Lisboa: Imprensa Nacional.

Collecção Official de Legislação Portugueza – Anno de 1896 (1897). Lisboa: Imprensa Nacional.

Collecção Official de Legislação Portugueza – Anno de 1899 (1900). Lisboa: Imprensa Nacional.

(Página deixada propositadamente em branco)

Rita Basílio De Simões é Membro do CEIS20 e professora auxiliar na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde leciona nos territórios disciplinares da Comunicação e do Jornalismo, Rita Basílio de Simões tem procurado articular o estudo dos media com a pesquisa feminista, áreas em que tem desenvolvido e publicado investigação científica.

Clara Serrano é doutorada em História Contemporânea e Estudos Internacionais Comparativos, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Professora de História dos Ensino Básico e Secundário, é investigadora integrada do CEIS20.

Sérgio Neto é doutorado em História Contemporânea e Estudos Internacionais Comparativos, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Professor de História dos Ensino Básico e Secundário, é investigador integrado do CEIS20.

João Miranda é bolseiro de doutoramento na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em Ciências da Comunicação. É também investigador colaborador no CEIS20.

Série Investigação

•

Imprensa da Universidade de Coimbra

Coimbra University Press

2017

